

Milton N. Campos

PEGA a VISÃO!

Bolando projetos de pesquisa nas humanidades

pimenta cultural



Milton N. Campos

PEGA a VISÃO!

Bolando projetos de pesquisa nas humanidades

| São Paulo | 2026 | pimenta cultural

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

C198p

Campos, Milton N. -
Pega a visão! Bolando projetos de pesquisa nas humanidades / Milton N. Campos. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2026.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-761-3
DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-761-3

1. Metodologia. 2. Epistemologia. 3. Projeto de pesquisa. 4. Humanidades. I. Campos, Milton N. II. Título.

CDD: 001.42

Índice para catálogo sistemático:
I. Pesquisa - Metodologia
Simone Sales – Bibliotecária – CRB: ES-000814/O

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2026 o autor.

Copyright da edição © 2026 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).
Os termos desta licença estão disponíveis em:
<https://creativecommons.org/licenses/>.
Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.
O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Bibliotecária	Júlia Marra Torres
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Estágio em editoração	Emanuelle Vitória Miranda da Silva Rayssa Santos Arrais
Imagens da capa	Milton Nunes Campos Freepik - Magnific.com
Tipografias	Acumin, Gobold Extra2, Rockwell Nova
Revisão	O autor
Autor	Milton N. Campos

PIMENTA CULTURAL
São Paulo • SP
+55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com

2026

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoras

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosangela Colares Lavand
Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

André Tanus Cesário de Souza
Faculdade Anhanguera, Brasil

Andressa Antunes
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadétte Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cassia Cordeiro Furtado
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cecilia Machado Henriques
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Deilson do Carmo Trindade
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edilson de Araújo dos Santos
Universidade de São Paulo, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Estevão Schultz Campos
Centro Universitário Adventista de São Paulo, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrícia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fauston Negreiros
Universidade de Brasília, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Flávia Fernanda Santos Silva
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Gabriela Moysés Pereira
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geuciane Felipe Guerim Fernandes
Universidade Federal do Pará, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leyltton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Joao Adalberto Campato Junior
Universidade Brasil, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jonathan Machado Domingues
Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Juliano Milton Kruger
Instituto Federal do Amazonas, Brasil

Julianno Pizzano Ayoub
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lauro Sérgio Machado Pereira
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Brasil

Leonardo Freire Marino
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Letícia Cristina Alcântara Rodrigues
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Luiz Eduardo Neves dos Santos
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Maikel Pons Giralt
Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Márcia Alves da Silva
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Marines Rute de Oliveira
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neide Araujo Castilho Teno
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Bieging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro
Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Rainei Rodrigues Jadejiski
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt
Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tatiana da Costa Jansen
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Vanessa de Sales Marruche
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Vinicius da Silva Freitas
Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Wenis Vargas de Carvalho
Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alcidinei Dias Alves
Logos University International, Estados Unidos

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Artur Pires de Camargos Júnior
Universidade do Vale do Sapucaí, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo B. Alves
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Davi Fernandes Costa
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Brasil

Denilson Marques dos Santos
Universidade do Estado do Pará, Brasil

Domingos Aparecido dos Reis
Must University, Estados Unidos

Edson Vieira da Silva de Camargos
Logos University International, Estados Unidos

Edwins de Moura Ramires
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jonas Lacchini
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Nívea Consuêlo Carvalho dos Santos
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Rayner do Nascimento Souza
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Sidney Pereira Da Silva
Stockholm University, Suécia

Suélen Rodrigues de Freitas Costa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Walmir Fernandes Pereira
Miami University of Science and Technology, Estados Unidos

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Monica Castro
Prefácio **21**

Introdução **28**

PARTE I
EXPLORANDO CAMINHOS 33

CAPÍTULO 1
O que é um projeto de pesquisa? **34**
Graduação 39
Pós-graduação 43
Projetos como espelhos da pesquisa 45

CAPÍTULO 2
O que é uma questão de pesquisa? **47**
Da curiosidade à realização 49
Eis a questão! 51
Especificidades da comunicação nas humanidades 57

CAPÍTULO 3
Como construir uma questão de pesquisa? **59**
Conhecimentos e saberes 60
Construção de questões e busca de respostas 64



Hipotetização e problematização 64

Verdades e dados – possibilidades e fatos 67

Debates difíceis 71

Prática da formulação de questões 73

Identificação de lacunas 74

Problematização pós-estruturalista 76

Problematização crítica 78

Escolhas a fazer 80

CAPÍTULO **4**

Revisão da literatura 81

Lista da referências bibliográficas ou bibliografia? 83

Conhecer o campo da pesquisa 86

Caminhos analógicos e digitais 87

Técnica do sinal 91

Aplicando a técnica do sinal 91

Vermelho 92

Amarelo 92

Verde 92

Exploração do campo 94

Processos de organização 95

Identificação de temas, teorias e métodos 95

Não se esqueça! 97

Ferramentas digitais para a pesquisa 99

Plataformas de acesso a dados 99

Plataformas de referenciamento bibliográfico 101

Ferramentas generativas 102

O problema das ferramentas generativas na academia 103

Escrevendo o caminho 105

PARTE II

BUSCANDO EXPLICAÇÕES 106

CAPÍTULO 5

Já ouviu falar de epistemologia? 107

Epistemolo... O quê? 109

Saberes e conhecimentos, senso comum e ciência 112

Conhecimentos, saberes e crenças na tradição ocidental 114

Episteme e epistemologia na ciência 118

Posturas epistemológicas 120

Olhar epistemológico 126

CAPÍTULO 6

Argumentar e teorizar 127

Argumentacão 129

Argumentação científica nas exatas e biológicas 130

Argumentação científica nas humanidades 132



Teorias, argumentação científica e método 133

Teorias, argumentação científica
e processos de persuasão 135

O processo de teorização nas humanidades 137

Teorização acadêmica 137

Teorização e questões de pesquisa 141

Perspectivas críticas gerais,
teorização e questionamentos 144

PARTE III

DEMARCANDO A TRILHA 151

CAPÍTULO 7

Introdução à metodologia de projeto 152

Grande matriosca
da metodologia do projeto 154

Introdução 156

Problematização (colocação do problema) 158

Contexto da pesquisa 158

Revisão da literatura 159

Teoria (conceitos teóricos) 160

Objetivos e questão de pesquisa 162

Metodologia 163

Cronograma da pesquisa 164

Lista de referências bibliográficas 164

O capítulo da pequena "matriosca"
da metodologia científica 165



Explicações prévias 165

Pesquisa sobre documentos 166

Pesquisas sobre sujeitos, grupos e comunidades 167

Organização do capítulo de metodologia 169

Método 169

Técnicas de amostragem de sujeitos e/ou documentos 170

Instrumentos de coleta de dados 172

Estratégias de análise de dados e/ou interpretação de resultados 173

O capítulo da pequena "matriosca" da metodologia de produção e/ou prática 175

Organização do capítulo de metodologia de produção e/ou prática 175

Planejamento do produto e/ou prática 175

Desenvolvimento do conteúdo 176

Implementação técnica 177

Avaliação e retorno (feedback) 177

Apresentação e disseminação 178

A seguir... 178

CAPÍTULO **8**

Métodos quantitativos 179

Metodologias e etapas 180

Pesquisa quantitativa 181

Pesquisa quantitativa documental 184



Possibilidades de utilização 184

Métodos quantitativos aplicados a documentos 185

Análise de dados secundários 186

Meta-análise 186

Análise de conversas e interações 187

Análise de conteúdo 188

Pesquisa quantitativa com sujeitos 188

Possibilidades de utilização 188

Métodos quantitativos aplicados a sujeitos 189

Consulta quantitativa (*survey*) 189

Métodos de análise de estruturas de redes 190

Métodos práticos de avaliação de usabilidade 191

Método experimental 192

Características do método experimental 193

Tipos de usos do método experimental e quase-experimental 195

Aplicação do método quase-experimental e experimental 197

Para além do quantitativo 200

CAPÍTULO **9**

Métodos qualitativos 201

Pesquisa qualitativa 202

Pesquisa qualitativa documental 204

Possibilidades de utilização 206

Métodos qualitativos aplicados a documentos 207

Análise temática 209

Análise de conteúdo 210



Análise lógico-argumentativa e retórica 211
Semiótica 213

Pesquisa qualitativa aplicada a sujeitos 214

Métodos qualitativos aplicados a sujeitos 216
Estudo de caso 216
Etnografia, etnografia digital 218
Pesquisa-ação, pesquisa-intervenção e pesquisa-convivência 220
História oral 222
Teoria fundamentada 223

Métodos qualitativos teórico-filosóficos aplicados a documentos e/ou sujeitos 227
Análise do discurso (abordagem social) 228
Análise crítica (teoria crítica) 229
Arqueologia do saber 232
Genealogia 233
Análise narrativa (das emergências subjetivas) e autobiografia 234
Cartografia 236
Fenomenologia 237
Outras abordagens filosóficas: Confluências 238

Pesquisa híbrida 239

CAPÍTULO **10**

Técnicas de amostragem 241

Amostragem quantitativa 243

Técnicas de amostragem na pesquisa quantitativa 245



Amostragem probabilística (aleatória) 245
Aleatória simples 245
Aleatória sistemática 245
Aleatória estratificada 245
Aleatória por grupos 246
Amostragem não probabilística (intencional) 246

Amostragem qualitativa 247

Técnicas de amostragem na pesquisa qualitativa 248

Tipos básicos de amostragem 250
Amostragem por saturação 250
Amostragem intencional 251

Técnicas intencionais com ênfase na similaridade 253
Amostragem por critério de importância 253
Amostragem por critério específico 253
Amostragem por caso típico 254
Amostragem por critério de homogeneidade 254
Amostragem por casos desviados ou extremos 255
Amostragem por bola de neve (*snowball*) 255

Técnicas intencionais com ênfase na variação 256
Amostragem por critério de intensidade 256
Amostragem por critério de variação máxima 257
Amostragem por caso crítico 258
Amostragem teórica 258
Amostragem por confirmação 259
Amostragem por estratificação 259



Amostragem por cota 260

Amostragem aleatória intencional (semialeatória) 260

Técnicas intencionais com ênfase não específica 261

Amostragem por critério de oportunidade 261

Amostragem conveniente 262

Amostragens inventadas e híbridas 263

CAPÍTULO **11**

Instrumentos de coleta de dados 265

Sobrevoo de possibilidades 266

Instrumentos quantitativos
de coleta de dados 267

Instrumentos quantitativos
de coleta de dados documentais 267

Instrumentos digitais variados
de coleta e análise quantitativa 267

Observação sistemática analógica 268

Instrumentos quantitativos
de coleta de dados de sujeitos 268

Questionários (entrevistas estruturadas) 268

Estruturas de redes 270

Instrumentos qualitativos
de coleta de dados 272

Instrumentos qualitativos de coleta
de dados documentais 272

Instrumentos qualitativos
de coleta de dados de sujeitos 273

Entrevistas 273

Entrevista clínica 273

Entrevistas estruturadas *275*
Entrevistas semiestruturadas *275*
Entrevistas em profundidade *276*
Entrevistas semiestruturadas em profundidade *277*
Entrevistas pela Internet *278*
Grupo focal 279
Grupo focal tradicional *280*
Minigrupo focal *280*
Roda de conversa 281
Registros de observações – Tomada de notas 282

CAPÍTULO **12**

Análise de dados e interpretação de resultados 284

Análise e interpretação segundo a epistemologia 285

Estratégias: análises e interpretações 289

Estratégias de análise de dados (objetivismo) 290

Estratégias de interpretação (subjetivismo) 293

Estratégia de análise de dados (fatos) e interpretação de resultados (interacionismo epistemológico) 295

Como escolher? 298

CAPÍTULO **13**

Do projeto ao trabalho final 300

Estrutura de projeto de pesquisa 301

Modelo de projeto de pesquisa científica 304



Introdução 305

Problematização 305

Contexto da pesquisa 305

Revisão da literatura 306

Quadro teórico-conceitual 307

Questão e objetivos da pesquisa 308

Metodologia 309

Método 309

Técnicas de amostragem 310

Documentos 311

Sujeitos 311

Híbrida 311

Instrumentos de coleta de dados 311

Análise de dados e/ou interpretação de resultados 312

Cronograma 313

Lista de referências bibliográficas 313

Anexos e/ou apêndices 314

Modelo de projeto de produção e/ou prática 314

Introdução 315

Proposta de produção 315

Contexto da produção e/ou prática 316

Revisão da literatura 316

Quadro conceitual 317

Objetivos de produção
e/ou práticas e público-alvo 318

Metodologia 318



Cronograma 318

Lista de referências bibliográficas 319

Anexos e/ou apêndices 319

Diferenças entre pesquisa, práticas e produção 320

Estrutura de trabalho final 321

Modelo de trabalho final de pesquisa 323

Capítulos adicionais dos trabalhos finais de pesquisa 324

Análise de dados e/ou interpretação de resultados 324

Discussão 326

Conclusão 327

Modelo de trabalho final de produção e/ou prática 327

Capítulos adicionais dos trabalhos finais de produção e/ou prática 328

Relatório de produção e/ou prática 328

Conclusão 329

Ética na pesquisa e na produção e/ou prática 330

Concluindo? 333

Referências 335

Sobre o autor 347

Índice remissivo 348



PREFÁCIO

Monica Castro

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

As ciências, desde a antiguidade, alimentaram discussões acaloradas sobre a verdade e o plausível, adquirindo diferentes contornos ao longo do tempo. Esses conceitos, de certo modo, aprisionaram campos dedicados a compreender as vivências humanas. Se lá atrás a verdade tinha enorme valor e era quase uma necessidade humana, ao longo do tempo ela se enfraquece, deixando espaço maior para o plausível. O difícil acesso àquilo que seria "o real" cede lugar para o que "funciona melhor", ao que "mais agrada", ao que, enfim, "parece ser".

Essas transformações no modo de conceber as ciências, a partir do séc. XX, abrem novos campos para a pesquisa e, nesse momento, o campo das ciências humanas e sociais se constitui fortemente. As ciências passam a se ocupar do que veio a ser chamado de objetividade, sem, contudo, abandonar o rigor. No entanto, o que é concebido como rigor também sofre grandes alterações. Rigor e objetividade passam a ser reconhecidos em muitos campos como garantias de uma ciência forte.

Ainda trazendo maior complexidade para se falar em ciências, diferentes culturas partiam de diferentes modos de pensar sobre elas e, por isso mesmo, as mudanças ocorridas no século passado ainda são tensionadas pelo senso comum. Com a universalização promovida pelos veículos de comunicação, a formação de pesquisadores consequentemente inspirou pesquisas sobre o aprender, adicionando ainda mais aspectos para se pensar essa formação. Ou seja, momentos de transformação intensa nos modos de conceber a pesquisa têm consequências diretas nos modos de formação desses quadros.



Diante de tantas mudanças, a formação de pesquisadores hoje supõe conhecimentos sobre essas mudanças e, também, a compreensão sobre a diferença entre os saberes produzidos na prática cotidiana, tensionados fortemente pelo senso comum ainda pouco adaptado a essas mudanças, e os conhecimentos gerados pelos diferentes campos científicos. Daí, a formação do jovem pesquisador necessitar ser amparada por informação clara e com uma linguagem que possibilite maior oportunidade, já que eles chegam com diferentes vivências.

A obra que apresento situa-se exatamente dentro dessa perspectiva, atualizar a formação de novos pesquisadores para o século XXI. O modo adotado para falar com esses aprendizes assume um tom de conversa, ao mesmo tempo em que procura varrer todo tipo de desconforto observado pelo autor, ao longo de uma trajetória extensa de orientação de pesquisas em diferentes realidades.

Consequência do fato assinalado é a impossibilidade de falar da obra sem inicialmente falar do autor. Jornalista curioso de temas fascinantes, pesquisador das excentricidades humanas, Milton N. Campos foi um viajante em diferentes mundos, sobretudo no que diz respeito a diferenças na construção do conhecimento. De comportamento inquieto em relação aos absurdos humanos, dedicou-se à compreensão da comunicação, o que ampliou ainda mais suas inquietações.

Sua trajetória inclui vivências em diferentes continentes e diferentes línguas, na busca de compreensões possíveis para as interações linguageiras. No início, dedicou-se à carreira jornalística no período difícil da ditadura militar no Brasil e, como muitos, buscou, em outros lugares do mundo, referências para seu trabalho. Não sem antes dedicar-se ao magistério informal da zona rural de São Paulo, interagindo com as dificuldades causadas pelo abandono.



Como pesquisador, passou a maior parte de sua vivência no Canadá, na *Université de Montréal*, onde era professor orientador do curso de Comunicação. Lá criou e liderou a Sociedade Internacional de Comunicação e Lógica Natural, *Communalis*, juntamente com pesquisadores de diversas partes do mundo, mantendo reuniões anuais, produzindo o desenvolvimento de parcerias importantes para o setor. Foi também criador e editor da Revista Traj*Ethos*, mantida pela mesma universidade com produção relevante, fruto destas parcerias.

De volta ao Brasil, convém ressaltar, fixou-se na UFRJ, pois, embora paulistano de raiz, tem um amor ilimitado pela cidade do Rio de Janeiro e mesmo pelos cariocas em geral, embora seja, como todo paulista, um crítico do nosso modo de viver. Todos os que vivem durante muito tempo em outro país, quando retornam, têm um relativo choque cultural. As diferenças nas práticas de formação entre os dois países, no entanto, foram bastante salutares, já que proporcionaram um exercício rico no pensar sobre a formação para a pesquisa. Este livro é fruto dessa rica trajetória.

Jovens quando ingressam na universidade, em primeiro lugar, são, em sua maioria, jovens! Externam, quando lhes é possível, dificuldades em compreender o campo no qual pretendem ingressar, até mesmo em razão das turbulências que ainda impulsionam as discussões sobre cientificidade. Sim, estas discussões ainda não se acomodaram nas relações entre os diferentes campos e ainda restam temas confusos até mesmo para pesquisadores experientes.

Foram as conversas com estes jovens que inspiraram a organização desta obra, Milton sempre manteve com os alunos uma postura de diálogo próximo, ouvido atento, além de optar por uma linguagem mais próxima deles na escrita desta obra. O modo como escreve, ao invés de parecer de um pesquisador cheio de verdades e conhecimento inalcançável, soa como a de um colega, que chega mesmo a expor dúvidas que ainda transitam nos diversos campos.



Conhecendo o autor, atrevo-me a dizer que o fato de iniciar seus capítulos com perguntas não foi por acaso. Reflete a intenção de manter a conversa, que sempre foi sua marca como professor. Além disso, tem o cuidado de pontuar as diferenças entre procedimentos e posturas, assinalando sempre suas origens e possibilidades. Antes mesmo de falar em metodologia, convida o leitor a navegar por entre as questões que constroem um projeto de pesquisa, questões necessárias à objetividade na condução de sua preparação. Resgata diferentes contribuições de diferentes tradições, mesmo as ainda recentes, postura pouco presente na maioria dos manuais que se propõem a ensinar o pesquisar.

Lembramos aqui que a maioria das tradições nos campos das ciências humanas e sociais são novidade, algumas com pouco mais de dezenas de anos. Não que isso deprecie seu rigor. No entanto, refletir sobre esses fazeres ainda se mostra relevante para a formação do pesquisador.

Esta obra propõe uma conversa com iniciantes na pesquisa. Como em toda conversa, inicia-se com a proposta de *Explorar Caminhos*, *Buscar Explicações* e *Demarcar Trilhas*. Esta organização favorece uma leitura não vertical, o leitor pode se mover em diferentes direções, como alguém que anda por uma trilha, dependendo de suas necessidades e dúvidas. Desse modo, o leitor pode fazer sua própria leitura, não é preciso caminhar em linha reta. Uma vez na trilha, os curiosos fazem paradas estratégicas e são instigados a explorar outras trilhas.

O início da trajetória, *Explorando Caminhos*, traz perguntas cruciais à empreitada como "O que é um projeto de pesquisa?", sem as quais não se pode avançar. Como em toda trilha, ela só será respondida ao longo da caminhada, indicando o como se deve caminhar. Pode-se notar, desde o início, que a metáfora do caminho é explícita nesta obra. Metáforas têm a característica de não ser preciso explicá-las. Trilhas são trabalhosas, exigem esforço, porém o esforço é, em



geral, compensado. Além disso, elas são mais bem trilhadas quando existem indicações para esse caminhar. A ordem de apresentação do trajeto é primorosa, deixando o leitor com opções, já que é um exercício fundamental para a construção de um problema de pesquisa. Chamo atenção para a habilidade do autor na utilização dos recursos metafóricos, já que sua formação inclui também estudos nesta área.

Os quatro primeiros capítulos convidam o leitor para essa trilha. Trata-se de um exercício eficaz na construção de um problema de pesquisa, que deve ser o indicador mestre para a caminhada e, sem o que, não é possível avançar. Seguem dois capítulos que convidam a escolher o olhar com o qual se pretende ver o problema. O olhar do cientista não é um olhar ingênuo, o cientista sempre olha a partir de uma tradição epistemológica. Palavra que recebe cuidado do autor, já que ele deve ter observado causar mais desconfortos em iniciantes.

O segundo grupo de capítulos, *Buscando explicações*, convida o leitor a refletir sobre as possibilidades de posicionar o olhar do pesquisador para o problema construído. Um mesmo ponto pode ser visto de diversos ângulos e esses ângulos vão possibilitar diferentes compreensões sobre o problema. Saber de onde se fala é, num certo sentido, um conforto. Cada tradição epistemológica traz consigo indicações necessárias ao caminhar e revela também seus limites. Um trabalho científico rigoroso deixa clara a referência de onde o pesquisador olhou para o problema. Finaliza este segundo grupo de capítulos discutindo a argumentação, tema resgatado na segunda metade do século passado.

O capítulo que trata especificamente do ato de argumentar amplia as possibilidades de compreensão do exercício do pesquisar, capítulo que localiza esta obra no século XXI. Apesar de ter se fortalecido, o tema argumentação ainda é pouco conhecido pelas ciências humanas e sociais e só agora passa a sedimentar seu lugar. Apesar de ter sido referência nas antiguidades, teve sua necessidade muito questionada nas idades média e moderna e, num certo



sentido, abandonada. Para iniciar a conversa, compara o argumentar com o teorizar. Para isso, utiliza-se de imagens corriqueiras, já que argumentar é algo conhecido mesmo dos pouco letrados.

A comparação entre teorizar e argumentar procura conduzir o leitor a um exercício dos processos que todo pesquisador necessariamente vai enfrentar. Um novo conhecimento exige a defesa de sua plausibilidade e essa defesa é argumentativa. Embora muito desenvolvida na antiguidade, é pouco trabalhada na formação de nossos jovens, embora, como já frisei, todos dela se utilizem. Escolhas têm que ser justificadas e isso só é possível a partir da clareza como estas escolhas são organizadas no projeto de pesquisa.

O terceiro grupo de capítulos, *Demarcando a trilha*, trata finalmente do "como fazer". Como obter os dados que permitirão conhecer e como analisá-los? Tendo um problema bem desenhado e um olhar definido, restam ainda escolhas metodológicas, que se multiplicaram ricamente neste século. Por este motivo, conhecer todas as propostas metodológicas é quase uma impossibilidade. No entanto, o autor oferece alguns norteadores para esta tarefa. Os capítulos que integram este grupo, organizam as novas contribuições metodológicas de modo a possibilitar ao jovem pesquisador a escolha coerente dos procedimentos e da análise dos dados, no interior de tradições bem definidas.

A inovação nesta obra é, sobretudo, a organização na apresentação das diferentes opções metodológicas, sempre esclarecendo de qual tradição epistemológica cada proposta foi gerada. Essa forma de apresentação das diversas opções contribui para que o leitor não seja seduzido a erros nas escolhas possíveis. Para isso, apresenta bons exemplos com sugestões de como organizar a sequência de passos do projeto.

Este livro é endereçado aos iniciantes na carreira de pesquisador, oferecendo recursos para se integrarem às também jovens



ciências humanas e sociais. Conhecer o movimento histórico em que as ciências são produzidas hoje é condição para o desenvolvimento de projetos de pesquisa. Como em todo momento de transformação, conhecer o debate instalado no século passado sobre o que são, afinal, as ciências, diferencia esta obra de inúmeras outras que, embora apresentem recursos para os iniciantes, deixam de lado importantes norteadores para as escolhas necessárias ao seu desenvolvimento. Devo aqui reconhecer que é uma boa novidade, neste momento de incertezas em que vivemos.



INTRODUÇÃO

Tomamos a decisão de escrever esse livro para tentar ajudar quem quer fazer pesquisas. Essa decisão nasceu da constatação de que pessoas discentes de todos os níveis e até pessoas doutoras têm, frequentemente, dificuldades de escrever projetos. Muitas delas chegam a ficar travadas na hora de pensar em preparar uma pesquisa! Assim, resolvemos redigir um guia de primeira viagem para quem quer começar a percorrer o caminho da investigação, compartilhando práticas conhecidas, mas também mostrando caminhos de invenção. Afinal, como veremos, metodologia também se inventa! Acreditamos que cada pessoa constrói suas metodologias em função de suas práticas acadêmicas e que o melhor que poderíamos fazer é mostrar a senda, a trilha, o caminho, o *methodos*.

A bibliografia brasileira em metodologia, nas humanidades, é extensa, mas segue, essencialmente, um olhar epistemológico "objetivista". Para quem ainda não sabe o que isso quer dizer, basta lembrar que se trata da maneira como o senso comum costuma definir ciência: é preciso "provar"! Assim, ainda que os livros de metodologia sejam muitos, em sua maioria abordam principalmente a linha objetivista conhecida como "positivismo". Há, até certo ponto, uma lacuna sobre trabalhos que integrem de maneira extensiva o campo multilinguageiro com o objetivo de orientar as pessoas sobre como elaborar projetos. Creswell e Creswell (2018) e Gil (1987), em um contexto mais geral, e Castro (2013), mais específico, são produções exemplares, entre outras contribuições nacionais e internacionais, redigidas para orientar a construção de projetos de pesquisa nas humanidades. A maneira como propomos o processo de preparação de projetos de pesquisa, no entanto, tem diferenças significativas com essas e outras obras, na medida em que busca colocar



minhocas nas cabeças das pessoas, com o objetivo de acordá-las tanto para processos de reflexão sobre o mundo como de autorreflexão (exame de si).

Não pensem que a prática científica que nos leva a elaborar projetos seja tranquila! Há muitas querelas, disputas. A distinção entre "ciência" ou "filosofia" se mistura cada vez mais e, vira e mexe, torna-se o cerne de debates que hoje ocorrem nas diversas disciplinas e transdisciplinas das humanidades, em meio à invasão das mídias sociais. Tudo isso está tensionando as práticas metodológicas. Essa tensão entre o que é, afinal, ciência nessa grande área, em um contexto em que filosofias adentraram sua seara, questionando suas estruturas, é uma realidade que precisa ser enfrentada. Por conta desse processo, que é complexo e cheio de contradições, as disciplinas, de certa maneira, retroagiram ao século XIX, quando as ciências humanas e sociais começaram a se descolar da filosofia e constituir identidades próprias. Esse movimento, esse parto das ciências antes embutidas na filosofia, desembocou, em nossos tempos, no questionamento das disciplinas e retorno à reflexão filosófica. Nessa tensão, respeitamos todas as tendências de todas as cores e formas por dever de ofício. No entanto, as pessoas jovens, a quem esse livro está direcionado, mal sabem que às vezes campos teóricos viram quase religião, com seguidores e até fanáticos! Por isso, de um lado, todas as visões e tendências devem ser respeitadas e aceitas na academia, para que esta não se torne uma instituição totalitária, uma igreja onde todas as pessoas rezam a mesma missa, o mesmo culto, seguindo o mesmo sacerdote. De outro lado, as pessoas discentes e docentes que hoje pesquisam precisam compreender essa diversidade e ter noção das diferentes orientações epistemológicas que podem estar subjacentes às ideias, sejam elas quais forem, para *fazer escolhas conscientes, informadas*.[1] No contemporâneo, as querelas extrapolaram as fronteiras do interesse em conhecer e saber

1 Ao longo do livro, as palavras e frases em itálico indicam ou (a) passagens que queremos destacar ou (b) termos estrangeiros.



para os campos de guerra das ideologias, de modo que as academias acabaram por se tornar campos de batalha de todo o tipo de tendências políticas com grande prejuízo à *crítica*, que deveria ser o motor central do pensamento nas humanidades. Os conflitos entre fazer científico ou filosófico têm ocupado diversas pessoas pesquisadoras da área das humanidades, em vários países do mundo, principalmente na América do Norte, mas também em nosso país. Nomes de críticos de um lado e de outro não faltam. Na América do Norte, podemos mencionar Camille Paglia, Noam Chomsky, Steven Pinker, Alan Sokal... No Brasil, Natalia Pasternak, Marcelo Gleiser... Do outro lado, na América do Norte, temos Judith Butler, Richard Rorty, Michael Hardt... No Brasil, Peter Pál Pelbart, Marilena Chauí, Suely Rolnik... A lista é grande!

Parece difícil se movimentar entre nomes das celebridades acadêmicas? Não tema! Há solução para todo problema! Esse livro busca ilustrar a existência desses conflitos e sua presença no instante mesmo da escolha do tema da pesquisa. Por isso, buscamos apresentar vários lados. Como nos orientar tendo consciência das implicações filosóficas das escolhas que fazemos? É a partir dessa questão de partida que "Pega a visão! Bolando projetos de pesquisa nas humanidades" foi pensado e redigido. Tentamos fazer da maneira mais simples possível para ajudar as pessoas a navegar nesses mares antes desconhecidos. Mantemos, no entanto, a barra alta para não cair em certa ignorância que assola parte significativa da academia. O livro está dividido em três grandes partes. Na primeira, "Explorando caminhos", apresentamos as bases de reflexão de como começar um processo de pesquisa. Essa parte começa com o óbvio, que óbvio não é: "O que é um projeto de pesquisa?", onde explicamos quais são os contextos possíveis de sua elaboração. O segundo capítulo põe o dedo na ferida: "O que é uma questão de pesquisa?". Na nossa prática profissional, essa pergunta é o **X** da questão e, certamente, o obstáculo que precisa de mais empenho para ser superado. Por isso, esclarecemos nos capítulos que se seguem, "Como construir



uma questão de pesquisa?" e "Revisão da literatura", quais são os passos (e são inúmeros!) que devem ser dados para que, afinal, construamos, com clareza, o caminho para responder o que queremos saber. Buscamos ensinar que ingenuidade, senso comum e ideias prontas (muitas vezes retirados das redes sociais, que viraram o foco narcísico das "pessoas consumidoras" das academias) são o caminho da mediocridade e a seara da ignorância.

Na segunda parte, "Buscando explicações", deixamos explícito que responder questões de pesquisa é explicar algo novo que não sabemos. Esse algo que buscamos nunca nasce do nada: sempre emerge das contribuições passadas de milhões de pessoas que percorreram o planeta e foram deixando suas marcas. Nesse percurso milenar é fundamental saber se alguém "Já ouviu falar de epistemologia?" e aprendeu a "Argumentar e teorizar". As explicações não nascem do nada e têm fundamento epistemológico nos processos de conhecer. Buscamos esclarecer qual é o sentido fundamental de epistemologia, não como um pot-pourri onde qualquer adjetivo pode qualificar o termo (do Sul, do Norte, chinesa, russa, norte-americana, branca, originária, ancestral, ecológica, violenta, colonizadora etc. e tal), mas como um *substantivo* fundado em um *continuum* englobando sujeito, objeto e suas relações. Nessa perspectiva, o fundamento epistemológico faz emergir o olhar que orienta as diferentes filosofias, das que sustentam as ciências às que as demolem. Somente com isso em mente se pode construir, disciplinada e progressivamente, uma argumentação sólida que fundamente não somente a questão de pesquisa, mas as respostas que dela advirão, pelo simples fato de explicar o contexto de sua ocorrência. Em outras palavras, a explicação que as teorias dão são construções argumentativas.

Na medida em que esses primeiros passos são percorridos, e somente quando já temos claro a qual campo epistemológico pertencemos, é que, na terceira parte, "Demarcando a trilha", entramos em ação no campo da investigação. Escolhemos, com toda



a humildade, um caminho sucinto, que não pretende se apresentar como um tratado de metodologia, mas uma contribuição que indique, breve e sumariamente, práticas que, em nossa experiência, se apresentam como as mais correntes, as mais comuns. Deixamos sempre claro que, assim como quando nos embrenhamos em uma senda para se chegar a uma praia deserta, o traçado do caminho pode sempre ir mudando, ainda que marcas tenham já sido deixadas na trilha principal. Nesse andar, começamos com uma "Introdução à metodologia" onde explicamos que se trata de um processo de encaixotamento aparentado ao das "matrioscas russas", que se embutem umas dentro das outras. Nesse processo, construímos um discurso de como a questão de pesquisa será respondida (no *projeto*), sem nos esquecer de apontar que um dia deverá ser verificada (no *trabalho final*). A introdução se abre nos capítulos seguintes, dedicados a alguns dos "Métodos quantitativos" e "Métodos qualitativos" mais usualmente empregados nas humanidades. A partir daí, destrinchamos os processos de escolha espelhados em variadas "Técnicas de amostragem" que permitam a adoção de "Instrumentos de pesquisa" apropriados e a elaboração de "Estratégias de análise de dados[2] e/ou interpretação de resultados" que possam promover respostas às questões. Terminamos de demarcar essa trilha de areias móveis e ajustáveis quando nos aproximamos do início do nosso objetivo, visualizando a linda praia... No entanto, temos que percorrê-la e chegar até o final dela. Assim, fica claro que "Do projeto ao trabalho final" ainda tem areia pela frente. Mas não tema! Não é muita e pode entrar, sim, no nosso caminhãozinho!

2 Nota importante: a palavra "dado" pode ser entendida de diversas maneiras: como um objeto em si, como um objeto reconhecido intersubjetivamente como tal, como percepção subjetiva. A pessoa leitora deve entender que o uso que fazemos da palavra "dado", em geral, pode ser qualquer uma dessas possibilidades. Onde for absolutamente fundamental referi-la de maneira específica, isso será feito fazendo uso de termos como "fatos" e "protofatos", que serão explicados mais à frente.



Parte I

EXPLORANDO CAMINHOS



1

O QUE É UM PROJETO DE PESQUISA?



Diante do desafio de redigir um projeto de pesquisa? Não é preciso ansiedade nem pânico, muito menos sentimentos de bloqueio e incapacidade. A vida é permanente desafio e os projetos são planos para o futuro, desejos, que se colocam à nossa frente. Na maior parte dos casos, são circunstâncias da vida que levam à necessidade de realização de sonhos. Estes demandam a preparação de planos, ainda que, às vezes, sejamos atropelados pelas necessidades da vida. Em alguns casos, as circunstâncias podem estar ligadas a demandas de instituições, como as universitárias, foco desse livro. Em outras, as exigências vêm de ambientes de trabalho, da família ou até mesmo do cotidiano. Dependendo do contexto de nossas vidas e das circunstâncias que vivenciamos, precisamos pensar em como fazer as coisas. Acabamos, assim, por começar a planejar, o que é a mesma coisa que *bolar projetos*. *Projetos são planos de realização de algo que deve se desenvolver ao longo do tempo e chegar a alguma realização futura.* São processos que levam ao desconhecido e exigem que nos adaptemos permanentemente na busca de que, finalmente, cheguem a alguma coisa. Nas universidades há demandas de realização obrigatória de vários tipos de projetos como requisito para a obtenção de aprovação em disciplinas, seleção para a pós-graduação e exames, elaboração de trabalhos de final de curso e outros tipos de realização acadêmica. Projetos também emergem de demandas sociais para contribuir para a coletividade, como ações de extensão, intervenções voluntárias variadas e incontáveis propostas cobrindo os vários campos do conhecimento, da saúde às artes, das engenharias às humanidades. Cada projeto exige um desenvolvimento específico, dependendo de seus objetivos.

Aqui, nos propomos a contribuir para tornar menos árdua a dificuldade, que uma maioria de estudantes enfrenta em seu percurso universitário, de pensar, criar, estruturar e redigir um *projeto de pesquisa*. Pode ser a nível de graduação, pós-graduação ou outra instância acadêmica ou não, que leve à geração de um trabalho de fôlego, cujos resultados e contribuições possam ser submetidos



à avaliação antes mesmo de sua realização. O caminho é trabalhoso, mas não é impossível!

Aqui, focamos primariamente nas áreas das humanas, sociais e, secundariamente, artísticas,[3] com vistas à construção de:

a. projetos de TCC - trabalho de conclusão de curso, de dissertação de mestrado ou de tese de doutorado (incluindo projetos para exames de seleção à pós-graduação e exames de qualificação); e

b. projetos de pesquisa científica para serem apresentados a agências de fomento e outros tipos de instituição de pesquisa, públicas ou privadas.

Nesse âmbito, temos nossos vieses. Todo mundo já ouviu falar de pesquisa qualitativa e quantitativa, não é? Mostramos também como preparar pesquisas qualitativas ou híbridas (quando qualidade e quantidade se associam), com foco nas primeiras. Tratamos também da pesquisa quantitativa, mas de maneira menos aprofundada, com o objetivo de ilustrar como desenvolver as investigações popularmente conhecidas como "quali-quanti". Outro viés é que não cobrimos projetos de produção (aqueles que levam a produções de filmes, instalações artísticas, produtos audiovisuais etc.), ainda que as instruções dadas ao longo destas páginas levem em consideração essa possibilidade e possam ser úteis para sua preparação. Ou seja, trata-se de um livro que oferece orientações para a construção de projetos – principalmente qualitativos - e *não* para a realização das pesquisas neles previstas.

Nossa experiência de pesquisa, construída ao longo de cerca de 40 anos de trabalho acadêmico em universidades de excelência no Brasil, Canadá e Suíça, nos ensinou que os fundamentos

3 Ao longo deste livro, quando nos referirmos às ciências humanas, ciências sociais e artes, utilizaremos o termo "humanidades". Esse termo também implica prevalência dos estudos qualitativos, ainda que mencionemos possibilidades de integração destes com os quantitativos.



científicos são os mesmos para projetos de graduação e pós-graduação, para os exigidos em processos de seleção, de qualificação, de pesquisas pós-doutorais e de busca de financiamento público ou privado. O como fazer é sempre parecido! Ou seja, as *etapas* metodológicas que devem ser seguidas para a produção desses trabalhos são, essencialmente, as mesmas. O que muda é o nível de implicação da pessoa que pesquisa, a profundidade, a extensão de cobertura do campo, a originalidade e a pertinência psicossocial dos trabalhos. É preciso que o desejo de realização fale alto pois, dessa implicação, depende a habilidade e competência para integrar, em um projeto, os conhecimentos adquiridos ao longo do percurso acadêmico e da vida. Só assim é possível encaminhá-lo para sua realização prática, para sua aplicação concreta. Pouco importa se se trata de um projeto de graduação ou de pesquisa para uma empresa. A única coisa que interessa é que tenha paixão pelo tema e tenha se dedicado ao projeto.

Na tradição brasileira, o envolvimento em atividades de produção de um projeto e do consequente trabalho de realização, no campo das humanidades, pode tomar formas muito diferentes. É importante lembrar que as exigências para seleção e integração em cursos universitários, determinadas pela legislação federal, estadual e municipal, são satisfeitas dentro de um regime de autonomia das instituições de ensino superior. São estas que as regulamentam nos diferentes níveis (graduação, mestrado e doutorado) e das mais diferentes maneiras (financiamento, pós-doutorado etc.). Dentro de um mesmo campo de conhecimento, as exigências estabelecidas para universidades estaduais como a paulistana USP ou a carioca UERJ não são as mesmas de federais como a mineira UFMG ou a gaúcha UFRGS. Estes padrões se repetem em outras instâncias como, por exemplo, a preparação de um projeto para o departamento de pesquisa de uma grande empresa multinacional.

Tais padrões estabelecidos pelas universidades se refletem em muitos aspectos, internacionalmente compartilhados. Entre



eles temos as normas de redação acadêmica, diferentes formas de referenciamento bibliográfico, expectativas de profundidade e de extensão dos trabalhos e nível de reflexão crítica. Estas dimensões fazem parte integrante do processo de pesquisa, ainda que ancoradas na diversidade de experiências e práticas exercidas dentro e fora das comunidades universitárias. Um aspecto crucial, nem sempre respeitado como se deve nas empresas, é a exigência de que os trabalhos sejam examinados e avaliados por pares. Entende-se por *pares* docentes do quadro universitário e pessoas pesquisadoras atuando em outros ambientes que as universidades. Hoje em dia, espera-se que pessoas com doutorado cuidem desses processos, ainda que, em circunstâncias particulares de universidades que não têm programas de mestrado e doutorado, docentes com nível de formação inferior possam se ocupar dessa atividade até que obtenham um doutorado. No caso dos processos mais avançados, o trabalho de orientação científico-artístico-cultural é personalizado, demandando acompanhamento do corpo docente ao longo de todo o processo de realização. Outra característica adotada na maioria das instituições universitárias é a determinação de que os processos de avaliação sejam colegiados (da seleção à conclusão), ou seja, de que tanto os projetos como os trabalhos finais sejam submetidos a bancas compostas por docentes, com a participação eventual de profissionais externos, desde que sejam pessoas qualificadas academicamente. No caso das empresas, para que possam publicar pesquisas realizadas no âmbito privado, precisarão apresentar provas da lisura do processo.

Na medida em que projetos desembocam em trabalhos de conclusão de cursos ou em aprovação em processos de seleção, qualificação e outros, nosso objetivo é orientar as pessoas a enfrentar seus medos. Escrever um projeto não é um bicho de sete cabeças! Nosso papel aqui é o de dissipar ao máximo as dúvidas e orientar as pessoas interessadas a aprender a aprender (Novak; Gowin, 1984). *Aprender a aprender é compreender que a aprendizagem é um processo que tem etapas que exigem competências que precisamos, nós*



mesmos, identificar, analisar e dominar. Além disso, é fundamental, nesse caminho, ter respeito ao princípio ético da autonomia. Ou seja: somos responsáveis por aquilo que pesquisamos e temos de andar com nossas próprias pernas, seguindo a tradição da pesquisa. Ainda que o padrão internacional das pesquisas apresente diferenças fundadas em questões relevantes que devem ser examinadas, nossas recomendações são transversais e seguem parâmetros usualmente aceitos nas academias, refletidos pelas exigências usuais das revistas científicas internacionais reconhecidas por sua qualidade. Trilhamos essa senda buscando orientar as pessoas respeitando a liberdade de suas escolhas, de modo que seus projetos sejam coerentes, sejam quais forem suas afiliações filosófico-epistemológicas. Projetos são espelhos das futuras pesquisas que serão desenvolvidas e realizadas sob a orientação de especialistas ou de maneira independente. Para que tenham sucesso na futura realização, precisam ser bem pensadas e redigidas com clareza.

GRADUAÇÃO

Muitas vezes vistos como o bicho-papão de estudantes que querem terminar a graduação, os TCCs – trabalhos de conclusão de curso – são monografias acadêmicas ou relatos associados a experiências e atividades práticas, exigidos pela legislação brasileira para a finalização dos cursos. Resultado da aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação, os trabalhos de conclusão de curso de graduação completam as determinações acadêmicas de formação exigidas pelo Ministério da Educação. Resoluções específicas, geralmente divulgadas pelo Conselho Nacional de Educação ou pelo Conselho de Ensino Superior, ordenam as exigências para os cursos de graduação. Os TCCs não são a única exigência curricular de formação de estudantes de graduação, mas completam outras exigências para



a obtenção do diploma, como carga obrigatória e complementar de disciplinas, horas de atividades de extensão universitária, estágios e outros, dependendo da área de formação.

Pois é... Não tem escapatória: o TCC é uma atividade obrigatória, resultado de um processo que, idealmente, busca integrar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos ao longo do período de estudos acadêmicos na graduação. Desemboca em uma especialização única que as pessoas discentes vão progressivamente adquirindo ao longo da preparação do projeto. Exigido habitualmente nos últimos semestres do curso, reveste-se de um caráter de pesquisa e/ou de produção profissional em que discentes têm o desafio de se tornarem cientistas iniciantes, artistas e/ou pessoas técnicas especializadas. O TCC viabiliza resultados de pesquisas e/ou de produtos originais de alta qualidade, por meio de processos de investigação, exploração e realização fundados na adoção de práticas metodológicas.

Na tradição brasileira, o TCC é exigido na maior parte dos cursos de graduação. Infelizmente, chegar ao seu final não costuma ser tranquilo. Na maioria das universidades, a falta de preparação metodológica de docentes[4] e a infraestrutura precária da maioria dos campi universitários do país prejudicam muito as pessoas discentes. Nos programas de formação profissional que precisam de equipamentos caros, esse problema pode ser ainda mais grave, na medida em que quem une experiência profissional e docência muitas vezes não possui título de doutorado, criando empecilhos para a orientação de estudantes. Essas e outras questões, como a formação precária anterior à universidade, as consequências acadêmicas da desigualdade socioeconômica nacional e a crescente

4 Como formação de base, pessoas docentes doutoras deveriam ter maestria metodológica para orientar qualquer tipo de trabalho de graduação. No entanto, no Brasil, há precariedade na formação docente desde a pequena infância até os mais avançados níveis de formação científica, fazendo com que muitas vezes as próprias academias científicas reproduzam carências metodológicas graves.



mercantilização e precarização da educação pública, acabam por dificultar – e muito – processos levando à formatura com qualidade.

Trabalhos de conclusão de curso, assemelhados às monografias acadêmicas ou associadas a experiências e atividades práticas, exigidos no Brasil, existem também em outros países. Na tradição anglo-saxônica, por exemplo, são as universidades que, na maior parte dos casos, legislam sobre os tipos de diplomas que oferecem, ainda que devam submeter as proposições a instâncias governamentais superiores para aprovação e legalização. Nos Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, a grande maioria de programas universitários de graduação não exige a elaboração de trabalhos de conclusão de curso. No entanto, muitos deles oferecem a possibilidade de se realizar um trabalho correspondente ao TCC brasileiro, sob um certo número de condições como, por exemplo, notas altas, performance superior à média nas atividades acadêmicas, interesse em fazer pesquisas e desejo de continuar os estudos em nível de mestrado. Em alguns casos, é chamado de *honors thesis*. No entanto, no Reino Unido, pátria mãe das anteriores, muitas universidades também exigem a realização de trabalhos de conclusão de curso a nível da graduação como no Brasil.

Em outros países do continente europeu, até por conta da grande diversidade de línguas e culturas, há vários formatos e exigências de formação a nível da graduação. Na França, elas dependem da instituição (se privadas ou públicas), e as orientações para a realização de trabalhos finais podem ser bastante diferentes. Na Itália, para que discentes completem os créditos, exige-se normalmente a realização de um trabalho escrito de envergadura. Já o sistema espanhol, como o italiano, demanda um trabalho de final de curso, cujas determinações legais são parecidas com as da legislação brasileira. Na Turquia, há o *Bitirme Tezi*, uma monografia que discentes devem defender para obtenção do diploma. Na Rússia, trabalhos de conclusão de curso de graduação são comuns, mas têm um caráter mais



exigente do que nos países europeus que seguem as determinações do processo de harmonização de Bolonha,[5] [6] que nem sempre demandam teses de graduação em seus currículos.

Na África e na Ásia, a obrigatoriedade de trabalhos de conclusão de curso, para além dos de mestrado e doutorado, é muito comum na graduação. Nos países mais importantes do continente africano, a África do Sul e o Egito, esses trabalhos são exigidos de modo recorrente. Na Indonésia, temos o *Tugas Akhir*, ou trabalho final. Na China não é diferente: estudantes precisam defender trabalhos de conclusão de curso em um contexto de enorme rigor e exigências acadêmicas, coerentes com a disciplinada cultura oriental.

Na América Latina, a demanda de trabalhos de conclusão de curso é, de certa forma, generalizada. Dependendo dos países, os nomes que apresentam são diferentes dos brasileiros, como *trabajo final de graduación* (Argentina, Costa Rica), *tesis* (México) e *trabajo de diploma* (Cuba). De qualquer modo, apesar das diferenças, tratam todos da elaboração de trabalhos de investigação que produzam resultados científicos ou de realização prática em diferentes áreas profissionais.

A maneira de se desenvolver trabalhos de pesquisa acadêmica ou de produção técnica ou artístico-cultural não é universal, dadas as diferenças significativas entre países, línguas, histórias e culturas, além da grande diversidade de instituições universitárias dotadas de procedimentos diferentes. Os formatos são múltiplos, as exigências também. No caso do Brasil, os projetos de TCC tornam-se, às vezes, pesadelos, por duas razões: (a) os currículos, em sua maioria, não possuem disciplinas que, progressivamente, vão

5 Trata-se de um acordo, firmado em 1999 na cidade italiana de Bolonha, que instituiu um sistema de créditos aceito por todos os países da União Europeia, de modo a permitir a circulação de estudantes e ampliação do intercâmbio entre universidades.

6 No momento de redação e publicação deste livro, a Rússia está suspensa do sistema de Bolonha por conta da guerra com a Ucrânia.



preparando metodologicamente as pessoas discentes para o seu desenvolvimento e realização; (b) deixados para o último ano sem formação prévia adequada, acabam fazendo com que sobre pouco tempo para que estudantes possam desenvolvê-los. Na medida em que precisam ser bem construídos, focando estudos específicos, a insuficiência de tempo e a precariedade das instituições acabam tendo como resultado ou trabalhos de qualidade duvidosa ou que inviabilizam os percursos discentes (com reprovações, ampliação do tempo de formatura e outros problemas incidindo negativamente sobre objetivos de excelência acadêmica).

PÓS-GRADUAÇÃO

Como se sabe, há cursos de pós-graduação de diversas disciplinas e vários níveis, levando a inúmeros títulos relacionados com áreas de especialização nas diferentes áreas do conhecimento. Dada a enorme pluralidade de cursos de formação superior a nível de mestrado e doutorado no mundo, assim como das condições de cada país para implantá-los (sociais, econômicas, culturais, religiosas, linguísticas etc.) concentramo-nos aqui na experiência brasileira, sem apresentar as diferenças de formação e os tipos de diplomas oferecidos por instituições internacionais. De uma maneira geral, existem correspondências com a noção de especialização, mestrado e doutorado, que orientam os processos de equivalências e de validação de diplomas entre países estrangeiros e o Brasil.

Em nosso país, a pós-graduação é relativamente recente comparada aos países industrializados. Foi sendo regulamentada ao longo dos últimos 75 anos pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, agência do governo federal responsável pelos cursos *stricto sensu*. Já os cursos *lato sensu* respondem a orientações do Conselho Nacional de Educação desde



2007. Há, portanto, no Brasil, pós-graduações que oferecem cursos *lato sensu* e *stricto sensu*. Os cursos *lato sensu* (sentido amplo) objetivam uma formação que leve a conhecimentos genéricos, oferecendo especializações e programas como os MBA[7] (curta duração). Os *stricto sensu* (sentido estrito) buscam a construção de saberes científicos, levando a uma especialidade específica. Dentre esses cursos *stricto sensu*, há atualmente modalidades profissionais que demandam a integração de experiências práticas. Acadêmicos ou profissionais, dos mestrados espera-se profundidade relativa; dos doutorados, grande profundidade.

Os trabalhos de mestrado, na compreensão de grande parte das instituições internacionais, devem apresentar um primeiro esboço de pesquisa bem estruturada, sem a necessidade de originalidade filosófica, teórica e metodológica excepcionais. Já a originalidade temática, é comum nos mestrados assim como nos TCCs. Revistas acadêmicas científicas de grande qualidade não aceitam, por essa razão, trabalhos submetidos por pessoas com mestrado: apenas com doutorado. Em muitos países, mestrados sequer têm defesas públicas, ainda que em países de língua latina, como no Brasil, defesas de mestrado sejam exigidas. Um trabalho de mestrado não precisa ter originalidade científica para além do tema. Com tempo médio de um a dois anos de formação, espera-se que estudantes de mestrado produzam trabalhos específicos pouco ambiciosos, mas que possam dar contribuições competentes a uma certa área, ampliando conhecimentos sem, necessariamente, quebrar paradigmas. Um trabalho que, de certo modo, repita em outro contexto um trabalho científico anteriormente publicado, pode levar a uma dissertação de mestrado.

Diferentemente dos projetos de mestrado, os de doutorado levam a trabalhos considerados relatos genuínos de pesquisa que apresentam "novos conhecimentos", a nível internacional. Depois de realizadas, as teses de doutorado são, em geral, sustentadas

7 Acrônimo para o termo internacionalmente utilizado *Master in Business Administration*.



publicamente e, em alguns países anglo-saxões, muitas vezes dá-se até direito ao público de formular questões durante a cerimônia de defesa. Exige-se, do trabalho de doutorado, originalidade científica. Para isso, estudos que demandam muitos anos de dedicação são requeridos. Com tempo médio de três a sete anos de formação, dependendo da área de conhecimento e do campo específico em que se desenvolve, espera-se que estudantes de doutorado produzam trabalhos focados, mas situados no contexto amplo da disciplina e da área particular de interesse da pesquisa. São trabalhos de fôlego que demandam da pessoa que se doutora maestria temática, filosófica, teórica e/ou metodológica. As teses de doutorado devem apresentar, obrigatoriamente, algum nível de originalidade, e dar uma contribuição significativa ao campo.

PROJETOS COMO ESPELHOS DA PESQUISA

Afinal, como definir um projeto? Vamos lá: projetos são estruturas previamente pensadas sobre o caminho que seguiremos para responder uma ou várias questões de pesquisa. Precisam ser bem desenvolvidos, pois são *espelhos* de trabalhos que serão realizados posteriormente. Tomando a prática do jornalismo como baliza e exemplo, nas redações costuma-se chamar a estrutura de um telejornal diário de *espelho*. Nesse espelho são listadas, na ordem em que serão apresentadas, as notícias. O espelho do Jornal Nacional, por exemplo, é uma espécie de sumário da edição daquele dia. Batendo o olho, já se entende como será a edição. Um projeto de pesquisa é como um espelho de telejornal, mas muito mais elaborado, na medida em que cada item precisa ser explicado. Não precisa ser só de graduação e pós-graduação, mas, como já ressaltamos, pode responder a interesses de vários tipos de instituições públicas ou privadas. Nesse sentido, planejar e estruturar previamente um projeto é essencial para a realização de uma pesquisa científica competente no campo das humanidades.



A extensão e a apresentação de projetos dependem do tipo de trabalho, seus objetivos, tempo de realização, exigências nacionais e práticas internacionais. Neste livro buscamos orientar as pessoas a desenvolver projetos de pesquisa que se orientem dentro da tradição dos estudos qualitativos e híbridos. Um projeto de pesquisa qualitativa ou híbrida (integração da quantidade à qualidade) é um documento que, independentemente do nível de formação ou atuação, tem o objetivo de justificar e explorar com profundidade um campo problemático ancorado na literatura científica nacional e internacional, de modo a levantar questões apropriadas que possam ser respondidas com base na adoção de um corpo teórico-conceitual adequado e de um processo metodológico rigoroso. Quando se trata de projetos científicos – como já afirmamos no início deste capítulo – a maneira de se pensar e de se preparar uma pesquisa é essencialmente a mesma para graduação, mestrado ou doutorado, agências de fomento, instituições de pesquisa públicas ou privadas. Ao longo dos capítulos que se seguem, apresentaremos as etapas de preparação de um projeto. Vamos dar dicas de como fazer com que o projeto seja adequado ao grau de formação desejado, de modo a capacitar as pessoas investigadoras a realizá-lo.



2

O QUE É UMA QUESTÃO DE PESQUISA?



Não tem como fugir! Quaisquer trabalhos de pesquisa passam pela elaboração de projetos. Quem os propõe busca integrar, como resultado do percurso científico, os conhecimentos aprendidos, as experiências vividas, a atuação e participação críticas no meio universitário ou profissional, e as técnicas de produção da sua área de especialização. Esse trabalho de integração, na medida em que termina com um projeto ancorado na bibliografia acadêmica e/ou profissional, a ser avaliado por especialistas, é disponibilizado quando o processo termina com o trabalho final. Um trabalho final é, na verdade, um relato da pesquisa realizada. Por meio do depósito e compartilhamento em bibliotecas e outros equipamentos públicos e/ou privados, os trabalhos finais agregam novos conhecimentos e os disponibilizam, ampliando a memória coletiva da humanidade.

Os projetos, por definição, são orientados pela curiosidade de aprender, pela necessidade de encontrar respostas a questões. Todo ser humano, desde criança, busca descobrir. Para tanto, explora o mundo a seu redor, questiona-o e cria possibilidades de solução às perguntas levantadas. Quem nunca ouviu crianças pequenas interrogando as pessoas adultas: Por quê? Mas por quê? Mas então por quê??? Buscam, insistentemente, saber qual é o porquê de muitos porquês. O caminho de pessoas que querem fazer pesquisa decorre dessa mesma curiosidade, que é um traço fundamental da espécie humana. Por conta da capacidade biossimbólica de resolver problemas através de seus processos cognitivos, afetivos e ético-morais, os seres humanos definem objetivos em função de sua capacidade de expressar, por meio de linguagens, suas dúvidas e caminhos para respondê-las. A resolução de um problema de pesquisa é, sempre, resultado de uma questão formulada fazendo uso de diversos códigos de linguagem (matemáticos, simbólicos etc.).



DA CURIOSIDADE À REALIZAÇÃO

Como então passar da curiosidade aos projetos de TCC, de qualificação ao mestrado e doutorado, de dissertação e tese, assim como de inúmeros outros planos acadêmicos, ao seu desenvolvimento e realização nos campos do ensino, da pesquisa e do compartilhamento com comunidades externas à universidade – a extensão? No mundo acadêmico, a condição prévia para a pesquisa, é uma prática que foi denominada há muitos milênios, na Grécia Antiga, com um termo especial. Essa condição se aplica a projetos que, para serem desenvolvidos, demandam a estruturação e organização de modos de fazer. Em outras palavras, precisam de *métodos*. Essa necessidade de se pensar em *como fazer* em diferentes comunidades de aprendizagem, prática e pesquisa existentes em organizações educativas, emerge também em empresas e seus departamentos de pesquisa, em instituições variadas e no cotidiano. Basta, para isso, que se coloquem questões.

Nas ciências e na filosofia, a menção mais conhecida relacionada ao *como fazer* vem da palavra "método", que vem do grego *methodos*. O termo quer dizer "senda", "trilha", "caminho", e emerge historicamente com o conhecido método socrático. Este se constitui em uma estratégia de levantamento progressivo de questões que se imbricam umas nas outras, ou seja, um processo de questionamento. O filósofo Sócrates, que fundou essa prática pedagógica dialógica de questionamento em busca de respostas a problemas de seu tempo, levava seus interlocutores a serem capazes de, por si mesmos, encontrar as soluções por meio de processos de inferência lógica. Uma inferência lógica é o resultado de uma sequência de passos que levam o sujeito que problematiza a chegar, abstratamente, a uma conclusão. As explicações são apresentadas como argumentos, procedimentos que terminam com respostas aos problemas. Em Sócrates, a reflexão filosófica e a busca de respostas são um processo de pesquisa que o indivíduo busca por si mesmo.



O discípulo de Sócrates, Aristóteles, que historicamente segue a tradição do seu mestre, refinada em seguida por Platão, inova. Além de desenvolver uma teoria do pensamento – uma lógica linguageira dedutiva que chamou de teoria do silogismo[8] – avança a tradição relacionando o pensar lógico com o mundo físico, lançando as bases da ciência empírica. O filósofo grego tinha interesse em descobertas e estabelecimento de verdades e traduziu a lógica para uso na prática empírica. Anunciou assim o que seria, um dia, o fazer científico. De Sócrates a Aristóteles e a praticamente todos os filósofos que se seguiram, o processo de reflexão sobre o mundo e os seres humanos foi se desenvolvendo, sempre pautado por uma estrutura muito simples: desejo de conhecimento → dúvidas → levantamento de questões → processos abstratos ou empíricos para resolvê-las → soluções. No centro, portanto, temos sempre um processo de problematização que se espelha através de questões. Estas são o cerne da filosofia e da ciência e estão também frequentemente presentes nas artes. São também o principal instrumento do conhecimento prático do mundo.

Assim, no contexto contemporâneo da formação científica, os trabalhos de conclusão de cursos, assim como os projetos preparatórios que os antecedem e as inúmeras oportunidades de desenvolvimento de pesquisas em várias áreas, são instrumentos desenvolvidos ao longo da história da civilização ocidental para incentivar a curiosidade, a descoberta e a capacidade de se dar respostas aos problemas humanos e sociais. Na academia e nos

8 Aristóteles define o silogismo da seguinte maneira: "O silogismo é um discurso no qual, colocadas certas coisas, quaisquer outras coisas que esses mesmos dados delas resultam necessariamente unicamente por conta delas. Por *unicamente por conta delas*: quero dizer que é por elas que a consequência é obtida; por sua vez, a expressão *é por elas que a consequência é obtida* significa que nenhum termo estranho a mais é requerido para produzir a consequência necessária." [*Le* syllogisme *est un discours dans lequel, certaines choses étant posées, quelque chose d'autre que ces données en résulte nécessairement par le seul fait de ces données.* Par le seul fait de ces données *: je veux dire que c'est par elles que la conséquence est obtenue ; à son tour, l'expression* c'est par elles que la conséquence est obtenue *signifie qu'aucun terme étranger n'est en sus requis pour produire la conséquence nécessaire* (1983b, p. 4-5)]. Nossa tradução do francês para o português.



centros de pesquisa brasileiros foram instituídas práticas capazes de coroar o percurso crítico de aprendizagem com a formulação de questões que levam ao levantamento de problemas e à busca de soluções. Essas práticas podem ser entendidas como o início de um processo de descoberta científica, artístico-cultural, técnica ou tecnológica. Seus processos podem conformar-se aos preceitos ocidentais tradicionais como insurgir-se contra eles, como é o caso dos questionamentos anti-imperialistas e coloniais. Seja como for, permanece a essência: o desejo de conhecimento, as dúvidas, os levantamentos de questões, os processos abstratos ou empíricos para resolvê-las, as buscas de soluções. Os problemas e as questões estão sempre presentes nas práticas humanas, como banalidades cotidianas para decidir se se vai ao cinema, se se compra um objeto ou o que se vai cozinhar. No amplo mundo das instituições públicas e privadas de pesquisa, são as ferramentas para se avançar conhecimentos e práticas.

EIS A QUESTÃO!

Tirando de contexto a famosa frase da conhecida personagem do poeta britânico William Shakespeare, Hamlet, podemos adaptá-la como emblema da pesquisa: "ser, ou não ser, eis a questão". As filosofias que dão origem às teorias têm, *todas*, essa questão em seu cerne. A possibilidade da existência ou da não existência define as posturas que as pessoas pesquisadoras adotam em seus trabalhos. Estas posturas levam da ideia de "objetividade" (o mundo existe fora de nós) à da "subjetividade" (o mundo somos nós), com direito a uma infinidade de posições entre esses polos e, ainda, a possibilidade de se considerá-los, ambos, uma única e mesma entidade. Vamos discutir tudo isso mais à frente, na segunda parte desse livro, "Buscando explicações". Por enquanto, vamos evitar de filosofar para começar devagar!



O que é então, sem voar muito, uma questão de pesquisa? *Trata-se de formular claramente uma pergunta a respeito de um assunto suficientemente delimitado para que, nos prazos de cada tipo de formação universitária (especialização, graduação, mestrado, doutorado) ou de demandas de outras instituições públicas ou privadas, pessoas pesquisadoras possam desenvolver processos de investigação para respondê-la.* Essa pergunta precisa estar posicionada epistemologicamente dentro de um *continuum* entre objetividade e subjetividade. Normalmente, quanto menos claro é o posicionamento epistemológico, e mais ampla a questão, menos provável que o processo obtenha qualidade e/ou sucesso. A capacidade de levantamento de questões é vasta, já que se trata de um traço natural do ser humano. No entanto, precisa ser orientada dentro de um campo bem definido para que pesquisas sejam possíveis.

Pode-se dividir de maneira didática os campos de onde emergem as questões de pesquisa em (a) filosóficos, (b) científico empíricos e (c) científicos empírico-práticos. Esses campos podem, em inúmeros casos, se misturar, se interpenetrar. Neste livro, buscaremos guardar as diferenças didáticas que propomos, focando mais no campo relacionado aos processos empíricos e empírico-práticos, ainda que formulações inovadoras de natureza filosófica possam sempre emergir.

a. *Processos filosóficos* fazem uso de métodos lógico-argumentativos abstratos[9], podendo tanto ficar em um universo especulativo da linguagem (campo do verossímil) como adentrar na lógica pura como ciência do simbolismo (campo da prova de verdade), prima da matemática. Vamos tentar traduzir isso. Os questionamentos filosóficos são processos investigativos

9 É necessário distinguir, aqui, métodos lógico-argumentativos *abstratos*, próprios da filosofia, dos métodos lógico-argumentativos *empíricos*, de aplicação científica. Estes últimos consideram dados tidos como fatos, expressos de maneira linguageira, capazes de promover respostas a questões de pesquisa.



essencialmente especulativos. Os argumentos construídos para responder as questões são, portanto, abstratos. Neles, a verificação empírica não é possível ou não é definitiva, e os "resultados" das explicações são tidos apenas como logicamente possíveis, verossímeis. As abordagens filosóficas dessa natureza têm proximidade com o campo qualitativo das humanidades. Como a explicação filosófica é abstrata, em outros casos ela constrói linguagens de outra natureza (simbólicas) dentro de campos mais próximos aos das matemáticas. Nesses casos, essas abordagens se aproximam das pesquisas científicas quantitativas pois as orientam na busca de "provas matemáticas".

b. *Processos científicos empíricos* emergem de questões de pesquisa capazes de serem respondidas com mais segurança e fazem uso de métodos empíricos. Um método é empírico quando possibilita a coleta de dados de diferentes ordens (quantitativas, qualitativas ou ambas), que possam ser analisados em processos de investigação. Através de evidências que emergem desses processos, chega-se a conclusões razoáveis. Assim, "tenta-se mostrar" ou "sugerir",[10] com base em dados da realidade percebida pelo corpo ou através de instrumentos construídos pelos seres humanos. O que se quer saber é aquilo que está expresso na questão

10 O campo qualitativo jamais produz "provas", ainda que as busque. As respostas às questões derivadas de processos qualitativos de investigação são sempre *sugestões* muito ou pouco plausíveis, muito ou pouco possíveis, muito ou pouco prováveis.



da pesquisa.[11] É importante notar que, como as humanidades fundam suas questões e buscas de respostas em problemáticas que se expressam pelas multilinguagens humanas (a linguagem propriamente dita e as linguagens construídas pelo ser humano), são fundamentalmente qualitativas, campo da "sugestão". Nesse sentido, elas vêm atualmente cedendo territórios de investigação empírica para a especulação filosófica. Há, portanto, uma crise de identidade que, se para muitos apenas consiste em um trânsito paradigmático, para outros, constitui banalização das evidências possíveis (como "dados" linguageiros desacompanhados de verificações factuais).

c. *Processos científicos empírico-práticos* ocorrem em contextos de integração da pessoa pesquisadora com as pesquisadas. Neles, as questões de pesquisa são colocadas à prova da coletividade, fazendo uso de métodos empírico-práticos, de modo que as questões se revestem mais como objetivos de realização, como buscas de se fazer algo que transforme a realidade. As práticas são essencialmente empíricas,

11 A problemática da prova, ou seja, do estabelecimento de uma verdade lógica ou empírica, é objeto de controvérsias por conta de críticas sobre o fato de que seu estabelecimento estaria submetido a manifestações de poder (do Estado, da ordem econômica etc.), de modo que as respostas às questões implicariam modalidades de exercício de autoservidão e/ou opressão e, portanto, ideologicamente comprometidas. No entanto, podemos ter uma visão menos radical do que esta que questiona a própria ciência como prática de descoberta de conhecimentos. Dentro da perspectiva da tradição das ciências, no caso das exatas, os sistemas lógicos e matemáticos, fechados, são construídos a partir de axiomas. Ou seja, são inventados. Suas verdades são tiradas dentro desses sistemas, que são arbitrários, produzindo verdades atemporais (Grize, 1996; Castro, 2017). Quando cálculos matemáticos "concordam" com dados da realidade, como ocorre na física, temos um caso específico de verdade científica *a priori* (sem a necessidade de verificação empírica). No caso das biológicas e, em grande medida, das próprias humanidades, cujos sistemas de produção de conhecimentos são abertos e complexos, os processos de descoberta não são fundados em axiomas e obedecem à lógica da teoria mais provável, produzindo não provas, mas evidências circunstanciais ou sugestões de possibilidades, baseados na experiência empírica. De qualquer maneira, que sejam admitidas como provas ou como sugestões, há, portanto, conhecimentos que são necessários e universais e outros que são contingentes e particulares. Em defesa do fazer científico é preciso destacar que a verdade lógico-matemática, a verificação empírica, e as sugestões que dela decorrem, não conferem ao processo de descoberta um caráter *necessariamente* ideológico, ainda que possa sê-lo.



> pois seus processos podem ser documentados. Podem ser desenvolvidas não somente em processos tradicionais de pesquisa em instituições públicas e privadas, mas também em processos inovadores de pesquisa em ação, de ensino e de extensão, quando se busca, junto com comunidades, coproduzir conhecimentos. Métodos, nesse caso, são caminhos do fazer, processos que se revestem de etapas necessárias para que os objetivos expressos pelas questões de pesquisa sejam alcançados.

Resumindo... As questões são as orientadoras da curiosidade. Desde que trabalhadas com métodos transparentes, questões podem ser respondidas. As respostas, sobretudo no campo qualitativo da produção de *sugestões,* não se constituem como "verdades" relativamente ao que se quer saber, conhecer, aprender. Verdades definitivas só na matemática e, em menor medida, na física que, ainda assim, estão sujeitas a serem "engolidas". A demonstração desse fato provém das contribuições do matemático Kurt Gödel (*apud* Grize, 1996; Kennedy, 2020), indicando que dado um sistema, outro mais amplo sempre o engloba e, assim, infinitamente. Segundo Grize, os teoremas da incompletude de Gödel, publicados em 1931, indicam que, nos sistemas formais, uma metalíngua sempre exige outra metalíngua ainda mais poderosa que a abranja, ao infinito. Ou seja, toda prova matemática que confirma um conhecimento é *sempre* uma verdade dentro de um sistema. Diferente do que a filosofia pode produzir como respostas, as pesquisas nas humanidades buscam reflexões e explicações sobre universos verossímeis, plausíveis, passíveis de sugerir possíveis "verdades" provisórias emergindo das pessoas. Os métodos, nesse caso qualitativos e eventualmente híbridos (quando associados com pesquisas quantitativas), propiciam a leitura e a coleta de vivências, de percepções e de explicações sobre contextos específicos. Não nos esqueçamos, finalmente, que pesquisas filosóficas são também interessantes, têm questões, mas as respondem por meio de mecanismos específicos de reflexão abstrata.



Para a formulação de uma questão adequada e pertinente ou para a definição de objetivos de realização prática, algumas características são importantes de serem levadas em consideração. Para começar, o tema da questão tem de ter *originalidade*, trazer algo de novo para seu campo do conhecimento. Além disso, a questão precisa apostar em *clareza* e *delimitação* significativas, ainda que trate de problemas complexos. Ou seja, a capacidade de escolher uma perspectiva ou um aspecto específico. Além dessas características importantes, uma pesquisa bem-sucedida também precisa que a questão relativa à temática tenha *relevância*, seja para o indivíduo como para a sociedade ou, idealmente, para ambos. Finalmente, é fundamental levar em consideração que a questão que leva à pesquisa precisa ser passível de ser respondida e, para isso, é essencial uma avaliação de *viabilidade*. Pesquisas dão certo em função das condições e do tempo de que dispõe a pessoa envolvida no processo de descoberta.

Existem diferentes tipos de questões que se associam na produção de um caminho de investigação filosófico-especulativa, científico-empírica ou científico-prática. Além disso, dificilmente vêm isolados em uma pesquisa. Dependendo do tema, pode-se encontrar associações entre alguns desses diferentes tipos ou vários deles, além de atravessamentos. As questões "*o quê?*" definem exatamente do que trata o que está sendo investigado. As questões "*como?*" têm o objetivo de encaminhar processos para que se possa buscar conhecer fenômenos. As questões "*quando?*", essenciais em processos históricos nos quais se inscrevem as humanidades, têm o objetivo de traçar a cronologia dos fatos ocorridos de modo a explorar como as memórias do passado se inscrevem no presente e no futuro. As questões "*onde?*" localizam os contextos nos quais os fenômenos ocorrem, tanto do ponto de vista exclusivamente psicossocial e simbólico, mas também ambiental, histórico e cultural. As perguntas "*quem?*" nos ajudam a determinar os participantes de um dado fenômeno, suas ações, interações e influências. Finalmente, as questões



"*por quê?*", as mais difíceis de se responder, tratam de estabelecer uma relação de causalidade (ou seja, ir da causa à consequência), no que diz respeito aos fenômenos investigados. É fundamental compreender que a questão é a baliza que orienta todo o trabalho de pesquisa, tanto em sua dimensão investigativa, pedagógica (ensino) ou de compartilhamento com a sociedade (extensão). Só questões claras, precisas e bem fundamentadas, ainda que em contextos complexos, podem impedir que uma pessoa se perca no processo e acabe sem saber, ao final, o que está pesquisando. Mesmo diante de complexidades, formular questões dessa maneira tem o potencial de obter sucesso.

ESPECIFICIDADES DA COMUNICAÇÃO NAS HUMANIDADES

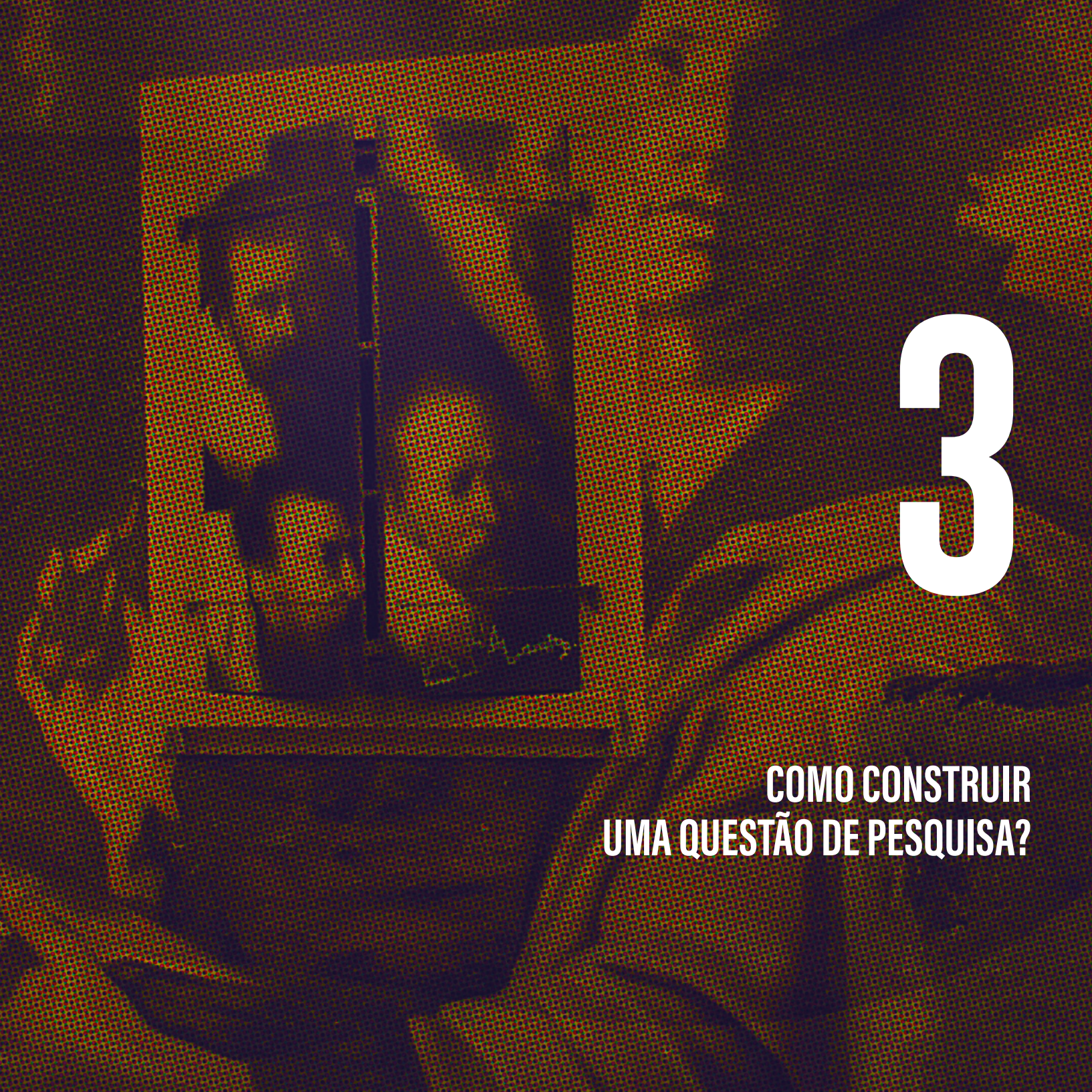
É importante ter em mente que pesquisas no campo das humanidades são constituídas em processos comunicativos. Os processos humanos e sociais implicam emissão, em mensagens trocadas em interações (que podem ser intermediadas por diversas ferramentas), e em recepção. Questões de pesquisa podem ser direcionadas mais para contextos de emissão ou mais para de recepção, mas sempre tendo em vista a complexidade das trocas naturais e socioculturais. A capacidade de comunicar é particularmente reveladora do estatuto sociopolítico-econômico-cultural do *homo sapiens*. Os estudos nas humanidades, sejam exclusivamente disciplinares (na Sociologia, na Ciência Política, na Psicologia, na Educação etc.) ou interdisciplinares (quando as disciplinas se associam) são atravessados pela comunicação. Portanto, ainda que os estudos a respeito da emissão, das mensagens e da recepção sejam o que distingue a transdisciplina da Comunicação das outras, seus processos são sempre subjacentes às questões humanas e sociais



tratadas pelas outras disciplinas. Nesse sentido, são importantes para todos os tipos de pesquisa envolvendo a reflexão acadêmica especulativa e empírica.

O princípio da qualidade, que caracteriza as pesquisas qualitativas e híbridas, traz em si, na investigação científica, as circularidades entre investigação, produção e emissão de conteúdos, as complexidades das linguagens e dos mecanismos lógico-argumentativos e retóricos de convencimento e persuasão, além das formas e tecnologias de transmissão, consumo e troca de informações que caracterizam o mundo digital contemporâneo. Assim, é preciso levar em consideração que toda pesquisa se insere na circularidade em espiral dos processos comunicativos. Portanto, as problemáticas de pesquisa, assim como as de ensino e extensão, sempre estão associadas e precisam levar em conta o *processo de comunicação* como foco das interações na elaboração de questões e na busca de respostas.

O campo das humanidades é, portanto, atravessado pelos processos de comunicação, suas trocas e interações. As pesquisas nessa área do conhecimento, portanto, revelam que a curiosidade de buscar saber, conhecer e aprender só se desenvolve em contextos comunicativos que propiciam a emergência de questões de pesquisa adaptadas a esse campo. A formulação de uma questão de pesquisa talvez seja a parte mais difícil do processo de investigação científica nas humanidades. Independentemente do objetivo do trabalho – se ligado à preparação de projetos de conclusão de cursos, seleção, concursos para obtenção de fundos ou outros – a questão é o norte de toda pesquisa. É ela que orienta a escolha dos métodos e o encaminhamento de todo o processo. A questão da pesquisa reflete a mente curiosa que busca saber, conhecer, aprender e comunicar.



3

COMO CONSTRUIR UMA QUESTÃO DE PESQUISA?



Já vimos que os seres humanos são naturalmente curiosos, querem compreender o mundo em que vivem e as pessoas com as quais compartilham vivências. Como resultado de suas dúvidas, estão permanentemente refletindo sobre contextos e formulando questões de todas as ordens na busca de resolver problemas. Dependendo da situação, diferentes formas de questionar emergem. Uma mesma situação problemática pode permitir a geração de inúmeras questões, tanto gerais como específicas. Pode gerar também questões que podem ser resolvidas de diversas maneiras (incluindo a não resolução como uma forma de solução). *As questões são o motor das atividades humanas em todos os campos da vida, por meio do processo sociocognitivo, afetivo e ético-moral de resolução de problemas. Seus resultados propiciam aprendizagens e, consequentemente, a produção de saberes e conhecimentos*.

CONHECIMENTOS E SABERES

Vamos desatar um nó. Na língua portuguesa, muitas vezes utilizamos palavras que, sem terem exatamente o mesmo significado, são empregadas como sinônimos em certos contextos. É o caso de *saberes* e *conhecimentos*. Para deixar claro como pensamos sobre o que decorre dos resultados das pesquisas, diferenciamos didaticamente os dois termos, ainda que, na verdade, *eles façam parte de um continuum*. Ou seja, ambos estão na mesma linha, mas em polos opostos. Passa-se de um para outro, do outro para um. Simples assim.

Utiliza-se ordinariamente a palavra "conhecimento" relacionada com informações, ideias, manifestações expressivas e juízos que são produzidos pelas pessoas (emergindo tanto de processos cognitivos individuais como coletivos), compartilhados em círculos familiares, grupos de amigos, comunidades variadas e outras formas de agrupamento. Ou seja, tudo o que a gente conhece, da cor



da parede de casa à letra de uma música, é compreendido popularmente como "conhecimento". Vamos então estabelecer uma distinção entre "saber" e "conhecer".

Chamamos aqui de *saberes* os aprendizados resultantes das questões que levantamos no dia a dia que não demandam métodos estruturados para a produção e explicação de conhecimentos e integram a afetividade aos processos cognitivos. Em sua maioria, as questões relacionadas a saberes estão ligadas à prática do vivido: – Como dizer à pessoa desejada que a amo? – Como fazer para ir ao cinema com a turma da academia hoje à tarde, se estão trabalhando nesse horário? – Por que minha mãe sempre implica comigo quando vou para o Baque Mulher contestar as estruturas do patriarcado? – Como fazer um bolo vegano? – O que fazer para desentupir o encanamento da pia? – Qual é o melhor jeito de se aprender inglês? etc. Os *saberes* são "conhecimentos" que emergem do *senso comum* e as questões que os produzem buscam resolver problemas do cotidiano. Grande parte desses saberes é difundida através de várias mídias como TV, rádio, cinema, redes sociais, plataformas na Internet etc. Nesse sentido, podem vulgarizar e repetir, como fazem os papagaios, *conhecimentos*, mas sem se confundir com estes.

Para além das questões relacionadas a problemas do cotidiano, temos outras que demandam estudos e aprofundamento, cujos resultados são admitidos como verossímeis. Para isso, as questões precisam ser estruturadas, organizadas e submetidas a um processo ordenado que chamamos de "metodologia da ciência". Chamamos de *conhecimentos* as produções que emergem do *interesse* de conhecer e que tem a capacidade de explicar. Muitas vezes, a chegada ao conhecimento começa com uma questão ingênua retirada de saberes. O saber ingênuo pode acabar levando a um processo de conhecimento quando busca explicações racionalmente fundadas, relativas a informações, ideias, manifestações expressivas e juízos que podem ser verificados por meio de processos de investigação estruturada ("metodologia da pesquisa"). É a verificação



que leva a aprendizagens e o estabelecimento de conhecimentos que sejam aceitos socialmente e considerados *científicos*. Ou seja, não resultam de reflexões baseadas no senso comum.

A linha demarcatória entre esses polos muitas vezes se confunde porque muitos *conhecimentos* que produzem *ciência* são resgatados e disponibilizados através dos mesmos instrumentos que os *saberes* relacionados com o *senso comum*. Além disso, a guarda da memória coletiva da humanidade hoje não está somente restrita a equipamentos sociais como as universidades, institutos de pesquisa, bibliotecas e arquivos públicos e privados, mas no grande acervo online que é a Internet. Nela, podemos procurar desde receitas para relacionamentos frustrados (saberes) até explicações sobre possíveis curas para diversos tipos de câncer (conhecimentos científicos), guardados em depositórios universitários, revistas científicas, livros acadêmicos e outros meios. Nas humanidades, lidamos com muitos contextos e práticas do senso comum a partir dos quais buscamos ou filosofar ou fazer uma ciência capaz de levar a conhecimentos plausíveis, possíveis. Muitas vezes, temos o oposto: de produções que chegam a conhecimentos plausíveis e possíveis tiramos propostas de vivências para enriquecermos o senso comum. Por isso, a linha demarcatória entre esses campos é, na verdade, teórico-filosófica, e a adotamos aqui no sentido de buscar compreender e apontar que é diferente explicar algo em função do senso comum e explicar esse mesmo algo com base em uma metodologia científica. Dependendo do olhar teórico, a linha entre um e outro se demarca, é borrada ou inexiste!

Discutimos esse tema aqui emprestando as reflexões de um pensador bastante conhecido de muita gente. Trata-se do biólogo, epistemólogo e psicólogo suíço Jean Piaget (1969). Foi ele quem propôs a distinção entre o conhecimento do *senso comum*, que ele chama de *saber*, e o conhecimento *científico* que faz uso de procedimentos específicos para a descoberta, que ele chama propriamente de *conhecimento*. Para Piaget, nos *saberes* se incluem



os conhecimentos cotidianos, a própria filosofia (por ser especulativa) e a religião, enquanto nos *conhecimentos* (científicos) temos descobertas com resultados efetivos, obtidas através de métodos específicos. Nesses campos transitam, por exemplo, desde práticas que nos habilitam a, para resolver problemas, ou somente consertar o encanamento da pia de casa (saber) ou explicar o processo físico de fluxos dos esgotos pelos canos para impedir e/ou liberar entupimentos (engenharia hidráulica). Outro exemplo: há contextos em que ou se afirma que uma reza cura certas doenças (saber) ou se apresentam evidências de que vacinas produzem proteção contra elas (conhecimento). Ainda que haja uma *continuidade*, fundada na curiosidade, entre *saberes* e *conhecimentos científicos*, salientamos a distinção feita por Piaget entre esses processos de apreensão da realidade por conta da complexidade ecológica das relações sociais em sua interação permanente com a natureza, que se expressa pelos processos individuais e coletivos de aprendizagem. São semelhantes, mas seus procedimentos diferem. *Saber* intuitivamente que o fogo queima não é a mesma coisa que *conhecer* os mecanismos físico-biológicos envolvidos quando em contato com a pele humana, que pode ser destruída e regenerada depois de um acidente. Outro exemplo dessa distinção, provinda do campo das artes: interpretar uma personagem intuitivamente (*saber*) não é a mesma coisa que a construir com base nos conhecimentos milenares acumulados pela dramaturgia (*conhecer*), que incluem os do escritor trágico grego Sófocles e os do célebre especialista russo da interpretação teatral Konstantin Stanislawski. Em suma, na vida cotidiana não costumamos nos questionar sobre o que sabemos. No entanto, o questionamento e o emprego de uma metodologia para respondê-lo torna um saber problematizado em um conhecimento.

Na academia, como na vida cotidiana, circulam *os saberes* e os *conhecimentos científicos*. Não nos questionamos sobre o que sabemos com o intuito de tornar as razões dos saberes conhecidas academicamente. Por exemplo, quero saber por que minha



mãe está me escondendo algo. Posso tentar descobrir a razão, até desvendá-la, mas isso não torna esse saber em conhecimento. Somente o questionamento e o emprego de uma metodologia específica para responder uma questão de pesquisa torna um saber problematizado em conhecimento.[12] O foco principal de instituições como universidades, institutos de pesquisa e até empresas privadas que financiam investigações é o de construir conhecimentos científicos, ainda que a produção de saberes também tenha valor para a exploração de problemáticas especulativas. Na busca de conhecimentos, a formulação de questões demanda uso sistemático e ordenado de constatações e inferências, de modo que resultados possam ser extraídos segundo procedimentos adequados, passíveis de serem ou verificados lógico-matematicamente para estabelecer uma verdade (como nas exatas e biológicas) ou validados por verossimilhança em termos de sua plausibilidade e/ou possibilidade (como nas humanidades). Como então formular questões dentro do contexto de produção de um projeto de pesquisa?

CONSTRUÇÃO DE QUESTÕES E BUSCA DE RESPOSTAS

HIPOTETIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

A maioria das pessoas tem uma ideia do que significam as palavras "hipótese" e "problema", não é mesmo? No entanto, uma coisa é o uso dessas palavras no cotidiano e, outro, em contextos

12 Mantemos a distinção entre saber e conhecer por uma questão didática. Dependendo da abordagem filosófica ou fundada em crenças de pessoas pesquisadoras, essa posição pode ser criticada ou até mesmo contestada. Há quem considere a produção de saberes como sendo científica.



de processos de conhecimento. Vamos tentar explicar o que querem dizer porque são importantes para definirmos as questões que vão fundamentar os projetos de pesquisa. Na tradição científica "objetivista", o caminho de busca de questões indica a necessidade de se arrolar, primeiramente, um conjunto interessante delas para, em seguida, se escolher as que melhor viabilizem o levantamento de hipóteses. O termo "hipótese" está diretamente associado aos procedimentos de construção de questões de pesquisa nas áreas exatas e biológicas, sofrendo atenuações nos casos das humanidades. O que é uma hipótese? Trata-se de uma suposição fundada em dados e conhecimentos preliminares sobre um assunto que demanda maior investigação. Assim, uma hipótese é uma afirmação a respeito de algo que se supõe ser verdade, mas que precisa ser mais bem estudado para que, na busca de solução, uma prova seja apresentada para explicar o fenômeno (a "tese"). Por exemplo: "o quadro gripal que tem levado à morte pessoas com síndromes respiratórias é produzido por um tipo específico de coronavírus". Estudam-se os casos, fazem-se os testes de fluidos orgânicos e analisam-se os resultados até se encontrar uma prova sólida (ainda que provisória) do agente que provoca as síndromes. No caso da Covid-19, por exemplo, quem levantou essa hipótese obteve resposta afirmativa a ela, pois o agente virótico encontrado é um coronavírus. Diz-se então que a hipótese foi confirmada e o resultado da experiência positivo. No entanto, as pessoas pesquisadoras que apostavam que se tratava de outro tipo de vírus falharam. Diz-se então que a hipótese não foi confirmada e que o resultado da experiência foi negativo. Obtiveram, pois, uma afirmação negativa: "afirma-se que não foi produzido por outro tipo de vírus". Na prática científica, um resultado que nega a hipótese tem o mesmo valor que um que a confirma.

A palavra "hipótese" traz dificuldades nas humanidades na medida em que, normalmente, encaminha a empresa de pesquisa na direção da obtenção de uma "prova" do que se afirma. Geralmente, esse caminho é baseado em dados quantificáveis que possam levar



a um "sim" ou a um "não". No mundo acadêmico atual, por razões epistemológicas,[13] pensar em hipóteses faz sentido principalmente no campo quantitativo. Uma razão epistemológica é o fundamento do campo a partir do qual se constrói um quadro filosófico específico que permite a produção de teorias que podem estar mais próximas de critérios de objetividade ou de subjetividade (*continuum* epistemológico). Ou seja, se compreendemos os conhecimentos com base em *dados*[14] (mais objetivamente) ou *percepções, sentimentos, crenças* (mais subjetivamente). Os dados "objetivos" permitem a identificação de elementos de "prova" de que algo é, de certa maneira, ou tenha ocorrido. Neste caso, temos o resultado positivo ou negativo de um processo que partiu de uma hipótese, onde as explicações concorrentes foram eliminadas. Na biologia, a existência de um vírus que produz uma doença pode levar a uma "prova", ainda que provisória. No entanto, quando desenvolvemos pesquisas nas humanidades, hipóteses são instrumentos muito limitados, pois podemos levantar tantas explicações possíveis que fica difícil, se não impossível, se chegar a um "sim" ou a um "não". Assim, o caminho das humanidades é problematizar. Não se pode "provar" que as percepções, sentimentos e juízos de pessoas que estudamos sejam, de fato, o que elas dizem ser ou acreditar. Nesse caso, o único critério de validação é a sinceridade que depende de *crença*: é preciso *acreditar* no que as pessoas dizem. Esse fator, por si só, revela a complexidade da pesquisa humana e social e seu caráter específico. Como o que é complexo pode levar a várias afirmações a respeito dos vividos

13 No Capítulo 5 (Já ouviu falar de epistemologia?) trataremos da importância de se compreender os fundamentos epistemológicos dos conhecimentos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa que anunciam trabalhos de conclusão de cursos e outros tipos de realização.

14 De maneira superficial, um dado supõe a existência de um objeto *em si* enquanto um fato seria a representação de um dado. No entanto, um fato pode ser uma representação objetiva (correspondente a uma posição objetivista: uma cópia da realidade), socialmente compartilhada (correspondente a um acordo intersubjetivo, uma posição interacionista) ou mesmo subjetiva (correspondente a uma posição subjetivista). Essa relação, entre o que seria um dado e o que seria um fato é, na verdade, muito mais complicada! Ela pode se apresentar de múltiplas formas dependendo da filosofia e da posição epistemológica da pessoa pesquisadora.



(portanto, várias hipóteses e várias explicações possíveis), nesses casos é melhor trabalhar com a ideia que o termo *problematização* encerra. O que é uma problematização? Em um sentido geral, trata-se de um processo de levantamento de questões fundado em percepções, sentimentos e crenças, a respeito de um contexto complexo que queremos compreender e explicar, cujas respostas possíveis não se reduzem a uma dicotomização entre sim ou não. Assim, uma problematização é um processo de levantamento de várias questões a respeito de algo que ainda precisa ser mais bem estudado para que, na busca de solução, um conjunto de reflexões sobre as possíveis consequências seja apresentado para explicar o fenômeno, de modo a fundar uma tese plausível e/ou provável. Como veremos mais adiante, ainda que haja diversas modalidades de problematização, há duas principais, pois são mais recorrentes nas humanidades: a crítica e a pós-estruturalista.

VERDADES E DADOS – POSSIBILIDADES E FATOS

Toda essa conversa ainda não é tudo! Tem mais. Nas humanidades, o estatuto dos dados (habitualmente relacionado ao campo exato e biológico)[15] como algo objetivamente material, é muito complexo. Seriam fatos, dados? Os *fatos*, entendidos a partir de uma perspectiva objetivista, correspondem aos dados quando se determina sua existência material como cópias da realidade. Como são expressos e produzidos por processos linguageiros, precisaríamos determinar, no positivismo, que os simbolismos são também materialmente objetivos. Tomados dessa maneira no campo da linguagem, seriam paralelos aos dados. Quando não são considerados materialidades objetivas, há uma dificuldade no entendimento do que seja um *fato*. Se não há recurso algum ao mundo dito objetivo, basta somente crer

15 O campo biológico faz, na verdade, uma transição entre a materialidade empírica das coisas e das ideias. A Psicologia, que é uma disciplina biológica, tem áreas de pesquisa que estão mais para fatos do que para dados, especialmente na sua modalidade social.



na sua existência. É o caso do *protofato*, que é produzido subjetivamente e expresso como narrativa. O cerne deste problema, nesse caso, é a *crença*, que se manifesta por meio de *percepções*, como expressão subjetiva. Outro jeito de entender o problema é quando, ao mesmo tempo, se procede a uma verificação material que passa por uma confirmação intersubjetiva do que se crê, produzida por acordos negociados, como em uma das possíveis perspectivas interacionistas. A depender de como definimos *fato*, ele pode corresponder única ou parcialmente a um dado objetivo, ou não.

Expliquemos melhor, começando pelos *fatos tidos como dados positivos*. A posição objetivista, como já vimos, demanda "provas". Ou seja, que a resposta à questão de pesquisa seja apresentada a partir de uma hipótese que gera um sim (verdade) ou um não (falsidade). Ou seja, como nas exatas e biológicas, a pesquisa humana e social precisaria gerar conhecimentos ancorados *objetivamente*. A mediação por linguagens axiomáticas (como na lógica) ou verificações empíricas experimentalmente controladas que determinam o estatuto de prova de *verdade* em função do sistema que as produziu, por meio de medidas lógico-matemáticas, só é possível no campo das humanidades se a medida da objetivação for um acordo entre o que é lógico-matemático e a própria linguagem. Isso traz ambiguidades e dificuldades para se afirmar categoricamente que algo seja verdadeiro ou falso. Nessa primeira perspectiva, um fato é considerado uma materialidade positiva, existente, uma materialidade linguageira. Ou seja, os discursos são tidos como objetos simbólicos materiais, cópias da realidade. Não nos esqueçamos, porém, que essa posição positivista não é universal: há controvérsias e há outras maneiras de se entender o que é um fato.

Chegamos então aos *fatos construídos*. Os fatos construídos substituem as evidências ancoradas objetivamente das exatas e biológicas enquanto representações compartilhadas intersubjetivamente que precisam se fundar em dados. Nessa segunda perspectiva, um fato é um acontecimento, uma ocorrência, testemunhado



por mais de uma pessoa que possa, assertivamente, dizer que aconteceu na realidade algum evento materialmente verificável. Por que precisamos de mais do que uma testemunha e de materialidade da ocorrência? Porque uma pessoa pode afirmar algo que não ocorreu, ou apresentar versões contraditórias sobre o que materialmente se verifica como tendo ocorrido. Sem mais de uma testemunha e materialidade, não teríamos como corroborar sua declaração. Com mais pessoas e processos de investigação, temos mais elementos da verificabilidade de um fato e de sua corroboração material. Para admitir a plausibilidade existencial de algo, precisamos estabelecer acordos linguageiros comuns sobre essa existência, ainda que implícitos, tácitos (Habermas, 2003). Esses acordos precisam, portanto, ter algum amparo na materialidade empírica. Por exemplo, um crime de morte que pode ter sido cometido tanto pela polícia como por bandidos. O estabelecimento da ocorrência desse crime como fato (pela polícia ou pelos bandidos) depende, além das percepções dos agentes de segurança, dos testemunhos de pessoas sobre o que viram e/ou ouviram, e a corroboração da morte através da existência de um corpo. Estabelecer fatos, portanto, gera conhecimentos. Dentro dessa perspectiva interacionista, fatos, para serem compreendidos em seus contextos, produzem conhecimentos ancorados *intersubjetivamente*. Nessa perspectiva interacionista (que pode apresentar um sem-número de variações), a linguagem expressa, essencialmente, o olhar subjetivo de pessoas que testemunham algo e o compartilham, com apoio de laços evidentes com a realidade material, o mundo objetivo.

Já os *protofatos* emergem de interpretações subjetivas, percepções construídas a partir de "fatos" cuja comprovação material é indisponível. Na medida em que protofatos não podem ser completamente verificados, abrem espaço para a emergência de saberes baseados em sentimentos, emoções, crenças etc. Quando a linguagem escapa da verificabilidade dos fatos construídos e desliza para a prevalência das emoções, sentimentos e crenças, falamos



de protofatos, habitualmente expressos por narrativas. Sem sê-los, estas fazem, metaforicamente, as vezes de "dados" da produção de subjetividades. Várias pessoas podem se associar na crença de algo, ficando reféns de um protofato, pois o seu estatuto como dado é absurdo e, como fato, é duvidoso. Um exemplo: um evento noturno com luzes no céu pode levar pessoas a dizer que viram, efetivamente, um disco voador. Nesse caso, poderia haver apoio de testemunhas, o que teoricamente determinaria o estatuto de sua existência. No entanto, sua determinação como fato efetivo é impossível – caso do ET de Varginha, Minas Gerais (Incidente de Varginha, 2026) – pois não apresenta materialidade na realidade, no mundo objetivo.

Desta maneira, o campo humano e social é minado por crenças e as dificuldades do fazer científico são enormes. Poucos eventos humanos podem ser "provados" como ocorre de maneira limitada na Psicologia quando associada a métodos neurocientíficos. Neste caso, o estudo de especificidades do funcionamento do cérebro pode, eventualmente, apresentar "provas" ancoradas na biologia. Infelizmente, na maior parte das situações, o estudo das percepções, crenças e sentimentos a respeito de fatos socialmente compartilhados permite somente uma validação científica enquanto *verossimilhança*, pois necessita da linguagem intersubjetivamente compartilhada para se estabelecer. O campo das humanidades, portanto, é majoritariamente composto por pesquisas a respeito de fatos, cujos estudos se amparam na *verossimilhança*, na *plausibilidade*, na *possibilidade*. Em casos em que o organismo está em questão, como no exemplo da Psicologia neurocientífica, "provas", entendidas como *verdades empíricas*[16] podem emergir, ainda que limitadamente. Nesse campo, as pesquisas são fundadas em dados, estudos que lidam com a *probabilidade*. Raramente conhecimentos humanos e sociais se prestam a produzir *verdades matemáticas*

16 Entende-se por "verdade empírica" um dado que leva a uma verificação inquestionável dentro de um contexto provisório borneado por axiomas. É quando a matemática "concorda" com a realidade.



ou *lógico-abstratas*.[17] Esses conhecimentos têm a característica de serem *necessários* (não há como as verdades que deles se obtém não serem verdades) e *universais* (as verdades obtidas, das quais não se pode duvidar, podem ser generalizadas). No caso das humanidades, por exemplo, *necessidade e universalidade* podem ser buscadas em regularidades expressas pela cultura (como, por exemplo, dizer que necessariamente, em todas as culturas, os seres humanos se adornam). No entanto, tal afirmação é extremamente controversa, em função de conflitos epistemológicos.

DEBATES DIFÍCEIS

Como diziam os antigos, muita trovoada é sinal de pouca chuva! As disputas dos que se contrapõem uns aos outros, no mundo da pesquisa, são apenas querelas. Sabe-se lá quem está certo! O fato é que, no fazer científico das humanidades, há inúmeras abordagens, das quantitativas (como estudos baseados em *surveys*, por exemplo) às qualitativas (como análise de dados discursivos de entrevistas, observações etnográficas etc.). Há quem as integre em processos quali-quanti ou quanti-quali.[18] Há ainda, o problema da distinção do que seja o dado e a prova, do que seja um fato ou um protofato.

Hoje em dia, como vimos, no campo das humanidades convivem abordagens fundadas em *dados* linguageiros tidos como cópia material da realidade, em *fatos* negociados intersubjetivamente, articulados em função de uma objetivação, e percepções na base de interpretações filosóficas que se manifestam como *protofatos*, isto é,

17 Com relação a certos discursos pós-estruturalistas a respeito da impossibilidade de "verdades", relembremos que a própria matemática, há quase um século, já demonstrou não a inexistência delas, mas seu caráter limitado a sistemas que podem ser "engolidos" por outros mais amplos, como demonstram os teoremas da incompletude de Gödel (Grize, 1996), já mencionados. São campos distintos: não se pode duvidar da eternidade, da ausência de erro e da precisão dos entes matemáticos (Castro, 2017; Granger, 1992).

18 A distinção entre essas duas modalidades será apresentada no Capítulo 9 (Métodos qualitativos).



emergências subjetivas compartilhadas em função de sentimentos e crenças. No primeiro caso, temos tentativas de tornar as humanidades um campo científico positivista. No segundo, além dos estudos empíricos baseados em *fatos*, temos também abordagens filosóficas críticas que integram epistemologicamente sua materialidade objetiva e acordos intersubjetivos. No terceiro caso, temos filosofias baseadas em interpretações fundadas em *protofatos* (emergências subjetivas narradas). Nesse caso, como vimos, a determinação de fatos é incompleta. Os protofatos têm, na sua origem, a possibilidade de serem fatos, mas não o são por impossibilidade de verificação material. Muitas outras abordagens filosóficas que penetram na seara científica das humanidades *transitam* entre um ou outro dos casos acima apresentados ou *rompem* com todos. Essas filosofias são as abordagens fenomenológicas e holísticas, onde se pensa em termos de totalidade (objeto e sujeito nela se desintegrando). Aqui, servimo-nos de uma de suas características, descoberta pela Escola da Gestalt: a de *figura* e *fundo*, que nunca se separam em uma totalidade, ainda que intencionalmente se possa focar o olhar na primeira (a figura que destacamos do fundo) ou no segundo (o fundo que abarca todas as figuras possíveis). No conjunto, essas quatro orientações básicas que, insistimos, dividimos dessa maneira com intenção didática, revelam confrontos filosóficos que têm cindido as academias em todo o mundo e criado inúmeros debates sobre a pertinência a respeito do que produzir, de como fazer pesquisas e levantar questões relevantes.

É exemplar o conflito entre dado e prova, associados à ideia de verdade, de ancoragem objetivista *versus* fato e sugestão, indicativos de possibilidade, da ideia de verossimilhança, de ancoragem intersubjetivista, *versus* protofato como expressão de emergências de vividos na produção de subjetividades ou expressão da dissolução dos polos em uma única entidade. Como já ressaltamos, elaborar uma questão de pesquisa no campo das humanidades dificilmente passa pela produção de hipóteses à maneira das ciências exatas e biológicas. No mínimo, as questões devem ser formuladas em termos



de processos relativos de *problematização* (x causa, *possivelmente*, y). Ou seja, as soluções buscadas são construídas com base em argumentos que defendam os resultados *mais plausíveis, possíveis*. As explicações nesse campo são ou fundadas em dados linguageiros como cópia material da realidade, em fatos transitando no mundo da interpretação intersubjetiva linguageira do mundo objetivo, onde são negociados os sentidos, ou ainda emergentes subjetivamente como protofatos, ou da totalidade. Com exceção da abordagem positivista, não há formulação de *hipóteses*, mas *problematização*, independentemente de suas várias configurações.

PRÁTICA DA FORMULAÇÃO DE QUESTÕES

O caleidoscópio de possibilidades de abordagens nas humanidades produz maneiras diversas de se chegar a uma questão de pesquisa. É um pot-pourri de possibilidades, e escolher nem sempre é fácil. Sandberg e Alvesson (2011), para simplificar o processo, se questionaram sobre as maneiras prevalentes de se produzir questões de pesquisa. Segundo os autores, são principalmente duas: a *identificação de lacunas* e a *problematização*. Dentre as outras possibilidades apontadas pelos estudiosos estão a *quase-problematização* e outros mecanismos como o de *novas ideias* e de *confronto crítico*. Ainda que os pesquisadores não considerem essas possibilidades como formas diferentes de problematização, nos distanciamos criticamente dessa posição, por entender que todas elas são modos diferentes de "problematizar". Para eles, a problematização é um procedimento exclusivo das filosofias pós-estruturalistas, que se fundamenta em processos genealógicos. Assim, depois de apresentarmos o procedimento de *identificação de lacunas*, introduzimos a proposta dos autores, que denominamos *problematização pós-estruturalista* para, ao final, tratar da *problematização crítica*.



IDENTIFICAÇÃO DE LACUNAS

Através de uma revisão crítica da literatura da produção científica de uma área das ciências sociais (administração), sobre as maneiras prevalentes de se formular questões, Sandberg e Alvesson (2011) verificaram que a grande maioria dos estudos ou levantam o que é relevante a elas ou não explicam como se chegou a elas ou, simplesmente, não tratam do assunto. O artigo explora as maneiras de se construir questões a partir da literatura científica, de facilitar o desenvolvimento de questões relevantes e de identificar o papel das normas acadêmicas que influenciam seu processo de construção. Para explorar mais profundamente o contexto histórico de produção científica humano-social, os pesquisadores partem de uma classificação anteriormente desenvolvida por Locke e Golden-Biddle (1997) para apresentar sua própria maneira de entender o processo de investigação para se questionar algo. Para esses últimos autores, o primeiro caminho é o de (1) *intertextualização*, ou seja, de estruturar um campo intertextual de modo a fazer convergir estudos que dizem respeito uns ao outros. Nesse caminho há três maneiras de proceder. A primeira, (a) a coerência sintética, consiste em citar e estabelecer conexões entre tendências e estudos que não são tratados juntos normalmente, indicando uma área subexplorada. A segunda, (b) a coerência progressiva, trata de identificar redes de estudos que compartilham teorias e métodos que se desenvolveram ao longo do tempo. A terceira maneira, (c) a não-coerência, tem como objetivo a descrição de um campo de estudos marcado por desentendimentos e controvérsias.

O segundo caminho, que chamaremos aqui simplesmente de (2) *problematização*, é o de "problematizar" contextos estabelecidos considerados deficientes. Esse caminho teria, como o anterior, três maneiras de serem explorados. A primeira é a (a) incompletude, estratégia que busca mostrar que a literatura científica relacionada com um dado tema está incompleta e precisa ser avançada.



A segunda é a (b) inadequação, que busca evidenciar que a literatura existente não é adequada para tratar do problema em pauta e passa batido questões importantes. Finalmente, a terceira maneira é a (c) incomensurabilidade, procedimento que indica não somente quando a literatura sobre o tema é negligenciada, mas também que os estudos encontrados levaram a caminhos errados.

Não contentes com essa formulação, Sandberg e Alvesson (2011) revisaram a literatura de sua área para ver como as pessoas autoras chegavam a suas questões de pesquisa. Com base nessa pesquisa, reformularam a classificação de Locke e Golden-Biddle (1997). O que eles chamavam de *intertextualização*, passaram a denominar de (1) caminho de *identificação de lacunas*. Deram-se conta de que esse processo (em inglês se chama *gap-spotting*: "se ligar no vão", "sacar onde está o buraco"), era a maneira prevalente de se "cavoucar" questões de pesquisa. Os autores verificaram ainda que as pessoas pesquisadoras que tomavam esse caminho, o faziam de diversas maneiras. A primeira, (a) a de identificar uma confusão, ocorre quando descobriam, durante a revisão da literatura, que havia estudos sobre o tema, mas que as evidências apresentadas nos resultados dos estudos eram contraditórias, não batiam umas com as outras. Esse tipo, muito usado nos processos de pesquisa, é aquele em que as explicações encontradas competem umas com as outras. A segunda maneira, a (b) negligência, acontece quando não se encontravam estudos sobre o tema. Podia aparecer de três jeitos, quando as pessoas pesquisadoras se davam conta de que o seu tema de interesse (b1) ou nunca tinha sido estudado por ninguém (*overlooked*) ou era (b2) subpesquisado, ou (b3) não tinha base empírica. A terceira maneira de *gap-spotting* encontrada foi chamada pelos autores de (c) aplicação, uma situação ocorrente quando existem poucos estudos sobre o tema, levando à busca de uma perspectiva alternativa para melhor compreendê-lo, ampliá-lo ou complementá-lo. Finalmente, é importante dizer que nessa empreitada, os pesquisadores indicaram que essas maneiras, muitas vezes, se apresentam combinadas.



É bom identificar lacunas? Segundo os autores (2011), a identificação de lacunas *é a maneira prevalente de se construir uma questão de pesquisa* porque é, em geral, a mais fácil, segura (porque não encoraja controvérsias), prolonga a tradição segundo a qual a ciência se constitui pela acumulação de conhecimentos novos sobre os prévios e facilita dar crédito a colegas. Além da facilidade para as pessoas pesquisadoras, as instituições universitárias e as revistas científicas encorajam os procedimentos do *gap-spotting* porque já foram consagrados na prática acadêmica. Finalmente, destacam que são também os mais disseminados, pois podem ser usados por uma ampla gama de posições epistemológicas e teóricas, ou seja, quase todo o campo de cobertura das humanidades.[19]

PROBLEMATIZAÇÃO PÓS-ESTRUTURALISTA

Segundo Sandberg e Alvesson, que são pós-estruturalistas, o caminho da (2) *problematização*, de inspiração foucaultiana, é a alternativa óbvia à da *identificação de lacunas*. Tentemos pegar a visão de Foucault para entendermos melhor a proposta. Para explicar o que ele entende por problematização, essa maneira alternativa de se levantar questões, que deve ser instrumentalizada por meio de uma revisão genealógica da literatura, Foucault (1985, *apud* Sandberg; Alvesson, 2011) afirma que se trata de um "encaminhamento para se saber como e em que medida seria possível se pensar de maneira

19 Cabe aqui uma explicação adicional. A perspectiva tradicional de identificação de lacunas pode ser *estruturalista* e/ou *funcionalista*. Ou seja, ao examinar os textos recolhidos em uma revisão da literatura, pode-se organizá-los em razão de estruturas ordenadas (estruturalismo) ou ancorados no modo de funcionamento causal dos diferentes elementos de um sistema (funcionalismo) de modo a poder, depois, escrever sobre o assunto. Por exemplo, no primeiro caso podemos identificar lacunas a partir da organização geográfica (origem dos autores), política (posições expressas pelos artigos), cultural (como no caso de movimentos populares) e assim por diante. No segundo caso, podemos identificar lacunas a partir de uma organização ordenada em função de causas e consequências (A leva a B ou C). Logo, pode-se identificar lacunas seja a partir de estruturas como de funções (ou ambas conjuntamente). A partir das estruturas e/ou funções conceituais escolhidas, identificam-se lacunas a partir do exame empírico dos dados.



diferente em vez de se reproduzir o que já sabemos" (p. 32).[20] Ou seja, é um processo que questiona o que se apresenta como certo, correto e óbvio para o sujeito, permitindo a emergência de um novo modo de pensar onde outras respostas possíveis possam ser encontradas. Tal processo produziria elementos distintos que serviriam como base de construção de soluções muito diferentes daquelas que as humanidades encontram com suas ferramentas tradicionais.

O proceder pós-estruturalista por excelência, que incide desde o processo da revisão da literatura até as outras etapas de especulação filosófica, lança raízes tanto na ética política de Espinosa (1983) quanto na formulação da genealogia de Nietzsche (2005) onde o filósofo alemão problematiza a origem da moralidade em seu tempo e busca explicar sua produção a partir de um inquérito histórico. Foucault (2008) traz essa discussão para o pensamento contemporâneo através da "arqueologia do saber", um método de análise de discursos entendidos como produções complexas que expressam relações, como modos de se apresentar ideias. No texto, o filósofo francês discute os enunciados como unidade dos discursos, estruturas que exprimem ideias que têm regras de organização que não são da ordem da gramática e estão ancoradas nas formas de sua construção ao longo do tempo. O filósofo considera que as formações discursivas são produzidas segundo práticas historicamente ancoradas que fazem com que se perpetuem nas ideias sem que nos demos conta de que estamos reproduzindo construções que sequer compreendemos. Exemplos clássicos de Foucault (1976) que revelam essas continuidades são as estruturas dos manicômios e das instituições prisionais. Segundo suas pesquisas históricas, fundadas em textos a respeito de diversas instituições ao longo dos séculos, as organizações manicomiais lançam raízes em formas de isolamento social e de coerção que retroagem até a Idade Média, aparentando-se àquelas que tratavam os leprosos naquela época.

20 [*endeavour to know how and to what extent it might be possible to think differently instead of what is already known*]. Nossa tradução do inglês para o português.



Guardam, com as prisionais, semelhanças e origem genealógica, pois também operam por procedimentos disciplinares e punitivos, poderes que o filósofo, em suas reflexões, propõe confrontar na vida cotidiana com o que chama de "micropolítica".

Na perspectiva da *problematização pós-estruturalista*, o que importa são as construções que se fazem a partir do questionamento daquilo que, à primeira vista (a estrutura), parece óbvio. Vamos simplificar. Uma pessoa pós-estruturalista questiona a questão que ela própria se coloca como o início da problematização. Pergunta-se: por que cargas d'água isso é um problema para mim? De onde se origina esse problema e porque se reproduziu em mim? A partir do questionamento, frequentemente associado à busca de compreensão de como o poder coloniza subjetividades, problematiza-se e coloca-se em questão o que é dado como verdade para o sujeito que pesquisa. A partir desse movimento, constroem-se narrativas alternativas. Trata-se de buscar compreender o funcionamento subjacente às estruturas que se quer questionar (rede de causas e consequências históricas). Ou seja, o pós-estruturalismo é parente do funcionalismo e tem uma função crítica singular, não normativa, que relativiza a noção de valor e os decorrentes conceitos de verdade e falsidade. Constitui-se, assim, enquanto ato crítico interrogador, questionador que levanta questões e se recusa a determinar seu estatuto de verdade ou falsidade. Sua ética é, portanto, relativista.

PROBLEMATIZAÇÃO CRÍTICA

Cabe aqui, antes de expor a *problematização crítica*, uma explicação adicional sobre os dois sentidos do termo *problematização* que apresentamos aqui (pode-se conceber outros!). Do ponto de vista *crítico*, todo trabalho nas humanidades envolve uma problematização qualquer. Tanto faz se por meio do processo de identificação de lacunas, do lançamento de novas ideias, por meio do confronto crítico de posições diversas etc. O objetivo é o de determinar

uma superação: um novo olhar que se oponha a outros, considerado melhor, mais apropriado. Ou seja, *o termo "problematizar" se refere à ação de refletir sobre um problema, de estudá-lo criticamente e de buscar explicações possíveis para seu contexto de ocorrência com respostas normativas, expressando juízos de valor*. Contrariamente, a problematização pós-estruturalista tem *o objetivo específico de romper com as premissas e conclusões óbvias, ancoradas em formas discursivas historicamente produzidas, relativizando-as*. Ou seja, ela *não é* normativa.

A tradição crítica, de Kant a Habermas, é *normativa*, ou seja, funda-se na possibilidade da admissão de *juízos de valor*. Para diferenciar da abordagem pós-estruturalista, Sandberg e Alvesson (2011), distinguem a abordagem *crítica*, a de formulação de *novas ideias* e a dos processos que chamam de *quase-problematização*. Para eles, o (i) confronto crítico é quando se levantam falhas na teoria ou no campo de pesquisas. As (ii) novas ideias é quando processos de inovação descolados da literatura estudada emergem. Já a (iii) quase-problematização é um processo de reflexão a respeito de campos problemáticos, fundado em perspectivas científico-filosóficas críticas diferentes da pós-estruturalista. Nessas abordagens, trabalha-se a partir do processo de argumentação, com o estudo crítico de premissas que levam a conclusões. A *crítica* é um movimento racional normativo que expressa *juízos de valor* e, habitualmente, defende ideais. Admite-se nela, a partir do exame dos argumentos, que alguns tenham mais plausibilidade e/ou possibilidade que outros, que expressem valores que os tornem plausíveis, pertinentes. As perspectivas críticas, por estarem no campo epistemológico interacionista, não refletem *apenas* sobre o que talvez não seja a partir de um ponto de vista autorreflexivo, mas *também* sobre o que se manifesta intersubjetivamente. Demandam, pois, o exame dos argumentos a partir de questionamentos, interrogações e levam a *tomadas de posição não relativistas*, o que as tornam normativas.[21]

21 O Capítulo 6 (Argumentar e teorizar) apresenta, em linhas gerais, a sistemática de problematização crítica.



ESCOLHAS A FAZER

Pois é. Para quem está se afogando, jacaré é tronco! Às vezes é preciso escolher um caminho mesmo sem ter lá muita certeza dele. Na pior das hipóteses, aprendemos um jeito de fazer que pode depois ser abandonado em função de outro, ou até melhorado como resultado de nossa experiência. O importante é não se assustar, não ficar bloqueado pela dúvida, trilhar o caminho da pesquisa e ir aprendendo conforme vamos avançando. O fato é que a decisão sobre as ancoragens teórico-epistemológicas que guiarão o processo de construir questões de pesquisa é difícil. De um lado, é de natureza pessoal. De outro, depende de estudo. É a pessoa pesquisadora, de acordo com suas crenças, experiências, saberes e conhecimentos, que vai determinar o encaminhamento de seu processo de reflexão sobre as coisas e a busca e possibilidade de se compreendê-las. Ou seja, sobre quais filosofias, teorias e metodologias vai se debruçar.



4

REVISÃO DA LITERATURA



A maioria das pessoas já viu as "matrioscas",[22] aquelas bonequinhas russas de madeira pintadas com trajes típicos de tamanhos progressivamente maiores, que se encaixam umas nas outras. Gostaríamos que as pessoas leitoras as tivessem em mente agora. Um projeto pode ser representado pela menor "matriosca" de um conjunto, engolida por outra maior, como o trabalho de conclusão. A ideia de "matriosca" não é casual: ela indica que quase tudo o que está em um projeto acaba entrando no trabalho de conclusão ou no relatório da pesquisa realizado. Precisamos ter clara a diferença entre um projeto e seu resultado: um trabalho de conclusão de curso ou um relatório da pesquisa realizada. O conjunto do que se planeja e se realiza reflete bonecas distintas, ainda que associadas, encaixotadas umas nas outras. Começamos com a menor "matriosca", a dos projetos. Os trabalhos acadêmicos de todas as áreas, assim como os de produção profissional, artística e cultural têm como base questionamentos, isto é, o desejo e a intenção de resolver e/ou explorar contextos problemáticos através da adoção de estratégias efetivas. Quando desenvolvemos projetos, reconhecemos que temos dúvidas a respeito de problemas que nos interessam e precisam ser justificados pessoal e socialmente, e que possibilitam a formulação de questões.

A primeira etapa do processo de pesquisa é, portanto, a de formular questões pertinentes e definir objetivos que permitirão o desenvolvimento de um caminho de investigação. Para isso, precisamos conhecer o campo com mais profundidade. Neste capítulo, apresentamos um passo fundamental do processo que leva à realização de projetos: como investigar o tema da pesquisa. Sempre começamos o trabalho já com uma ideia na cabeça, com um problema que julgamos pertinente. No entanto, para avançar, formular questões e definir objetivos da investigação, precisamos buscar o que já se publicou a respeito, primeiramente do tema, em seguida

22 A palavra é uma adaptação simplificada do russo матрёшка que, em português, pode ser lido como *matriosca*.



de teorias e, finalmente, de aspectos da metodologia. Em outras palavras, como fazer uma "revisão da literatura". Esse termo, padrão internacional nas academias, é um anglicismo proveniente do termo inglês *literature review*, que literalmente, quer dizer "revisão da literatura". Esse procedimento consiste em "revisar', ou seja, rastrear o que já foi publicado a respeito de campo problemático. Trata-se de fazer um pente fino com o objetivo de levantar os principais títulos de uma "literatura acadêmica" específica dada, ou seja, o conjunto de publicações sobre um determinado tema, teoria, metodologia, ou ainda sobre determinadas práticas profissionais, artísticas e/ou culturais. De maneira estrita, a literatura científica é a produção onde há, necessariamente, verificação e aprovação de pares de pessoas doutoras. No entanto, no contexto das humanidades, esse procedimento admite, ao menos em parte, que a "literatura" englobe também produções não revisadas por pares (por exemplo: publicações em jornais e revistas, programas de TV e rádio, websites e redes sociais, entre outras).

LISTA DA REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS OU BIBLIOGRAFIA?

Antes de explorarmos a densa floresta das milhões de publicações existentes e nos embrenharmos nas múltiplas sendas da pesquisa que as questões podem nos levar, cabe definir e distinguir, antes, dois termos técnicos que costumam ser empregados, erroneamente, como sinônimos: as *referências bibliográficas*, resultado da *revisão da literatura*, e a *bibliografia*, resultado da *pesquisa bibliográfica*. No Brasil, a literatura sobre o assunto é confusa e, muitas vezes, essas maneiras de nomear são apresentadas como sinônimas, ou simplesmente de maneira inversa. Assim, no intuito de harmonização, definimos instrumentalmente a *revisão da literatura* (ou levantamento bibliográfico) como o processo que leva



à produção das *referências bibliográficas* do trabalho de pesquisa; e a *pesquisa bibliográfica* como o processo que leva à produção de uma *bibliografia*, mais geral. Válido para ambos os casos, há tipos específicos subordinados como a narrativa, a sistemática, a argumentativa, a teórica etc. Esses tipos variam muito dependendo de como a pessoa especialista define os processos.[23] De qualquer maneira, ambos se traduzem por busca de títulos e compõem uma matriosca, onde a menor é a primeira e a maior a segunda. Comecemos com a segunda: a *pesquisa bibliográfica*, que não é o foco de produção de um projeto de pesquisa. Leva a uma bibliografia, ou seja, o conjunto de trabalhos de uma pessoa autora ou de um campo temático, teórico, metodológico, filosófico, artístico-cultural etc. Por exemplo, as obras de Darcy Ribeiro, de Machado de Assis ou de César Lattes podem ser listadas, produzindo bibliografias das obras desses autores. Os principais trabalhos de filosofia clássica grega podem compor uma bibliografia dessa época. Os mais lidos textos sobre OVNIs – Objetos Voadores Não Identificados podem ser organizados em uma bibliografia. O conjunto de teorias antropológicas pode levar à constituição de uma bibliografia. A bibliografia, portanto, diz respeito a publicações relacionadas com campos de interesse mais amplos que podem ser temáticos, teóricos, metodológicos, filosóficos, artístico-culturais etc. É obtida através de uma pesquisa bibliográfica.

O termo *bibliografia*, no entanto, por ser mais abrangente, não se confunde com, nem corresponde ao de *referências bibliográficas*. Esta é preparada com base em uma *revisão específica da literatura* para ser *referida* nos trabalhos. A lista de referências bibliográficas é uma espécie de menu de todos os trabalhos encontrados em uma revisão da literatura que referimos explicitamente em um trabalho. Trata-se do resultado da obtenção de títulos que possam consolidar conhecimentos sobre um assunto específico que seja o cerne de um

23 Para se ter uma ideia da variedade de abordagens, basta fazer uma busca estruturada em diferentes livros de metodologia qualitativa e comparar como cada pessoa autora apresenta a taxonomia de tipos de revisão da literatura.



questionamento. Diferentemente da anterior, mergulha dentro de uma área muito bem delimitada e focada: a do espaço do problema da pesquisa. Por exemplo, se quisermos compreender como práticas publicitárias de produtos de beleza antes reforçavam seu uso junto a pessoas brancas e, mais recentemente, ampliaram o leque para pessoas negras e de outras etnias, temos aí um problema relativo a como o sistema capitalista e as relações de consumo se transformam em função das lutas raciais, trazendo uma nova forma de colonização onde o apagamento é substituído pelo protagonismo, sem perder de vista o objetivo maior que é o lucro. Nesse caso, a revisão da literatura deve centrar-se em produções intelectuais relacionadas a esse tema, teorias que explicam essas relações e metodologias que foram usadas para estudá-las. Outro exemplo: se quisermos buscar soluções educativas para crianças que vivem nas ruas de uma capital, faz-se necessária uma revisão da literatura sobre pesquisas para compreender os problemas sociais que elas enfrentam nesses territórios, sua história e os programas de governo, organizações não governamentais e empresas que buscam saná-los (ou não). Só assim a pessoa que pesquisa pode aprender sobre o tema antes de ser capaz de elaborar questões precisas que possam ser respondidas por meio de um trabalho de investigação. Ou seja: para se levantar uma boa questão a respeito de uma situação problemática é preciso estudar o que já foi publicado sobre ela.

Resumo da ópera: as *revisões da literatura* operam para focar ao máximo e "delimitar" um campo problemático, enquanto as *bibliografias* organizam conjuntos de trabalhos para orientar as pessoas pesquisadoras a compreender e "ampliar" conhecimentos. Tanto as primeiras quanto as segundas podem ser usadas para aprofundar conhecimentos, mas cada uma tem função diferente.



CONHECER O CAMPO DA PESQUISA

Para a realização de um trabalho de pesquisa, a revisão da literatura é, portanto, um passo incontornável para a realização de um projeto. É ela que vai permitir o confronto entre o tema que temos na cabeça e julgamos pertinente, com a produção efetiva sobre os problemas que o envolvem, tal como estudados pelos cientistas da área. Não é necessário conhecimento erudito ou organizar bibliografias para se realizar estudos focados. Ou seja, fazer uma revisão da literatura é um trabalho de localização de textos relacionados a um campo problemático relacionado ao que intuímos ser importante de se pesquisar. Ela demanda estratégias para reduzir esse campo ao máximo: não arbitrariamente, mas de modo que os resultados filtrados representem com propriedade descobertas relacionadas a ele, assim como aos debates essenciais, em seus acordos e controvérsias.

Como já vimos anteriormente, tudo começa com a eleição de um campo problemático que demanda reflexão, a partir do qual podemos levantar questões e inferir possíveis respostas. Em seguida, fazendo uma revisão da literatura detalhada e minuciosa desse campo, elegemos os textos e documentos que são pertinentes para compreendê-lo, extraindo as várias questões de pesquisa possíveis, a ele subjacentes. Finalmente, depois de um processo de triagem, terminamos por identificar uma questão ou poucas questões gerais e específicas que emerjam dos estudos que já foram publicados, mas que se articulem também aos nossos interesses e escolhas.

Idealmente, tal procedimento carrega a promessa de produção de um estudo original, diferente daquilo que já foi feito. Em outras palavras, um trabalho em espiral: partindo-se de um interesse pessoal revestido de pertinência social, elegemos um tema que leve à compreensão de especificidades que, por sua vez, permitam a proposição de questões precisas e buscas de solução. O padrão de exigência acadêmica seguido por universidades e revistas científicas



respeitadas – de que trabalhos acadêmicos partam de conhecimentos prévios já desenvolvidos por pares (cientistas, artistas, produtores etc.) – independe das pertenças filosófico-epistemológicas. Todas as diferentes abordagens podem ser válidas, mas precisam de sólida base científica e/ou filosófica. Produzirão revisões de literatura diferentes, refletirão parcialidades referentes às questões possíveis. No entanto, cabe salientar que mesmo com base em conhecimentos prévios, o trabalho acadêmico precisa ir além deles. Isso significa que todo novo conhecimento é tecido com as linhas do que já foi produzido por comunidades humanas que nos precederam, graças à curiosidade e à inteligência da pessoa pesquisadora que usa o tear, trazendo como resultado tapetes inovadores.[24]

CAMINHOS ANALÓGICOS E DIGITAIS

O desenvolvimento das tecnologias vem produzindo um mundo científico cada vez mais complexo que, paradoxalmente, disponibiliza resultados fáceis, recentes e, muitas vezes, imprevisíveis e absurdos (como fazem os softwares de inteligência artificial generativa). Ainda que a expansão do mundo digital não tenha volta, antes dela milhões e milhões de pessoas pensaram a respeito das coisas e da vida, e produziram obras extraordinárias. Como então a transição tecnológica da humanidade das letras para a do audiovisual em rede pode honrar o conhecimento humano do passado? Como, no fazer rápido – muitas vezes superficial e banal – do mundo digital, pode-se

24 O uso que fazemos da palavra "inovação" diz respeito à novidade do inventar intelectual que emerge da criatividade e da inteligência de cada pessoa dentro de seus contextos comunitários. Nesse sentido, apesar do brilho intelectual que um ser humano em particular possa manifestar, suas produções sempre refletem colaborações com outros seres humanos. Não tem, portanto, absolutamente nada a ver com a panaceia neoliberal do uso da palavra "inovação" como objetivo empresarial, geralmente associado às tecnologias digitais, que se articulam no sentido de instrumentalizar instituições públicas para que sirvam aos interesses do capital.



buscar a profundidade que se obtinha no analógico? As pesquisas nunca devem perder de vista a possibilidade de se integrar estratégias desses dois mundos, bem diferentes. Ainda que diversos, os processos de revisão da literatura analógicos e digitais, têm complementaridades. Esses dois caminhos são, na verdade, muito simples, e devem ser combinados sempre que possível, até porque nem todo conhecimento humano produzido antes da revolução tecnológica está disponível nas plataformas digitais.

No *caminho analógico*, adotamos o papel de "ratos de biblioteca". Fazemos pesquisas em documentos materiais (usualmente de papel, mas também em vinil, filmes etc.) nas bibliotecas, arquivos, sebos. Antes, as palavras-chave[25] que ajudavam a guiar essa busca nas fichas que registram as produções colocadas em bibliotecas era material, de papel. Nas passagens de olhos pelos registros dessas produções ainda existentes, buscamos encontrar livros ou documentos cujos temas pareçam ser pertinentes. Ao encontrá-los, verificamos se, de fato, têm a ver com nosso campo problemático. Assim, já temos algo, temos por onde começar. Podemos passar das fichas às prateleiras. Por exemplo, livros acadêmicos têm referências bibliográficas. Documentos podem conter imagens ou dados diversos. A partir da busca e encontros com informações, vamos recolhendo e associando dados, confrontando com o campo problemático escolhido, de modo a verificar se têm realmente a ver com

25 As palavras-chave são termos específicos relacionados ao tema, à teoria ou à metodologia de um trabalho de pesquisa. Atualmente, a riqueza das expressões utilizadas na produção científica levou à organização de inventários de termos científicos com significações similares, ocorrentes em vários campos, que foram sendo progressivamente sistematizados. Essa lógica obedece a interesses científicos gerais, mas também opera em função de interesses neoliberais de homogeneizar e pasteurizar os processos de pensamento e de investigação. Nesse sentido, há universidades, associações internacionais e empreendimentos variados que, apoiadas por multinacionais da pesquisa científica (normalmente proprietárias de grandes redes de revistas e outras publicações acadêmicas), listam palavras-chave em compêndios relacionados a várias disciplinas científicas (thesauri). Há inúmeros websites e motores de busca de thesauri associados a diferentes disciplinas, disponíveis na Internet. Para buscar palavras-chave já registradas, basta colocar no navegador web o termo "thesaurus" associado à disciplina de seu interesse como, por exemplo, "antropologia".



a pesquisa que queremos desenvolver. Depois, de posse daquilo que obtivemos, checamos as informações e definimos as que servem, as que não servem e as que podem eventualmente servir no futuro. Com isso, vamos compondo os itens da uma revisão da literatura. A hora de parar... é a pessoa que pesquisa quem determina. Um professor universitário, por dever de ofício, nunca para de fazer esse trabalho! Mesmo de posse de uma revisão que pareça completa (algo impossível de se fazer), está sempre de olho em novidades para ampliá-la, principalmente com as produções mais recentes. Pessoas discentes e pesquisadoras independentes devem sempre ter em mente que o trabalho de revisão da literatura, mesmo sendo interrompido, pode ser retomado e completado.

No *caminho digital*, faz-se uso de recursos disponibilizados na Internet. Hoje em dia pode-se considerar como material de pesquisa todos os conhecimentos digitalizados que possam ser acessados pela rede de computadores. A pesquisa científica, atualmente, é publicada online em revistas especializadas, jornais e plataformas de arquivo ou difusão avaliadas por pares (ou seja, que passaram pelo crivo de uma banca de pessoas doutoras). Mas não só: tudo o que circula na Internet pode ser material de pesquisa, dependendo da questão. Blogs, áudios, vídeos, plataformas "culturais" (como a base de dados de filmes da IMDb – *Internet Movies Database*), até os documentos entranhados na *deep web*, todos testemunham a realidade psicossocial do contemporâneo.

A estratégia digital, adaptada às redes, é uma modalidade paralela à analógica. Como é, então, colocada em ação? Normalmente, é preciso acessar plataformas digitais acadêmicas e não acadêmicas



fazendo-se buscas através de palavras-chave.[26] Aquilo que se encontra de pertinente relativamente aos problemas escolhidos pela pessoa que pesquisa é guardado ("salvo") e o que não é pertinente, descartado. Esse processo segue seu percurso até que se atinja o mesmo objetivo do caminho analógico: checam-se os resultados obtidos nas buscas, escolhem-se os mais pertinentes para que sejam relacionados ao nosso campo problemático. Como resultado da triagem e da filtragem dos documentos escolhidos, obtemos referências bibliográficas que formam um conjunto capaz de dar conta da complexidade das questões que orientam os interesses de pesquisa. Como no caso da estratégia analógica, a um dado momento chega a hora de parar... Quem decide quando é a pessoa que pesquisa.

É fundamental lembrar que esse processo não pode ser mecânico, mas *crítico*: encontrar textos e documentos multimidiáticos como fontes de informação não é suficiente. É preciso ler e/ou apreciar conteúdos, avaliar sua pertinência, qualidade, relevância e impacto social e científico, de modo a criticamente escolher aqueles que, potencialmente, possam produzir um entendimento do campo problemático e permitir que algumas questões diretrizes sejam levantadas. Avaliar criticamente significa *compreender* a lógica argumentativa dos textos encontrados e *confrontar* pesquisas e resultados. Uma dica prática importante é que o processo de pesquisa que se inicia com a revisão da literatura, analógica e digital, deve ser registrado para que se possa revisitá-lo quando for necessário. Por exemplo, no processo de pesquisa podemos decidir por uma questão específica que, depois, pode se mostrar insuficiente. Aí,

26 É exatamente nesse ponto que a estratégia digital é inferior à analógica. Para se fazer uma busca analógica, é necessário ler e refletir sobre textos extensos antes de se decidir se o que se achou é pertinente. Na digital, ao menos na maneira como as bases de dados são habitualmente indexadas (por meio de "palavras-chave"), os sentidos dos textos perdem-se. Nos resultados, encontramos mais o que não serve do que o que serve, até porque as nossas "palavras-chave" de busca podem não ter sido as escolhidas pelas pessoas autoras que publicam pesquisas que nos interessam. Assim, na busca digital, arrastamos a maior parte do que encontramos (às vezes centenas de referências) para a lixeira.



precisamos voltar atrás e rever o que já tinha sido feito. É essencial, para isso, anotar tudo! Guardar os locais e as fontes das referências encontradas, as palavras-chave utilizadas, a língua em que foram redigidas, se se trata de resumo ou texto completo... [27] Ou seja, tudo isso e o que mais possa ser pertinente. Ressaltamos novamente que essa tática é fundamental pois, muito frequentemente, precisamos buscar novamente informações previamente descartadas para, por exemplo, reformular a revisão da literatura e repensar as questões de pesquisa.

TÉCNICA DO SINAL

APLICANDO A TÉCNICA DO SINAL

Uma estratégia fácil para orientar o processo de filtragem crítica do material coletado é a "técnica do sinal".[28] Com ela, podemos classificar os documentos de pesquisa que encontramos em nossa busca, de acordo com sua pertinência. Ou seja, usando como paralelo os sinais de tráfego, podemos sinalizar os resultados das buscas de vermelho, amarelo ou verde.

27 Lembramos aqui que na medida em que a ciência foi internacionalizada em inglês por conta dos mecanismos de controle, a língua do império é a prevalente na pesquisa bibliográfica. No Brasil, aliada a ela, precisamos também fazer buscas em português e espanhol. No caso de assuntos relacionados com pessoas autoras de países de línguas diferentes, um mecanismo é de se servir de plataformas digitais de tradução.

28 O termo correto do aparelho de controle de tráfego é "semáforo", mas em diferentes estados do Brasil, além de sinal (Rio de Janeiro), é também chamado de farol (São Paulo) e sinaleira (estados do Sul).



Vermelho

Trata-se do material que não tem nada a ver com o que queremos saber. O que fazer com os materiais vermelhos? LIXO!

Amarelo

É o que está relacionado com o tema, com a teoria ou a metodologia que nos interessa, mas somente perifericamente. O que é essa "periferia"? É tudo aquilo que está associado ao que buscamos, mas não diretamente. Ela pode ser estreita ou ampla: vai depender de se o que se busca é muito ou pouco pesquisado, de se o que se encontrou é indireto ou diretamente relacionado. Por exemplo, se buscamos um tema relacionado com violência contra indígenas no Brasil, podemos entender como amarelo violências contra povos autóctones em outros países. O que fazer com os materiais amarelos? Integrá-los à nossa pesquisa e referi-los, mas como *suporte* para se construir o argumento que orienta a questão, sua resolução e resposta. Ou seja, as referências amarelas constituem a "atmosfera" do campo problemático e devem ser utilizadas para apoiar os argumentos, ilustrar os debates, de modo a justificar as propostas mais fortemente ligadas às questões de pesquisa. Trata-se dos materiais de *suporte* que vão ajudar a revelar o *nó central*, representado pelas referências mais precisas, referentes ao "planeta" (verdes, abaixo).

Verde

Simples: é verde! São as referências que formam o *nó central* da investigação, o "planeta". São os documentos que encontramos como quem acerta o tiro ao alvo. Gol! Não somente tais documentos devem ser incluídos na revisão da literatura, mas precisam ser discutidos com mais detalhe e profundidade, pois relatam pesquisas onde questões muito próximas às nossas são apresentadas, de sua concepção à sua resolução.



Conhecendo o que foi publicado, é possível contextualizar a produção acadêmica a respeito do que procuramos e propor uma questão de pesquisa que seja importante, pertinente e lance um olhar diferente sobre o campo de investigação. O fundamento da revisão da literatura ou levantamento bibliográfico é o de conhecer o campo *antes* de formular uma questão ou problematizar algo. Trata-se de descobrir o que já se publicou sobre o que se busca, de modo que ou tomamos conhecimento de que a questão que intuíamos era de fato única e original ou tomamos consciência de trabalhos já desenvolvidos que possam orientar a construção de novas questões a partir do que já foi realizado.

A aplicação da técnica do sinal tem de ser adaptada ao trabalho que se pretende realizar. Os projetos vão ser delineados de acordo com sua orientação: podem ser estudos acadêmico-científicos tradicionais, intervenções/vivências práticas, ensaios filosóficos e até reflexões e ações práticas artístico-culturais. Como então ler e organizar os materiais ao longo do trabalho de filtragem que a técnica do sinal viabiliza, dependendo de se o trabalho toma a forma de uma pesquisa científica, de um ensaio filosófico ou de uma prática artístico-cultural?

A base dessa organização é a leitura dos materiais. No entanto, por uma questão prática, o essencial é a leitura integral de tudo o que consideramos verde e, dependendo do caso, amarelo. No que tange aos textos classificados como amarelos, se seus resumos forem bem elaborados (apresentando tema, questão de pesquisa, teoria, metodologia e resultados), podem substituir sua leitura integral em certos casos. Deve-se, no entanto, ter os textos integrais à mão para nos aprofundar se necessário, sobretudo na fase de redação do projeto de pesquisa. Esse processo se aplica também (ainda que em outros termos) às referências multimidiáticas. Em seguida, apresentamos orientações gerais e dicas sobre o que devemos considerar em uma revisão da literatura.



EXPLORAÇÃO DO CAMPO

No caminho analógico-digital, o desafio é ir progressivamente organizando a literatura sobre o campo escolhido, de modo que a pessoa que pesquisa obtenha uma visão que cubra desde a perspectiva mais ampla até a mais restrita. Esse primeiro encaminhamento leva à produção da seção de *Problematização*[29] do trabalho. Os recursos, sejam eles documentados em papel demandando buscas físicas (bibliotecas, sebos etc.) ou digitais demandando acesso a bases de dados (plataformas de instituições de pesquisa, sites acadêmicos etc.), precisam focar principalmente, mas não exclusivamente, nas produções com avaliação por pares.[30] Somente são considerados científicos os trabalhos que passaram por esse procedimento, onde as pesquisas passam por avaliação de bancas de pessoas doutoras antes de serem publicadas. Os principais exemplos desses trabalhos são livros com comissão de avaliação (comissão editorial e comitê científico – geralmente listados nas primeiras páginas), artigos de revistas científicas periódicas (publicadas anual, semestral ou quadrimestralmente), estudos publicados em anais de congresso ou outros tipos de conferências acadêmicas, teses de livre-docência (mais elevado grau acadêmico nas universidades estaduais paulistas), teses de doutorado, dissertações de mestrado e trabalhos de conclusão de curso de graduação, eventuais relatórios de pesquisa de institutos que exigem avaliação por pares. Cabe aqui ressaltar que os conhecimentos validados como essenciais são aqueles publicados por pessoas com doutorado e, por isso, devem

29 Um projeto de pesquisa tem as seguintes seções, que serão detalhadas mais adiante nesse livro: 1-Introdução, 2-Problematização (Contexto da pesquisa com justificação individual e social, Revisão da literatura), 3-Teoria, 4-Questão e objetivos da pesquisa, 5-Metodologia (Método, Técnicas de amostragem de sujeitos e documentos, Instrumentos de coleta de dados, Estratégias de análise de dados e interpretação de resultados), 6-Cronograma, 7-Lista de referências bibliográficas e, se necessário, Anexos e/ou Apêndices. Um projeto de produção e/ou prática tem seções ligeiramente diferentes. Ver Capítulo 13 (Do projeto ao trabalho final).

30 O termo vem do inglês [*peer reviewed*] que significa "revisado por pares". Nossa tradução do inglês para o português.



ser priorizados. Dissertações de mestrado e trabalhos de conclusão de curso de graduação podem ser utilizados, mas com muita parcimônia e de maneira bastante limitada, pois não tem o crivo científico que uma tese tem. Evidência disso é que as melhores revistas internacionais só publicam pesquisas realizadas por pessoas doutoras.

Trabalhos de natureza artística e/ou cultural, analógicos e/ou digitais, também podem compor uma revisão da literatura, mas não são, habitualmente, revisados por pares. Por exemplo, em uma pesquisa aplicada que leva à produção de um filme e problematiza um conceito em cinema, podemos arrolar tanto artigos científicos como filmes (que não são revisados por pares). Ou seja, a depender do tipo de trabalho de pesquisa, a lista de referências bibliográficas pode apresentar trabalhos não validados por pares, mas importantes de serem arrolados. De uma maneira geral, os trabalhos de pesquisa científica demandam uma maioria de recursos avaliados por pares, enquanto os trabalhos envolvendo práticas artístico-culturais não.

PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DE TEMAS, TEORIAS E MÉTODOS

No caso específico de recursos textuais, quando se lê um resumo ou um trabalho completo, há três aspectos da revisão da literatura que precisam ser levados em consideração, que apresentamos a seguir.

1. Tema – A revisão inicial é, no mais das vezes, do tema, do assunto que nos interessa. É a que fazemos para buscar questões, aplicando a abordagem da identificação de lacunas, da problematização ou das diferentes abordagens

críticas que ficam entre as duas anteriores, como vimos no capítulo anterior ("Como construir uma questão?").

2. Teoria – É preciso também fazer uma revisão da literatura teórica. Os processos de busca de uma questão sempre partem de alguma teoria ou abordagem teórica. Pode ser uma teoria existente já desenvolvida para explicar algo ("A teoria de Marx explica que a desigualdade...") ou uma teoria que intuamos e que acreditemos explicar algo ("A minha teoria é que a desigualdade..."). Uma teoria é um argumento que visa explicar um fenômeno qualquer, uma ideia que se acredita ser pertinente. Há duas maneiras de se fazer isso: (a) buscar as teorias ou abordagens teóricas das pesquisas que encontramos na revisão da literatura do tema; (b) buscar textos onde teorias são apresentadas, geralmente através de ensaios publicados como livros ou capítulos de livro, ou artigos especulativos publicados por revistas especializadas.

3. Metodologia – Para que possamos testar uma teoria e saber se ela é realmente válida para se responder uma questão, precisamos de uma metodologia. Ou seja, pensar em como fazer a pesquisa. A metodologia indica o caminho que se precisa trilhar para se chegar a alguma conclusão. Ela tem várias dimensões: método, técnicas de amostragem, instrumentos de coleta e estratégias de análise de dados e interpretação de resultados. Para aplicar essas dimensões na prática da pesquisa, é preciso fazer uma revisão da literatura metodológica. Como no caso da anterior, há duas maneiras de fazê-la: (a) buscar suas dimensões (método, técnicas de amostragem, instrumentos de coleta e estratégias de análise de dados e interpretação de resultados) nos textos encontrados na revisão da literatura temática; (b) buscar textos onde as dimensões metodológicas são apresentadas, geralmente através de artigos de pesquisa publicados por revistas acadêmicas, mas também em livros especializados.



Uma revisão da literatura científica eficiente, portanto, é aquela em que a pessoa que pesquisa faz a identificação temática inicial, mas também busca verificar quais são as pessoas autoras e abordagens teóricas que orientam as variadas pesquisas publicadas, além dos seus encaminhamentos metodológicos (método escolhido, técnica de amostragem, instrumentos de coleta e estratégia de análise de dados e interpretação de resultados).

No caso da revisão da literatura de trabalhos profissionais aplicados, o processo é paralelo ao científico. Devemos buscar referências relacionadas com os (1) temas da produção ou ação profissional, (2) "teorias" de como se faz, que mostram maneiras diferentes de criação, como conceitos artístico-culturais e (3) "metodologias", entendidas como as etapas necessárias para se produzir algo.

Em ambos os casos, a melhor estratégia é trabalhar com planilhas onde possamos organizar as anotações, distinguindo cada uma dessas dimensões (tema, teoria, metodologia) através de registros, de modo a sistematizar os dados necessários para alimentar a reflexão e orientar a redação do projeto. Essa estratégia é importante seja para identificar lacunas ou problematizar. Tema, teoria e/ou metodologia: cada dimensão, à sua maneira, pode sugerir caminhos a serem seguidos que não estavam no horizonte de pensamento da pessoa que está fazendo a revisão da literatura.

NÃO SE ESQUEÇA!

a. Seja lógico: organize, classifique e sistematize os resultados;

b. Registre tudo o que for encontrando (categoria amarelo ou verde, se é avaliado por pares ou não, se é nacional ou internacional, qual é o tipo de publicação etc.);



c. Para sistematizar os assuntos, construa um mapa hierárquico: uma árvore de temas e subtemas que espelhe as relações de domínio e subordinação entre trabalhos acadêmicos e as ideias neles contidas; outra maneira de sistematização é a construção de um mapa conceitual (Novak, 1990), onde estabelecemos ligações entre temas e subtemas, sem necessariamente hierarquizá-los. Para sistematizar teorias e conceitos, metodologias e suas dimensões, construa também mapas hierárquicos e/ou conceituais específicos;

d. Busque sempre entender os contextos nos quais os estudos foram realizados;

e. Dicas importantes sobre a revisão da literatura:

- Nos projetos, sempre devemos começar com a revisão da literatura temática, ou seja, a que levanta os títulos com *base empírica* (fundados em dados) que foram produzidos sobre o assunto que nos interessa. Essa revisão da literatura é apresentada no capítulo de Problematização;
- Em seguida, fazemos a revisão da literatura teórica. Esta levanta os títulos com *base explicativa* (fundados em teorias que buscam explicar o fenômeno narrado através do tema). Essa revisão da literatura é o fundamento da escolha do quadro conceitual a ser apresentado no capítulo de Teoria;
- Encerramos com a revisão da literatura metodológica. Esta revisão levanta os títulos com base nos procedimentos que buscam explicar os passos que devem ser seguidos para se responder às questões e evidenciar como os objetivos podem ser realizados.

f. Os conhecimentos provindos de outras pessoas autoras deve, obrigatoriamente, ser referenciado bibliograficamente;

g. A pessoa pesquisadora deve ter *responsabilidade, autonomia e independência*. Não cabe à pessoa orientadora nem a ninguém encontrar referências e/ou fazer o trabalho para você!



FERRAMENTAS DIGITAIS PARA A PESQUISA

Podemos fazer uma tipificação simplificada de ferramentas digitais que podem ser usadas no desenvolvimento de projetos de pesquisa, estruturadas a partir de mecanismos como plataformas de acesso a dados, plataformas de gestão de referências bibliográficas e ferramentas de geração textual.

PLATAFORMAS DE ACESSO A DADOS

Existem inúmeras plataformas de dados com todo o tipo de conteúdos que podem ser acessadas através do mecanismo de *busca*. O que precisamos buscar para o desenvolvimento de pesquisas? Em geral, trabalhos avaliados por pares, que passaram pelo crivo de especialistas doutores, como artigos de periódicos acadêmicos, TCCs, dissertações de mestrado e teses de doutorado e livre-docência, assim como um número reduzido de livros. Informações de outra natureza, que não foram submetidas a pares, podem completar as buscas (como relatórios, blogs, sites, vídeos, podcasts etc.). Todo conteúdo constitui-se como dado e/ou fato, seja ele provindo de uma rede social, um blog ou uma plataforma de *streaming*.

Os mecanismos de busca são produtos de inteligência artificial determinados por algoritmos (por isso diferentes ferramentas apresentam resultados diferentes para a mesma busca). No entanto, há mecanismos que poderíamos chamar de primeira geração (ferramentas de busca – uso de inteligência artificial "simples"), e de segunda geração (ferramentas de busca de inteligência artificial generativa).

Com relação aos mecanismos de busca de primeira geração na Internet, temos, no Brasil, diferentes tipos de plataformas



que dão acesso a dados. No entanto, elas precisam ser escolhidas com cuidado por conta do fenômeno generalizado da colonização mercadológica por meio de instrumentos de publicidade e propaganda. As principais plataformas são:

1. Os buscadores dos navegadores, onde se pode fazer buscas diretamente: podem levar a sites de revistas, outras plataformas de busca científica etc.;

2. Plataformas mais específicas como as:

a. De empresas multinacionais e editoras nacionais e internacionais que controlam a publicação acadêmica[31] no mundo; o acesso à grande maioria dos artigos das revistas acadêmicas disponibilizadas por essas empresas globais é pago, mas há hoje uma tendência de se viabilizar o acesso aberto (*open access*), ainda que restrito;

b. De sites de redes sociais acadêmicas privadas,[32] onde pesquisadores disponibilizam seus trabalhos; na maioria dos casos, é necessário nelas se inscrever para poder baixá-los;

c. Da CAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação; essa plataforma integra várias plataformas de fontes científicas por assinatura indicadas acima em (a), assim como plataformas gratuitas como Scopus e outras disponibilizadas por universidades e institutos de pesquisa;

d. De plataformas que levam as pessoas internautas às várias fontes científicas indicadas acima em (a), assim como editoras de livros e outras fontes;

e. De depositórios digitais das universidades.

31 Para buscar essas plataformas, a pessoa pesquisadora deve fazer uma busca na Internet com o termo seguinte: *academic publishing companies*.

32 Para buscar essas plataformas, a pessoa pesquisadora deve fazer uma busca na Internet com o termo seguinte: *academic social network sites*.



A privatização crescente dos conteúdos acadêmicos é um problema, na medida em que os custos de compra, principalmente de artigos, são exorbitantes. Uma saída que tem sido utilizada por pessoas pesquisadoras críticas é fazer uso de um site desenvolvido pela ativista Alexandra Elbakyan, considerada a "Rainha Pirata da Ciência", que descobriu uma maneira de quebrar as chaves de acesso da maioria das revistas científicas do mundo.[33] Ainda que o acesso aos conteúdos seja ilegal e esteja sendo juridicamente combatido pelas multinacionais da publicação (por conta do *copyright*), há um movimento internacional que discute a validade ético-social da cobrança por conhecimentos científicos produzidos em universidades, muitas delas públicas. Cabe à pessoa pesquisadora julgar se quer fazer uso dessa ferramenta.

PLATAFORMAS DE REFERENCIAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Outros mecanismos de primeira geração são as plataformas que permitem a gestão dos textos que encontramos, em uma revisão da literatura, nas plataformas listadas no item anterior. Essas plataformas de gerenciamento substituem os antigos sistemas analógicos de registro por fichas de cartolina, permitindo o preenchimento online (informações sobre título, autor, ano, páginas, editora, cidade da editora etc.), além de providenciar espaços para anotações, organização de pdfs dos textos e muito mais. Atualmente, há algumas plataformas que facilitam a revisão da literatura, acessíveis para

33 O site foi desenvolvido dentro dos preceitos do movimento de acesso aberto aos conhecimentos. Basta entrar informações como endereço web do artigo, doi, título etc. no campo indicado e a ferramenta de busca quebra a chave e permite o acesso a muitas publicações científicas publicadas, ainda que não todas. No momento de redação deste livro, apesar de a plataforma estar sendo progressivamente bloqueada pelas multinacionais acadêmicas em uma guerra onde as noções de legitimidade e legalidade se borram, ainda permite acesso a amplos setores de pesquisa.



pessoas estudantes brasileiras,[34] com versões gratuitas. Ainda que as possibilidades de gestão gratuita estejam sendo progressivamente bloqueadas e restritas a pessoas que possuam conta paga, o que ainda está disponível é suficiente para se preparar projetos. Há, claro, plataformas pagas que são caras e, na maioria dos casos, fora do alcance do público brasileiro.

FERRAMENTAS GENERATIVAS

Já os mecanismos de segunda geração são tema controverso na atualidade, principalmente na academia. Trata-se do uso das ferramentas de geração de textos, conhecidas como *chatbots*. A principal característica dessa tecnologia é a de produzir textos, áudios, vídeos e outras formas de linguagem (como a artística, por exemplo) que, à primeira vista, não se distinguem daquelas criadas por seres humanos em contextos não tecnológicos. Funcionam através de um mecanismo de ordem, onde o problema inscrito pelo usuário (comando, ordem, solicitação, pedido, questão etc., por meio de *prompts*) é respondido depois de um processo computadorizado que vai além da filtragem usual das ferramentas de busca. Os *chatbots* mais avançados fazem uso de algoritmos de aprendizagem onde a máquina "aprende" e configura, para o usuário, um arcabouço de conhecimentos fundados na sua experiência de utilização. Com isso, é capaz de apresentar, em muitos casos (mas nem sempre), resultados surpreendentemente similares aos que seres humanos produzem em certas situações. As primeiras tecnologias generativas desenvolvidas apenas trabalhavam com

34 Para buscar essas plataformas, a pessoa pesquisadora deve fazer uma busca na Internet com os termos seguintes: *software for literature review*, *citation management tool*. Após obter plataformas para explorar e escolher, aconselhamos assistir vídeos na Internet que ensinam como utilizá-las.



textos. Surgiram depois as que produzem imagens.[35] Hoje, esses softwares são concebidos de maneira cada vez mais integrada, de modo que podem operar com diversas formas de linguagem ao mesmo tempo, ainda que alguns sejam mais especializados em uma área do que em outra.

O PROBLEMA DAS FERRAMENTAS GENERATIVAS NA ACADEMIA

A proibição do uso de ferramentas generativas existe em academias de vários continentes. Essa problemática incide sobre uma questão ético-moral a respeito de até que ponto pessoas na academia são capazes de serem honestas ao adotá-los para a realização de trabalhos científicos, filosóficos e até artístico-culturais. Pode-se usá-las? A questão mais apropriada a ser formulada, hoje, seria: é possível impedir que o público universitário as utilize? Como a presença das ferramentas generativas na vida cotidiana não tem volta, por conta de sua aplicação em celulares, computadores, televisores e inúmeras outras tecnologias, a questão é como usá-las crítica e honestamente. Para seu uso seguro, alguns passos têm de ser seguidos:

1. Utilizá-las como mecanismos de pesquisa (busca), mas associados ao de outras plataformas. Nunca se deve esquecer que as ferramentas de geração de textos, em sua quase totalidade, são produzidas por empresas multinacionais de países capitalistas centrais que não têm o menor interesse pela produção intelectual de países pobres e emergentes ou

35 Para buscar essas plataformas generativas, a pessoa pesquisadora deve fazer uma busca na Internet com o termo seguinte: *generative AI tools*. Após obter plataformas para explorar e escolher, aconselhamos assistir vídeos na Internet que ensinam como utilizá-las.



de grupos sociais "indesejáveis". Isso significa que os resultados não levam em contra a produção da maioria das academias e de contribuições humanas contracoloniais. Como fazer então? Ao se perguntar algo a uma ferramenta e obter os resultados, deve-se depois checar minuciosamente *todas* as informações fazendo uso de outros mecanismos, não-generativos. Se a ferramenta apresenta, por exemplo, um conceito, pergunte qual é a fonte. Daí, com a resposta, procure a pessoa autora ou a instituição indicada para ver se, de fato, as informações podem ser confirmadas. Cheque uma terceira vez e procure de novo em outras plataformas. Checar, checar e checar as informações obtidas, tanto por meio de ferramentas generativas como fontes analógicas, é a única forma de se resguardar de plágios indevidos ou de apreender conteúdos falsos (quando, por exemplo, IAs "piram");

2. Se quiser apoio da ferramenta para redigir, primeiro redija o texto que quer desenvolver, em seções. Depois, vá alimentando a ferramenta com as seções, uma a uma, e solicite *somente* uma revisão gramatical ou de estilo. Jamais solicite que a ferramenta escreva por você! Com a revisão fornecida pela ferramenta, cheque as informações. Após checar, insira as correções no seu texto, que podem ser para fins de exclusão, inclusão, diminuição ou aumento. Se o texto tiver sido muito modificado, *reescreva-o completamente com suas próprias palavras*, tomando o cuidado para jamais repetir sequências de mais do que três a cinco palavras produzidas pela ferramenta;

3. Finalmente, releia o texto, reorganize, reescreva novamente o que está pouco claro, insira as referências bibliográficas. Para que possa ter orgulho de seu trabalho, o resultado deve ser um texto completamente diferente daquele oferecido pela ferramenta generativa, checado em todos os seus detalhes.



Assim, doma-se a ferramenta para torná-la sua serva, no que é de fato: um apoio para ajudar, mas não para substituir a capacidade crítica de produção intelectual.

ESCREVENDO O CAMINHO

Através dos passos apresentados acima, quem prepara um projeto pode ter a certeza de que estará no caminho de realizar um trabalho que apresente um mínimo de qualidade. Mínimo porque a qualidade real depende de um processo eficiente de revisão da literatura e de redação, que deve seguir as normas clássicas de argumentação lógica, onde uma passagem leva à outra. Ou seja, a ordenação das premissas deve levar o pensamento a uma conclusão lógica. No caso da revisão da literatura, para a estruturação de uma problematização, essa conclusão precisa ter por base a identificação de lacunas ou o questionamento da produção acadêmica consultada. Assim, pode-se levantar questões possíveis de serem respondidas. Textos devem ter começo, meio e fim. Se isso não for feito, corre-se o risco de se apresentar uma revisão da literatura confusa, onde a persuasão é falseada à maneira dos sofistas e a conclusão não é obtida por justeza racional. Ou seja, é preciso exercitar e realizar a capacidade de, na redação, refletir um processo de produção investigativa das premissas à conclusão.



Parte II

BUSCANDO EXPLICAÇÕES



5

JÁ OUVIU FALAR DE EPISTEMOLOGIA?



Na academia há muitas palavras que podem assustar as pessoas. Metodologia já assusta. Epistemologia então, sai de baixo! As pessoas, em geral, não têm a menor ideia do que seja! Apesar da estranheza da palavra, as questões epistemológicas têm tudo a ver com o fundo, a essência das coisas, em qualquer projeto. Pode ser de graduação ou de níveis superiores: essas questões estão sempre lá, à espreita, nos bastidores do teatro das ideias. Ainda que não tenhamos consciência, quando pensamos em desenvolver um projeto, realizar uma atividade, emitir opiniões, apresentar críticas, falamos sempre de algum lugar, de um território simbólico. Esse lugar reflete um *posicionamento epistemológico* que tem implicações teóricas, revela posições ideológicas e até mesmo religiosas. O que isto significa e quais as consequências para a preparação de projetos de pesquisa? Discutimos no capítulo anterior como iniciamos o processo de pesquisa, que parte do estudo prévio de documentos relacionados com a área de interesse temático. O primeiro confronto entre o que pensamos e o que as pessoas que fazem ciência produzem ocorre ao longo do primeiro e extenso trabalho de revisão da literatura temática (onde também precisamos identificar as teorias e metodologias das pesquisas). Os títulos que encontramos são geralmente disparatados, ou seja, fundados em abordagens filosófico-epistemológicas as mais variadas: atiram para todos os lados. Ao levar a cabo o processo de reflexão e decisão sobre o tema que gostaríamos de desenvolver, além de estudar minimamente seu campo problemático, é importante identificar as diferentes *abordagens epistemológicas* que emergem dos estudos encontrados para passarmos do tema à teoria. As pesquisas nunca são neutras e refletem posicionamentos. A identificação do olhar epistemológico das pessoas autoras permite que aprendamos com as pesquisas. As que mais costumam chamar nossa atenção, normalmente, são aquelas mais próximas da nossa própria posição epistemológica (ainda que não estejamos totalmente conscientes dela).



Apresentamos, aqui, reflexões de base que temos de levar em consideração ao longo de todo o processo de pesquisa. Trata-se de uma espiral progressiva que vai se transformando ao longo do tempo. As pesquisas revelam múltiplas e possíveis abordagens epistemológicas, a partir das quais devemos construir nossas reflexões de pesquisa. Nas humanidades – e particularmente no campo da comunicação, que é comum a todas as disciplinas – a consciência do olhar epistemológico que temos é fundamental para evitar que caiamos em propostas vazias, e permitir que façamos trabalhos significativos. Como salientamos, muita gente não tem a menor ideia do que quer dizer epistemologia. Vamos tentar esclarecer, nesse texto, o que o termo significa e o porquê de ser fundamental no processo de pesquisa. Como já indicamos, o primeiro momento de confronto ocorre no processo de triagem da revisão da literatura temática (que, como salientamos, também implica identificar teorias e metodologias dos textos), passo incontornável para a formulação de questões e/ou objetivos de pesquisa, e/ou de práticas profissionais e artístico-culturais.

EPISTEMOLO... O QUÊ?

Comecemos a conversa de uma maneira bem simples. Nós, seres humanos, somos organismos de uma espécie que se desenvolveu de certa maneira e não de outra por conta dos acidentes de percurso da evolução. Temos, por exemplo, parentescos com primatas, alguns mais próximos como os chimpanzés e os bonobos; outros mais distantes, se pensarmos em bovinos e galináceos; e muito próximos como os suínos (especificamente os porcos domésticos) que compartilham a maior parte de seus genes conosco. Qual a importância dessas relações de parentesco com outras espécies? É porque compartilham traços evolucionários, notadamente o de aprender e precisar comunicar para sobreviver.



Os processos de aprendizagem e de comunicação estão intimamente relacionados com a questão epistemológica, do conhecimento. Associamos aqui a palavra *epistemologia* à palavra *conhecimento* porque o primeiro é um termo derivado do grego que deu origem ao segundo, de origem latina. A palavra grega original é *episteme*, que quer dizer algo parecido com o que entendemos modernamente como "conhecimento". Discorreremos, mais adiante e com mais detalhes, sobre epistemologia. Por enquanto, com a finalidade de prosseguirmos com a argumentação a respeito do lugar do biológico no desenvolvimento das espécies, notadamente na *episteme*, cabe dizer que, para conhecer a nós mesmos e o mundo em torno de nós, precisamos aprender e comunicar. Fazer uma pesquisa, realizar um trabalho prático ou uma produção significa aprender a respeito de algo que será, depois, comunicado aos outros. Todos nós iniciamos nossas aprendizagens graças às capacidades orgânicas que temos e são desenvolvidas ao longo do tempo. Têm relação com o nosso corpo, com as ferramentas que este propicia para que possamos perceber o mundo. Conhecemos pelo nosso corpo, ou seja, pela nossa pele (tato), visão, audição, gosto, olfato, ou seja, pelos órgãos do corpo que produzem sensações. Com o passar do tempo, na primeira infância, aglutinamos todas essas capacidades à de comunicar por meio de linguagens, amalgamadas com as culturas.

Inicialmente, percebemos o mundo através das sensações. Nossos corpos não são o mundo fora de nós: somos organismos que estão no mundo e que o percebem. O primeiro passo do conhecimento que temos em nossas vidas ocorre quando abrimos os olhos para a vida, com um corpo de bebê, de recém-nascido. Jean Piaget (1937) estudou essas questões com muita perspicácia a partir de sua proposição de *epistemologia genética*. O epistemólogo, biólogo e psicólogo suíço mostrou que quando nascemos nem sabemos que nascemos, pois não temos consciência de que estamos em um mundo, menos ainda de que temos um corpo. A consciência de que somos seres que vivem em um mundo vai sendo moldada progressivamente ao longo do desenvolvimento da vida, ao longo



dos dias, meses e anos. Essa consciência é tributária de tudo aquilo que os nossos órgãos sensoriais vão percebendo das interações com o mundo socioambiental e cultural (nele incluídos coisas e seres) e vão processando por meio do sistema nervoso e, especificamente, do cérebro. No início, especialmente com o aprendizado dos sons do entorno social, as pessoas desembocam, a um dado momento, na possibilidade de guardar coisas na memória e de se comunicar pela linguagem, fazendo uso de sentidos culturalmente compartilhados. Ou seja, existe uma base orgânica muito forte, fundamental, para a capacidade de conhecer o mundo, em geral, e desenvolver culturas, especificamente.

Conhecemos o mundo por meio de processos de aprendizagem. Aprendemos a olhar e a fixar a visão, a escutar. Aprendemos a mexer os braços e as pernas quando ainda somos bebês até conseguir articulá-los com outras capacidades aprendidas, e sermos capazes de caminhar. Nas relações sociais que estabelecemos, primeiro com a nossa família, com as pessoas próximas que falam uma língua que expressa simbolismos culturais com a ajuda dos corpos (gestos, olhares etc.), aprendemos a atribuir sentidos a sons, fundamento inicial do processo de comunicação. As abstrações que forjamos nas mentes e comunicamos (os sentidos das palavras que emitimos através de sons ou que estão sendo produzidos internamente em nossas cabeças) são, na verdade, redes de neurônios ativadas em função de estímulos produzidos por circunstâncias da vida, organizadas em torno de conteúdos culturais. As circunstâncias do vivido que ativamos e que somos capazes de recuperar através das memórias são a essência da aprendizagem. Mais: guardamos essas memórias associadas a linguagens, que podem tanto ser formais (provindas de matemáticas e simbolizações lógicas), como culturais (provindas de línguas, objetos, arquiteturas etc.). É por isso que temos memórias das coisas e de procedimentos (modos de fazer). Por exemplo, de que uma casa é uma casa, de que precisamos de x tempo para atravessar a rua diante dela. Podemos expressar a outros, pela



linguagem, a ideia dessa casa ou a ideia de outras casas possíveis. Essas memórias são guardadas em feixes neuronais que, ao serem ativados, permitem o tratamento cognitivo, afetivo (emoções, afetos) e ético-moral do vivido. Na medida em que emergem memórias, o corpo se torna capaz de ressignificá-las e produzir novos saberes e/ou conhecimentos, articulados de maneira linguageira (ideias). Conhecer, portanto, é uma capacidade específica do ser humano. Conhecer corresponde a um processo complexo da vida, um processo epistemológico.

SABERES E CONHECIMENTOS, SENSO COMUM E CIÊNCIA

Quando falamos de conhecimento, de conhecer o mundo, podemos associar a esse processo somente o que aprendemos em nossas vidas cotidianas, sem muita reflexão. Podemos também conhecer em um sentido mais elaborado: são os aprendizados que tiramos da ação científica, pois dependem da vontade de descobrir e dos processos que inventamos para fazê-lo. Como agem as pessoas pesquisadoras? Querem, *intencionalmente*, conhecer o mundo, alguma coisa. Muita gente diz que aprendeu, que obteve conhecimento na universidade da vida. Nada mais óbvio: toda a humanidade faz isso, aprendendo o tempo todo. No entanto, esse conhecimento da vida cotidiana não corresponde, ao menos não exatamente, ao que pessoas pesquisadoras e criadoras de invenções fazem. Para que possamos começar a pensar em pesquisa e invenção, temos que, em primeiro lugar, ter a noção de que o conhecimento tem uma dimensão biológica calcada na história da espécie, em geral, e dos indivíduos, em particular. Ou seja, de que o desenvolvimento do nosso corpo ao longo da nossa pequena história, e o do nosso percurso dentro da vida do planeta, dentro da sociedade, do grupo



e da comunidade onde estamos inseridos, têm essa base, capacitando os seres humanos à produção de culturas e suas pródigas invenções.

Essa dimensão simbólica, intrinsecamente colada e complementar à biológica, emerge quando buscamos conhecer intencionalmente processos e produções humanas desenvolvidos ao longo da história de nossas sociedades, grupos e comunidades, ou das culturas que constituímos e que nos constituem. Na academia, essas dimensões estão no fundamento de campos científicos e filosóficos, em suas manifestações abstratas (lógico-matemáticas), empíricas (fundadas em dados, dados ou percepções produzindo protofatos) ou práticas (intervenções, produções, compartilhamentos). A busca de conhecimentos possíveis relacionados a essas dimensões e características específicas é tributária da motivação e do interesse em conhecer, ou seja, da intencionalidade em descobrir e inventar. Isso quer dizer que toda pessoa pode buscar, intencionalmente, um conhecimento. No entanto, quando ela faz isso, seu processo, ainda que paralelo e análogo ao de pessoas pesquisadoras, não tem a mesma natureza. Exemplo disso, já mencionado anteriormente, é a capacidade de um encanador compreender como se dá o fluxo da água e consertar, na prática, um encanamento defeituoso para fazê-la correr melhor. Um engenheiro pode ser incapaz de fazer o mesmo, ainda que abstratamente tenha o conhecimento científico que lhe permite projetar encanamentos sem jamais lidar com água. Já tinham pensado nisso?

Pois é. Tanto no cotidiano como na vida acadêmica, temos produção de conhecimentos. Só que para distinguir um processo do outro, vamos definir palavras e determinar o que queremos dizer com cada uma a partir de agora, voltando à distinção entre *saberes* e *conhecimentos*, que tratamos no Capítulo 3 (Como construir uma questão de pesquisa?). Atribuímos à palavra "saber" o sentido do conhecer da vida cotidiana, de constituir um senso comum, e ao termo "conhecimento" o sentido do conhecer derivado de uma investigação utilizando os processos acadêmicos de busca de explicação



das coisas. Em ambos os casos, adotamos uma metodologia (prática ou científica). Operamos inicialmente a partir de capacidades cognitivas e afetivas ancoradas em simbolismos culturais e processos de comunicação, com consequências ético-morais. Essas capacidades, expressas pela linguagem, possibilitam a constituição de saberes e conhecimentos, que podem ser abstratos, empíricos e/ou práticos.

Lembrando novamente: (1) com relação aos *conhecimentos*, as capacidades de abstração são da ordem das lógicas e das matemáticas; as de verificação empírica são aquelas baseadas na observação material dos objetos; e as práticas são os procedimentos que desenvolvemos para resolver problemas no mundo; (2) no que diz respeito aos *saberes*, as capacidades de abstração são da ordem das explicações ingênuas; as de verificação empírica são observações igualmente ingênuas que fazemos dos objetos; e as práticas são estratégias que desenvolvemos para resolver problemas intuitivamente, sem necessariamente compreender o porquê de as soluções funcionarem.

CONHECIMENTOS, SABERES E CRENÇAS NA TRADIÇÃO OCIDENTAL

As pessoas falam em conhecer Deus, de perceber e estar junto de santos ou entidades como os orixás. Esses saberes emergem da maneira como construímos ideias a respeito daquilo que não existe materialmente e cuja origem e existência não podemos explicar. Ou seja, tudo aquilo que diz respeito ao desconhecido inacessível leva a saberes, à construção de ideias, histórias e narrativas dessa natureza. Ainda que haja intenções de conhecer, esses processos escapam daquilo que se compreende como conhecimento no sentido definido na seção anterior. São, portanto, segundo a definição que adotamos, processos de constituição de saberes.



As construções ocidentais de conhecimento não se confundem com saberes do cotidiano. As universidades contemporâneas, por exemplo, que são instituições concebidas dentro dos sistemas do mundo ocidental, são regidas por regras que, ainda que evoluam, estão ancoradas na busca de conhecimentos e não de saberes. A filosofia seria uma exceção, pois se trata de disciplina especulativa que, partindo de saberes (como o bem pensar), busca chegar a possibilidades de conhecimento através de processos explicativos de argumentação fundados na lógica (que é uma ciência). A teologia e as artes, outras exceções. Nos outros campos acadêmicos, busca-se conhecimentos. Podemos discutir o processo de institucionalização dos conhecimentos, podemos criticá-lo, colocá-lo em questão. Na medida em que a razão de ser da universidade é de pensar, inquirir, investigar, criticar e descobrir, a crítica, a dúvida e o debate dela fazem parte. Essa construção ocidental não se confunde, por exemplo, com a ação de se ir a uma igreja para orar a Deus na busca de se resolver algum problema. Também não se confunde com o estudo da Bíblia, do Corão ou da Torá para se tentar conhecer algo de modo a resolver problemas. Os procedimentos do saber são, normalmente, incompatíveis com o conhecimento. Esta é a razão pela qual Igreja e Estado se separaram, ainda que proximidades ainda existam entre essas instituições por conta das contradições do ser humano.

É preciso que tenhamos consciência das diferentes possibilidades que levam ao saber e ao conhecer. As relações entre as crenças e o conhecimento são complexas: não formam uma linha reta fixa, rígida. Não é à toa que cientistas, quando querem descobrir algo, pedem aos amigos: "reze pra dar certo!". Muitos conhecimentos que o mundo ocidental acreditou ter produzido estão relacionados com crenças, principalmente pelo processo cognitivo-afetivo e ético-moral da motivação. A fronteira entre as crenças que fazem emergir saberes e conhecimentos que produzem ciência a respeito dos processos da vida humana no planeta é muito flexível e difícil de ser traçada. O paradoxo da tensão entre saber e conhecimento



é permanente e reside no fato de que as pessoas têm o direito de crer naquilo que elas quiserem até quando buscam conhecer. Por exemplo, crenças como a de crer que "Deus vai me ajudar a fazer meu projeto"!

É um desafio ter a mente aberta para transitar nas contradições e problemas relacionados com o paradoxo da "crença científica". Na tradição ocidental, a busca de descobrir, de aprender, de conhecer, ainda que estruturada em dados, lança frequentemente raízes na crença em algo ("é Jesus quem me guia", "Deus está comigo nessa jornada" etc.). Falamos de "tradição ocidental" para nos referir à sociedade contemporânea, onde temos processos de viver específicos, diferentes de outras tradições, que nos são dados pelo desenvolvimento político, socioeconômico e histórico-cultural atual do sistema capitalista sob a hegemonia de um número restrito de países industrializados. Esse desenvolvimento é, em grande medida, eivado de processos de coação, imposição e violências de origem colonial. Logo, pensar o conhecimento nesses termos nos remete incessantemente às complexidades das disputas entre os mais diversos grupos humanos, suas diferenças e anseios de libertação. Independentemente disso, o fato é que a humanidade ocidental (incluída nela a pós-digital) não tem como ignorar as transformações causadas pelos conhecimentos científicos do último milênio. Para que discutamos o lugar do pensamento epistemológico, hoje, é necessário separar o joio do trigo no sentido de se compreender em que o conhecimento científico do mundo difere dos saberes práticos e os de origem mística e/ou religiosa.

A separação da Igreja e do Estado, apesar de ser um fenômeno razoavelmente recente (emergindo historicamente por volta do século XVIII dentro da tradição iluminista) e localizado no Ocidente majoritariamente cristão, traz, de certo modo, um novo balizamento. A origem dessa separação entre saberes e conhecimentos nos permite refletir sobre esses polos que se opõem, mas que se aproximam e se afastam, se confundem e se distinguem.



De um lado, podemos admitir sabedorias que produzem simulacros, como o que chamamos de "epistemologias populares do senso comum". De outro, conhecimentos que implicam "epistemologias científicas" baseadas em dados e/ou fatos. Se tomarmos o exemplo da cura do câncer, para que um enfermo possa melhorar sua saúde, dentro de uma perspectiva do senso comum, há saberes disponíveis baseados em crenças católicas como orações fervorosas e sinceras a Nossa Senhora da Saúde, afrobrasileiras como o candomblé e a umbanda (invocando Obaluaê, o orixá da saúde e da cura) ou ainda indígenas como rituais mediados pelos pajés e uso de medicinas naturais. Tais saberes se distinguem dos conhecimentos científicos atuais sobre os processos patológicos, agentes etiológicos e materiais farmacológicos relacionados com milhares de tipos de câncer, cada um devendo ser tratado de uma maneira específica com medicamentos cuja eficácia é validada, uns com perspectivas de cura e outros não. Vale lembrar que, entre os povos afrobrasileiros e indígenas, há também uso de plantas que, efetivamente, possuem propriedades de cura de determinadas patologias. Neste caso, são conhecimentos e não saberes.

As crenças, ancoradas nas igrejas e comunidades do acreditar, são saberes esvaziados de concretude que convivem com os conhecimentos produzidos por instituições de pesquisa, como as academias, mas não se confundem com eles. Em certos países, a fronteira é embaçada. Estados em que a religião interfere nas leis e/ou nas decisões de governo (como no Vaticano, em Israel ou no Irã), todas as pessoas devem (ou acabam tendo que) seguir certas crenças fundadas em dogmas que orientam as diversas dimensões da sociedade, incluindo a ciência. Esse embaçamento cega muitas pessoas pesquisadoras atuais, que querem atribuir a grupos tradicionais, por exemplo, a admissão de crenças como conhecimentos. Os países ocidentais, em geral, adotam a distinção entre coisas da Igreja e coisas do Estado, e financiam todo um aparato de fomento à ciência. Ainda assim, muitas pessoas cidadãs e grupos políticos,



dessas nações, que atuam nas instituições científicas, guiam-se mais por crenças: desde a de se ter uma planta protetora de maus augúrios em casa que "deveria" ser distribuída nos postos do SUS até a adoção de interpretações literais da Bíblia que "deveriam" orientar políticas públicas. Mas a Bíblia não é um documento histórico, um relato épico-literário, onde história e estória se confundem? As teorias conspiratórias, atualmente em voga, disseminadas, por exemplo, em igrejas e redes sociais sob a forma de *fake news*, são saberes construídos sob bases no mínimo suspeitas.

As interrelações entre saberes e conhecimentos, portanto, compõem uma questão muito difícil de se discutir hoje em dia porque a academia está cada vez mais contaminada por debates inconclusivos, como os que se constituíram desde a pandemia de Covid-19. Ainda que não devamos tomar as incursões do saber ligado a crenças em um sentido somente negativo, também não podemos negar a contaminação que se produz quando se coloca em dúvida, de maneira não razoável, o conhecimento (como o de que vacinas não protegem populações de doenças). Essa discussão visa a sinalizar às pessoas que querem se definir como pesquisadoras, que devem refletir e problematizar suas questões com consciência, de modo a evitar consequências ético-políticas da mais alta gravidade.

EPISTEME E EPISTEMOLOGIA NA CIÊNCIA

A palavra grega *episteme* não pode ser tomada em um sentido único porque o povo grego, sua língua e sua cultura evoluem permanentemente. A Grécia Antiga e o uso que se fazia dessa palavra no passado também não podem, portanto, ser entendidos como uma fotografia de algo parado no tempo. Trata-se de uma civilização que foi sendo forjada por meio de várias formas de encontros, migrações, guerras, doenças. Ao longo do tempo (milênios), a palavra



episteme foi se transformando, sendo usada em diferentes contextos e tomando múltiplos sentidos. O sentido que os filósofos e cientistas ocidentais dos últimos séculos dão a ela é de um conhecimento que não pode ser fundado em crenças. A preocupação com esse campo é moderna e vem da época das primeiras descobertas científicas. No conhecimento, é imperioso comprovar ou apresentar argumentos convincentes em favor de uma tese provável, plausível, possível. O entendimento que levou à construção da ciência, constituiu o campo, dentro da filosofia, chamado de "epistemologia". Ela é prima da ética, da lógica e da estética. Essa maneira de nomeá-la vem dos franceses (*épistémologie*), enquanto os ingleses a denominam "teoria do conhecimento" (*theory of knowledge*). Ambas querem dizer o mesmo: o estudo do conhecimento científico, ligado à filosofia da ciência. O que muda entre franceses e ingleses, mas também alemães, italianos etc. são as abordagens. Apesar de terem sentidos aparentados, expressam entendimentos filosóficos de seus países. Nascidos no século XVIII, embeberam-se das filosofias e histórias de potências ocidentais, que ainda hoje têm grande influência no controle de populações e territórios, sustentam colonialismos e neocolonialismos (e agora o pós-colonialismo digital e tecno-militar) e, é claro, regulam as academias. Certas academias universitárias, ao menos na América Latina, incluindo o Brasil, são mais "francesas"; outras são mais "britânicas" etc. Dependendo das influências que receberam, maneiras diferentes de ver o sujeito e o mundo se desenvolveram, afetando os olhares epistemológicos: mais empiristas, mais subjetivistas.... Os desafios que o "Sul global" apresenta para a constituição de academias nacionais, em termos epistemológicos, demanda que debates desafiadores sejam realizados, não dentro dos parâmetros acadêmicos que as forjaram, mas, na nossa opinião, segundo novas configurações do campo interacionista.

Por que ter noção dessa construção histórica é tão importante para alguém que quer fazer um projeto? Em primeiro lugar, ainda que haja controvérsias sobre o estatuto dos conhecimentos



e dos saberes como entidades distinguíveis ou borradas (sobretudo decoloniais e contracoloniais), uma pessoa que pesquisa precisa saber que o trabalho na universidade não deve fazer do conhecimento uma crença e de uma crença um conhecimento. Em segundo lugar, extirpado o risco de se adotar a crença como baliza da busca do conhecimento, a questão que resta – não menos importante – é a de se saber que abordagem então se deve adotar. E é aí que a porca torce o rabo! Ainda que diferenças fundadas em crenças possam levar à constituição de olhares epistemológicos, o essencial é se lembrar que elas não produzem conhecimentos.

POSTURAS EPISTEMOLÓGICAS

As epistemologias refletem disputas tão acirradas como as que vemos no futebol e na política. Refletem também posturas: algumas rígidas, outras flexíveis. Qual é o fundamento da epistemologia do ponto de vista da produção de conhecimento dentro da tradição ocidental? Hoje em dia, a banalização do termo levou a entendimentos variados. Pode-se definir a epistemologia, indistinta ou separadamente, como o conjunto de certos tipos de saberes e/ou conhecimentos. Nessa deriva, fundada habitualmente em simulacros ideológicos polarizados (como entre o Flamengo e o Fluminense, um partido de esquerda e um de direita), criam-se epistemologias e epistemologias... Por exemplo, há quem as categorize por disciplinas ("epistemologia da matemática"), por relações econômicas ou de poder ("epistemologias coloniais"), por identificação de classes sociais que se opõem ("epistemologias burguesas") ou geografias políticas ("epistemologia do Sul global", "epistemologias imperialistas", "epistemologia norte-americana") etc. No entanto, ainda que essas dimensões possam ter relevância na produção dos conhecimentos, tratar esses *olhares* como "epistemologias" é, ao nosso ver,



uma maneira rasa de compreendê-la. Na nossa visão, amparada pelo desenvolvimento histórico da filosofia, abordagens particularistas como as crenças que fundam os saberes só podem levar a subepistemologias ou propostas fundamentalmente antiepistemológicas. Não podem, portanto, compor qualquer definição essencial do termo. A orientação correta para a construção de uma definição de epistemologia, calcada na história milenar das ideias, não está fundada em particularismos, mas nas *relações entre sujeito e objeto*. Como já frisamos, esses dois polos são extremos de um *continuum*, de um entendimento construído ao longo de milênios de história da filosofia ocidental. Eles expressam o que há de mais essencial e existencial na filosofia e, a partir deles, múltiplas maneiras de se produzir ideias epistemológicas emergiram. Temos, de um lado, o sujeito, com seu corpo, que conhece o mundo através dele. De outro, temos o mundo que envolve esse corpo, com o qual esse corpo interage permanentemente. Esses são os fundamentos das ideias de sujeitos com seus corpos e mentes, e de objetos concretos do mundo que os envolvem. *A epistemologia trata, portanto, a partir da subjetividade da pessoa que quer conhecer, das relações entre ela e o objeto na busca de compreender quais são os limites do conhecimento*. Quando perguntamos "qual é a sua epistemologia?", a resposta remete, necessariamente, às relações entre o sujeito e o objeto que emergem do campo problemático da pesquisa.

No polo do *objeto*, pode-se partir da ideia de que, para conhecer o mundo, ele esteja *fora de nós*. Ou seja, nossos corpos estão aqui, o mundo está lá fora, então pode-se conhecê-lo fazendo uso de uma metodologia apropriada a esse olhar. Estudar um "objeto" supõe, nessa visão mais radicalizada, que ele *não tem relação alguma* com o sujeito que o observa. No polo oposto, temos o *sujeito*, que é o agente do conhecimento. Ou seja, na visão mais polarizada desse extremo, pensa-se que o mundo só é acessível *a partir dele* e que, portanto, o mundo não existe se nós não existirmos. No primeiro caso, o que se quer conhecer se torna nosso objeto. Chamamos esta postura



epistemológica de *objetivista*. No segundo caso o objeto somos nós mesmos, os sujeitos. Chamamos esta postura epistemológica de *subjetivista*. Há, no entanto, toda uma gama de gradações epistemológicas entre esses dois campos extremos, onde as relações entre sujeito e objeto são pensadas menos radicalmente. Chamamos esse espectro de *interacionismo epistemológico*, onde as posições tecem ambos os polos. Como em um pêndulo, podem tombar mais no campo de prevalência objetivista, subjetivista, ou de equilíbrio entre os polos. Temos também o caso do colapso da dicotomia sujeito-objeto na *fenomenologia*, uma abordagem filosófica onde ambos se dissolvem em uma única totalidade. Nesse caso, sujeito e objeto são indissociáveis e não se distinguem.

A complexidade das relações epistemológicas entre sujeito e objeto depende de muitos aspectos. A ciência objetivista empírica mais tradicional, a medicina, é exemplar. Age essencialmente pela observação e pela experiência. Ainda no campo objetivista, a física, que deu origem ao pensamento científico moderno, traz um objetivismo que relaciona o abstrato e o empírico. A astronomia é aquela que olha, que vai estudar o objeto que está no mundo, fora de nós (por telescópio, por exemplo). Ainda assim, quando a observação fracassa, a matemática torna-se a muleta que vem ajudar a pessoa pesquisadora, permitindo que ela infira a existência de um objeto dado (um planeta, por exemplo), a partir de dados indiretos. Assim, demonstra matematicamente sua existência, enquanto esta não possa ser provada por observação direta. A coisa em si não é o mesmo que a coisa inferida indiretamente. Ou seja: objetos físicos que existam fora de nós podem ser observados empiricamente de maneira direta ou podem ser verificados apenas teoricamente por meio da matemática. No caso das abordagens epistemológicas objetivistas nas humanidades, o sujeito que pesquisa vê outro sujeito como um objeto em si (ignorando o que pensa, focando no comportamento observável). Nesse caso, o objetivista acredita poder estudar um dado sujeito, exprimindo matematicamente resultados



através do uso de estatísticas em experiências controladas (caso do behaviorismo comportamental, positivista).

No caso do sujeito, polo epistemológico inverso, há negação da possibilidade de que possamos conhecer um objeto em si, fora de nós. Só se poderia conhecê-lo a partir da gente mesmo. Se é o sujeito que apreende o mundo por meio de seu corpo, de suas percepções, então o conhecimento só pode ser subjetivo. É o sujeito que se relaciona com o mundo e, portanto, só pode conhecer graças à construção cognitivo-afetiva de seus cérebros, de seus corpos, em interação com o meio. Os sujeitos, portanto, jamais poderiam ser considerados objetos do mundo. No caso da maioria das abordagens epistemológicas subjetivistas e fenomenológicas, o conhecimento que emerge das pessoas é único, intransferível e até certo ponto incomunicável.

Como podem ver, existem muitas maneiras de se olhar a existência. Isso reflete no entendimento que fazemos do que seja pesquisa e de como ela marcou o desenvolvimento das humanidades. No início, se pautaram pela visão de que conhecer as pessoas e a sociedade, as relações econômicas, políticas, culturais etc., dependeria de uma postura objetivista. As matemáticas, de certa forma, abriram o campo para elas na medida em que mediam "objetos abstratos", mentais, produzidos pelo cérebro dos sujeitos, proporcionando analogias. Exemplos desses objetos nas humanidades: a sociedade, o crime, a fome, o estupro. As primeiras pesquisas sociológicas empíricas, por exemplo, fizeram uso das matemáticas para investigar as relações sociais, como as tabelas estatísticas utilizadas por Durkheim (1897) no estudo pioneiro que fez sobre o suicídio. Essas posturas, que buscavam objetivar processos relacionados com a natureza social do ser humano, começaram a ser contestadas ao longo do século XX, levando à proposição de outras formas de conhecer, mais profundamente ancoradas nos "sujeitos", suas subjetividades, produzindo novas interpretações epistemológicas.



Hoje em dia, nas humanidades, as posturas mais próximas ao campo objetivista se traduzem pelo uso de matemáticas ou lógicas exprimindo resultados possíveis de problemas, de maneira quantitativa. As que estão mais próximas do campo subjetivista traduzem-se pelo uso de expressões linguageiras exprimindo resultados plausíveis, possíveis, de problemas apresentados de modo qualitativo. Na verdade, intermediando as modalidades extremas objetivistas e subjetivistas, há relações que se expressam entre objetos (o mundo) e múltiplos sujeitos (as pessoas, os grupos, as comunidades). Nesse "entre" existem inúmeras posições intermediárias que chamamos de interacionismo epistemológico porque, usualmente, lançam mão de instrumentos de coleta de dados desenvolvidos tanto pela tradição objetivista (quantitativa) quanto pela subjetivista (qualitativa).

Com o advento, que já não é novo, das tecnologias digitais da informação e da comunicação, as humanidades se tornaram mais complexas por conta das interações mediadas. Estas ocorrem entre sujeitos em um mundo que podemos admitir como principalmente objetivo (postura epistemológica objetivista) ou subjetivo (postura epistemológica subjetivista). Podem ocorrer também em mediações mais ambíguas integrando os dois polos. Há muitas posturas interacionistas[36] possíveis entre sujeito e objeto. As tecnologias produzem meios, "lugares" onde essas relações se desenvolvem. Em cada pesquisa, há que se ter consciência do campo epistemológico das relações entre sujeito e objeto, entre sujeitos entre si, entre estes e as ferramentas de mediação, ou ainda desintegrando tudo em uma mesma totalidade.

36 A palavra "interacionista", associada à orientação epistemológica, é usada neste livro na falta de outra melhor. Normalmente, quando falamos de "interacionismo", sobretudo nas humanidades, estamos nos referindo às relações entre pessoas. Essas relações são explicadas por teorias como, por exemplo, o interacionismo simbólico, o construtivismo e o socioconstrutivismo histórico-cultural, entre outras abordagens. No contexto das relações entre sujeito e objeto, usamos a palavra no sentido de "interacionismo epistemológico" para refletir posturas do *continuum* teórico-metodológicas que não se situam nos polos extremos do objetivismo e do subjetivismo.



As relações epistemológicas se estabelecem, portanto, em um *continuum* que vai da prevalência absoluta do objetivismo à prevalência absoluta do subjetivismo, com um sem-número de posições intermediárias (mais próximas da prevalência objetivista, mais próximas da prevalência subjetivista, no "entre" equilibrado). Obviamente, reflexões dessa natureza são diferentes na graduação, no mestrado ou no doutorado, mas somente em termos de profundidade. Na graduação, as pessoas discentes geralmente não têm nem a formação necessária nem tempo para estudar o suficiente para uma tomada de decisão epistemológica consciente, o que torna seus trabalhos frágeis. No mestrado e no doutorado supõe-se que discentes vão se dedicar mais porque os cursos são mais longos, mas a qualidade dessa formação muitas vezes tomba mais no endoutrinamento do acreditar e menos na formação ampla necessária para uma tomada de posição crítica refletida. Ainda assim, as pessoas pesquisadoras devem se esforçar para se orientar conscientemente na direção da adoção de uma abordagem epistemológica clara porque isso auxilia a escolha de teoria, de metodologia e, inclusive, da pessoa verbal em que o trabalho será redigido. Utilizar a primeira pessoa do singular é o correto em uma postura subjetivista; a terceira pessoa do singular, uma postura objetivista; a primeira pessoa do plural, uma postura interacionista epistemológica. A decisão sobre a pessoa verbal tem de ser tomada de início, ainda que estrategicamente. Uma tomada de posição clara implica que a pessoa pesquisadora tem *convicção* de sua postura epistemológica. Uma tomada de posição *estratégica* deve ser tomada quando a pessoa pesquisadora não se sente suficientemente segura para uma decisão final; adota-se somente para ver no que dá, de modo a aprender com a experiência. A única orientação que fornecemos aqui é de que, independentemente de se assumir uma posição epistemológica por convicção ou por estratégia, ela deve ser crítica e organizar todo o texto através do uso consistente de uma pessoa verbal que a revele.



OLHAR EPISTEMOLÓGICO

Não cabe aqui fazer uma lista de epistemologias porque isso, além de não fazer muito sentido, é impossível. Cada pesquisador, cada filósofo, produz, na prática de seu fazer, abordagens epistemológicas próprias nas relações entre sujeito e objeto, porque nenhuma cabeça é igual à outra. O epistemólogo Jean Piaget dizia que aprender é criar (Antonini, 2024). Conhecer também é, portanto, criar. Ao trilharmos o caminho do conhecimento, patinando entre o sujeito e o objeto, buscamos a senda de revelação de algo que queremos compreender, seguindo procedimentos que nós mesmos construímos baseados naqueles que pessoas pesquisadoras, antes de nós, desenvolveram (ou seja, metodologias).

Para se criar, é preciso examinar criticamente outras obras. Daí a importância de uma revisão da literatura onde possamos explorar o tema que alvejamos conhecer e compreender os diversos olhares explicativos (teóricos) e relacionados ao como fazer (metodológicos). Por isso, são também fundamentais as revisões da literatura de teorias e metodologias. Os processos de revisão da literatura científica nos ensinam muito sobre olhares e, assim, vamos aprendendo, passo a passo, o que é uma posição epistemológica. Sabedores de que há abordagens diferentes nos textos que encontramos após uma exaustiva revisão da literatura, o desafio é ir tentando desvelá-las. Assim, podemos ir compreendendo as problematizações das pessoas autoras, identificando questões ainda não respondidas por elas. Esse trabalho permite que refinemos as pré-questões que construímos ao longo do processo. Permite também que apreendamos intuitivamente a partir da nossa experiência para que, depois de realizadas as revisões da literatura temática, teórica e metodológica, possamos adotar um olhar epistemológico consciente. Um bom projeto depende, fundamentalmente, de tomadas de decisão e escolha conscientes, com base epistemológica sólida e questões claras que a reflitam.



6

ARGUMENTAR E TEORIZAR



O que é uma teoria? Em que medida o que ela é e como se a define está relacionado com o processo de argumentação? O que é afinal, argumentar e teorizar dentro de uma perspectiva científica? Como sabemos, teorias e argumentos podem ser fundamentados no senso comum, nas decisões que tomamos no dia a dia, com base em saberes. Por exemplo: "meu palpite é que quem vai ganhar o jogo contra o Boca Juniors é o Flamengo". Poderíamos substituir a palavra "palpite" por "teoria" e daria na mesma porque ou se dá um palpite por crença ou porque se têm informações sugerindo que o Flamengo vai ganhar o jogo (o que dá no mesmo, porque fala-se aqui de um processo futuro sobre o qual não se tem certeza alguma). Para que possamos, nas conversas do dia a dia, defender o "palpite" ou a "teoria" segundo a qual o Flamengo vai ganhar, temos que argumentar. Se em uma conversa entre amigos, todos forem do Fluminense, do Vasco ou do Botafogo, os argumentos rubro-negros serão, possivelmente, rejeitados com base em suas premissas (por exemplo: o Flamengo nunca perdeu um jogo contra o Boca; o time está em ótima fase; o treinador já deu muita bola fora, mas não na Libertadores etc.). Se rejeitados, o nosso flamenguista fanático precisará então de dados sólidos para persuadir os amigos da plausibilidade das premissas e convencê-los pela força de seu argumento. Se forem todos flamenguistas, no entanto, talvez isso sequer seja necessário... Poderíamos também usar exemplos provindos da política, da religião etc.

Há, portanto, relações intrínsecas entre o processo de argumentação e de teorização tanto no pensamento popular (onde se mobilizam *saberes* baseados no senso comum), como acabamos de ver com o exemplo do Flamengo, mas também no pensamento científico (onde se mobilizam *conhecimentos* obtidos com rigor metodológico). É sobre esse último processo específico que discorreremos agora porque está no cerne da produção de projetos científicos.



ARGUMENTACÃO

Argumentação é todo o processo de pensamento fundado na lógica natural humana onde o raciocínio é estruturado de maneira a sustentar uma ideia sobre outras e chegar a uma conclusão. O objetivo desse processo é, sempre, persuadir e convencer o interlocutor. Trata-se, portanto, da construção e apresentação de proposições (afirmativas, negativas, implicativas etc.), ou seja, as premissas do argumento, cuja ordenação constrói um raciocínio que leva a uma conclusão. Nos processos de argumentação humana, as premissas, além de serem os termos dos argumentos, precisam ser aceitas tacitamente pelos interlocutores.

Na lógica pura, um argumento é uma construção mais formal do que a matemática. Seus termos (premissas) levam a uma conclusão necessária, ou seja, expressa as relações de verdade e falsidade entre eles (Hegenberg, 2009). No campo da comunicação humana, o argumento vai um pouco além disso, pois configura-se como uma construção linguageiro-discursiva que tem o objetivo de tornar algo que não é aceito, aceito (Castro, 2013). Segundo a autora, basta, para se dar início a um processo de argumentação, que haja controvérsia. Um argumento pode estar relacionado a *saberes* do cotidiano, ou a *conhecimentos* que se convencionaram chamar de científicos. Os segundos, diferentemente dos primeiros, devem ser submetidos a exame para que sejam validados. Nesses últimos casos, ao se apresentar um problema ("se colocar um problema") discorre-se sobre as premissas (ideias prévias que fundam uma teoria), que levam a uma conclusão que pretendemos sustentar. Ou seja, "defender". Por isso falamos em "defender" um projeto, "defender" uma tese. Há várias maneiras de se defender argumentos. Na matemática, por exemplo, a conclusão, para ser considerada "verdadeira" ou "falsa", precisa antes ser *demonstrada* a partir de um sistema simbólico fechado (numérico, lógico-informático etc.) de modo que a falsidade ou a verdade



dele decorra necessariamente. Como já expusemos anteriormente, entende-se como *necessário* aquilo que "não há como não ser". Nos outros campos disciplinares, a conclusão de um argumento só pode ser *sugerida*, ainda que fazendo uso da matemática. Isso porque decorrem contingentemente de sistemas abertos (biológicos, linguageiros etc.). Na biologia, por exemplo, pode-se matematizar resultados de uma experiência controlada através de mecanismos estatísticos, mas demonstração cabal (ou seja, resultado absolutamente verdadeiro) não ocorre jamais. Nas humanidades, as conclusões dos argumentos só podem, no máximo, ser consideradas "verossímeis" ou "inverossímeis", "plausíveis" ou "implausíveis", "prováveis" ou "improváveis". Aqui, falamos de conhecimentos *contingentes*: aqueles que "podem ser ou não ser".

ARGUMENTAÇÃO CIENTÍFICA NAS EXATAS E BIOLÓGICAS

Como vimos, há campos diferentes de argumentação científica, de acordo com a natureza dos conhecimentos que são mobilizados. Se forem de natureza exata, como na matemática e na física, a conclusão demonstra uma "verdade" ou "falsidade" cabal. Exemplo: a geometria do lógico e matemático Euclides, que viveu na Grécia na virada dos séculos III e IV a.C. Nestes casos, a argumentação é *dedutiva*, ou seja, a conclusão é consequência lógica de um sistema fechado onde as premissas levam a uma *verdade dentro desse sistema*. Por isso, a "verdade" emergente de um sistema permanece verdade, mesmo que não o seja em outro sistema que a englobe.

Em certos campos próximos aos das ciências físicas e biológicas, quando a conclusão é baseada em dados matemáticos ou físico-materiais, as "verdades" ou "falsidades" nunca são definitivas, mas provisórias, ainda que sejam sólidas. Entende-se por "solidez" a alta probabilidade oferecida pelas conclusões. Nesse caso, nunca são realmente demonstradas. Por exemplo, os resultados

de uma experiência controlada sobre virulência do HIV em pessoas apresentando uma certa característica biológica podem ser sólidos (pois fundados em dados estatísticos), mas limitados em termos de sua necessidade e universalidade, pois podem existir exceções.

Chamamos as teorias científicas construídas a partir de argumentos onde a matemática é usada para demonstrar ou sugerir fortemente uma conclusão, de ciência sólida (*hard science)*[37]. Normalmente, essas teorias apresentam explicações instrumentalizadas pelo uso de metodologias *quantitativas*. A grande maioria delas serve-se das matemáticas para validar processos científicos, determinando ou verdades demonstradas (caso da matemática) ou sólidas indicações de veracidade, ainda que provisórias. Mesmo em casos de metodologias aparentemente não quantitativas, como as "experiências de rato de laboratório", seus resultados são sempre validados quantitativamente. Ou seja, a *medida* é o fator da prova. É importante ressaltar que as medidas, fora da ciência matemática, podem ter *valor retórico* e servir para sustentar narrativas falsas. O fato de se utilizar as matemáticas e seus elementos não significa, necessariamente, que as conclusões sugeridas sejam as mais plausíveis, prováveis. Afinal, no mundo contemporâneo das redes sociais, entes matemáticos como gráficos e tabelas estatísticas são usualmente apresentados como provas das mais diversas barbaridades. Por conta de representações sociais de que a matemática "é muito difícil", mas "é sempre verdade", quem não a conhece pode ou usá-la para sustentar retoricamente falsidades para certos públicos, ou tomar por verdade que comunicações recebidas trazem conhecimentos sólidos, sem ter a menor ideia do que significam e, sobretudo, de que são conhecimentos falsos.

37 Traduzimos por "ciência sólida" e "ciência fluida", os termos [*hard science*] e [*soft science*] de Habermas (2003).



ARGUMENTAÇÃO CIENTÍFICA NAS HUMANIDADES

Quando a natureza dos conhecimentos mobilizados for relacionada a fenômenos que precisam ser articulados através de conceitos expressos pela linguagem, ou seja, ligada à área das humanidades, empírica ou prática, os processos argumentativos partem de contextos dos vividos psicossociais. Nesses casos, nunca poderão chegar à demonstração matemática ou à solidez das outras ciências exatas e biológicas. No entanto, permitem sugerir que a conclusão é verossímil, plausível, possível. Ainda que, em certos casos, como na teoria do silogismo (Aristóteles, 1983b), argumentos fundados na linguagem sejam *dedutivos* e levem a conclusões *necessárias*,[38] na vida cotidiana, deduções argumentativas são menos comuns, para não dizer raras. Um bom pedreiro pode ter certezas, como no exemplo seguinte: "Se caíram folhas de árvore nas calhas; se choveu dentro de casa; então é porque as calhas estão entupidas." No entanto, pode haver uma outra razão não mencionada para explicar o evento como, por exemplo, o deslocamento de telhas. Nas humanidades, a argumentação é, em geral, *indutiva*, ou seja, a conclusão é uma consequência lógica provável (e não final, ainda que provisória), construída a partir de premissas derivadas de situações específicas que permitam afirmar que seja verídica, plausível. Outros exemplos: (a) se a Anitta usar uma bolsa da Gucci todos seus seguidores vão querer uma igual; (b) a mãe ficou três horas em uma agência bancária lotada: deve ter sido lá que pegou o coronavírus. No primeiro caso, talvez muitos, mas não todos. No segundo caso, não há como estabelecer a causalidade.

Chamamos as teorias científicas construídas a partir de argumentos a respeito de interpretações de fatos e supostos fatos

38 Aristóteles identificou várias formas de silogismo. A mais conhecida, chamada de "Barbara", tem uma premissa maior, uma premissa menor e uma conclusão necessária. Exemplo famoso de argumento necessário em "Barbara" (1983b, p. 13, nota de rodapé 3): Premissa 1 - Todos os seres humanos são mortais; Premissa 2 - Maria é um ser humano; Conclusão - Maria é mortal.



a respeito de fenômenos de ciência fluida (*soft* ou *weak science*). Nesses casos, as teorias utilizam metodologias *qualitativas*. A grande maioria delas serve-se de processos de coleta de dados provindos das linguagens (textos, imagens, sons etc.) para validar processos científicos especulativos. A *especulação* é o fator de base do que se sugere como conhecimento possível, ou seja, é o que substitui a prova típica dos processos científicos exatos e biológicos. Pode-se afirmar, nesse sentido, que os conhecimentos mobilizados pelas humanidades estão próximos dos saberes do senso comum. Só se distinguem deles pelo rigor metodológico controlado que caracteriza seus processos de pesquisa.

TEORIAS, ARGUMENTAÇÃO CIENTÍFICA E MÉTODO

De uma maneira geral, considera-se a argumentação científica uma forma específica de discurso que produz conhecimentos a partir de teorias que são desenvolvidas por meio de premissas que levam a uma conclusão. Fundada no raciocínio e na concatenação de ideias, segue procedimentos bem estruturados capazes de sustentá-la. Nesse sentido, *o processo argumentativo é um método de condução do pensamento*. Acima, apresentamos os polos do *continuum* do processo de produção de conhecimentos: da forma pura (como na lógica e matemática) ao conteúdo puro (como nas narrativas),[39] ou seja, da prevalência absoluta do objetivismo à prevalência absoluta do subjetivismo. Entre esses polos há inúmeras possibilidades de integração. Essas possibilidades híbridas permitem, do ponto

39 A forma é uma abstração que não possui qualquer significado e não produz sentidos. A matemática é um exemplo de ciência formal. Inversamente, o conteúdo é uma concretude empírica que incorpora significados do vivido e produz sentidos. As artes são exemplos de práticas plenas de conteúdo. As formas são o espaço abstrato de demonstração das ciências exatas. Os conteúdos são espaços empíricos de produção de sugestões de certos campos das ciências exatas, das biológicas e, de modo mais forte, das humanidades. No caso de ciências como a física, as provas que são consideradas científicas matematizam (forma) as ocorrências empíricas da natureza física (conteúdos). No entanto, como o que prevalece é a prova matemática, dizemos que são formais *apesar* dos conteúdos.



de vista metodológico, integrar, na escolha de teorias e seus processos argumentativos, a abordagem quantitativa à qualitativa ou a qualitativa à quantitativa.

De uma maneira geral, desde o advento e refinamento do chamado "método científico" que deu origem a uma pluralidade de "métodos científicos", a argumentação segue alguns passos que o fundamentam em todos os campos, nas várias disciplinas que se situam entre os polos acima indicados:

a. A formulação de hipóteses e/ou problematizações que levam a explicações ou construções de teorias possíveis, propostas em função de intuições e observações emergindo do conhecimento existente de algo;

b. A coleta de dados e/ou fatos, por meio de experimentos, observações e/ou interações, que servem para a construção de hipóteses e/ou problematizações;

c. A análise de dados e/ou fatos através de processos de interpretação capazes ou de validá-los ou de considerá-los plausíveis;

d. A construção de teorias ou validação de teorias existentes (conclusões) que, por meio de um processo de raciocínio coerente e lógico, permite a defesa do argumento.

A argumentação em defesa da "tese", em um contexto acadêmico, é o processo final fundamentado em teorias que precisará ser submetido à análise e à validação de suas conclusões por uma comissão de pares. A banca, graças à sua avaliação crítica, pode ou aceitá-la ou recusá-la, ou ainda solicitar revisões, refinamentos e reapresentação do argumento. Ou seja, a argumentação científica enfatiza o processo de justificação à coleta de evidências formais e/ou sugestões factuais por meio de uma estrutura de redação coerente e lógica, garantindo que as alegações sejam analisadas e validadas antes de serem aceitas como *conhecimento*.



TEORIAS, ARGUMENTAÇÃO CIENTÍFICA E PROCESSOS DE PERSUASÃO

Teorias são uma forma de argumento. Podem ser construídas para enfrentar controvérsias e/ou resolver problemas do cotidiano, envolvendo *saberes*, como para produzir *conhecimentos* estáveis e sólidos. Em um caso como no outro, elas buscam explicar um dado fenômeno.

As teorias consistem em argumentos bem estruturados, fundados em raciocínio lógico e/ou em evidências empíricas, e podem servir de ferramenta para a construção do pensamento e a sustentação de teses. Teoria quer dizer, basicamente, uma explicação a respeito de um fenômeno qualquer, seja material, factual ou até mesmo narrativo. O processo de formulação teórica, ou seja, do desenvolvimento de uma explicação é, necessariamente, argumentativo, pois implica apresentar dados, análises e interpretações sólidos que sustentem conclusões robustas. As teorias podem ser mobilizadas (como as que adotamos de outras pessoas autoras) ou construídas pela gente. Um processo sólido, rigoroso e eficaz de argumentação científica sempre se fundamenta em teorias. Estas vão de par com a persuasão. Todo conhecimento precisa ser comunicado. Pesquisamos não para nós, mas para compartilhar seus resultados com a academia e um público dado. Para que cientistas possam construir argumentos capazes de persuadir e convencer seus pares e o público a respeito da plausibilidade da tese que querem defender, precisam de teorias que resistam ao exame crítico. Esse exame envolve o questionamento de suas suposições, dos dados e/ou fatos que as fundamentam e de suas interpretações, assim como dos métodos adotados para se responder às questões de pesquisa. Ou seja, todo processo argumentativo de uma pesquisa, incluindo a teorização que o fundamenta conceitualmente, precisa ser redigida persuasivamente para ser comunicada. Após a validação do trabalho



por bancas, comunicam-se as descobertas por meio de publicação em artigos, livros e textos apresentados em conferências acadêmicas. Pode-se igualmente vulgarizar os conhecimentos em meios de comunicação populares.

Ressaltamos acima que, em um processo de pesquisa, usamos teorias e, mais raramente, as construímos. Veremos no Capítulo 9 (Métodos qualitativos), que existe um método (teoria fundamentada) que se propõe a construir teorias. Normalmente, ao construir o argumento científico de um trabalho para se responder a uma questão de pesquisa, adotamos teorias já desenvolvidas por cientistas, filósofos. No entanto, dependendo da questão, podemos optar por construir nós mesmos uma teoria. Se vamos adotar (mais comum) ou construir (mais raro) uma teoria, isso vai depender de decisões conceituais e metodológicas que precisam ser tomadas ao longo do processo de produção do *projeto*, e não necessariamente da realização da pesquisa final que dele decorre.

O processo de construção de um projeto, ainda que não responda, mas só formule as questões de pesquisa (pois estas só serão respondidas depois que for realizada a investigação), também envolve, como no trabalho final, o desenvolvimento sistemático de ideias através da proposição de conceitos explicativos dos fenômenos envolvidos. Nos projetos de trabalhos científicos, precisamos construir nosso argumento em defesa do que nos propomos a investigar, levando em consideração a adoção de teorias que tenham sido formuladas a partir de evidências empíricas e/ou processos de reflexão sólidos a respeito do campo problemático. O processo argumentativo de um projeto pode ser considerado como uma etapa metodológica onde organizamos os primeiros passos da pesquisa que será realizada mais à frente.

Em uma palavra, em um projeto de pesquisa, adotar ou construir teorias é um processo interligado e dificilmente separável



da argumentação global do texto. Este deve se consolidar através de uma redação competente onde possamos comunicar o que aprendemos com a formulação do projeto e persuadir o interlocutor de sua pertinência.

O PROCESSO DE TEORIZAÇÃO NAS HUMANIDADES

TEORIZAÇÃO ACADÊMICA

O trabalho de teorização, começa, na verdade, com a revisão da literatura temática, que tratamos no Capítulo 4 (Revisão da Literatura). Quando fazemos a revisão dos trabalhos empíricos relacionados ao que nos propomos inicialmente explorar, vemos que as pessoas autoras de artigos e livros explicam os resultados de suas pesquisas com a ajuda de teorias. Assim, na verdade, uma boa revisão da literatura temática vai de par com a identificação das teorias utilizadas. Esse processo vai ajudar muito a compreender quais teorias são usualmente mobilizadas no campo que elegemos e, mais tarde, a definir qual caminho teórico queremos trilhar. Retomemos aqui, o que são teorias e como podemos mobilizá-las.

Teorias são construções multilinguagem estruturadas sobre termos definidos, organizados em conceitos capazes de sugerir explicações sobre fenômenos materiais (da natureza física e biológica), factuais (da natureza humana e social, expressos por multilinguagens) e até especulativos (como na filosofia). Em alguns casos, podem levar à compreensão dos fenômenos e, em outros mais específicos, até prever o comportamento de sujeitos e populações. Por multilinguagem entendemos aqui as variadas linguagens

que podem ser mobilizadas nas construções do pensamento humano e seus produtos em processos científicos. Podemos, portanto, adotar teorias utilizando a linguagem matemática, de modo exclusivo; as multilinguagens (estruturas das línguas, mobilização de significados, emergências de sentidos etc.) que permitem as descrições, análises e interpretações a respeito dos dados; ou ainda a articulação de ambas. As multilinguagens, próprias a campos sociais, práticos e artístico-culturais, além das linguagens propriamente "linguísticas", podem estar associadas a linguagens visuais, sonoras, plástico-imagéticas etc. Ou seja, há teorias que são formuladas a partir de variadas disciplinas e de múltiplas formas e variedades.

Escolher uma teoria e/ou um conjunto de conceitos provenientes de várias teorias para serem articulados em um projeto de pesquisa é uma tarefa difícil. Para quem se embrenha agora na sua produção, essa tarefa pode se tornar um verdadeiro pesadelo para pessoas sem paciência, indisciplinadas e desorganizadas![40] No entanto, se pensarmos que teorias são apenas *explicações*, e que o que é *simples* é melhor, nosso caminho fica mais fácil. O que é simples? É o que tem foco, que não tenta abarcar o mundo todo. As teorias fornecem explicações sobre fenômenos e, para orientar nossa pesquisa, precisamos tentar achar aquelas que explicam fenômenos relacionados o mais especificamente possível com o que estamos querendo explorar. Mas não somente: o melhor é achar "aquela", no singular (uma só teoria). Isso, é claro, se não quisermos construir uma teoria, como no caso do já mencionado método da teoria fundamentada[41]. Mas isso já é outra conversa.

40 Logo... é só exercitar a paciência, ter disciplina e se organizar!

41 Pode parecer paradoxal, mas a teoria fundamentada consiste em um método que leva a uma nova teoria. Em trabalhos que partem dessa perspectiva, na primeira versão de Glaser e Strauss (1967), não há adoção de teoria alguma, o que faz com que projetos e trabalhos que a adotem tenham uma estrutura diferente dos demais.



Nosso interesse aqui reside em pensar a teorização do ponto de vista das humanidades. Estas envolvem o desenvolvimento de estruturas explicativas capazes de dar conta das múltiplas facetas do comportamento humano (entendendo o biopsicológico individual e o social como intrinsecamente ligados) ancoradas em contextos histórico-culturais de onde emergem as interações. Geralmente, esses processos se distribuem em etapas, começando pela revisão da literatura temática, à qual se articula a (1) revisão teórica e metodológica crítica: (1a) identificação de conceitos teóricos e metodológicos utilizados nos trabalhos revisados, (1b) problematização e formulação de questões e objetivos; (2) trabalho de campo; (3) análise e interpretação dos resultados. Somente a etapa (1) consta do projeto. As demais (2 e 3) são exclusivas do trabalho final. No caso de trabalhos profissionais, produções culturais etc. as etapas são paralelas à anterior, mas podem ser ressignificadas com a integração, na revisão da literatura, de conceitos e trabalhos associados a experiências práticas.

No que se refere especificamente à revisão crítica da literatura teórica, é importante desenvolver uma estratégia perspicaz a respeito das "explicações" apresentadas nos textos acadêmicos, ou seja, buscar identificar as teorias que emergem das pesquisas apresentadas nos artigos, nos livros e outras fontes às quais tivemos acesso. Conforme se avança na revisão da literatura temática, pode-se fazer esse mapeamento teórico com a ajuda de uma tabela, de um mapa hierárquico ou conceitual. Com as diferentes explicações anotadas e organizadas, poderemos compreender melhor o que as pesquisas pretendem mostrar e *sugerir* o que é provável, plausível. Nos textos que encontramos, as explicações teóricas envolvem a identificação de conceitos utilizados, definidos pelas pessoas autoras. Essas explicações ajudam a formular mais claramente as questões que queremos responder e os objetivos que buscamos alcançar. Em geral, trabalhos de pesquisa publicados também são acompanhados da apresentação de metodologias qualitativas



e/ou quantitativas e práticas, e dos seus resultados. Identificá-las e, ao mesmo tempo, elaborar tabelas e mapas conceituais, também é uma boa estratégia. Às vezes, as explicações teóricas, as metodologias e os resultados são facilmente identificáveis nos textos que selecionamos inicialmente a partir do tema. Quando as pessoas autoras não deixam claras essas dimensões (teoria, metodologia, resultados), precisamos inferi-las, se o texto do artigo for bom. Não se iludam: há muita tralha acadêmica! Há comunicações de trabalhos de pesquisa que não deixam claros pressupostos teóricos e/ou passos metodológicos. Têm até aquelas em que os resultados parecem nada ter a ver com o resto do artigo! Como em todos os ofícios, há pessoas competentes e farsantes. Na pesquisa, encontramos o mesmo. É preciso estar atento a isso e separar o joio do trigo.

Uma vez feito o trabalho de identificação de teorias e métodos que emergem da literatura temática obtida, é adequado proceder à construção crítica de relações entre os conceitos e explicações, procedimentos e metodologias, e resultados. Esse processo de "problematização" pode também ser feito no sentido pós-estruturalista do termo (cujo percurso é o de questionar as questões), mas o estabelecimento de relações temáticas, teóricas e metodológicas entre pesquisas segue um percurso diferente, como já explicamos no Capítulo 3 (Como construir uma questão de pesquisa?). Em qualquer um dos casos, é preciso se perguntar: Quais são as proposições teóricas e metodológicas identificadas? Quais resultados? A problematização é um processo de argumentação. É uma "matriosca" grande onde teoria, metodologia e resultados dos trabalhos revisados são "matrioscas" menores que entram na maior. É um processo de inter-relacionamento de conceitos e teorias, modos de fazer e resultados, emanando de várias fontes. Ela nos permite imaginar possíveis caminhos para nossa própria pesquisa. A problematização tem por objetivo, portanto, desembocar em uma questão de pesquisa ou em um objetivo científico-prático ou de produção de uma obra. Ela se assenta nos resultados dos trabalhos previamente publicados



e/ou disseminados encontrados na revisão da literatura. Não se esqueça! A maioria dos trabalhos, explícita ou implicitamente, embute teorias, metodologias e/ou formas de fazer. A minoria são as exceções: a tralha acadêmica a que nos referimos mais acima.

Nas próximas seções desse capítulo focamos nas práticas mais usuais de teorização que encontramos nas humanidades orientadas pelas ciências sociais e pela filosofia, como a crítica e a pós-estruturalista, conscientes de que há muitas outras como, por exemplo, a escola funcionalista. Exemplos disso são diversas teorizações que emergem de estudos da linguagem e da cognição, da psicanálise e de disciplinas (como a biologia e a psicologia) orientadas para a pesquisa experimental, que muitas vezes estão na origem das reflexões das próprias perspectivas críticas e pós-estruturalistas. Ainda que não tratadas nesse livro, há inúmeros paralelos que podem ser feitos com as abordagens que optamos por apresentar, e convidamos as pessoas leitoras a refletir sobre as possibilidades de estabelecê-los. Nos capítulos seguintes, sobre metodologia, abrimos um pouco mais o feixe para abarcar procedimentos relacionados com os campos que não exploramos aqui.

TEORIZAÇÃO E QUESTÕES DE PESQUISA

É só depois de fazer a revisão da literatura, de explorar o estado da arte[42] de um tema, teorias e metodologias em voga, e de conhecer resultados de pesquisas, que estamos prontos para delinear melhor "a" ou "as" questões de pesquisa que queremos responder. Há duas maneiras de se fazer isso, e ambas dependem de se vamos utilizar teorias e/ou conceitos teóricos ou não.

42 O "estado da arte" de um campo de estudo acadêmico reflete o conjunto das descobertas mais recentes e avançadas sobre um determinado tema, teoria, metodologia etc., muitas vezes relacionado com técnicas e tecnologias. Ele reflete questões de pesquisa, processos e resultados de ponta.



Pode-se levantar uma questão de pesquisa exclusivamente a partir do que se encontrou na revisão da literatura temática, sem que se exija *a adoção prévia* de um quadro explicativo (ou teoria). Nesses casos, a questão de pesquisa é *provisoriamente ateórica*. Ou seja, ela não expressa, na formulação da questão, nenhum conceito específico de uma teoria. Somente depois de se identificar a questão é que se escolhe a teoria. Muitas pessoas que pesquisam contestam esse procedimento dizendo que há sempre um quadro teórico subjacente às questões. Ainda que isso possa ocorrer, certas questões podem ser problematizadas a partir de *uma* ou *várias* teorias explicativas. É preciso ter clareza de que, principalmente nas humanidades, a adoção de teorias é um trabalho de posicionamento, na medida em que certas posturas epistemológicas são associadas a certos olhares político-ideológicos.

Tomemos a questão (1) "Quais impactos estudantes de comunicação de uma faculdade x têm recebido de influenciadores de música K-pop que atuam em redes de compartilhamento de vídeos?". Se a pessoa que pesquisa escolhe uma teoria de publicidade liberal, por exemplo, pode trabalhar com conceitos relacionados a mercado *versus* consumo. Se escolhe uma teoria política marxista, pode trabalhar com conceitos relacionados com o capital e seu controle político sobre instituições *versus* comportamento jovem. A questão, em si, é *ateórica*.

Esses tipos de questão não embutem previamente nenhuma teoria e, para a resposta, podemos escolher múltiplas teorias explicativas. Como questões de pesquisa ateóricas se prestam ao uso de diferentes teorias, que podem conferir caminhos muito diferentes para os trabalhos de investigação, é necessário que, no trabalho de análise dos dados e interpretação dos resultados, se mobilizem claramente os conceitos da teoria que escolhemos para balizar o processo.

Diferentemente, as questões que inserem conceitos teóricos em sua formulação podem ser consideradas como *teorizadas*.



Ou seja, na questão de pesquisa *teorizada* a escolha já foi feita e se trata, no processo, apenas de escolher uma perspectiva dentro dessa teoria que se quer adotar. O termo "perspectiva" é adotado aqui em relação a que aspecto da teoria se quer explorar.

Se teorizamos o exemplo acima, chegamos a outro exemplo, que pode beber de diversas teorias, mas que comungam da mesma linha ideológica de pensamento: (2) "De que maneira estudantes de comunicação da faculdade progressista X têm se apropriado de mensagens a favor da esquerda, de influenciadores de música K-pop que atuam na rede social comunista chinesa de compartilhamento de vídeos?" Aqui, a pré-análise de que a faculdade é progressista, de que as mensagens favorecem a esquerda e de mencionar uma rede social comunista chinesa já supõe uma tomada de posição ideológica a respeito do que se quer saber. Ou seja, não há espaço para uma explicação teórica que não caia no campo de teorias pró-capitalismo, com críticas à esquerdização da juventude da dita faculdade, tornando-a ideológica à direita.

Em seguida, um exemplo de variação à esquerda, que não supõe várias, mas uma única teoria: (3) "De que maneira as trocas por redes de compartilhamento de vídeos entre estudantes universitários da faculdade X, que emergem da ação de influenciadores de música K-pop, aprofundam a liquidez das relações sociais, expressando novas formas de colonização do capitalismo na modernidade?" Neste caso, admite-se a existência de uma liquidez na modernidade, operada pelo sistema capitalista, que coloniza as relações sociais. O termo "liquidez" foi cunhado pelo sociólogo britânico-polonês Zygmunt Bauman (2001) e o seu uso na questão expõe a adoção de uma perspectiva à esquerda, tornando-a tão ideológica quanto a da direita do exemplo acima.

O risco de produções ideológicas nas humanidades é alto e a única vacina contra trabalhos que deslizam do conhecimento para o saber é a reflexão crítica. Afinal, entre as certezas positivistas e o velho mote nietzscheano "não, justamente não há fatos, apenas



interpretações" (Nietzsche, 1967-1978, *apud* Azeredo, 2002, p. 72) há muitas posições que as pessoas intelectuais podem assumir. Como muitas teorias são vastas e, a partir delas, múltiplas subteorias são desenvolvidas com conceitos específicos, pode-se ir por vários caminhos. Não há como fugir completamente de campos ideológicos aos quais pertencemos e é preciso evitar que isso acabe sendo sinalizado pela questão de pesquisa. Não basta, pois, escolher a teoria para fazer um projeto que leve a uma boa questão de pesquisa ou, inversamente, construir uma boa questão de pesquisa para escolher uma teoria. É preciso também saber escolher caminhos metodológicos empíricos e/ou teóricos os mais sólidos possíveis para que se possa responder equilibradamente à questão de pesquisa, atendo-se ou às evidências materiais e/ou aos fatos, ou ainda, para quem os repele, aos protofatos, desde que partam de uma reflexão crítica sólida.

Em resumo, temos, no caso (1) uma *questão de pesquisa ateórica* a partir da qual podem ser aplicadas diversas teorias (a serem posteriormente escolhidas) para se buscar uma solução, enquanto, no caso (2), tratamos de *questões de pesquisa teorizadas* que embutem conceitos e teorias de um dado campo, previamente escolhidas.

PERSPECTIVAS CRÍTICAS GERAIS, TEORIZAÇÃO E QUESTIONAMENTOS

Nas perspectivas críticas, os processos geralmente avaliam teorias e filosofias pré-escolhidas, o que evita pré-posicionamentos ideológicos. Estas abordagens emergiram, historicamente, de questionamentos onde se examinam as explicações de pessoas autoras. Ao criticar algo, precisamos examinar e analisar as premissas (se são válidas ou não) de modo a se chegar a uma conclusão coerente. Como já tratamos nesse livro, entendemos as perspectivas críticas como argumentativas, ainda que tenham maneiras diferentes de avaliar as relações entre sujeito e objeto.



No caso específico da tradição relacionada à chamada Escola Crítica, que deu nome à postura epistemológica crítico-interacionista, acreditamos que o que já foi exposto sobre argumentação seja suficiente para compreender seus mecanismos de análise. No geral, trabalhos críticos de ordem lógica, ética e estética ganharam um padrão metodológico influente, principalmente a partir das obras do filósofo alemão Emanuel Kant, em sua crítica do racionalismo dogmático de Gottfried W. Leibniz e do empirismo funcionalista de David Hume. Suas obras produziram ramificações filosóficas que desembocaram na produção de pessoas filósofas, cientistas sociais e artistas associadas a ideais iluministas, paradoxalmente tanto liberais como socialistas, à direita e à esquerda políticas.

Para ficar em um número limitado de pessoas autoras importantes de trabalhos associados à tradição dita "racionalista crítica", que são as que mais usualmente encontramos nos cursos de humanidades das universidade públicas brasileiras, temos desde a emergência das obras de Friedrich Hegel, Karl Marx, Friedrich Engels e Edmund Husserl, no século XIX, até as do século XX, como a Escola da Gestalt, com Wolfgang Köhler, Max Wertheimer, Kurt Lewin, a Escola Construtivista com Jean Piaget e Leo Vygotsky, e a Escola de Frankfurt, cujos expoentes são Walter Benjamin, Theodor Adorno, Max Horkheimer e Jürgen Habermas. Existem inúmeros movimentos teóricos que se reivindicam da tradição crítica, ainda que de outras maneiras, como os inaugurados por Émile Durkheim, Karl Weber e, mais recentemente Pierre Bourdieu, Serge Moscovici e o próprio Zigmunt Bauman, mencionado no exemplo (3), apresentado mais acima.[43]

43 Nunca é demais notar que a menção a essas pessoas filósofas e cientistas não passa de uma pincelada histórica por serem célebres no Brasil. Há centenas de outras pessoas igualmente importantes e, muitas vezes, até desconhecidas, que deixaram suas marcas na grande área das humanidades. Trazemo-las a título de exemplos (enviesados) tirados do nosso campo pessoal de conhecimento.



De uma maneira geral, as perspectivas críticas discutem questões relativas a:

a. Contextos históricos e sociopolíticos, econômicos e culturais de modo a se buscar compreender construções sociais e seu desenvolvimento ao longo do tempo, incluindo nelas a progressão da influência das mídias;

b. Ideologias, como são propagadas e como reforçam poderes hegemônicos de Estado pela ação de mídias e meios de comunicação que acabam moldando crenças;

c. Direitos e justiça social, sistemas em que é exercida ou não a autonomia do sujeito no contexto das ações coercitivas de poderes políticos e do Estado através de diversos mecanismos como, por exemplo, os meios de comunicação, e como sua problematização pode ajudar a explicar comportamentos e crenças de grupos sociais;

d. Como as humanidades se imbricam na busca de análises e explicações sólidas sobre os problemas da vida social, levando em consideração os contextos históricos.

As problemáticas tratadas pelas perspectivas críticas gerais são paralelas, mas não radicalmente subjetivistas como as pós-estruturalistas e as fenomenológicas. Estas também podem ser consideradas críticas, mas seus procedimentos são diferentes. Cabe alertar que os seus processos de investigação partem de filosofias que, em sua maneira de problematizar e operar, têm relações difíceis com a tradição científica que busca se basear em evidências materiais e/ou fatos, trazendo outros olhares. No caso das filosofias pós-estruturalistas, estas buscam identificar e compreender as manifestações de poder no próprio procedimento de racionalização crítica. Podemos compreendê-las como radicais porque, em inúmeros casos, questionam os próprios pressupostos da atividade científica, entendidos como sendo, no mais das vezes, produzidos por sistemas de poder.



A perspectivas existencialistas e fenomenológicas (que unimos aqui por conveniência já que apresentam mais proximidades que diferenças) são igualmente subjetivistas e foram sendo pensadas a partir de Friedrich Nietzche, com contribuições, entre outras, de Martin Heidegger (que reconstitui a fenomenologia), Hannah Arendt, e de existencialistas franceses como Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir e Maurice Merleau-Ponty.

Ainda que as diferentes sendas existencialistas (sejam as derivadas da fenomenologia ou do existencialismo francês) estejam próximas pois bebem de certas fontes comuns, não se confundem com as pós-estruturalistas ou pós-modernistas[44]. De uma maneira bem genérica, pode-se dizer que se reúnem na defesa da percepção subjetiva como instrumento de conhecimento de si e do outro. A consequência lógica é a recusa de qualquer forma de estabelecimento de "verdades", que se traduz por uma postura relativista, não normativa e que rejeita juízos de valor. Diferentemente das posturas críticas tradicionais que são epistemologicamente "interacionistas" (na medida em que seus estudos se encontram a meio caminho entre o sujeito e o objeto, onde interagem sistema sociopolítico, econômico e cultural, e sujeitos), essas orientações filosóficas, que rejeitam qualquer tipo de filiação que possa ser compreendida como racionalista, focam na radicalidade empírica do corpo e do pensamento individual. Tal postura produziu confrontos com as filosofias críticas, que identificavam na forma de subjetividade adotada, parentesco intelectual com a noção liberal de individualidade. O elogio da subjetividade como

44 Usualmente as formulações pós-modernas ou pós-estruturalistas são entendidas como sinônimas, o que é negado pelos autores expoentes dessas filosofias que, frequentemente, negam inclusive sua filiação a essas escolas de pensamento. Utilizamos os termos nesse livro porque são frequentemente apontados e utilizados por historiadores da ciência e da filosofia, e bastam para se pensar *projetos* de pesquisa, objeto desse livro, sobretudo em suas etapas iniciais. Já pessoas pesquisadoras que avançam na academia, principalmente no doutorado, precisam ter clareza das filosofias e optar pelo uso ou não uso desses termos quando adotarem processos filosóficos de investigação. Note-se, para fins de esclarecimento, que o pós-modernismo, partindo das experiências subjetivas, nega a possibilidade de obtenção de verdades, enquanto o pós-estruturalismo, que é seu irmão, fundamenta essa negação na fluidez da linguagem.



fonte *exclusiva* de conhecimento produz, para Habermas (1990), uma contradição que chama de "performativa", relacionada com o paradoxo do mentiroso. Tomemos, por exemplo, a frase: "a afirmação de que há verdade não existe". Sua inversa é "a afirmação de que há verdade existe". Se minto no primeiro caso, então a afirmação de que há verdade existe. Se minto no segundo caso, então a afirmação de que há verdade não existe. Como pode então uma frase que não existe, existir, ou uma frase que existe, não existir? Se se toma a ideia de verdade como relacionada à existência de algo, se ela não é verdade, então ela é falsa. Mas como pode a falsidade existir, se a verdade não existe? Quando os filósofos pós-estruturalistas dizem, fazendo uso da linguagem em um contexto performativo, que a verdade não existe, que é produto (de manipulação das elites, do capital etc.), postulam, supostamente, que se trate de uma afirmação verdadeira. Mas se a verdade não existe...

Essas perspectivas acabam por refutar também a maneira como a história das ciências acabou por moldar as práticas científicas, com consequências sobre como fazer pesquisas, começando pela própria lógica da revisão da literatura, que consiste em levantar conhecimentos previamente divulgados a respeito do que nos interessa, antes de propor novas questões.

Nas humanidades pode-se produzir ciência ou filosofia. O problema atual nas relações com e entre as perspectivas "críticas" diz respeito a seus procedimentos de levantamento de questões e de teorização, com implicações metodológicas. No entanto, cabe dizer que o processo das filosofias pós-estruturalistas, quando pensamos na estruturação de um projeto, obedece, no final das contas, ao mesmo tipo de procedimento, apesar de a metodologia e os objetivos serem outros. O que muda é que na revisão da literatura pós-estruturalista busca-se textos que apresentem questionamentos que devem ser problematizados em função de supostas razões subjacentes às formulações, e não, como nas outras perspectivas críticas, em função de razões claramente expressas. O motor do processo



pós-estruturalista de pesquisa é o de *questionar a questão, e supor o que não está dado*, o que revela o porquê de ser subjetivista. Por que essa pessoa pesquisadora levanta essa questão? Quais mecanismos de poder estão por trás dela? Esses mecanismos de fundo desvelam facetas do poder que produz, manipula e molda as subjetividades. Ou seja, em vez de se rastrear tudo o que se sabe sobre um tema para levantar lacunas e propor então questões originais (procedimento tradicional da ciência empírica e crítica), a revisão da literatura pós-estruturalista começa pelo questionamento de uma questão e de supor a razão pela qual foi formulada. A partir dela, a revisão busca identificar historicamente, de maneira reversa (genealogicamente), as teorias que a embasam, para depois questionar as explicações que fundam essas teorias. Neste caso, a revisão da literatura torna-se um processo de regressão histórica dos fundamentos ideológicos, de poder e de enquadramento cultural, que constituem as questões, e as questões sobre as questões. Segue-se para trás até onde a pessoa que pesquisa julgue que deva parar. Consequentemente, há uma conjugação entre tema e teoria, de modo que a teorização segue outra lógica de construção, procedendo pela busca de ideias em textos, com base em um processo exclusivo de autorreflexão.

As perspectivas pós-estruturalistas, portanto, enfatizam a exploração e conhecimento das dinâmicas de poder e de como são produzidas e sustentadas subjetivamente. De uma maneira geral, seu foco de pesquisa reside no exame de narrativas estabelecidas e na sua desconstrução histórica através de processos genealógicos. Contemporâneos de Foucault como Jacques Derrida, Jean Baudrillard, Gilles Deleuze e Félix Guatarri, apresentam novos olhares desafiadores caracterizando a crítica pós-estruturalista como problematizadora de tudo o que se apresenta como fixo. Enfatizam, assim, a natureza fluida do sujeito. Adotam, portanto, processos metodológicos:

a. De "desconstrução" com o objetivo de revelar o que não é dito, o que é oculto, ou seja, o que é *suposto* e contraditório; de fazer uso da análise discursiva genealógica mirando a produção de poder subjetivamente exercido;



b. De busca de compreensão de processos históricos subjetivamente incorporados na produção de identidades;

c. De mapeamento das formas de subjetivação através da linguagem como fundamento da expressividade dos corpos e do lugar essencial das transformações políticas;

d. Avessos à norma como expressão valorativa de juízos.

Esses processos metodológicos estão ancorados na recusa da possibilidade de conhecimentos necessários e universais: todos seriam radicalmente contingentes e particulares pois não existe "verdade", *ainda que considerem verdade que verdades não existam*. Relativizam ao absoluto os significados nas produções de sentidos, de modo que um mesmo contexto produziria inúmeras verossimilhanças sem interseccionalização universalizante possível entre múltiplas subjetividades.



Parte III

DEMARCANDO A TRILHA



7

INTRODUÇÃO À METODOLOGIA DE PROJETO



A vida é dinâmica. Em todos os momentos percebemos o mundo, reagimos a seus estímulos e permanentemente resolvemos problemas e tomamos decisões sobre o que faremos. Ao tomar uma decisão e estabelecer objetivos sobre o que fazer, definimos uma estratégia, um caminho, uma *metodologia*. Ou seja, a necessidade de adotarmos procedimentos metodológicos é uma realidade intrínseca à vida. Os gregos, de cuja língua vem a palavra *methodos*, davam-lhe o sentido de senda, trilha, caminho. Quando decidimos por qual *methodos* iremos alcançar um dado objetivo, adotamos uma *metodologia*. Ou seja, *uma metodologia é um conjunto de passos que são "*bolados" *na direção de se propor um caminho para a resolução de um problema que reflete objetivos que temos*. Esse problema pode ser prático, científico ou filosófico, não importa. Há caminhos para resolvê-lo: há metodologias possíveis. O termo metodologia é frequentemente usado como sinônimo de método. Não se deve confundir, no entanto, metodologia com método: são processos complementares, mas diferentes, como explicaremos mais adiante. Por ora, basta dizer que a primeira trata do processo como um todo. O segundo é um dos passos do processo.

Lembram-se dos capítulos anteriores quando falamos das "matrioscas", bonecas russas que entram umas dentro das outras? Lá dissemos que um projeto é uma "matriosca" que entra dentro da maior, que é o trabalho completo. Assim, tudo o que vimos até aqui, desde o primeiro capítulo, reflete, na verdade, certas partes de um projeto. Dentro da "matriosca-projeto", portanto, há "matrioscas" menores (os capítulos de introdução, problematização, teoria, questão da pesquisa, metodologia, cronograma e lista de referências bibliográficas) e, dentro delas, outras menores ainda! Este encaixotamento de "matrioscas" reflete, nessa medida, as subpartes das partes, as partes do projeto, o projeto tomado como um todo, e o trabalho final. Dentre essas "pequenas matrioscas" temos as "matrioscas da metodologia" que expressam as partes do processo que prevê como responderemos à questão de pesquisa. A "matriosca" da *metodologia da pesquisa* acadêmica, prática ou de produção,



tem "mini-matrioscas", subpartes: do método, das técnicas de amostragem, dos instrumentos de coleta e das estratégias de análise de dados e interpretação de resultados. Vemos assim, no caso específico da confusão entre os termos metodologia e método, que podem ser compreendidos por meio da metáfora das matrioscas. Sabemos que o projeto é uma "pequena matriosca" que fica dentro da "grande matriosca" que é o trabalho final. Dentro do projeto, a metodologia é uma matriosca ainda menor. Dentro da metodologia, temos, como vimos, as "mini-matrioscas", que são as partes dela. Como definir, então, metodologia de método? Diferenciamos o segundo definindo-o como *uma técnica específica de caminhar, dentro do processo amplo que é expresso pelo caminho que percorremos. A metodologia é a grande senda que leva à resposta de uma questão e/ou à realização de um projeto maior graças ao método, que é uma técnica específica que nos ajuda chegar ao objetivo.* Em um caminho dado (por exemplo, viajar do Rio de Janeiro para Paraty), podemos percorrê-lo fazendo uso de várias técnicas (vários métodos): podemos ir de carro, de avião, a pé e descalço, a pé com sapatos e usando muletas, via Angra, via Cunha... Dá para entender agora a diferença?

Os passos necessários para bolar e projetar, no futuro, o trabalho que queremos realizar, é o que buscamos explicar nesse livro, já que a realização é somente a consequência do projeto. É um verdadeiro encaixotamento de "matrioscas"! E pode crer: se tentar embutir uma "matriosca" na "matriosca" errada, o trabalho corre o risco de ficar incoerente.

GRANDE MATRIOSCA DA METODOLOGIA DO PROJETO

A preparação do projeto completo é a "grande matriosca" e segue uma metodologia de construção. Dentro do espírito



de explorar a sua organização (ou seja, a *metodologia do projeto*), mostraremos as etapas da

1. "Grande matriosca" de pesquisa: pesquisas acadêmicas que podem envolver abordagens *tradicionais* como os estudos empíricos e/ou filosóficos, ou *práticas*[45] como as intervenções sociais, ações de natureza participativa e de práticas profissionais atualmente exploradas em mestrados e doutorados especificamente talhados para elas; e

2. "Grande matriosca" de produção: *práticas* que têm objetivo de realizar *produções* que não deixam de ser formas de *pesquisa* como montagens de intervenções urbanas e peças de teatro, vídeos e outras formas artístico-culturais, mediadas ou não por tecnologias.

No caso (1) a pessoa pesquisadora deverá apresentar o contexto e justificar pessoal e socialmente a pertinência do estudo, fazer uma revisão da literatura temática, teórica e metodológica, adotar uma abordagem teórico-epistemológica, formular uma ou várias questões de pesquisa, explicar a metodologia, fazer um cronograma de trabalho e listar as referências bibliográficas utilizadas. Apresentamos mais abaixo cada um dessas partes.

No caso (2), de trabalho prático levando a uma produção, os passos são paralelos, mas adaptados aos objetivos de ação na sua realização. Como no caso anterior, a pessoa que vai realizar uma produção também deverá justificar pessoal e socialmente a pertinência de realizar a produção desejada, e fazer uma revisão da literatura sobre práticas e conceitos orientadores. Diferentemente,

45 Um *estudo científico prático* funda-se em metodologias específicas que demandam validação de pares. Por exemplo, uma pesquisa-ação para se transformar um ambiente escolar ou uma pesquisa-convivência onde pessoas pesquisadoras e da comunidade envolvida, juntas, constroem um projeto. Um *trabalho prático de produção* define-se por ser desenvolvido como parte de processos de ação profissional, para implantação em meios de trabalho ou artístico-culturais.



deve formular objetivos em função de um público-alvo; explicar a metodologia de planejamento, desenvolvimento de conteúdo, implementação técnica, avaliação e devolutiva, apresentação e disseminação do produto. Como no caso anterior, deve, da mesma maneira, fazer um cronograma de trabalho e listar as referências bibliográficas utilizadas. Esses procedimentos práticos podem ser mobilizados para qualquer tipo de ação prática que tenha objetivos, seja no campo da comunicação, da educação, da saúde etc.

Recomendamos que os projetos sejam metodologicamente organizados em uma introdução e seis capítulos,[46] cujo teor explicamos em seguida. São as "pequenas matrioscas" da "grande matriosca" que é o projeto. Note-se que, com exceção da parte da "pequena matriosca" de metodologia da pesquisa e de produção (que tem, como veremos, suas "mini-matrioscas"), as outras etapas de um projeto, expressas por seus capítulos, são semelhantes tanto no caso de pesquisas científicas como no de produções. Em cada uma delas, especificaremos as diferenças específicas das produções.

INTRODUÇÃO

O que é uma introdução? Está aí uma coisa que parece óbvia, mas que não é. Para muita gente, "introduzir" um projeto já é contextualizá-lo, escrever sobre quem já tratou de seu tema ou o teorizou etc. Muitas vezes encontramos "introduções" que são verdadeiros tratados que acabam se confundindo com o resto do trabalho. Neste livro, adotamos um conceito de introdução diferente,

46 Em certos casos, pode-se incluir ainda, ao final, adendos com documentos que julgamos importantes de serem compartilhados. Se a maior parte dos adendos for de autoria do redator do projeto, deve-se chamar essa parte de *Apêndice*. Se a maior parte dos adendos for de autoria de outros autores, deve-se chamar essa parte de *Anexo*.



que pode tanto ser utilizado no projeto, no trabalho final ou até seus capítulos. Aqui, introdução tem o objetivo de, *sucintamente*, apresentar, com clareza e foco:

a. Qual é o tema do projeto e sua importância;

b. Qual é o objetivo do projeto;

c. Em quantas e quais partes (capítulos) está organizado;

d. Uma descrição de cada parte (capítulo).

Uma introdução é apenas isso! Muitos trabalhos entendem a introdução como começo do desenvolvimento do conteúdo do projeto e/ou trabalho. Nas academias clássicas, é diferente. Há uma tradição de se fazer uma apresentação sucinta do objetivo e partes do trabalho na "introdução" e uma apresentação do contexto e início do desenvolvimento do tema no primeiro capítulo de "problematização" ou de "colocação do problema". Nessa tradição, que seguimos aqui, tanto o projeto quanto o trabalho final têm uma introdução geral onde suas partes são apresentadas resumidamente. Seus capítulos também têm uma introdução específica e uma conclusão. No entanto, um *projeto* não tem conclusão porque a pesquisa não foi ainda feita, mas somente bolada. Em resumo:

a. Projetos têm introdução, mas não tem conclusão;

b. Capítulos de projeto têm introdução e conclusão. Estas podem estar claramente separadas através de subitens ou simplesmente apresentadas no corpo do texto: a introdução do capítulo no primeiro parágrafo e a conclusão do capítulo no último parágrafo;

c. Trabalhos completos e seus capítulos têm introdução e conclusão.



PROBLEMATIZAÇÃO (COLOCAÇÃO DO PROBLEMA)

Problematizar significa apresentar os ângulos de um problema, com o objetivo de inquirir, tentar descobrir suas facetas. Ou seja, apresentar o problema, colocar o problema. Assim, para problematizar, precisamos sempre apresentar o contexto do tema que nos interessa, justificando sua escolha tanto do ponto de vista pessoal quanto social. Uma vez feito isso, revisamos a literatura.

CONTEXTO DA PESQUISA

O processo de pesquisa começa com a identificação do campo de interesse, que chamamos habitualmente de *apresentação do tema*. Nessa primeira parte de problematização do tema que queremos explorar, apresentamos e discutimos o contexto de onde emergem os problemas que pretendemos resolver. O contexto é mais descritivo do que explicativo, mas pode incluir explicações já obtidas a partir de dados empíricos e/ou teóricos sobre o tema. O que importa é explicar do que trata a pesquisa, com dados sobre sua pertinência. Pergunta chave: do que se trata o trabalho?

Em seguida, apresentamos uma *justificativa* a respeito da escolha do tema. A justificativa deve cobrir duas dimensões: a pessoal e a social. No caso da dimensão pessoal, cabe justificar o porquê do nosso interesse: por que esse tema me move, me toca? No caso da social, é preciso explicar a razão de o tema de escolha ser socialmente pertinente: por que esse tema interessa a sociedade? Esse último aspecto releva do compromisso de retribuição da pessoa que pesquisa à população que paga impostos, sustenta as universidades públicas do país e financia parcialmente as privadas. No que se refere à dimensão social, é importante usar dados que provenham de estatísticas, reportagens e outras fontes capazes de evidenciar que o tema tem relevância.



REVISÃO DA LITERATURA

A segunda parte é mais complexa e demanda um árduo trabalho de rastreamento da produção científica, filosófica e/ou artístico-cultural na área que nos ajude a problematizar o tema. A revisão da literatura deve partir de pesquisas já publicadas sobre o assunto. Deve também, em paralelo, buscar identificar as teorias e metodologias mobilizadas nessas pesquisas. Apresentamos no Capítulo 4 (Revisão da Literatura) como se deve proceder para desenvolver tal etapa. Não se deve esquecer de estratégias como a *técnica do sinal*, que busca identificar e classificar trabalhos de pesquisa relevantes que permitam um entendimento do estado da arte[47] sobre o tema. Ela é uma ferramenta que ajuda fazer a revisão da literatura. Não se deve esquecer também que um dos objetivos principais é o de identificar/levantar questões que possam orientar o trabalho de pesquisa:

1. Na perspectiva tradicional das ciências sociais, identificar questões interessantes capazes de orientar o trabalho de pesquisa a partir de lacunas identificadas;

2. Na perspectiva estruturalista crítica, lançar questões que busquem explicações que possam ser analisadas e criticadas lógico-argumentativamente, de modo a propor proposições alternativas para elas;

3. Na perspectiva pós-estruturalista, ampliar o campo de problematização por meio de uma genealogia das origens do que está subjacente às questões, com o objetivo de propor novas explicações.

Em todos os casos é importante levantar os questionamentos que a revisão da literatura suscita para serem retomados *depois* do capítulo de teoria.

47 Lembramos que o "estado da arte" se refere a pesquisas, processos e resultados de ponta.



TEORIA (CONCEITOS TEÓRICOS)

A segunda etapa consiste na apresentação da teoria e/ou dos conceitos teóricos que fundamentarão a pesquisa. Como já vimos, teorias são marcos explicativos que resultam de pesquisas científicas e/ou filosóficas, são explicações gerais para a emergência dos fenômenos. As explicações que as teorias oferecem constroem perspectivas, olhares, ângulos a partir dos quais o tema problematizado poderá suscitar respostas possíveis para a questão da pesquisa. Tais explicações construídas abrem espaço para se explicar fenômenos a partir de um novo olhar. No caso de produções, falamos mais em conceitos do que teorias, que possam oferecer inspiração ou indicar encaminhamentos. Podem ser artísticos como, por exemplo, o impressionismo, ou culturais como os religiosos, os linguísticos etc.

No que tange, especificamente, ao contexto de pesquisas científicas, a teorização é fundamental. É importante buscar e apresentar teorias – explicações gerais e/ou específicas – que possam se adequar ao nosso trabalho e oferecer o quadro de fundo de onde emergirão respostas à questão da pesquisa. Logo, precisam dar abrigo à questão de pesquisa que formulamos e fornecer um quadro explicativo para respondê-la.

Lembram-se do que acabamos de ver no Capítulo 6 (Argumentar e teorizar)? Há pelo menos três caminhos que podem ser ou operacionalizados criticamente no sentido de se colocar em questão os próprios pressupostos de onde partem nossas ideias iniciais, ou autorreflexivo quando a pesquisa se torna um processo de emergência subjetiva da pessoa pesquisadora.

No primeiro, escolhemos uma teoria porque acreditamos que ela possa, *genericamente*, ser utilizada para responder à nossa questão de pesquisa. Nesse caso, *não há uma relação direta ou indireta* e as questões que levantamos ao final da revisão da literatura, tenham elas sido inspiradas por lacunas ou sugeridas pelas pessoas



que escreveram os artigos que revisamos, podem ser aplicadas a diversas teorias. Adota-se uma teoria qualquer (ou mais de uma) em função de sua capacidade de explicar a situação problemática evidenciada pela questão. Já vimos que certas questões podem ser explicadas por teorias completamente diferentes e até opostas.

No segundo caminho, variante do primeiro, embutimos nas questões conceitos que remetem a um feixe mais restrito de teorias possíveis. Nesse caso, *há uma relação indireta* entre as questões levantadas ao final da revisão da literatura e essas teorias. A escolha se dá por exame de qual teoria explica os conceitos de maneira mais adequada, ainda que questões ideológicas possam orientá-la. O exemplo do conceito de "desigualdade" é ilustrativo porque ao pressupor que ela exista, mobiliza apenas teorias que dela tratem. De maneira mais restrita que o caso anterior, nesse caminho um conceito como "desigualdade" pode mobilizar tanto uma teoria liberal como socialista.

No terceiro caso, *há uma relação direta* entre as questões levantadas ao final da revisão da literatura. Ou seja, já se adotou um caminho, já se optou por uma teoria conhecida que se quer utilizar. Essa escolha se dá por crença prévia de que os conceitos da teoria escolhida são os mais adequados. Portanto, a pessoa que pesquisa já está convencida da teoria que quer escolher.

No caso das produções, conceitos costumam orientá-las mais do que teorias. O seu desenvolvimento tem por base a *criação* ou a *imitação*. O caminho da criação – que implica o desenvolvimento de novos conceitos – pode ser completo ou parcialmente original. Quando parcialmente original, integram-se conceitos já desenvolvidos julgados apropriados para as produções. No caso da imitação, como o termo já revela, copia-se algo já feito em outro contexto.

Em qualquer dos caminhos mencionados na pesquisa científica e prática, e na produção, trabalhar com conceitos específicos



ajuda a focar o trabalho e viabilizar análises. O capítulo de teoria do projeto não precisa virar um tratado! Não é também para virar resumo de livros! É para explicar, abreviada, mas competentemente, o teor da teoria e/ou teorias escolhidas, do conceito e/ou conceitos escolhidos, e explorá-los mais profundamente. O objetivo da identificação de conceitos, notadamente nos trabalhos de investigação científica, é o de *orientar a análise dos dados e a interpretação dos resultados que vêm na parte final da metodologia*, como explicaremos mais adiante.

OBJETIVOS E QUESTÃO DE PESQUISA

A terceira etapa de um projeto é a dos *objetivos e questão* (ou *questões*) de *pesquisa*, quando o projeto for científico, ou dos *objetivos da produção e público-alvo*, quando se tratar de um projeto prático de produção. Trata-se de um capítulo curto, mas que é melhor ser apresentado separadamente para evidenciar o que se quer investigar e/ou produzir.

Nesse sentido, os objetivos e a questão de pesquisa devem ser claramente articulados. Pode-se entender essa etapa como o caminho que vai da percepção que a pessoa que pesquisa tem de algo problemático, sobre o qual pairam dúvidas a respeito de sua explicação ou possibilidades de produção, para a tomada de decisão sobre o que investigar. Para se evitar que formulemos questões ambíguas e dúbias que podem complicar a pesquisa é preciso *foco*. Separar o joio do trigo na busca de apresentar objetivos e questão de pesquisa ou objetivos de produção pode ser difícil, mas é melhor quebrar a cabeça antes do que prosseguir com um processo pouco claro que pode comprometer todo o trabalho depois.

É importante esclarecer que, habitualmente, os livros de metodologia brasileiros não colocam o foco em "questões de pesquisa", mas sim em "objetivos gerais" e "objetivos secundários". Nesse texto,



para não romper com essa tradição, instruímos as pessoas a primeiro apresentarem os objetivos, mas obrigatoriamente, em seguida definirem as questões, que são mais utilizadas pelas tradições acadêmicas internacionais.

Veja que interessante: as questões são frases *inversas* dos objetivos. Sabendo-se as questões, parte-se de suas inversas para construir objetivos afirmativos. Por exemplo: a pergunta "por que o sol fica vermelho com a poluição?" tem como objetivo "descobrir a razão pela qual o sol fica vermelho com a poluição". Os objetivos "gerais" correspondem às principais questões. Os objetivos "secundários" dizem respeito às questões derivadas das principais.

Os trabalhos de produção apresentam, em geral, somente os objetivos, mas estes podem se fundar também em questões. É possível que, em alguns casos, produções sejam orientadas por objetivos que envolvam questões de pesquisa de desenvolvimento de produtos.

METODOLOGIA

A quarta etapa, da metodologia, é onde são apresentados os procedimentos relacionados com o fazer científico que orientam o caminho para se responder à questão de pesquisa científica ou para se realizar os objetivos de produção prática. Lembremos que a palavra grega *methodos* significa por meio de uma senda, uma trilha, um caminho. A metodologia trata, portanto, dos passos que devem ser seguidos para que se possa chegar a algum lugar. Existem metodologias consagradas tanto ao fazer científico como à produção prática, artístico-cultural e outras. Trataremos mais detalhadamente da apresentação desse processo na seção seguinte desse capítulo, que está organizado em quatro etapas: método, técnicas de amostragem, instrumentos de coleta de dados, estratégias de análise e de interpretação de resultados.



Cabe dizer, por ora, que toda metodologia, ainda que deva ser enquadrada e estruturada em função da história de seu desenvolvimento, *é um processo essencialmente criativo*. A partir do que as práticas prévias nos ensinam, muitas vezes precisamos descobrir um novo atalho para poder chegar ao final da trilha, seja porque somos bloqueados por obstáculos não antecipados seja porque abrimos, de fato, novos caminhos inventados.

CRONOGRAMA DA PESQUISA

Todo projeto de pesquisa, enquanto projeção para o futuro, precisa buscar antecipar o tempo que cada etapa de realização demorará. Assim, todo projeto deve apresentar, ao final, um cronograma detalhado com uma tabela onde constem as fases da pesquisa, o tempo requerido e quando (em que mês e ano) cada etapa será completada até a defesa do trabalho final.

LISTA DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A lista de referências bibliográficas, que vai ao final do projeto, deve respeitar os requisitos seguintes:

a. Seguir as normas da ABNT;

b. Somente apresentar referências efetivamente utilizadas e já mencionadas no corpo do trabalho (referências internas, citações etc.).



O CAPÍTULO DA PEQUENA "MATRIOSCA" DA METODOLOGIA CIENTÍFICA

EXPLICAÇÕES PRÉVIAS

Os estudos científicos no campo das humanidades dependem do bom entendimento do que se deve pesquisar para desenvolvê-los. O que vamos pesquisar? Em qual posição do *continuum* epistemológico nosso tema de interesse se encontra? Vamos retomar o que já apresentamos no Capítulo 5 (Já ouviu falar de epistemologia?): o fundamento da epistemologia são as relações entre *sujeito* e *objeto*.

Precisamos ter consciência das relações epistemológicas para nos movimentar no terreno das investigações. Para início de conversa, ao nos movimentarmos entre sujeito e objeto, precisamos estabelecer a posição epistemológica em dois campos clássicos da pesquisa. No campo da manifestação do objeto, temos *documentos* e, no da manifestação do outro campo, temos *sujeitos* (onde incluímos *grupos*, *comunidades* e, em última instância, as *sociedades*). Fazer uma pesquisa *documental*, sem apelo a sujeitos, não significa objetivismo pré-escolhido: podemos tomar documentos para estudá-los como manifestações subjetivas ("o documento como expressão da subjetividade de alguém"). No campo oposto, fazer uma pesquisa sobre e/ou com *sujeitos*, não significa subjetivismo pré-escolhido, pois podemos tomá-los como manifestações objetivas ("o sujeito como objeto"). Parece complicado... mas não é! Se entendermos a diferença entre o que é posicionamento epistemológico e a fonte material do que pesquisamos (se objetos ou sujeitos), tudo se esclarece!



Outro aspecto que precisamos ter em conta é decidir se, para responder à questão de pesquisa, precisamos somente de documentos, acesso a sujeitos, ou ambos. Independentemente de se precisamos de um ou outro, separadamente ou juntos, são as próprias questões de pesquisa que vão indicar o caminho que deveremos tomar para desenvolver o projeto.

PESQUISA SOBRE DOCUMENTOS

Todo documento, por estar supostamente "fora" de nós, tem um estatuto formal de *objeto*, ainda que também possa, menos frequentemente, fazer emergir o campo da subjetividade. A pesquisa *documental* foca em documentos e registros já existentes em arquivos de várias naturezas (incluindo o grande arquivo que é a Internet), onde a pessoa pesquisadora ou desenvolvedora de um produto busca obter dados que permitam melhor explorar o tema escolhido para o estudo. Livros, artigos, relatórios, registros históricos, leis, regulamentos e quaisquer outros tipos de materiais escritos, visuais, sonoros, assim como os ancorados em outros códigos (como, por exemplo, os algoritmos), podem fornecer informações pertinentes para que a pessoa pesquisadora compreenda melhor a natureza do que está estudando.

Essas documentações podem provir de fontes primárias, ou seja, registros originais e diretos sobre o tema. Exemplos de fontes primárias são fotografias, documentos oficiais, registros civis etc., relacionados com a questão da pesquisa. Podem também provir de fontes secundárias, que são aquelas que tratam daquilo que provém, que decorre, de fontes primárias como, por exemplo, análises ou comentários sobre documentos primários. Normalmente, os dados de fontes secundárias provém de produtores de informações que não estão diretamente relacionados aos eventos, fenômenos ou contextos em pauta na pesquisa. Um exemplo disso seria, por exemplo, em



um trabalho sobre a produção de um filme, levar em consideração comentários de leitores sobre o que foi divulgado sobre ele através de uma base de dados de cinema como o IMDb (onde as pessoas costumam se informar sobre filmes na Internet), quando a questão de pesquisa não trata disso, mas do caráter de uma dada personagem que foi modificado em função de mudanças do orçamento.

PESQUISAS SOBRE SUJEITOS, GRUPOS E COMUNIDADES

Retomando a questão epistemológica, pessoas discentes já devem ter ouvido falar do termo "objeto da pesquisa". Este termo está relacionado à indicação do "tema", mas, mais precisamente, de que questão se busca responder ou qual produto se deseja desenvolver. Ou seja, de um suposto *objeto que está fora de nós* e que indicamos como sendo nosso foco de estudo. No entanto, no campo das humanidades, em uma visão distanciada do subjetivismo, o *sujeito* (ou um indivíduo, grupo, comunidade, sociedade) é o *objeto*. Ou seja, dentro dessa postura, o sujeito faz as vezes de objeto dos estudos ou práticas, é nosso *objeto de pesquisa*.

As pesquisas sobre pessoas (*sujeitos enquanto objeto)* dizem respeito à exploração de características das pessoas, seus comportamentos, atitudes e crenças, produzidas por suas percepções de mundo e experiências concretas. Elas envolvem, usualmente, acesso às pessoas por meio de entrevistas e outras maneiras que permitam trocas em encontros. No caso de *grupos*, as pesquisas focam no que as pessoas compartilham juntas, em suas interações: dinâmicas cognitivas e afetivas, valores e consequentes ações no mundo. Paralelamente às que focam em pessoas individuais, estas contam com observações de várias naturezas, presenciais ou virtuais, utilizando ferramentas como entrevistas coletivas, grupos focais,



entre outras ações possíveis. No caso das *comunidades*, grupos mais amplos e diversificados que compartilham interesses comuns, os estudos podem levar em consideração as mesmas questões grupais, mas também podem abranger problemas de coesão social em culturas localizadas em diversos espaços geográficos (agrupamentos, bairros, vilarejos etc.) ou virtuais (comunidades em rede, redes sociais etc.). A pesquisa comunitária foca em intervenções buscando coesão social, empoderamento de culturas, impacto de políticas através de diversas estratégias, entre outros assuntos.

Nas humanidades, os estudos científicos sobre sujeitos, grupos e comunidades se caracterizam, em geral, como *pesquisas de campo*. Utiliza-se esse termo para atribuir à pessoa que pesquisa a capacidade de sair de seu meio para ir ao encontro de quem considera importante que se manifeste sobre o tema que está estudando (ou como se diz na academia, *ir a campo*). A pesquisa de campo pode envolver tanto posturas objetivistas como interacionistas. No interacionismo epistemológico, por exemplo, um trabalho de convivência com o outro pode demandar que as experiências, para serem estudadas, sejam recolhidas através de meios documentais. Ou seja, a presença da pessoa que pesquisa no campo é considerada fundamental para o estudo. Essa última postura se aproxima das subjetivistas. A diferença é que, nestas, o que interessa mais é a interpretação da própria pessoa pesquisadora a respeito das subjetividades das outras pessoas, expressas por suas narrativas. Nesse caso, não falamos de pesquisa de campo, mas de investigação subjetiva de protofatos, onde a psicanálise serve como exemplo de proceder em suas investigações sobre a psique humana.

As decisões epistemológicas que tomamos inicialmente podem nos levar à adoção de metodologias qualitativas, quantitativas ou híbridas, que exploraremos mais detalhadamente nos próximos capítulos. No caso dos processos de produção, as decisões seguem um caminho diferente.



ORGANIZAÇÃO DO CAPÍTULO DE METODOLOGIA

É importante distinguir e bem compreender, de início, a diferença entre os termos "metodologia" (como o conjunto de procedimentos metodológicos) e "método" (como o primeiro passo, específico, que orienta esse conjunto de procedimentos). A *metodologia científica*, que chamaremos simplesmente de "metodologia" para diferenciarmos da "metodologia de produção" exige, minimamente, a explicitação de:

a. Método;

b. Técnicas de amostragem de sujeitos e/ou documentos;

c. Instrumentos de coleta de dados;

d. Estratégias de análise de dados e/ou interpretação de resultados.

MÉTODO

A identificação da "mini-matriosca" do método mais apropriado para um estudo depende diretamente da questão. O método deve ser escolhido para respondê-la. Certas questões "chamam" um tipo específico de método, o que excluí, naturalmente outros. Outras questões, no entanto, podem ser respondidas por meio de vários métodos. (1) O que são questões que "chamam", especificamente, certos métodos? São aquelas, em que não há como não os adotar. (2) O que são questões que podem ser respondidas por vários métodos? São aquelas em que tanto faz usar um ou outro, pois todos permitem que a pessoa que pesquisa possa resolver o problema.



O método reflete um procedimento específico para se responder uma questão de pesquisa dentro de um determinado campo filosófico ou científico-disciplinar (antropologia, comunicação, biologia, matemática etc.). Dependendo do estudo (tema), da abordagem epistemológica – mais ou menos objetivista, subjetivista ou interacionista – e da explicação teórico-conceitual que se adotou, pode-se utilizar diversos métodos, ou mesmo se inventar um! Enquetes, sondagens, experiências controladas, estudos de caso, etnografias, análises discursivas e pesquisas-ação são exemplos de métodos científicos. Alguns são exclusivamente quantitativos; outros, qualitativos; a associação de ambos, híbridos. Os procedimentos críticos e genealógicos são exemplos de métodos filosóficos. A filosofia não se submete a essa classificação pois pode filosofar sobre objetos abstratos como processos históricos, sem se submeter às regras dos métodos científicos.

TÉCNICAS DE AMOSTRAGEM DE SUJEITOS E/OU DOCUMENTOS

Técnicas de amostragem são procedimentos para se colher "amostras", de modo que, a partir delas, se possa delimitar com clareza o que se deseja estudar. Inspiradas pelas práticas das ciências físico-químicas e biológicas, foram adaptadas aos contextos das pesquisas nas humanidades para, a partir de um recorte, poder elaborar possíveis generalizações. Existem, portanto, diversas técnicas diferentes, adaptadas a cada caso, que podem ser adotadas.

No caso das pesquisas sobre *sujeitos, grupos e comunidades*, as técnicas de amostragem estruturam a maneira pela qual eles são escolhidos, de modo que o estudo possa ser realizado como representação de uma realidade mais ampla. Ou seja, daquelas pessoas que são representativas. As técnicas podem ser quantitativas,



dependendo da população inteira, como no caso do recenseamento populacional, ou de parte dela como na escolha de amostras representativas da população. Podem ser qualitativas, escolhidas a partir de dados discursivos variados de populações culturalmente representativas, tidos ou não como fatos. Podem, finalmente, ser híbridas, integrando-se ambas as anteriores.

Há dois níveis de amostragem de *sujeitos, grupos e comunidades*: geral e específico. No geral, *amostramos as pessoas, grupos ou comunidades* enquanto totalidades que vão participar da pesquisa ou da produção. É preciso estabelecer critérios para justificar sua escolha. Por exemplo, em uma pesquisa comunitária sobre comunidades tradicionais fluminenses, precisamos estabelecer critérios para escolher uma ou algumas que tornem o estudo viável. No nível específico, *amostramos os dados produzidos pelas pessoas*. Por exemplo, suponhamos que queiramos coletar dados discursivos de pessoas dessas comunidades que se manifestam através de contas de redes sociais de compartilhamento de vídeos. Na impossibilidade de se estudar todas as comunicações dessas pessoas, precisamos estabelecer critérios para escolher uma quantidade limitada de amostras discursivas que viabilize a pesquisa, que podem ser temporais, de quantidade, de qualidade, teóricos, temáticos etc.

No caso dos *documentos*, as técnicas de amostragem promovem a arbitragem do que a pessoa que pesquisa precisa determinar para obter informações (por exemplo, o que selecionar de arquivos), para analisar mediações (por exemplo, escolher que partes de uma novela serão usadas em uma análise etc.).

Dependendo do método adotado na primeira etapa metodológica, uma pesquisa pode ser planejada para responder uma questão somente fundada no estudo de sujeitos, ou unicamente focada na investigação de documentos ou, ainda, integrando ambos sujeitos



e documentos. É o método que define, portanto, a pertinência do caminho da investigação ou da produção, em função das questões de pesquisa formuladas. É ele quem sugere os caminhos que, em última instância, deverão ser adotados para se escolher as técnicas de amostragem mais apropriadas.

É importante ressaltar que normas éticas regem as relações entre pessoas que pesquisam e as pesquisadas, estas últimas tendo o direito de se informar e serem informadas sobre o estudo de modo a poder consentir ou não, com conhecimento de causa, a participar dele. No caso de documentos, normas éticas se aplicam a documentos particulares ou protegidos por sigilo, sendo dispensados procedimentos éticos para aqueles que são disponibilizados publicamente.

INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os instrumentos são as ferramentas usadas para a coleta de dados. Eles vão depender de uma série de fatores relacionados, primeiramente, com a abordagem epistemológica que inspira o método adotado para responder à questão de pesquisa. Daí, decorrem várias possibilidades pois, como vimos, os métodos definem, de certa maneira, se a pesquisa será direcionada para uma abordagem quantitativa, qualitativa ou ambas (híbrida). Em cada caso, múltiplas ferramentas podem ser escolhidas. No entanto, em geral, os instrumentos vão depender da abordagem. Existem aqueles que são exclusivamente quantitativos como, por exemplo, mecanismos de extração de dados de redes sociais por quantidade de likes e outras medidas de um perfil. Há os que são unicamente qualitativos, a exemplo de entrevistas e grupos focais. Finalmente, tem os passíveis de serem adotados em ambos os casos, como os questionários.

Ou seja, a escolha do método que vai ser aplicado incide sobre a escolha de instrumentos de coleta de dados. Nos capítulos



seguintes (sobre métodos qualitativos e quantitativos) indicaremos os instrumentos que são mais frequentemente utilizados na aplicação de alguns dos métodos mais importantes.

ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE DE DADOS E/OU INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS

Nessa etapa é obrigatório, na grande maioria dos casos, fazer um retorno à teoria. Depois de coletar dados buscando informações é preciso sintetizá-los, de forma que possam ser analisados. Para orientar a análise é preciso, inicialmente, compreender seu papel e importância no contexto da questão da pesquisa para, depois, consolidar o que se aprendeu com os dados empíricos. Dos resultados dessa aprendizagem, parte-se ou para uma análise empírica que demanda uma interpretação guiada ou não por teorias, ou para uma análise puramente empírica, quando os dados falam por si e a interpretação é inútil. O processo de interpretação, onde se cruzam dados e conceitos, é diferente em cada caso.

O primeiro caso, inspirado pela área exata e biológica, é quando a análise de dados é exclusivamente empírica. Nesse caso, os dados respondem à questão de pesquisa diretamente, sem fazer uso de conceitos teóricos. Pode ser por resultado quantitativo (os números falam por si), ou por estratégias específicas de invenção de uma teoria em função dos resultados, como na teoria fundamentada (Strauss; Corbin, 1990), que será apresentada no de Capítulo 7 (Métodos Qualitativos). Quando há um objetivismo estrito, só há análise, jamais interpretação e a teorização é inútil (assim como o capítulo de teoria).

O segundo caso, que é mais "tradicional", baseia-se na análise em dados empíricos que fazem uso de teorias para habilitar a interpretação. Nesse caso, temos duas modalidades e três tipos



de questões. Na primeira modalidade, temos dois tipos de questões de pesquisa "ateóricas", ou seja, aquelas onde, em sua formulação, (a) não se utilizam conceitos explícitos provindos de teorias ou (b) utilizam conceitos que não identificam necessariamente uma teoria (podendo indicar várias). Ou seja, para fins de análise dos dados, precisam adotar uma teoria não pensada previamente que viabilize a interpretação dos resultados. Na segunda modalidade, temos o tipo (c) em que as questões de pesquisas são "teorizadas", ou seja, integram conceitos teóricos no corpo de sua formulação, orientando assim a análise dos dados e a interpretação dos resultados.

Um terceiro caso ocorre quando há um subjetivismo estrito. Nessa situação pode até não haver análise, somente interpretação. Aqui, a teorização é essencialmente filosófica porque não opera sobre dados, mas sobre conceitos fundados na emergência das percepções.

Em conclusão, na metodologia de análise e/ou interpretação exige-se que se explique detalhadamente como a pessoa que pesquisa vai analisar os dados recolhidos (se através de leituras, tabelas, codificação etc.) e interpretar os resultados dessa análise. Analisar é decorticar, detalhar, estruturar dados através de categorias que podem ser temáticas, teóricas ou de outra natureza. Por exemplo, na codificação, secciona-se o discurso em unidades que podem ou não ser quantificadas. Estrutura-se assim o processo de análise. Já interpretar os dados é partir dos resultados da análise para buscar explicações para o que foi encontrado. Já falamos que teorizar é explicar, não é mesmo? Pois é, na interpretação de resultados, o apelo aos conceitos teóricos é obrigatório. Somente através deles é que se poderá interpretá-los e responder à questão de pesquisa.



O CAPÍTULO DA PEQUENA "MATRIOSCA" DA METODOLOGIA DE PRODUÇÃO E/OU PRÁTICA

ORGANIZAÇÃO DO CAPÍTULO DE METODOLOGIA DE PRODUÇÃO E/OU PRÁTICA

Nos projetos de produção e/ou de prática, como mencionamos, tratamos mais de objetivos de realização do que de questões. A metodologia de produção é essencialmente um processo voltado à prática de uma criação, assim como o desenvolvimento de uma prática demanda inventividade e pertinência social. Nesse caso, o objetivo é o desenvolvimento de um produto e/ou prática eficaz para um público-alvo bem definido. A metodologia de um projeto de produção e/ou de prática, normalmente, exige cinco etapas:

a. Planejamento do produto e/ou prática;

b. Desenvolvimento do conteúdo;

c. Implementação técnica;

d. Avaliação e retorno;

e. Apresentação e disseminação.

PLANEJAMENTO DO PRODUTO E/OU PRÁTICA

Ao se planejar uma produção e/ou prática que reverta em um resultado objetivo é preciso, inicialmente, decidir qual tipo, que mensagens pretende disseminar em função dos escolhidos conceitos,



ou de outra natureza, e o formato de comunicação. Ou seja, a escolha deve ser baseada na maneira mais adequada de se transmitir a mensagem tendo em vista o público-alvo escolhido. No planejamento, deve-se projetar uma pré-estrutura clara para o desenvolvimento do produto e/ou da prática, com detalhamento das etapas e de todo o processo. Os planos de comunicação, por exemplo, oferecem modelos análogos aos de planejamento de produtos.

DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO

Quaisquer produtos ou práticas, para serem desenvolvidos, necessitam integrar o que se encontrou na revisão da literatura e na pesquisa de conceitos, ou de outra natureza, sob a forma do conteúdo que se quer explorar, disseminar, comunicar. É necessário, tanto na redação como na produção, utilizar uma linguagem clara e precisa, sem jargões desnecessários ou documentação audiovisual multimidiática redundante e/ou banalizada pelo excesso de uso, de modo a assegurar a coesão interna dos termos e a coerência da mensagem. O conteúdo, na multiplicidade de suas possibilidades, precisa ser revisado inúmeras vezes para eliminar erros e problemas (de texto, de estilo, de imagem, de vídeo e áudio etc.). É fundamental que a articulação entre as diversas linguagens do produto e/ou da prática escolhida seja coerente e que estas linguagens conversem umas com as outras (por exemplo, texto, áudio e imagem na produção audiovisual jornalística). Qualquer produção tem de ser *impecável*. Como se sabe, inúmeras ferramentas para produção estão disponíveis, desde equipamentos a softwares de produção (como os que são utilizados para iluminação de espetáculos) como de pós-produção de imagens, vídeos, áudios, web etc., sem falar de inúmeras possibilidades de outros materiais de natureza diferente.



IMPLEMENTAÇÃO TÉCNICA

A implementação técnica está imbricada, evidentemente, no desenvolvimento dos conteúdos. Demanda um planejamento bem-feito sobre quais equipamentos e softwares são adequados para a criação de um produto *impecável*. Por exemplo, no caso de produções audiovisuais, são necessárias câmeras, microfones e iluminação para gravações, ferramentas mecânicas e elétricas, softwares de edição... No caso de outros tipos de produtos e/ou práticas, os equipamentos podem ser diversos, relacionados com a área. Ainda que implícito, o fator humano é absolutamente essencial para a boa implementação técnica. Técnicos precisam ser competentes e conhecedores de variadas modalidades de tratamento de conteúdos de produção e/ou de práticas nas mais variadas áreas e campos das humanidades. A escolha do pessoal de produção e/ou de desenvolvimento da prática é, portanto, mais importante que a dos equipamentos. Um velho ditado diz que um pianista excepcional toca em qualquer piano...

AVALIAÇÃO E RETORNO (FEEDBACK)

A avaliação e o retorno são etapas essenciais na metodologia de produção e/ou prática. É importante criar instrumentos de avaliação para solicitar que colegas, profissionais e pessoas escolhidas dentre o público-alvo deem sua opinião sobre o produto realizado ou a prática desenvolvida. Com base nos retornos, a equipe deve ajustar o produto, corrigi-lo, reconfigurá-lo ou refazê-lo, de modo que problemas e pontos fracos sejam sanados. Também a partir de retornos, práticas precisam ser questionadas e reconfiguradas de modo que respondam aos objetivos de desenvolvimento. É somente com base nesse processo que um produto e/ou uma prática poderá chegar à impecabilidade necessária para uma apresentação final de qualidade.



APRESENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO

Com exceção de apresentações de trabalhos práticos presenciais, realizados em contextos precisos midiáticos (como uma entrevista ao vivo em um cabaré) ou de certas artes (como uma intervenção artística em uma praça) e ofícios (como um protótipo de robô), é importante que os produtos e/ou as práticas sejam disseminados junto ao público-alvo para sua consolidação. Hoje em dia, quase todas as formas de produção e/ou de prática podem ser publicizadas por meios digitais através da Internet, através de redes sociais e mídias variadas.

A SEGUIR...

Nos próximos capítulos explicamos as bases das práticas metodológicas sobre as quais devemos assentar nossos projetos de pesquisa e/ou de produção. Ainda que voltados à pesquisa científica, elementos das orientações metodológicas podem se aplicar e serem adaptados a procedimentos de realização artístico-cultural ou de outras naturezas. Ou seja, tanto as práticas de investigações científicas quanto as de produção têm procedimentos até certo ponto paralelos, e trazem reflexões e contribuições intelectuais.



8

MÉTODOS QUANTITATIVOS



METODOLOGIAS E ETAPAS

Como apresentamos no Capítulo 7 (Introdução à metodologia), o desenvolvimento da metodologia envolve, basicamente, as mesmas etapas, tanto na abordagem quantitativa quanto na qualitativa e híbrida. Recapitulando, na metodologia de projeto e de realização de pesquisas científicas e na voltada para produções práticas temos "mini-matrioscas" (que poderíamos chamar de "micrometodologia"). Ela inclui as seguintes etapas:

1. Escolha do método;

2. Escolha da ou das técnicas de amostragem de documentos e/ou sujeitos;

3. Escolha do ou dos instrumentos para a coleta de dados da pesquisa;

4. Escolha da estratégia de análise de dados e/ou interpretação de resultados para se responder à questão de pesquisa.

Neste capítulo e no próximo discutimos a escolha do método. Cabe aqui dar um esclarecimento sobre a complexidade das dimensões linguageiras da era contemporânea, essenciais para se compreender a aplicação de métodos nas humanidades, sejam quantitativos, qualitativos ou híbridos. As "linguagens" são o cerne tanto da constituição do que se compreende como pesquisa sobre *documentos* e sobre *sujeitos, grupos e comunidades*. Por conta da complexidade da produção e do uso, podemos ampliar o entendimento tradicional do que se convencionou chamar de "linguagem", para chamá-las de "multilinguagens". Entende-se por *multilinguagem* o texto que integra diferentes códigos, de naturezas diversas. Um texto publicado em um site é tipicamente multilinguageiro porque, além de escrito, pode ser colorido, ter luminância, fazer-se acompanhar de outros "textos"



audiovisuais como imagens e vídeos, e estar integrado a uma plataforma cujo modelo é visualizado de determinada maneira ("estilos" de formatação) etc. Outras configurações relacionadas aos textos estão relacionadas com contextos unidirecionais ou multidirecionais, ou analógicos ou virtuais. O termo "texto" remete a uma forma discursiva uni ou multilinguageira, aplicável tanto a *documentos* quanto a *sujeitos, grupos e comunidades*. Começamos esse capítulo com essa discussão sobre "texto" porque tem consequências sobre até onde a ciência quantitativa pode ser considerada "objetiva".

PESQUISA QUANTITATIVA

A metodologia quantitativa, nas humanidades, se caracteriza pelo uso de técnicas estatísticas, matemáticas e computacionais para projetar, estruturar, coletar e analisar dados quantificáveis. O objetivo principal, na maioria dos casos, é o de testar hipóteses que confirmem ou invalidem teorias, além de identificar padrões e relações causais, contribuindo para a obtenção de resultados mais objetivos (supondo que a pessoa que pesquisa acredite na objetividade) e, em certos casos, a replicabilidade dos estudos (ou seja, repetir a mesma pesquisa para verificar se o resultado permanece o mesmo). Esse tipo de metodologia é amplamente utilizado em diversas áreas do conhecimento, das ciências exatas e biológicas às humanas e sociais, devido à sua capacidade de fornecer resultados mais precisos e eventualmente generalizáveis (Berger, 2000; Anderson, 1987). Sublinhamos aqui "mais" (preciso) e "eventualmente" (generalizável) porque, na medida em que a maior parte dos dados das humanidades provém de fontes linguageiras, o uso que se faz do método quantitativo dificilmente chega a resultados sólidos como nas ciências exatas e biológicas.



Um problema essencial da abordagem quantitativa refere-se ao rigor, na medida em que o uso da matemática em contextos vagos pode levar não somente a absurdos, mas à falsificação científica. Esse problema é mais significativo nas humanidades por conta da intervenção da linguagem na apresentação dos problemas e nos encaminhamentos para suas resoluções. Mesmo empregando técnicas estatísticas rigorosas para testar hipóteses, identificar padrões e desenvolver teorias que ajudem a entender e melhorar os processos humanos e sociais, quando se faz uso de fontes linguageiras traz-se sua inerente ambiguidade. Essa ambiguidade incide sobre a maneira de se escolher o método, no jeito de se fazer a amostragem, no desenvolvimento de instrumentos de coleta de dados e nos procedimentos de análise e interpretação. Supondo-se que uma questão de pesquisa "chame" o método *survey* a partir de uma amostragem não probabilística (sem aleatoriedade) e use o questionário como instrumento de coleta de dados provindos de sujeitos, as alternativas das questões podem ser colocadas em dúvida pelos respondentes. Por exemplo, achar que a resposta não se encontra em nenhuma das alternativas e que não exista uma opção "nenhuma das anteriores", ou ainda que sua formulação é ambígua. São problemas relacionados com a linguagem.

Antes de continuar é importante esclarecer que estudos quantitativos (e muitos qualitativos), quando provindos de documentos, não podem ser realizados sem que seja definida a *unidade de análise*. Uma unidade de análise é um elemento arbitrariamente definido pela pessoa que investiga, em função da questão de pesquisa, coletado de discursos a partir dos quais se determina como os dados serão organizados. Pode-se, por exemplo, em um estudo discursivo quantitativo, determinar que a unidade de análise é a palavra ou certos termos (como fazem as análises de conteúdo quantitativas). Pode ser, ainda, a frase, o parágrafo ou temas. Se a pesquisa é sobre artigos de jornais, a unidade pode ser cada frase, cada parágrafo ou



cada artigo. Se se trabalha com uma análise temática em um contexto de trocas por Instagram, pode ser cada postagem, e assim por diante. Unidades de análise podem, portanto, ser gramaticais (palavra, frase, parágrafo) como relacionadas com o material que organiza os discursos (artigos, mensagens etc.).

As unidades de análise, portanto, referem-se aos dados que se pretendem obter de modo que a questão de pesquisa possa ser respondida com precisão. Um exemplo que facilita a compreensão desse conceito refere-se às pesquisas que são fundadas em dados linguageiros. Se se estuda um texto, o foco poderia ser dado à palavra, à sentença ou ao texto inteiro tomado como entidade única. A decisão, nesse caso, remete à escolha de uma *unidade de análise*. Este conceito deve sempre ser levado em consideração nos métodos quantitativos e nos qualitativos (notadamente nas análises fundadas em linguagens).

Para prosseguir, é necessário chamar atenção para a distinção que fazemos entre pesquisa sobre documentos e pesquisa sobre sujeitos. Ainda que esta distinção seja apropriada em determinados casos, em outros ela não é. A razão desse problema reside na ambiguidade do que consideramos um documento. Tecnicamente, há métodos que só podem ser aplicados a documentos. Há outros, no entanto, em que a pessoa pesquisadora precisa contatar sujeitos. No entanto, quando os dados desses sujeitos (por exemplo, oriundos de entrevistas) são transcritos, eles se tornam documentos.

Apresentamos abaixo a utilização da metodologia quantitativa em pesquisas com documentos e com sujeitos, grupos e sociedades, iniciando pela primeira.



PESQUISA QUANTITATIVA DOCUMENTAL

POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO

Essencialmente, a pesquisa quantitativa segue os mesmos padrões da qualitativa (que será apresentada no capítulo seguinte) no que se refere às possibilidades de uso de documentos, incluindo os relacionados a produções linguageiras – textuais, audiovisuais e outras. Na abordagem quantitativa documental, para se buscar compreender os contextos necessários para se responder à questão de pesquisa, quantificam-se dados retirados de documentos institucionais (tanto internos como externos, produzidos e disseminados junto à sociedade), de modo a permitir a produção de resultados que possam ser analisados e interpretados. Nesse sentido, as fontes típicas de dados documentais quantitativos são as mesmas dos estudos qualitativos, como veremos mais adiante. São elas:

a. Documentos públicos e privados textuais, como registros de natalidade em arquivos de cartórios, registros de pessoas que trabalham em uma empresa etc.;

b. Documentos públicos e privados audiovisuais unidirecionais, como fotografias capturadas pelos registros de identificação das secretarias de segurança pública, gravações de telenovelas por uma emissora de televisão etc.;

c. Documentos públicos e privados de produção textual e audiovisual em contextos multidirecionais, como a comunicação por inteligência artificial da plataforma gov.br com as pessoas que têm cidadania brasileira, as comunicações interativas de plataformas de compartilhamento de vídeos etc.;



d. Documentos públicos e privados em contexto de suporte para o processo de emissão e recepção de informações, como os algoritmos de identificação visual dos softwares utilizados pelas polícias na busca de criminosos, os algoritmos de manipulação de emissões publicitárias etc.

Ressaltamos, relativamente a esse tipo de pesquisa, que todas essas instâncias documentais precisam ser estruturadas e sistematizadas quantitativamente (em temas, categorias, padrões etc.) para que análises possam ser realizadas.

MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS A DOCUMENTOS

Em geral, os métodos quantitativos[48] podem ter duas fontes essenciais: (1) documentos variados de mensagens unidirecionais (não interativos) aos quais são aplicadas técnicas gerais de quantificação simples ou (2) documentos de troca de mensagens (tanto textos linguageiros como multilinguageiros) aos quais são aplicados técnicas de análise relacionadas a contextos complexos provindos de interações humanas (Jensen, 2002). Lembremos que, sempre, antes de se começar a estudar documentos, devemos estabelecer a unidade de análise que nos interessa de modo a permitir a sistematização de dados para a pesquisa.

Antes de iniciarmos a apresentação resumida destes métodos, cabe esclarecer a diferença entre dados primários e secundários. *Dados primários* são aqueles coletados pela pessoa

48 Advertimos a pessoa leitora que listas de métodos, como as que apresentamos nesse livro, são sempre falhas e insuficientes. Métodos que usualmente se aplicam a sujeitos podem eventualmente ser aplicados a documentos e vice-versa, métodos característicos das abordagens quantitativas podem ser adaptados em abordagens qualitativas ou híbridas e vice-versa, e assim por diante. Metodologias e métodos são modos de fazer e de realizar embebidos de processos de criação. Assim, as "listas" que apresentamos são sugestivas de práticas usuais e podem servir de plataforma para modificações e cruzamentos diversos, além de invenções.



pesquisadora, extraídos diretamente do campo escolhido para se fazer a investigação relacionada com a questão de pesquisa. Ou seja, são sempre dados novos. Já *dados secundários*, são aqueles que obtemos a partir de fontes que foram compiladas por outras pessoas pesquisadoras. Neste caso, são dados pré-existentes. Iniciamos com um método específico relacionado aos dados secundários, seguido por outro também exclusivamente relacionado a eles.

Análise de dados secundários

A análise de dados secundários cobre as fontes de informação coletadas com outros objetivos que o da pesquisa inicial. Esse método tem o objetivo de lançar novas perguntas e lançar hipóteses diferentes (Hox; Boeije, 2005). Incluímos aqui dados de censos, relatórios de instituições governamentais e privadas, pesquisas anteriores sobre o tema investigado, e registros administrativos de toda ordem que são submetidos a análises quantitativas de dados simples. Dados interativos são usualmente primários, mas dependendo da questão de pesquisa, trocas podem se constituir como secundárias no contexto do estudo. Essa análise é normalmente empregada como uma tarefa pré-pesquisa.

Meta-análise

É um método de análise que combina estudos variados sobre um determinado tema, já publicados, com o objetivo de identificar convergências teóricas e/ou metodológicas e avaliar se os resultados das pesquisas comparadas apresentam disparidades entre si ou não. Por exemplo, artigos publicados ao longo de uma década sobre efeitos da publicidade em um mercado de consumo específico. A meta-análise envolve, assim, a coleta sistemática de todos os estudos encontrados dentro de um dado universo amostral, a codificação dos dados desses trabalhos e a aplicação de métodos estatísticos para sintetizar os resultados. Ancora-se em



procedimentos clássicos como analisar causal e correlacionalmente os dados e quantificá-los em busca de replicabilidade (Schmidt; Hunter, 2002). Esse tipo de análise, dependendo do objetivo, pode ser empregado tanto como tarefa pré-pesquisa quanto para responder a uma questão de pesquisa.

Análise de conversas e interações

Existem inúmeros tipos de métodos de análise quantitativa de conversas e interações, compondo diversas orientações teóricas desenvolvidas ao longo de décadas em pesquisas dessa natureza (Robinson, 2024), particularmente útil em pesquisas sociais (Heritage, 2008). Análises assim podem envolver amostras de textos verbais, orais e audiovisuais variados. Para realizá-las, como no caso da análise quantitativa de conteúdo, é preciso fazer, em primeiro lugar, transcrições e/ou codificação dos dados para, depois, aplicar parâmetros de categorização que quantifiquem interações. Ou seja, esse método foca no vai e vem das trocas. Exemplos de dados são conversas telefônicas, bate-papos em chats e outras formas de interação em mídias sociais. As unidades de análise, nesses casos, podem ser as sentenças interrogativas e suas respostas, agrupamentos de trocas de mensagens até o segundo ou terceiro galho da arborescência, as trocas interativas que tenham imagens. emojis etc. Recentemente, o método de análise de conversas e interações voltou-se para o estudo de trocas que se produzem por meio da Internet. Yeomans, Boland e Brooks (2023) citam, nesse contexto, o desenvolvimento da mediação tecnológica, os avanços de ferramentas da computação como os sistemas de tratamento da linguagem natural e, finalmente, o valor de análises em larga escala que têm revolucionado as práticas de pesquisa.

Ainda que seja um campo essencialmente quantitativo, algumas pessoas autoras o apresentam como sendo qualitativo (White, 2019), ligado a processos etnometodológicos. Neles, os princípios da minúcia analítica quantitativa servem de inspiração para



análises qualitativas localizadas no nível micro, levando em consideração fatores psicossociais e culturais, aparentados aos mobilizados em análises do discurso.

Análise de conteúdo

A análise de conteúdo é um método forjado no campo quantitativo, depois adaptado em diferentes versões qualitativas (ver no capítulo seguinte algumas delas). Enquanto método originalmente quantitativo, a análise de conteúdo é definida pelo tratamento dos dados por meio de instrumentos de cálculo que permitam estabelecer a frequência de ocorrência de uma dada unidade de análise (Muchielli, 2006). Esse método, portanto, categoriza e quantifica textos como artigos, publicações em blogs e postagens em redes sociais, podendo ser aplicado a uma variedade de mídias (como áudios e vídeos), fazendo uso de diversos softwares especialmente desenvolvidos para tal. Muitos deles medem a frequência de ocorrência de palavras em um texto ou de coocorrências de palavras (quando uma palavra aparece relacionada com outra). Nesses casos, a unidade de análise é a palavra, mas é possível também estudar termos compostos.

PESQUISA QUANTITATIVA COM SUJEITOS

POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO

A abordagem quantitativa é aplicada a sujeitos quando, para se responder à questão de pesquisa, precisamos consultar pessoas individualmente ou, no intuito de compreender contextos coletivos, entrar em contato com pessoas que pertençam a grupos ou comunidades específicos.



MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS A SUJEITOS

Consulta quantitativa (survey)

A consulta quantitativa – mais conhecida como sondagem ou *survey* – é um método através do qual se consultam pessoas por meio de instrumentos específicos que, depois, são quantificados e analisados estatisticamente. As *surveys* são ferramentas comuns na pesquisa quantitativa em humanidades e, particularmente, na ciência política e na comunicação. Elas permitem a coleta de dados de forma padronizada, usualmente através da aplicação de questionários analógicos ou digitais, ou da realização de entrevistas telefônicas.

As técnicas estatísticas mais usadas são o cálculo de frequência, o teste T que compara as médias de mais de um grupo, e várias outras técnicas que, de maneira diferente, comparam médias e resultados de variáveis (categorias): a tabulação cruzada, as análises de variância (ANOVA) e multivariada de variância (MANOVA), regressiva, fatorial etc. Tais ferramentas estatísticas não são exclusivas do método *survey*, pois podem igualmente ser utilizadas em outros casos.

Frisamos aqui que o "método formulários" é uma aberração científica gravíssima. Muita gente acha que fazer pesquisa quantitativa é preparar um formulário em uma plataforma digital gratuita, sem qualquer técnica metodológica precisa, ingenuamente, "da cabeça", para depois estabelecer cálculos de frequência simples sem nenhum critério estatístico e apresentar os resultados como "pesquisa". Que fique claro aqui: isso não é pesquisa, é lixo acadêmico. A preparação de questionários quantitativos é difícil, exige técnicas consagradas pela academia, demanda testes metodológicos prévios e não pode ser utilizada em contextos em que a população tomada para o estudo não seja suficientemente ampla para se permitir o cálculo estatístico.



Métodos de análise de estruturas de redes

Estruturas de relações entre usuários nas redes sociais, incluindo os vetores direcionais de suas interações, podem ser quantificadas fazendo uso de diferentes estratégias. O estudo de redes é viabilizado, enquanto método, por variados procedimentos de visualização de relações complexas em universos que podem ser reais ou simulados. Esses estudos são desenvolvidos incessantemente, acompanhando o desenvolvimento tecnológico e, ao longo das últimas décadas, deram lugar a inúmeros métodos de análise de redes. Segundo Fragoso, Recuero e Amaral (2011), os dados estruturais fornecidos por redes de relações podem ser representados por meio de (a) sociomatrizes, que podem ser construídas tanto a partir de registros oferecidos pelas próprias plataformas como por aqueles observados pela pessoa que pesquisa; e de (b) sociogramas, que são representações imagéticas dos usuários (nós) e suas relações (feixes), que podem ser fixas – quantidade de conexões, densidade, relações entre centro e periferia – ou dinâmicas, como é o caso da quantificação de vetores direcionais de conversações para se estudar trocas progressivas. Em ambos os casos, podem constituir redes fechadas ou redes abertas, centralizadas ou descentralizadas (Borgatti *et al*., 2009). Segundo esses últimos autores, a tipologia de laços estudados na análise de redes implica o estabelecimento de (a) similaridades, em termos de local, pertencimento e atributos identitários; (b) relações sociais, em função de laços familiares, de autonomia e heteronomia, afetividade e cognição; (c) interações, relativamente às mais variadas formas de relacionamentos encontrados na Internet; e (d) fluxos de informação, crenças etc. Existem softwares específicos para a extração e tratamento de dados quantitativos de redes, dos mais simples aos mais complexos, que permitem visualizações gráficas das redes, suas interações e dinâmicas.

Outra forma de estruturação de redes é aquela que pode produzir visualizações através das estruturas de ligação dos links



(Fragoso; Recuero; Amaral, 2011). Hoje em dia, além dessas estruturas de manifestação de *superfície*, há as de *profundidade* como quando são conformadas por mecanismos de programação de comportamentos, como os algoritmos. Um exemplo simples disso é o oferecimento, em uma rede social dada, de perfis próximos que incidem sobre a quantidade de likes, que podem ser efetivamente quantificados, mas, em uma análise mais profunda, precisariam ser compreendidos em função da orientação algorítmica.

Observe-se que dentre os métodos de análise de estruturas de redes de sujeitos, grupos e comunidades estão em uma zona de borramento entre "sujeitos" e "documentos". Como ressaltamos no início desse capítulo, a linha divisória entre ambos pode ser de difícil de limitação, dependendo do caso. Em muitos contextos de pesquisa, os dados produzidos pelos sujeitos tornam-se documentos digitais.

Métodos práticos de avaliação de usabilidade

O campo metodológico da "usabilidade" pertence mais propriamente ao design informático do que às humanidades, e tem sido desenvolvido há muitas décadas dentro da área cibernética da pesquisa humano-computador (Pemberton, 1998). Incluímos esse campo aqui por estar relacionado, muitas vezes, com pesquisas em comunicação. Essa vertente, instrumental para o desenvolvimento de mecanismos digitais, está relacionada com os estudos cibernéticos realizados desde os anos de 1960, época em que Licklider (1960) intuiu a irrevogabilidade do desenvolvimento dessa área de pesquisa que hoje evoluiu para um campo imenso que vai da robótica à IA - inteligência artificial.

Desenvolvidos para validar o funcionamento de plataformas digitais como websites e aplicativos, incluindo as redes sociais, esses métodos são aplicados para avaliar a experiência do usuário. O objetivo da avaliação é permitir que se promovam alterações



nas interfaces que as melhorem e as tornem mais amigáveis, funcionais e eficazes. Testes de usabilidade, questionários de satisfação e análise de dados de navegação permitem verificar se os sistemas de comunicação digital, em rede ou não, são adequados, e se preenchem os objetivos para os quais foram desenvolvidos. Hoje em dia, métodos dessa natureza podem ser associados a outros métodos em pesquisas nas humanidades, em casos de estudos onde multimetodologias são apropriadas.

Método experimental

O método experimental é o procedimento científico por excelência para o estudo de circunstâncias empiricamente verificáveis que apresentamos aqui com base nas formulações de Christensen (2001). O mecanismo principal do método experimental é o de investigar relações causais entre variáveis de modo a responder questões que demandem respostas claras, fazendo uso da estrutura lógica "SE x ENTÃO y". Ao se desenhar uma pesquisa experimental, as pessoas pesquisadoras manipulam as *variáveis independentes* da construção lógica que se quer verificar para observar efeitos sobre as *variáveis dependentes*.

Pesquisas experimentais demandam rigor e solidez na planificação e implementação. Fartamente utilizadas nas áreas biológicas por propiciar resultados sólidos, são também encontradas em abordagens neurocientíficas na psicologia e nas ciências da educação. Diferentemente, na maior parte das disciplinas das humanidades não é possível, normalmente, exercer os controles necessários para a obtenção de resultados sólidos. Isso ocorre porque a maioria dos dados são linguageiros, o que faz incidir vieses subjetivos nas construções experimentais que dificilmente eliminam hipóteses concorrentes.



CARACTERÍSTICAS DO MÉTODO EXPERIMENTAL

Experiências científicas fazendo uso desse método demandam desenho e implementação adequados. No que tange ao *desenho* (ou seja, o projeto da experiência), este só pode ser realizado se houver, antes, a formulação de uma hipótese levantada com base em estudos prévios (revisão da literatura). Uma hipótese, como já vimos, é uma afirmação que precisa ser verificada através de uma pesquisa. O procedimento experimental exige que as hipóteses sejam formuladas com fundamento, portanto, em conhecimento já desenvolvido. Na pesquisa experimental, se uma hipótese é confirmada, diz-se que o resultado é positivo. Se negada, que o resultado é negativo. O sentido de positivo e negativo não implica valor moral, mas simplesmente a relação do resultado com a hipótese. Em ambos os casos há construção de novos conhecimentos, seja para reforçar ou agregar um conhecimento existente. Ou seja, qualquer resultado é importante.

Depois de formulada a hipótese, trata-se de desenhar o experimento de modo a se *medir* o resultado através de técnicas de análise estatística, dentre as que listamos acima ao falarmos sobre o método da *survey*. Para se verificar uma questão que produza um conhecimento a respeito de uma relação causal "SE x ENTÃO y", a tradição experimental trabalha com variáveis. Variáveis são diversas circunstâncias que podem influenciar a constituição de um comportamento, de um evento, de um acontecimento. As variáveis de uma pesquisa experimental, ou seja, as circunstâncias que podem influenciar a resposta à questão da pesquisa precisam ser expressas claramente *dentro* dela de modo a eliminar outras variáveis que possam interferir nos resultados. Temos assim, dois tipos de variáveis: a independente e a dependente. A variável *independente* expressa a CAUSA e a *dependente* a CONSEQUÊNCIA. Por exemplo, "a última campanha da Havaianas produziu um aumento do consumo de sandálias junto à população feminina?" Aqui, a última campanha



é a variável independente e o aumento do consumo de tênis junto à população feminina a dependente. Em uma pesquisa experimental trata-se de fazer um desenho capaz de responder a uma questão que permita isolar a variável independente porque, se não o fizermos, abrimos espaço para outras variáveis que possam ter produzido a consequência. No caso do exemplo acima, se não isolarmos as condições de conhecimento que a população feminina possa ter da última campanha da Havaianas, esta pode ser "contaminada" por uma campanha anterior da própria Havaianas ou de outra empresa que fabrique sandálias, ou até ainda de publicidade indireta como o uso de camisas com o logo da Havaianas pela população. Eliminar quaisquer outras variáveis independentes possíveis que possam competir com a principal e influam na variável dependente, produzindo distorções, não é nada óbvio em pesquisas humanas e sociais onde, geralmente, as causas são múltiplas e de origem cultural, trazendo a ambiguidade da linguagem. Para se *medir* uma situação e se chegar a resultados inquestionáveis a respeito da relação "SE x ENTÃO y", é necessário um desenho cientificamente impecável. Em geral, é mais seguro que ele se ancore na biologia humana, como é o caso das pesquisas que são realizadas sobre processos cognitivos, por exemplo.

Uma vez realizada uma experiência, seu resultado só é considerado *confiável* se a dependência entre os termos da relação "SE x ENTÃO y" for sólida ["confia-se, com bastante segurança, que a relação da variável dependente com a independente é sólida"]. Além disso, o resultado da experiência só é considerado *válido* se a dependência entre os termos da relação "SE x ENTÃO y" for inquestionável ["´válida, com segurança, a relação da variável dependente com a independente"]. Ou seja, a *medida* realmente exprime a relação e confirma a hipótese. A validade pode ser *interna*. Nesse caso, o desenho é perfeito e elimina todas as possíveis variáveis independentes concorrentes ["vale inquestionavelmente nesse caso, e não há possibilidade de que outra variável explique o resultado"]. A validade



também pode ser *externa* quando os resultados são generalizáveis para outros casos similares ["vale inquestionavelmente não somente nesse caso, mas em todos os outros que sejam similares"]. Quando uma pesquisa experimental tem um resultado confiável que seja válido interna e externamente, temos o caso perfeito de um conhecimento científico de acordo com a tradição acadêmica contemporânea. Como os resultados são expressos em *medidas*, frequentemente utilizam-se cálculos de análises estatísticas (dentre os mencionados na seção sobre a *survey*) que permitam verificar hipóteses e responder às questões de pesquisa experimental formuladas.

Outra dimensão do desenho da pesquisa é como, habitualmente, se constrói o experimento para buscar, de um lado, o isolamento de uma variável independente e, de outro, a verificação das consequências sobre a variável dependente. Os desenhos experimentais são normalmente realizados com pelo menos dois grupos onde, o que representa a variável independente, chamado *grupo de controle*, é estudado sem nenhuma manipulação, enquanto o que representa a variável dependente, chamado *grupo experimental*, sofre uma manipulação. Isso corresponde, em pesquisas biológicas sobre remédios, por exemplo, a um desenho onde, de um lado, o grupo de controle recebe um placebo (variável independente) e, de outro, o grupo experimental recebe o remédio (variável dependente). Grupos de controle e experimentais precisam ser escolhidos aleatoriamente.

TIPOS DE USOS DO MÉTODO EXPERIMENTAL E QUASE-EXPERIMENTAL

Há, basicamente, dois tipos de desenho baseados no modelo experimental: o efetivamente "experimental" e o "*quase*-experimental".[49]

O método experimental é aquele que segue rigorosamente critérios físico-biológicos e é realizado em laboratório. Por exemplo,

49 Em inglês, o termo é denominado [*quasi-experimental*] e, por conta da influência dessa língua, encontramos publicações em português que mantém o [*quasi*] em vez do "quase".



supõe-se que o comportamento delinquente juvenil estaria ligado a algum transtorno glandular e a pesquisa medirá a relação entre o transtorno e o comportamento. No campo das humanidades, para se construir uma experiência clássica, garantindo-se a aleatoriedade dos grupos experimental e de controle a serem estudados, é necessário contextos que sejam adequados. Por exemplo, a relação entre reação corporal de sujeitos (batimentos cardíacos, suor) quando apresentados a cenas e sons específicos de filmes de terror pode constituir base para um experimento.

Já o método quase-experimental, como o nome diz, não é efetivamente experimental, mas *quase*, ou seja, apenas uma modalidade aparentada. Esse método é aquele desenvolvido para contextos em que seja impossível isolar completamente a variável independente, mas que se busca isolá-la o máximo possível. O método quase-experimental é a saída para quem deseja medir alguma relação "SE x ENTÃO y" e refletir sobre possíveis outras variáveis independentes que possam ter influenciado o resultado medido (dada a impossibilidade de se isolá-la completamente, usualmente por razões ligadas à complexidade da linguagem e da cultura). Suas características emergem (a) quando não é possível escolher participantes de maneira aleatória ou (b) quando somente se conseguem grupos únicos, sem comparação possível entre grupo de controle e grupo experimental. Não é possível, no método quase-experimental, nem isolar a variável independente, nem obter confiabilidade e validade na medida em que, além do contexto complexo, nem sempre os grupos são obtidos aleatoriamente (Christensen, 2001).

Em geral, os desenhos quase-experimentais em humanidades incluem pré-testes e pós-testes em grupos únicos ou combinando grupos de controle e grupos experimentais, em ambiente laboratorial, com o objetivo de se buscar estabelecer possíveis relações de causa e efeito (Campbell; Stanley, 1963). Por exemplo, investigar se a exposição a uma emissão específica de um programa de TV sobre o desempenho de um governo (variável independente)

afeta as opiniões dos espectadores (variável dependente). Outro exemplo: estudar se o desempenho de discentes em filosofia (variável independente) melhora quando a pessoa que ensina faz uso de materiais audiovisuais (variável dependente).

Ou seja, a pesquisa quase-experimental pode ser realizada em *laboratório*. Pode também ser implementada em *campo*. A pesquisa quase-experimental de campo ocorre quando o construto "SE x ENTÃO y" é conduzido em ambientes naturais. Por exemplo, em uma comunidade de pescadores, estabelecer, em uma primeira consulta, o que pensa um grupo de pessoas que não leu um relatório da prefeitura sobre uma nova lei que afetará a pesca, através de um questionário (pré-teste); em uma segunda consulta, o que pensa esse mesmo grupo depois que leu o relatório, através de novo questionário (pós-teste).

APLICAÇÃO DO MÉTODO QUASE-EXPERIMENTAL E EXPERIMENTAL

Apresentamos abaixo exemplos de diferentes tipos de pesquisa quase-experimental e experimental com uma hipótese relacionada à área da comunicação. No primeiro caso, os grupos são constituídos de maneira não aleatória. No segundo, de maneira aleatória.

Construto[50]

SE um público telespectador assiste um programa de TV favorável à lei que impõe pena de homicídio a meninas que fizeram aborto em consequência de estupro (causa – conceito 1)

ENTÃO esse público é convencido de que a medida é boa (efeito – conceito 2)

50 Christensen (2001) dá o nome de "constructo" à construção hipotética que é verificada em uma pesquisa experimental ou quase-experimental, e de "conceito" aos termos de uma relação dessa natureza (o "SE x ENTÃO y").



Hipótese

A exposição de um público a programas favoráveis à penalização de meninas que fizeram aborto em consequência de um estupro determina seu ponto de vista sobre o projeto de lei.

a. Exemplos de aplicação de desenhos quase-experimentais (com participantes escolhidos por critérios não aleatórios)

a1. Desenho quase-experimental (*desenho com pós-teste para grupo experimental*)

[Grupo de controle não-aleatório] **Q** – O grupo de controle não assiste ao programa **P**. Testa-se o mesmo grupo com um questionário **Q**.

[Grupo experimental não-aleatório] **P Q** – O grupo experimental assiste ao programa **P**. Depois, testa-se o mesmo grupo com um questionário **Q** a respeito do assunto.

a2. Desenho quase-experimental (*desenho de pré-teste e pós-teste para ambos os grupos*)

[Grupo de controle não-aleatório] **Q1 Q2** – Testa-se o grupo de controle com um questionário **Q1**. Depois, testa-se o mesmo grupo com o questionário **Q2** a respeito do assunto.

[Grupo experimental não-aleatório] **Q1 P Q2** – Testa-se o grupo experimental com um questionário **Q1**. O grupo assiste ao programa **P**. Depois, testa-se o mesmo grupo com o questionário **Q2** a respeito do assunto.

b. Exemplos de aplicação de desenhos experimentais (com participantes escolhidos por critérios aleatórios)

b1. Desenho experimental com dois grupos aleatórios (*desenho de grupo de controle e experimental somente com pós-teste*)

[Grupo de controle aleatório] **Q** – O grupo de controle não assiste ao programa **P**. Testa-se o mesmo grupo com um questionário **Q**.

[Grupo experimental aleatório] **P Q** – O grupo experimental assiste ao programa **P**. Depois, testa-se o mesmo grupo com um questionário **Q** a respeito do assunto.

b2. Desenho experimental com dois grupos aleatórios (*desenho de grupo de controle e experimental com pré-teste e pós-teste*)

[Grupo de controle aleatório] **Q1 Q2** – Testa-se o grupo de controle com um questionário **Q1**. Depois, testa-se o mesmo grupo com o questionário **Q2** a respeito do assunto.

[Grupo experimental aleatório] **Q1 P Q2** – Testa-se o grupo experimental com um questionário **Q1**. O grupo assiste ao programa **P**. Depois, testa-se o mesmo grupo com o questionário **Q2** a respeito do assunto.

b3. Desenho experimental com quatro grupos aleatórios (*desenho Solomon*[51] *de quatro grupos, dois de controle e dois experimentais*)

[Grupo de controle aleatório 1] **Q1 Q2** – Testa-se o grupo de controle com um questionário **Q1**. Depois, testa-se o mesmo grupo com o questionário **Q2** a respeito do assunto.

[Grupo experimental aleatório 1] **Q1 P Q2** – Testa-se o grupo experimental com um questionário **Q1**. O grupo assiste ao programa P. Depois, testa-se o mesmo grupo com o questionário **Q2** a respeito do assunto.

51 Apesar de o nome nos fazer lembrar da figura bíblica que foi Rei de Israel há três mil anos, o nome aqui não tem nada a ver com essa personagem. Trata-se, na verdade, de uma homenagem ao pesquisador norte-americano que desenvolveu esse desenho experimental, o psicólogo Richard L. Solomon.



[Grupo de controle aleatório 2] **Q** – O grupo de controle não assiste ao programa **P**. Testa-se o mesmo grupo com um questionário **Q**.

[Grupo experimental aleatório 2] **P Q** – O grupo experimental assiste ao programa **P**. Depois, testa-se o mesmo grupo com um questionário **Q** a respeito do assunto.

PARA ALÉM DO QUANTITATIVO

No próximo capítulo completamos a apresentação dos métodos mais correntemente aplicados nas humanidades que, atualmente, não são os quantitativos. Em seguida, apresentamos como projetar a realização dessas pesquisas através da escolha das técnicas de amostragem, instrumentos de coleta de dados e estratégias de análise e interpretação de resultados.

Neste capítulo vimos os métodos quantitativos mais utilizados, tanto no que diz respeito aos que são aplicados apenas sobre documentos como nos que se servem de sujeitos, grupos e comunidades. No próximo, abrimos uma outra perspectiva, detalhando os métodos qualitativos mais frequentemente encontrados na literatura internacional e brasileira.



9

MÉTODOS QUALITATIVOS



PESQUISA QUALITATIVA

A metodologia qualitativa consiste em um conjunto de métodos, técnicas de amostragem, instrumentos de coleta de dados, e estratégias de análise e/ou interpretação de resultados, que tem o objetivo de estruturar trabalhos de investigação que busquem descrever e explicar fenômenos humanos e sociais. Neste capítulo, apresentamos os métodos qualitativos mais frequentemente empregados em pesquisas que demandam tanto estudos exclusivamente documentais, quanto fundamentados em sujeitos, grupos e comunidades ou, ainda, híbridos.

Esse campo da prática científica parte de olhares que integram perspectivas que emergem de processos integrando sujeito e objeto, exclusivamente subjetivos ou ainda fenomenológicos (quando sujeito e objeto se desintegram em uma totalidade subjetivamente percebida). A questão da subjetividade é muito complexa. Ainda que tendam principalmente para a subjetividade, processos metodológicos qualitativos podem ter a *pretensão* de ser objetivos. Por exemplo, quando utilizam instrumentos de coleta de dados que buscam "objetivar" os dados provindos de percepções, razões e sentimentos afetivos e ético-morais que orientam a interpretação de experiências vividas. Exemplos de objetivação são os textos, na medida em que "falam" de algo que é expresso não pela realidade objetiva desse algo, mas pela sua representação linguageira. As "capturas objetivas" de dados podem ser feitas, seguindo essa orientação "objetivante", através de dados de transcrições de falas, gravações de interações, filmes etc. Ou seja, ainda que epistemologicamente partam do que se convencionou chamar de "subjetividade", tais abordagens não tornam uma pesquisa qualitativa subjetivista. Nesse sentido, há estudos qualitativos que expressam um caráter epistemológico objetivista ou interacionista (quando sujeito e objeto são igualmente considerados) mesmo quando tratam de manifestações que emanam das vivências de pessoas, enquanto outros se arrogam de serem essencialmente subjetivistas.



Nesse último caso, o que caracteriza a pesquisa qualitativa de modo mais essencialista é a aceitação de que a pessoa que pesquisa é um sujeito que olha para o mundo de modo integralmente subjetivo. Isso quer dizer que a subjetividade é considerada, dentro dessa perspectiva, como o cerne da pesquisa. O que interessa nesse tipo de pesquisa qualitativa é, exatamente, fazer emergir as características subjetivas tanto da pessoa que estuda, quanto das pessoas "estudadas" ou dos documentos que delas emergem. "Estudadas" entre aspas porque, de acordo com algumas perspectivas subjetivistas, não se pode "estudar" o outro, mas apenas com ele conviver.

As pesquisas qualitativas, sejam epistemologicamente mais objetivistas, interacionistas, subjetivistas ou fenomenológicas, são orientadas pelo que as pessoas que pesquisam *querem crer*, ainda que a medida disso seja controversa. A verificação empírica é, comparativamente às das abordagens quantitativas, mais *fluidas*. Utilizamos o termo "fluido" aqui sem o sentido de valor, mas de menor cientificidade (considerando esse termo dentro da perspectiva tradicional da ciência), tomada por critérios tradicionais da "prova". Em orientações epistemológicas quantitativas, a pesquisa também é orientada, em certa medida, pela crença, mas submete-se a verificações empíricas mais *sólidas*. Em todos os casos, os dados produzidos sobre as percepções, razões e sentimentos que emergem de vivências, assim como de outros registros das atividades humanas e sociais que caracterizam a pesquisa qualitativa, precisam ser *documentados* para que pesquisas e processos de produção sejam possíveis. Essa "documentação" pode ser de duas ordens, como vimos no Capítulo 7 (Introdução à metodologia). Pode ser resultante de *documentos* entendidos como produções humanas, como livros, relatos, arquivos etc., ou de dados de *sujeitos, grupos, comunidades e sociedades*, na forma de registros de experiências de pessoas. A possibilidade de se realizar uma pesquisa qualitativa somente com documentos ou somente com dados de sujeitos é possível, assim como é viável a integração de ambos.



Apresentamos abaixo alguns dos métodos mais usualmente aplicados para a realização de pesquisas qualitativas. Iniciamos com os documentais e, depois, introduzimos os relacionados a sujeitos, grupos e comunidades. Antes, no entanto, advertimos a pessoa leitora ao fato de que a abordagem qualitativa trata do que é comunicado, seja por escrito, seja através de falas ou de produções multilinguageiras. A comunicação, na medida em que implica emissão, tratamento da informação, recepção e retorno (feedback), faz com textos – relativamente ao escrito, ao dito ou ao mostrado – dependam do contexto em que foram produzidos e de como cada uma das pessoas implicadas interpretam os seus conteúdos e valores. Lembremos da conhecida "brincadeira do telefone". Tomemos um grupo de dez pessoas onde a primeira conta uma história que deve ser comunicada uma a uma até a décima. Em função tanto do contexto geral da brincadeira quanto também dos contextos particulares de cada subgrupo de duas pessoas que vão comunicando a história, esta vai se transformando em novas versões, de modo que a narrativa final dificilmente corresponderá à história que foi comunicada no início. Depende ainda de como a pessoa que pesquisa lê e interpreta esse processo. Ou seja, há múltiplos olhares e lugares, o que torna a pesquisa qualitativa essencialmente complexa.

PESQUISA QUALITATIVA DOCUMENTAL

É preciso reforçar inicialmente a explicação a respeito de dúvidas que discentes usualmente têm a respeito do que significa uma pesquisa documental e do uso que se faz de estudos dessa natureza, já abordados no capítulo anterior. Uma pesquisa documental é aquela em que, para se responder à questão de pesquisa, faz-se uso exclusivo de dados que estão registrados em documentos, ainda que provindos indiretamente de sujeitos. Tomemos, por exemplo,



uma pesquisa sobre um recenseamento de relatórios de um dado governo. Relatórios são documentos. No entanto, indiretamente, esses documentos emanam de sujeitos que os prepararam dentro de uma determinada instituição. Estudantes costumam ter a seguinte dúvida: nesse caso, a pesquisa é sobre documentos ou sobre sujeitos? Resposta: a pesquisa é sobre documentos, não sobre as pessoas que os produziram. E se for uma pesquisa sobre a saúde mental das pessoas que prepararam os relatórios de governo? Resposta: a pesquisa é sobre os sujeitos, não sobre os documentos produzidos. Outra questão: se a pesquisa é sobre sujeitos, então não posso usar nenhum documento? Resposta: sim, pode usar documentos! Mas como? Documentos podem amparar, por exemplo, a apresentação do contexto e da justificativa de uma pesquisa sobre sujeitos, sem que o estudo se torne uma pesquisa documental ou híbrida (integrando documentos e sujeitos, grupos e comunidades). Nesse caso (contexto e justificativa de uma proposta de pesquisa), os documentos não seriam utilizados como *dados primários* recolhidos para se buscar uma resposta à questão de pesquisa (ou seja, produzindo uma pesquisa qualitativa documental). Seriam, sim, utilizados como *dados secundários* a serem recolhidos para ilustrar o estudo por meio de reportagens de televisão, estatísticas etc. (contexto) e para reforçar aspectos de um argumento a respeito da importância da realização de uma pesquisa qualitativa sobre sujeitos (justificativa).

Ressaltemos que muitos documentos, das mais diversas configurações, provindos de múltiplas fontes, que partem de estudos sobre sujeitos, acabam virando documentos. Por exemplo, em uma análise de um discurso tirado de entrevistas, a transcrição delas torna-se um "objeto" de estudo da pessoa pesquisadora. Os estudos qualitativos que se amparam sobre documentos envolvem várias possibilidades de aplicação, tantas quantas forem as produções linguageiras textuais, uni e multimidiáticas. Neste tipo de pesquisa, a busca de compreensão dos contextos necessários para se responder à questão de pesquisa provém de diversos tipos de documentos

produzidos e disseminados junto à sociedade. A pesquisa qualitativa só é documental quando se buscará responder à questão de pesquisa a partir de um documento que será *objeto primário* do estudo. Uma questão de pesquisa, por exemplo, sobre um artefato arqueológico como linguagem passada de uma civilização (um caco, uma ponta de lança etc.), precisa ser respondida a partir do estudo do documento (o artefato tido como dado primário).

POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO

Fontes típicas de dados documentais para estudos qualitativos são:

a. Documentos públicos e privados textuais: trata-se de ampla gama de materiais que inclui desde objetos produzidos pelo ser humano a relatórios governamentais e de empresas, documentos de arquivos históricos e de outra natureza, cartas, diários, artigos de jornal, revistas e outras formas de registro documental que tenham sido publicados analógica ou digitalmente em plataformas na Internet;

b. Documentos públicos e privados audiovisuais unidirecionais: exemplos incluem produções diversas relativas a filmes, programas de televisão, séries, podcasts, telenovelas etc. Ainda que tenham sido publicados em plataformas na Internet onde se associam usualmente ferramentas de troca interativa e avaliação, como por exemplo chats em plataformas de redes sociais, as emissões em si são unidirecionais, sem considerar ferramentas de interação que a elas, eventualmente, se associam;

c. Documentos públicos e privados de produção textual e audiovisual em contextos multidirecionais: encontramos aqui documentos que envolvem manifestações de públicos onde



haja interações. Nesse caso, os documentos são baseados em trocas entre pessoas na Internet, como jogos eletrônicos, comentários de internautas em chats de redes sociais e plataformas de *streaming*, postagens em fóruns de discussão, comentários sobre resenhas de filmes e de livros em sites colaborativos, discussões em comunidades online etc.;

d. Documentos públicos e privados em contexto de suporte para o processo de emissão e recepção de informações: correspondem aos códigos embutidos em equipamentos de *hardware* (como televisores, computadores, laptops, celulares etc.) e de *software* (como aplicativos de edição de texto, vídeo, plataformas na Internet como as redes sociais etc.). Textos codificados correspondem a documentos, ainda que, na maior parte dos casos, não sejam usados nas pesquisas das humanidades por falta de literacia digital, como é o caso, por exemplo, de se estudar as estruturas lógico-matemáticas dos algoritmos e interações em rede, mais comuns em pesquisas quantitativas.

Cabe ressaltar que todas essas instâncias documentais, no contexto da pesquisa acadêmica, podem vir sozinhas ou integradas, e precisam ser estruturadas e sistematizadas (em temas, categorias, padrões etc.) para que análises possam ser realizadas.

MÉTODOS QUALITATIVOS APLICADOS A DOCUMENTOS

Todas as formas de dados documentais são *discursivas*. Nesse sentido, os estudos dessa natureza sempre articulam um discurso, uma forma de codificação de suas unidades ("unidades de análise") e uma estratégia de análise. Existem inúmeras configurações de discursos e, dependendo de sua filiação filosófico-epistemológica, podem ser compreendidas de diferentes maneiras. Dentro dessa perspectiva, os estudos qualitativos de documentos

se apresentam, tradicionalmente, como formas de análise que deságuam em vários tipos de análise de "discurso". Tomemos, em primeiro lugar, a ideia de discurso, que provém da etimologia e usos filosóficos da palavra grega *logos*:

> Não se deve jamais perder de vista que, na língua grega, as palavras "argumento", "diálogo", "discurso" e "linguagem" podem ser expressos por *logos*, da mesma maneira que as palavras "conceito", "definição" e "forma", e a expressão "noção e essência das coisas do espírito". No sentido lógico moderno, nós podemos citar "locução", "frase", "sentença", "enunciado", "razão", "argumentação", "opinião", "sistema", "raciocínio" e "cálculo reflexivo" (Campos, 2017, p. 71, nota de rodapé 77).[52]

A partir da compreensão grega da palavra *logos*, que evoluiu ao longo de milênios, todas as formas de análise da produção linguageira – tomando textualidades uni e multimidiáticas – são "de discurso". Este é um campo minado de confusões de toda a ordem.

Em segundo lugar é necessário ressaltar que para que um discurso seja analisado, ele precisa ser decorticado. Toda análise pressupõe um processo de decomposição, de divisão de um todo em partes que, uma vez realizado, permite que se construa um entendimento sobre algo. Na tradição científica qualitativa, esse processo de decomposição toma, usualmente, a forma de uma codificação onde as partes do todo são divididas segundo critérios previamente estabelecidos, de ordem prática a teórica. Tais mecanismos de divisão obedecem à determinação da *unidade de análise*, conforme mencionamos no capítulo precedente. Esses procedimentos podem ser realizados tanto com o objetivo de mensuração quantitativa quanto de estudo qualitativo. Nas abordagens qualitativas, o objetivo da adoção da unidade de análise é fazer com que se permita acessar o *sentido* do discurso, não a medição de suas regularidades.

52 Texto escrito a partir do índice organizado por J. Tricot, da obra Aristóteles, *Organon*, p. 150 (1983a).



Finalmente, em terceiro lugar, toda análise qualitativa do discurso segue mecanismos de codificação segundo critérios variados. Ela porta sobre processos diferentes do que se compreende habitualmente como "forma" quantificável, para tratar do "conteúdo", apresentando múltiplas versões do que este significa. Em princípio, de acordo com os teóricos que trabalham a dimensão linguageira, os conteúdos são entendidos como significados abstraídos de sua forma lógica e podem se constituir de diferentes maneiras. Cada uma delas revela o olhar epistemológico a respeito do que o discurso significa, sejam manifestações objetivas, relatos discursivos fundados em emergências subjetivas etc. Apresentam, portanto, múltiplas versões de acordo com o que as pessoas pesquisadoras consideram como "discursos". Sem esgotar as várias possibilidades de se empreender análises de discursos fundadas em documentos, apresentamos abaixo algumas de suas manifestações enquanto métodos.

Análise temática

Além de se poder considerá-la como um método em si, o processo de codificação temático é uma técnica que consiste na identificação e estudo sistemático de temas que emergem de textos uni e multimidiáticos de documentos. O processo de identificação e codificação de temas é subjetivo. É análogo ao que utilizamos, por exemplo, na fase inicial de revisão da literatura, quando buscamos textos cujos temas têm relação com o tema de nosso interesse. Para tanto, faz-se uso de categorias e padrões previamente definidos, aplicados para se buscar compreender contextos e responder à questão de pesquisa. A codificação temática envolve múltiplas leituras e/ou visualizações cuidadosas dos textos uni ou multimidiáticos escolhidos para estudo, de ensaios e reensaios de categorização e padronização, para que se tenha segurança de que a análise decorrente seja sólida. Esse processo é aplicado em quase todos os métodos documentais que utilizam técnicas dessa natureza. No caso específico da análise temática, busca-se identificar e decorticar



o texto de modo a fazer emergir padrões relacionados aos temas, habitualmente organizados em "categorias". As análises temáticas, portanto, fundam-se no que está escrito e/ou mostrado, ainda que possam permitir outras estratégias menos ancoradas na literalidade. Supõem, nesse sentido, que os textos se manifestam objetivamente ao leitor. Uma das mais conhecidas técnicas de codificação documental temática vem da teoria fundamentada (Glaser; Strauss, 1967), uma teoria-método utilizada tanto para pesquisas sobre documentos e/ou sujeitos, grupos e comunidades. Apresentaremos esse método específico, com mais detalhes, na seção seguinte relativa ao seu uso nas pesquisas sobre sujeitos, grupos e comunidades.

Análise de conteúdo

Se há algo vago em pesquisa qualitativa é tudo o que entra na etiqueta de "conteúdo", que pode, efetivamente, ser muita coisa. Formulada inicialmente como um método quantitativo utilizado para identificar e medir padrões de frequência e associação de termos e palavras de um texto, passou por muitas adaptações para ser adotada no campo qualitativo. O manual de Bardin (1977), sobre análise de conteúdo, apresenta um histórico de várias aplicações, principalmente na área da comunicação, como os usos funcionalistas das primeiras escolas norte-americanas e análises de avaliação, de enunciação, de expressão, de coocorrências (quantitativas), estrutural e do discurso, provindas de campos tão distintos quanto a filosofia e as ciências da linguagem, a ciência política etc. Wodak e Berg (2017, *apud* Bogdan; Biklen, 2007) confirmam essa variedade de uso e definem a análise de conteúdo qualitativa simplesmente como "uma operação de codificação e um processo de interpretação de dados" (p. 182). Como se pode ver, há inúmeras maneiras de se entender conteúdo e várias formas de "análise de conteúdo". Variam, portanto, de acordo com a perspectiva adotada pelas pessoas pesquisadoras. As pessoas interessadas na perspectiva de *significação* devem se dar conta que, epistemologicamente, esse campo tende

a uma prevalência do objetivismo, lembrando que as significações dos termos são culturalmente indexadas em dicionários e relacionada como imbricação de significante e significado. A ideia de que a significação seja o *sentido* reflete um uso terceirizado da palavra. Na nossa opinião, esse método não é pertinente nem adequado às pesquisas que buscam explorar os *sentidos*.

Análise lógico-argumentativa e retórica

Há muitos tipos de análise lógico-argumentativa e retórica. A análise lógico-argumentativa pode vir separada da retórica. Nesse caso, foca a estrutura lógica do texto (que pode ser também multimidiático). Trata-se de dissecar o uso das operações de base da lógica (afirmação, negação, conjunção, disjunção, implicação etc.) e suas relações, subjacentes aos textos, para buscar apreender a estrutura argumentativa. Um argumento é uma construção que apresenta um conjunto de premissas que leva a uma determinada conclusão e sua *forma*, de certa maneira, independe de seu *conteúdo*. As análises lógico-argumentativas podem ser realizadas de diferentes maneiras, desde processos inspirados na lógica dos filósofos pré-socráticos e de Aristóteles (1983a; 1983b)[53], notadamente na teoria do silogismo tratada no Capítulo 2 (Como construir uma questão de pesquisa?), até nos desenvolvimentos ulteriores da disciplina.

No que tange à análise retórica, trata-se de um processo complementar e/ou paralelo à análise lógico-argumentativa. Ou seja, em toda análise retórica, deve-se proceder a uma análise lógico-argumentativa. Na retórica, importa buscar compreender os movimentos de interlocutores em processos de trocas interativas implícitas ou explícitas, nos quais o protagonista busca persuadir o antagonista com o objetivo de convencê-lo da pertinência e plausibilidade

53 Os filósofos pré-socráticos viveram, em sua maioria, entre os séculos VI e V a.C.; Sócrates viveu no século V. a.C.; Aristóteles e Platão viveram no século V. a.C.

de uma tese não necessariamente com base na estrutura lógica do argumento, mas apelando às emoções.

Além do próprio Aristóteles (1991) e outros gregos que o antecederam, Kirk e Raven (1982), Toulmin (1999), e Perelman e Olbrechts-Tyteca (2008), ainda que apresentem diferentes versões de estudos da argumentação e da retórica, são exemplos de autores que contribuíram para estudos nessa área. No Brasil, trabalhos sobre argumentação formal foram realizados por lógicos como Costa (1974) e Hegenberg (2009). Lins (1994), por exemplo, desenvolveu a teoria dos campos semânticos, em contextos de práticas no ensino da matemática. Abordagens não formais, mais adaptadas a contextos de falas e interações, também foram desenvolvidas por outras pessoas da área da educação. Castro e Frant (2011) desenvolveram o MEA – Método da Estratégia Argumentativa. Este método, que tem sido aplicado em estudos nas humanidades em geral, foca situações problemáticas em que há controvérsia, agregando o desvelar das estruturas formais no contexto das significações e produção de sentidos, campo da retórica (Castro, 1997). Em uma abordagem próxima das preocupações retóricas, Breton (2001) discute como a argumentação é, essencialmente, um campo da comunicação. Outras correntes, como os estudos sobre a lógica natural, constituem também estudos lógico-argumentativo-retóricos, com a diferença de terem como foco específico a construção de sentidos. Essa perspectiva comunicativa da argumentação, fundada no assentamento do sujeito nas construções culturais foi originalmente concebida por Grize (1982) e Miéville (2004). Mais tarde, ocupando-se também de contextos de trocas progressivas característicos das relações multilinguageiras do contemporâneo em suas dimensões sociocognitivo-afetivas e ético-morais, Campos (2010; 2017) expandiu a lógica natural sob a forma de uma semiótica dos sentidos.



Semiótica

A semiótica é uma teoria da representação filosoficamente fundada em uma concepção lógica que, ao longo do tempo, acabou sendo apropriada pelas humanidades como uma teoria-método (quando teoria e método estão indissociavelmente unidos). É uma variante das análises lógico-argumentativas, mas focada na dimensão das significações representadas, principalmente a visual (podendo cobrir todas as multilinguagens). Segundo Peirce (2005), seu proponente contemporâneo, a lógica é um campo da semiótica, uma teoria que se ocupa do estudo dos signos (Atkin, 2023). Seu objetivo é desvelar as significações dos discursos com base nos signos, nos objetos e nos interpretantes presentes em comunicações das mais variadas linguagens (textos, imagens, sons etc.). A semiótica apresenta um problema filosófico para quem a quiser utilizar como método, na medida em que sua evolução histórica se abriu para campos epistemológicos completamente opostos. Nasceu dentro do campo objetivista, dentro de uma perspectiva pragmatista associada ao funcionalismo lógico, onde signos engendram práticas. No Brasil, Santaella Braga (2017) sem trair a origem peirceana da semiótica, traduziu a teoria para o público nacional, conversando com outras abordagens semiológicas que andam rodando por aí. Apesar de essencialmente funcionalista, inúmeros autores, notadamente provindos de perspectivas contemporâneas herdeiras das ciências da linguagem, como as tradições de linguistas e semiólogos aliados às visões de Ferdinand de Saussure ou às de Algirdas Julien Greimas e Roland Barthes, fizeram releituras estruturalistas da semiótica de Peirce. Como a semiótica de Peirce é por definição, antiestruturalista (Leone, 2023), ao se "estruturar" a semiótica, construíram-se, na verdade, outras teorias, como as abordagens semióticas construtivista-crítica (Campos, 2010, 2017) e *pós*-estruturalista, em franca oposição epistemológica com a original. Nessa última tradição, costuma-se apontar frequentemente as contribuições de Jacques Derrida e Gilles Deleuze. Ainda que refutando a etiqueta



do pós-estruturalismo, o foco das questões desses filósofos, no que tange à linguagem, remete não ao estudo dos signos enquanto tais (suas significações), mas suas instabilidades significativas. Para Leone (2023), as filosofias estruturalistas abordam sem problemas as questões "o quê" e "como", mas evitam as "por que?" e "para que?", foco das pós-estruturalistas. Estas fundam suas reflexões em um relativismo que coloca em questão as estabilidades significativas das práticas de linguagem. Em conclusão, há várias correntes epistemológicas semioticistas que, no mínimo, são antagônicas umas às outras.

PESQUISA QUALITATIVA APLICADA A SUJEITOS

Diversos métodos com o objetivo de melhor compreender sujeitos, grupos, comunidades e sociedades já foram criados para aplicação em pesquisas qualitativas. Em geral, busca-se responder questões orientadas a dinâmicas psicossociais em termos históricos, políticos, econômicos, culturais, ecológicos etc. Existem, portanto, em decorrência, inúmeros métodos qualitativos.

Alguns desses métodos, mais objetivistas, caracterizam-se por calcar seus processos de investigação em conclusões tiradas diretamente de dados empíricos, buscando respostas fundadas em evidências materiais. Outros, que tombam em campos epistemológicos interacionistas e/ou subjetivistas, operam por meio de distintos processos interpretativos.[54] Estes permitem uma maior amplitude exploratória que vai desde o entendimento de que dados empíricos

54 Chamamos, nesse ponto, a atenção da pessoa leitora sobre esse aspecto, tratado no Capítulo 12 (Análise de dados e interpretação de resultados). Nele, explicamos como as dimensões de "análise de dados" e de "interpretação de resultados" podem diferir radicalmente de acordo com a abordagem teórico-epistemológica adotada. Certas pesquisas não têm "interpretação" (como as objetivistas estritas) enquanto outras não têm "análise de dados" (como as subjetivistas estritas).



podem levar a distintas conclusões dependendo de seu fundamento interpretativo (como no caso das abordagens epistemológicas interacionistas), de que é a subjetividade que modela exclusivamente a interpretação (própria dos subjetivistas). Tanto os métodos mais propensos às articulações epistemológicas interacionistas como às subjetivistas podem apresentar variantes calcadas em processos temporais de ação e intervenção social, onde o devir é constituinte da pesquisa.

Lembremos, antes, que são as questões de pesquisa que, em geral, "chamam" os métodos. Ainda assim, muitas vezes os métodos tradicionais precisam ser adaptados ao longo dos contextos de investigação para que possam responder às questões, abrindo espaço para a invenção. A partir dos variados métodos qualitativos disponíveis, criações são permitidas. A invenção faz, no mais das vezes, parte de diversos processos de investigação, que podem ser integrados total ou parcialmente. Ou seja, nem sempre se encontram formas puras de métodos qualitativos, tais como são apresentados em livros de metodologia.

Vocês acham que vamos apresentar todos os métodos qualitativos possíveis? Nem pensar! Não temos a intenção, nesse livro, nem de ir a fundo nem de apresentar todos. Primeiramente, porque são muitos e sua discussão detalhada pode produzir tratados sobre cada um deles, o que não é pertinente para um livro sobre como *preparar um projeto*. Em segundo lugar porque, dada sua natureza criativa, é impossível esgotá-los por conta do que podemos inventar. Mas não é tudo! Cabe lembrar ainda que os métodos qualitativos documentais apresentados na seção anterior podem ser adaptados para contextos em que os dados da pesquisa emerjam da coleta de discursos de sujeitos. Ou seja, alguns dos métodos qualitativos documentais se desdobram também para o estudo de sujeitos, grupos e comunidades. O mesmo, em certa medida, pode ocorrer com os métodos quantitativos apresentados no capítulo precedente.



Nunca é demais frisar que os métodos qualitativos são variados e complexos, cada um oferecendo ferramentas específicas para explorar distintos fenômenos psicossociais. Da variedade e complexidade podem emergir inúmeras possibilidades de criação de novos caminhos a serem trilhados. Mas, para isso, é preciso dedicação: ir atrás, explorar a literatura, ler pessoas autoras com o objetivo de adotar teorias, ou construir novas proposições, para além do que desenvolveram.

MÉTODOS QUALITATIVOS APLICADOS A SUJEITOS

Estudo de caso

O estudo de caso é um método clássico em humanidades que viabiliza a investigação em profundidade de contextos por meio da descrição detalhada de uma situação específica, ainda que, para especialistas, seja um procedimento desafiador (Yin, 2018).[55] Uma vez compreendido, o caso em estudo pode ser utilizado como base para a análise de outros casos semelhantes e/ou análogos. Apesar de se apresentar, tradicionalmente, como um método descritivo, pode também agregar à (1) descrição, um caráter (2) exploratório ou (3) explicativo. Na primeira configuração, o método tem somente o objetivo de descrever o caso em questão. Na segunda, além da descrição, tem uma meta exploratória que objetiva coletar informações a serem utilizadas para a preparação de estudos posteriores mais aprofundados e/ou para apresentar avaliações compreensivas do contexto. Na terceira configuração, a questão de pesquisa exige que se busque, para além da descrição e da exploração do campo, uma explicação relacionada com o caso, embutida na questão da pesquisa. Ainda que, tecnicamente, explicações causais do tipo "SE x

55 Recomendamos, para quem se interessa em preparar um estudo de caso, consultar essa obra de Robert K. Yin.

ENTÃO y" apresentem solidez somente em pesquisas quantitativas, podem ser buscadas de maneira mais plástica e sem pretensões de apresentação de provas em pesquisas qualitativas, como no estudo de caso. Esse método pode também ser utilizado instrumentalmente dentro de um contexto investigativo híbrido mais amplo onde outros métodos são a ele associados.

Uma das características distintivas do método do estudo de caso é que sempre faz uso de múltiplos instrumentos de coleta de dados, que devem ser amostrados seguindo uma regra geral que imprima coerência à variedade de resultados deles provenientes. As análises produzidas por estudos de caso devem ser detalhadas e abrangentes, e podem associar instrumentos de coleta de dados como entrevistas, análises documentais, registros de observação, entre outras (Gil, 2009). Buscam explorar os contextos dos casos para descrevê-los e esclarecer aquilo que não é óbvio e evidente. É importante ressaltar ainda que um "caso" pode ser entendido de várias maneiras: pode estar relacionado a um indivíduo, grupo ou comunidade (coletivos); pode cobrir situações específicas como eventos, ocorrências; pode cobrir campos de interesse criados pela pessoa que pesquisa (comparando situações similares ou contrastantes) etc. Para ser um caso basta que se delimite claramente o campo que se quer estudar.

Um aspecto fundamental do estudo de caso é a necessidade de se utilizar mecanismos de cruzamento de dados provenientes dos variados instrumentos adotados para que se possa, ao final, fazer uma análise coerente. O mais conhecido desses mecanismos é a *triangulação*, que consiste em estabelecer os conceitos orientadores de análise, de modo que todos os dados produzidos pelos diferentes instrumentos sejam estudados por meio dos mesmos conceitos ou categorias (que podem ser quantitativos ou provir de campo da qualidade). A triangulação pode ser temática, teórica ou metodológica, e ser aplicada em outros métodos que demandam análise por meio de codificação. Ou seja, esse procedimento não é exclusivo do estudo de caso, mas um estudo de caso não pode ser realizado sem ele.



Etnografia, etnografia digital

A etnografia é um método clássico, cuja origem remonta ao trabalho do antropólogo polaco-britânico Bronislaw Malinowsky (1984) por conta de seus trabalhos de campo em Papua Nova Guiné no início do século passado. O método visa descrever o olhar de povos de outras culturas, buscando construir explicações significativas por meio de instrumentos de coleta de dados como observação, entrevistas, coleta e descrição de objetos e anotações de campo. Em uma pesquisa etnográfica, a pessoa que pesquisa, habitualmente, passa por um processo de imersão no ambiente, buscando compreender comportamentos e atitudes, extrair conhecimentos e acessar crenças de grupos culturais em suas interações sociais. Nasce assim o método etnográfico e a própria disciplina que o utiliza, a antropologia.

Inicialmente, a etnografia partiu de uma visão eurocêntrica e colonizadora de mundo, tendendo a um certo objetivismo no fazer científico. Mais tarde, por conta de críticas e autocríticas de acadêmicos, notadamente antropólogos, a etnografia adaptou suas maneiras de operar quando admitiu que a participação da pessoa que pesquisava, nos contextos estudados, influenciava os ambientes culturais e expressava, ainda que silenciosamente, projetos de poder. Ou seja, admitiu-se que é impossível a realização de pesquisas "puras" de grupos culturais diferentes dos nossos. Nasceu assim a etnografia entendida como método de pesquisa participante (que faz uso do instrumento de pesquisa chamado "observação participante"). Partindo de uma posição mais marcadamente interacionista, passou a admitir o papel da pessoa que pesquisa na produção dos dados da cultura estudada, e a reconhecer que ela interfere, por meio de sua presença, nas relações dos grupos culturais, tornando-se coconstrutora psicossocial das dinâmicas interativas.

Um campo que nasceu nos anos de 1990, derivado dos trabalhos em etnografia, foi o inaugurado pelo método etnográfico



digital (Hakken, 1999), mais recentemente cunhado de "netnografia". Nesse caso, a pesquisa qualitativa é realizada dentro das redes de computadores, através de ambientes como fóruns online, grupos de discussão, blogs, redes sociais e outras plataformas digitais (como as de jogos). Ainda que em seus primórdios essa modalidade tenha sido problematizada em função das dificuldades de se considerar o virtual como um campo de pesquisa válido (Berry, 2012) e por conta das complexas fronteiras entre presença online e offline (Chibois, 2021), essa modalidade de etnografia, por permitir o acesso digital a participantes de diversas localidades, contextos e culturas, acabou se tornando muito utilizada para o estudo de comunidades virtuais e redes sociais, e para intervir, participar e coletar dados das interações. Cabe acrescentar que quase todos os métodos de pesquisa qualitativa se prestam à pesquisa audiovisual e na Internet, pois trazem o campo da comunicação (Mann; Stewart, 2000) não somente para a etnografia, mas inúmeros outros processos de investigação. Trabalhos mais recentes a partir de perspectivas contemporâneas em relação à produção audiovisual e/ou digital têm focado tanto a problemática geral das múltiplas abordagens etnográficas (Coleman, 2010) quanto contextos específicos ocorrentes em plataformas de compartilhamento de vídeos (Liber; Yogarajah; Locke, 2023), uso de celulares e redes sociais (Miller, 2025), entre várias contribuições.

No Brasil, esse campo de estudos faz convergir inúmeras pessoas autoras de diversas universidades. O principal debate que tem orientado as discussões entre especialistas consiste na distinção entre etnografia e antropologia, ainda que a partir de perspectivas diferentes. Cesarino (2021), por exemplo, apresenta o debate sobre se pode haver etnografia sem antropologia e vice-versa, com consequências para o entendimento do que seja etnografia digital. Nesse campo, fundamentalmente instável, a antropologia parece não se restringir à etnografia. Já Rifiotis, Máximo e Segata (2024) acrescentam que o método se abriu para muitos caminhos, até por conta da pluralidade de meios tecnológicos que vão sendo progressivamente



criados. De maneira simples, podemos dizer que o campo científico é a antropologia e seu método principal é a etnografia. Assim, o uso do termo "etnografia" remeteria mais ao método do que à "disciplina" antropológica (ela mesma, muitas vezes, apresentando fronteiras fluidas, tocando outras disciplinas das humanidades). Machado (2022) reforça essa distinção, advogando, a respeito de pesquisas que desenvolveu junto a uma comunidade carioca, que a prática metodológica etnográfica, no contexto da antropologia digital, deve conjugar "a experiência local, a potência das trocas digitais, análise das vozes polifônicas" (p. 27). Esse e outros paradigmas metodológicos são explorados por outras pessoas autoras como Ferraz (2019) que, entre outras, abriu caminhos para debates recentes sobre o futuro da antropologia digital no Brasil (Parreiras; Pavesi, 2024).

Pesquisa-ação, pesquisa-intervenção e pesquisa-convivência

Proposto pelo psicólogo Kurt Lewin (1946) em um texto clássico, o método da pesquisa-ação parte da ideia de que os processos comunitários evoluem, como em uma espiral, por meio de um trabalho em concerto entre a pessoa que pesquisa e as pesquisadas. Nesses processos são planejadas as ações e avaliadas coletivamente as etapas, cujos resultados são utilizados no planejamento dos próximos passos. A pesquisa-ação tornou-se um método muito usado na área da educação porque os processos pedagógicos se desenvolvem ao longo do tempo e, para compreendê-los, é preciso admitir o *tempo que flui* como fator de investigação, pois incide na experiência das pessoas participantes. Como nessa área o objetivo central é estudar o processo de ensino e aprendizagem, a pessoa que pesquisa não poderia apenas observar, mas precisaria se implicar, intervir e buscar transformar o contexto.

Depois de seu desenvolvimento nas ciências da educação, a pesquisa-ação passou a ser cada vez mais utilizada em disciplinas paralelas das humanidades, como a psicologia e a comunicação,



geralmente em contextos de busca de transformação social e política. No Brasil, a principal referência é o pesquisador francês radicado no país, Michel Thiollent (2025), que ampliou sua utilização para além da sociologia, sua disciplina de formação. A pesquisa-ação tem sido muito aplicada, há décadas, em processos comunitários relacionados aos direitos civis e políticos e outras questões envolvendo coletivos. Como sua abordagem é colaborativa e participativa, envolvendo todas as pessoas em processos de copesquisa, ou seja, onde a pessoa pesquisada torna-se pesquisadora também, o método mostrou-se adequado para trabalhos acadêmicos que buscam, de um lado produzir conhecimentos científicos e, de outro, transformar realidades. A pesquisa-ação, como no caso etnográfico, pode também ser realizada virtualmente, através de plataformas colaborativas na Internet.

Em virtude de seu desenvolvimento, deu lugar a outras formas de "ação". Amador, Lazzarotto e Santos (2015), por exemplo, apresentam uma reflexão sobre as diferenças entre agir, intervir e interferir. A "pesquisa-intervenção", por exemplo, diferentemente da pesquisa-ação, não tem necessariamente um objetivo a alcançar, fora o de haver uma implicação motivada e consciente da parte da pessoa pesquisadora em um campo de pesquisa, onde os objetivos partem da comunidade. Uma outra forma, mais específica, é a "pesquisa-convivência" onde a pessoa pesquisadora não "entra" na comunidade com a finalidade de mudar nada, menos ainda de inspirá-la a buscar objetivos de transformação. Nela, apenas "convive-se" comunitariamente e a pessoa pesquisadora registra e relata as experiências de convivência, que podem se abrir para inúmeros caminhos. Nessa perspectiva, Campos (2025) sugere que processos de pesquisa-convivência são próprios do que chama de "comunidades da liberdade", construções que buscam, através de mecanismos negociados de resolução de problemas e tomadas de decisão, caminhos de paz fundados em uma ética da autonomia, da liberdade.



História oral

A história oral é um método de orientação subjetivista que busca resgatar histórias de vida, tal como são contadas oralmente pelos que as vivenciaram, de modo a se compreender contextos em profundidade. Fundados em memórias, os dados que emergem da aplicação desse método levam, muitas vezes, à produção de biografias tanto literárias quanto artísticas, por meio de filmes, vídeos e outras formas de representação multimidiática. Registros de oralidades em poesias e outras formas narrativas materializadas, como desenhos em cavernas, afrescos e documentos históricos, podem ser considerados manifestações dos primórdios da história oral.

Uma das características mais importantes da história oral é a preservação de memórias pessoais e experiências vividas em contextos sociais, às vezes pouco explorados, permitindo o enriquecimento de perspectivas sobre os mais variados eventos históricos, políticos, econômicos e culturais. O sociólogo britânico Paul Thompson (2000), considerado um dos pioneiros do método, ressalta sua importância para dar voz às pessoas, objetivo que, no contexto latino-americano, foi resgatado e valorizado pelo historiador espanhol David M. Iturmendi (2008). Nos Estados Unidos, o Voces Oral History Project, dirigido pela professora Maggie Rivas-Rodriguez, teve grande influência no desenvolvimento do método no continente americano dentro de uma perspectiva de aplicação no jornalismo. No Brasil, Pereira Neto, Machado e Montenegro (2009), apresentam o desenvolvimento do método no país. Exemplos de aplicações utilizando-o incluem o resgate de histórias de meninos de rua (Leite, 1996), assim como estudos sobre memórias de povos afrobrasileiros (Abreu, 2005).

Uma modalidade subjetivista que poderia ser entendida como um desenvolvimento contemporâneo brasileiro da história oral é a "escrevivência" onde a própria pessoa pesquisadora que vivencia



seus processos se expressa através do ato escrever (Evaristo, 1996), em uma escrita da oralidade. A autora reconhece que o método que desenvolveu tem sido aplicado indiscriminadamente nos casos em que a pessoa pesquisadora expressa, escrevendo, seus processos de compreensão e análise do mundo. No entanto, ainda que reconhecendo a multiplicidade desses usos, esclarece que a escrevivência trata especificamente da expressão subjetiva de vivências de mulheres negras que integram os sentidos construídos na vida coletiva das pessoas negras em geral, em sua apropriação histórico-cultural da língua portuguesa, manifestando-se pelas suas maneiras próprias de falar e escrever (Unitevê – TV Universitária da UFF, 2026).

Teoria fundamentada

A teoria fundamentada (*grounded theory*) toma esse nome por ser uma teoria-método que produz análises ancoradas em dados empíricos discursivos (portanto, "fundamentadas"). O método busca fazer emergir categorias de dados que "saltem aos olhos" e que sejam "evidentes", a partir de textos transcritos de entrevistas e, eventualmente, também provindos de documentos (como na seção de pesquisa documental, neste capítulo). Com base nessas categorias, codificadas segundo um procedimento próprio, constrói-se uma teoria que explique o contexto desvelado pela análise. Construir uma teoria aqui quer dizer: ao analisar esses dados, qual é então a minha teoria para explicá-los? Quando se fala de teoria fundamentada, deve-se esclarecer a existência de três "ondas" principais, cada uma ancorada em uma abordagem epistemológica diferente. Há uma proposta original e duas variantes, ainda que outras formulações menos influentes tenham sido desenvolvidas ao longo de sua história.

A primeira onda, proposta por Glaser e Strauss (1967), defende a ideia de que, a partir de dados textuais relativos a contextos específicos, seja possível construir *objetivamente* teorias qualitativas sem apelo a teorias já desenvolvidas. Assim, em vez



de se coletar dados para depois se buscar conceitos em outras teorias que possam ajudar a explicar os contextos no trabalho de análise de dados, a primeira onda da teoria fundamentada parte diretamente de dados objetivos para levantar questões de pesquisa que possam ser respondidas por meio da construção de uma teoria original.

Partindo de uma visão objetivista, os autores desenvolveram um procedimento de análise de dados textuais por etapas que deram maior solidez às práticas de codificação sistemática já conhecidas na época de sua concepção, nos anos de 1960. Suas contribuições nesse campo transformaram a pesquisa qualitativa, que deve, a seus autores, o quadro científico de organização de dados que deu solidez ao campo. A análise fundamentada começa com uma codificação aberta onde a pessoa que pesquisa lê e relê o material com o objetivo de identificar assuntos que "emerjam" dos dados. Em seguida, a partir desses assuntos soltos (temas), desenvolvem-se conceitos mais articulados, relacionados com o tema central, que representam os assuntos codificados agrupados. Na etapa seguinte, associam-se esses conceitos em categorias que os representem. A partir das categorias conceituais assim construídas, formula-se então a teoria que responde à questão de pesquisa. É por essa razão que o método se chama "teoria" fundamentada.

Na verdade, trata-se de uma "teoria-método", de um método de sistematização e categorização de dados que visa a produção de novas explicações, novas teorias. Em projetos de pesquisa e trabalhos de conclusão que utilizam a teoria fundamentada, os capítulos de "teoria" e de "metodologia", normalmente separados, formam um único capítulo. Mais: a revisão da literatura, que é um procedimento básico na pesquisa em todos os campos científicos, *é vetada* sob a alegação de que as leituras poderiam levar a pessoa que pesquisa a pré-conceber os temas da codificação, os conceitos e as categorias. Este método envolve, portanto, a coleta e análise de dados em um intenso processo de vai-e-vem permitindo que as teorias sejam desenvolvidas diretamente a partir dos dados. O processo de revisão

da literatura é realizado somente *depois* de construída a teoria para, no capítulo de discussão,[56] confrontar a teoria recém formulada com os conhecimentos já produzidos sobre o tema.

A segunda onda da teoria fundamentada nasce de Strauss que, em um trabalho com Corbin (1990) lançado mais de uma década depois, manifesta discordâncias de fundo a respeito do próprio trabalho que havia realizado com seu mentor, Glaser. A essa obra segue-se outra (1998). O pomo da discórdia reside no alegado objetivismo estrito de Glaser, recusado em favor de uma posição que embute no procedimento da teoria fundamentada possíveis interpretações trazidas de teorias variadas, muitas delas formuladas a partir de posturas epistemológicas interacionistas. A diferença se manifestou em uma proposta alternativa da teoria fundamentada em seu calcanhar de Aquiles: o fato de a primeira onda vetar a revisão prévia da literatura por considerar que as memórias de leituras já realizadas a respeito de pesquisas na área e das teorias usualmente nelas aplicadas impedia uma investigação isenta, neutra e radicalmente objetiva. A segunda onda parte do pressuposto de que as memórias dos estudos prévios não podem ser apagadas, silenciadas das mentes das pessoas que pesquisam, até porque elas podem já ter entrado em contato com outras ideias em outros contextos (aulas nas universidades, palestras, comunicações etc.). Assim, a revisão proposta não só autoriza, mas defende que o uso do procedimento de codificação sistemática e análise possa ser informado por trabalhos prévios provindos de uma revisão temática da literatura, incluindo as teorias, além de permitir que estas possam ser utilizadas na interpretação dos resultados e na discussão final do trabalho de pesquisa. Ou seja, a criação de teorias da segunda onda, admite influências. Em suma, a segunda onda rejeita a possibilidade de que uma pesquisa qualitativa possa ser absolutamente objetiva, mas sim, busca uma objetividade possível, admitindo influências subjetivas em um contexto intersubjetivo.

56 Nos trabalhos finais, além dos capítulos que compõem o projeto, temos o de "Análise dos dados e interpretação dos resultados" e o de "Discussão", além da "Conclusão" e da "Lista de referências bibliográficas".



Independentemente da "onda" escolhida, novas adaptações mais recentes do método reconhecem que outras dimensões modelam a investigação e seus resultados. A chamada "terceira onda", construtivista, releva de um campo específico dentro do eixo epistemológico interacionista, mas mais inclinado para o polo subjetivista que a segunda onda. Proposta por Charmaz em 2006, diferentemente das anteriores, reconhece que atitudes e crenças das pessoas que pesquisam influenciam a investigação, questionando, sob outras bases, os fundamentos objetivistas da teoria-método. Nessa abordagem, a teoria não "emerge" dos dados como nas perspectivas de Graser e Strauss, e Strauss e Corbin, mas é construída em uma negociação entre a pessoa pesquisadora e as pessoas pesquisadas.

Independentemente da "onda" escolhida e de adaptações mais recentes do método, a teoria fundamentada exerce grande influência em estudos qualitativos. Trata-se de um campo situado entre um objetivismo empirista fundado na literalidade discursiva (primeira onda) e um interacionismo baseado na admissão de uso prudente (segunda onda) ou mais intensivo (terceira onda) de interpretações subjetivas. O que o método não prevê é seu uso para fundar interpretações subjetivistas dos discursos, na medida em que o procedimento de codificação e análise que propõe está em oposição total com a perspectiva narrativa fundada em protofatos, própria dessas abordagens. É importante ressaltar que essa teoria-método, malgrado as controvérsias, é um dos principais paradigmas que permitiram a obtenção, o reconhecimento e a valorização da pesquisa qualitativa como campo científico capaz de apresentar rigor e solidez em seus resultados, ao longo de sua curta história de pouco mais de meio século. No Brasil, tem proeminência no campo da administração (Roman; Osinski; Erdmann, 2017). Há, no entanto, pessoas pesquisadoras que o utilizam em disciplinas tão variadas como a sociologia, a economia, a comunicação, as ciências da educação, as da saúde e da informação.



MÉTODOS QUALITATIVOS TEÓRICO-FILOSÓFICOS APLICADOS A DOCUMENTOS E/OU SUJEITOS

Um dos problemas da pesquisa qualitativa é que as fronteiras entre os encaminhamentos clássicos da ciência e da filosofia se cruzam frequentemente, produzindo imensas dificuldades em função da complexidade dos inúmeros movimentos que moldaram a história das ideias nos últimos dois séculos. Essa constatação se reflete em uma infinidade de estudos que, atrelando as ideias a sistemas filosóficos variados, expressando diversas abordagens epistemológicas, produzem, não poucas vezes, formulações ideológicas. Nesses casos, acabam por tornar difícil a tarefa de distinguir métodos propriamente científicos com aplicações em pesquisas empíricas e "métodos" filosóficos com aplicações em pesquisas teóricas.

Por que as aspas, na frase anterior, em "métodos"? Nós a colocamos porque explicações filosóficas não são científicas, ainda que os campos disciplinares das humanidades estejam se aproximando cada vez mais da filosofia e dela tenham nascido. As filosofias, em geral, são também ancoradas em métodos abstratos de outra natureza, que ordenam reflexões especulativas. Por conta disso, ainda que possam ser tão rigorosas quanto as próprias produções científicas das humanidades, propiciam campo fértil para uma invasão de pseudofilósofos e pseudocientistas que não fazem nem uma coisa nem outra. O resultado desse processo acaba por borrar a distinção entre modos de fazer, de *saberes,* e métodos de obter *conhecimentos*, tomando uns pelos outros. Pode borrar ainda a distinção entre ideias enquanto instabilidades derivadas de questões ou enquanto decorrências de fatos inequívocos. No primeiro caso, temos a negação do próprio discurso enquanto uma identidade e, no outro, sua afirmação existencial e caminho. Outro aspecto consiste no fato que já tratamos nessa obra, relativo à ambiguidade da ideia de "discurso". Como em jogos de palavras, os discursos, as narrativas, os conteúdos etc., são tratados uns como sendo os outros, criando



uma verdadeira confusão conceitual. Como os métodos científicos e os que se apresentam como métodos filosóficos que tratam da expressão do pensamento são diversos e complexos, resolvemos organizar algumas de suas ocorrências por algumas abordagens filosóficas, que julgamos prevalentes nas humanidades: estruturalista, pós-estruturalista e fenomenológica. Advertimos ainda que há riscos nessa simplificação porque há dezenas de outras filosofias e as pessoas filósofas dessas escolas frequentemente afirmam não se reconhecer nelas.[57] Não trazemos nessa seção a abordagem funcionalista por ela estar frequentemente relacionada com as perspectivas objetivistas, e não oferecem, ao menos em nosso juízo, contribuições metodológicas significativas nas práticas usuais das humanidades na academia brasileira. Como esse livro tem somente a pretensão de dar diretivas sobre a realização de projetos, deixo à sensibilidade das pessoas que querem realizá-los o dever de buscar se informar mais, fazer revisões específicas da literatura e estudar os campos que lhes parecem mais férteis para seus trabalhos.

Análise do discurso (abordagem social)

Para início de conversa, o termo "análise do discurso" costuma ser tão problemático quando o de "análise de conteúdo", pois, além de um ser confundido com o outro, pode apresentar dezenas de abordagens. Fundamentalmente, a abordagem da análise do discurso distingue-se das outras por focar a produção discursiva como campo social, de onde emergem questões de poder e ideologia, assim como debates a respeito de temas relacionados a essas questões. No Brasil, as variantes mais conhecidas são herdeiras de produções onde marxismo e psicanálise são interpretados de acordo com diversos fundamentos conceituais. Em geral, trazem conceitos

57 Ao discutir o processo de identificação de lacunas no Capítulo 3 (Como construir uma questão de pesquisa?), explicamos rápida e simplificadamente o que significam o funcionalismo, o estruturalismo, o pós-estruturalismo e a fenomenologia.

científicos e/ou filosóficos que orientam e instrumentalizam a análise de *discursos com foco em dados*. Por exemplo, emissões de televisão sobre diversos assuntos, discursos de políticos etc.

No entanto, a prática internacional indica muitas outras maneiras de compreender esse método plural. Na maioria das disciplinas que compõem as humanidades, estudos fundados em análises do discurso social são realizados a partir de conceitos psicossociais, sociológicos, econômicos, políticos e culturais formulados dentro dos campos da linguística, do direito, da medicina, das ciências da educação etc. (para um sobrevoo, consultar Schiffrin, Tannen e Hamilton, 2001). Outras maneiras de identificar abordagens não faltam: teoria do discurso político, análise retórico-política, análise interpretativa de políticas, psicologia discursiva, metodologia Q... sem falar da análise crítica do discurso que trataremos na subseção seguinte (Glynos *et al.*, 2009). Essas pessoas autoras apontam para a dificuldade de se conseguir organizar as distintas abordagens em um corpo coerente e complementar, na medida em que muitas delas se confundem com outros métodos.

Nas últimas décadas, inúmeros debates nasceram em torno da noção de análise do discurso, envolvendo várias escolas como a crítica, a pós-moderna e pós-estruturalista, e a fenomenologia. Dentro do contexto de confrontos contemporâneos entre "tendências" intelectuais divergentes, ancoradas em posições filosóficas às vezes dificilmente conciliáveis, cada linha constrói seus métodos de análise do discurso. A única vacina contra essa confusão é buscar se informar, ler as propostas, fazer buscas na literatura, estudar as obras das pessoas autoras e fazer escolhas conscientes.

Análise crítica (teoria crítica)

A "análise crítica" é um procedimento intelectual que exemplifica a multiplicidade de posições sobre as quais falamos acima.



Em geral, tende a uma análise do discurso com foco em sua estrutura argumentativa (premissas e conclusões) e, frequentemente, lidam com teorias e fatos. Existem também análises tidas como "críticas" que bebem de campos tão diferentes como a fenomenologia, a psicanálise, as filosofias marxistas estruturalistas e as pós-estruturalistas. Incluem-se também nesse campo algumas linhas da linguística, notadamente as pragmáticas. No entanto, o campo mais próximo à noção de análise do discurso com foco na estrutura argumentativa (premissas e conclusões) se reivindica de reinterpretações variadas do marxismo e do socialismo e está relacionado aos trabalhos de pessoas autoras associadas à Escola de Frankfurt. Nas abordagens críticas, os trabalhos desenvolvidos ao longo de sua história trazem à luz, frequentemente, a importância de se discutir o papel dos meios de comunicação e dos processos de representação.

Comecemos com o pragmatismo, que têm várias abordagens, as mais importantes sendo a linguística crítica (LC) e a análise crítica do discurso (ACD). A primeira foca mais nos campos próprios às ciências da linguagem e cognitivas. Já a segunda se abre para as discussões centradas em torno do poder, da ideologia e da crítica propriamente ditas, principalmente quando os processos de comunicação estão envolvidos (Wodak; Meyer, 2011). Essas pessoas autoras apontam para a extrema variedade de "análises críticas de discurso" que causam confusão entre as pessoas que querem explorar o campo. Esclarecem que a ACD, vertente também conhecida como Escola de Amsterdam por ter lançado o movimento (através de nomes ilustres como Teun van Dijk e Theo van Leeuwen da Universiteit van Amsterdam), não se confunde com o que muitos filósofos e cientistas sociais entendem como "crítica". Explicam que é uma escola fundada em uma abordagem discursivo-histórica ligada à teoria sociocognitiva, onde o foco é o "discurso como prática social".

Apesar de algum reconhecimento no Brasil, a perspectiva pragmática é menos considerada que a relacionada com a Escola de Frankfurt. Esse movimento intelectual surgiu principalmente



na Alemanha ao longo e após a Segunda Guerra, fazendo uma crítica do racionalismo iluminista. Sem dele se afastar completamente, ancora suas discussões na separação da Igreja e do Estado, nos princípios racionais da ciência e na defesa da liberdade de expressão. O foco da *crítica* aos ideais iluministas é que estes teriam fracassado e, se não propiciado, se mostrado incapazes de impedir a ascensão de totalitarismos nacionalistas, como o stalinista soviético e o nazista alemão. Ambos fundados em ideias socialistas, precisariam ser questionados e reformulados por conta do amordaçamento da subjetividade. As abordagens frankfurtianas, que variam segundo a maneira pela qual suas pessoas autoras principais discutem fenômenos políticos, sociais, culturais e comunicativos, fazem uma varredura filosófica dos conceitos iluministas que teriam entrado em crise na primeira metade do século XX, e seguem um procedimento crítico de investigação filosófica para reconsiderá-los à luz de outras perspectivas. Tal procedimento demanda estudo aprofundado e exame das premissas dos argumentos formulados pelos expoentes da filosofia e da política, para verificar em que medida são procedentes e improcedentes. Os frankfurtianos fazem análises sistemáticas das ideias de cada pessoa autora, premissa após premissa. Usualmente, refutam conclusões pautadas em ideais iluministas que consideram problemáticas, revisando-as; discutem questões ético-morais subjacentes e suas implicações; finalmente, articulam novas explicações com o objetivo de promover transformações nas teorias examinadas. Expoentes desse movimento são Walter Benjamin, Theodor Adorno, Max Horkheimer, Erich Fromm e Jürgen Habermas. Este último reformulou as principais contribuições da teoria crítica, trazendo a discussão daquilo que pode ou não ser preservado da tradição iluminista, para o campo da linguagem e da comunicação, fazendo uma ponte com o movimento do pragmatismo. Cabe ressaltar que a base do método frankfurtiano propriamente dito é um procedimento sistemático de análise argumentativa que traz problemáticas comunicativas, relacionadas com o uso da linguagem, para o centro da filosofia política. Ou seja, associa-se ao método lógico-argumentativo e retórico.



Há várias pessoas autoras contemporâneas que inspiram análises críticas do discurso elaboradas a partir dos países industrializados. No Brasil, algumas das mais conhecidas são Axel Honneth e Nancy Fraser (que desenvolveram suas críticas a partir de Jürgen Habermas), e Zygmunt Bauman, entre tantas outras. Para o noviço, estudar as formulações dessas e outras vertentes demanda dedicação, profundidade e foco nas contribuições específicas de suas pessoas autoras mais notáveis. Isso porque, na análise crítica do discurso, as formulações teóricas são consequências da construção de refutações e reconstruções de argumentos. Para ficarmos em três exemplos de conceitos teóricos que podem ser mobilizados em análises críticas, poderíamos mencionar o de "liquidez da modernidade" de Bauman, o "narcisismo" desenvolvido por Sigmund Freud e o de "indústria cultural" formulado por Theodor Adorno e Max Horkheimer. Um dos métodos de análise desenvolvidos no Brasil mais conhecidos é o de Paulo Freire (1996) que, partindo do marxismo, propôs uma nova pedagogia crítica.

Arqueologia do saber

O pós-estruturalismo é frequentemente associado ao filósofo francês Michel Foucault. Na obra do filósofo francês, o discurso é compreendido como manifestação de padrões que constituem historicamente conhecimentos refletindo relações de poder interiorizadas subjetivamente. O método foucaultiano de análise do discurso, a arqueologia do saber, parte do questionamento sistemático dos textos, realizados em várias camadas (2008). O inquérito começa pela busca de regularidades discursivas, seguindo depois para os procedimentos de enunciação e arquivo adotados, e a interpretação arqueológica de sua inscrição histórica na subjetividade. Ou seja, pela busca de regras históricas que produzem os discursos. A arqueologia do saber traça os mecanismos de produção da subjetividade pela via da revelação de camadas discursivas onde se incrusta o poder político de uma época dada. É uma escavação onde,



a partir daquilo que se apresenta, supõe-se o que está escondido, buscando revelá-lo. Os mecanismos de produção da subjetividade são desvelados por meio de questionamentos do discurso não como ele é, de acordo com os cânones tradicionais de análise discursiva, mas daquilo que não sabemos dele. Ou seja, como expressão do que está oculto, de supostos não-ditos, de estruturas político-sociais subjacentes que o moldam etc. Não se trata, em absoluto, de uma pesquisa que se ancora na literalidade dos textos como faz a grande maioria das análises de discurso herdeiras das ciências da linguagem, como a Linguística, ainda que permaneça, essencialmente, uma análise descritiva.

Genealogia

A contribuição genealógica de Foucault é, na verdade, um processo de aperfeiçoamento de sua análise do discurso, a arqueologia do saber. Na genealogia, a análise ultrapassa a descrição na busca de explicações. O filósofo resgatou a genealogia da filosofia de Friedrick Nietszche, que a havia desenvolvido como um método de pesquisa histórica reversa em busca das origens do bem e do mal, de modo a buscar explicações sobre a gênese dos valores da sociedade de seu tempo. O método genealógico inspira Michel Foucault nas suas pesquisas como processo complementar à arqueologia do saber e pode ser identificado em várias de suas obras. Trata-se de fazer investigações históricas ancoradas em uma busca reversa das origens das estruturas do poder manifestado por meio dos discursos. Ao decorticar os discursos genealogicamente, desvela-se como emergiram, de que maneira foram produzidos e se estabeleceram. O objetivo é, portanto, identificar nas manifestações de subjetividades no contemporâneo, traços relacionados ao poder nas transformações que se produziram ao longo da história. Pode-se também considerá-lo como um método de análise de discurso social, ainda que seja mais eminentemente político, pois empreende a genealogia por meio de documentos, no mais das vezes registros históricos, incluindo

literários, com foco na problemática do poder. Esses documentos são questionados pela pessoa leitora de modo a buscar repetições estruturais ocorridas ao longo da história, introjetadas nos sujeitos. Moraes (2018) apresenta, de maneira simples e facilmente compreensível, a evolução do método genealógico de Michel Foucault, útil para quem quer começar a se embrenhar nesse campo, na medida em que o processo de sua aplicação metodológica requer estudos aprofundados do autor.

Análise narrativa (das emergências subjetivas) e autobiografia

Como o nome indica, a análise narrativa concentra-se em elementos de documentos onde se encontram expressões produzidas por narradores como resultado de sua ação, ou seja, suas emergências subjetivas, suas "narrativas". Esse campo, na verdade, não se distingue tematicamente do da "análise de conteúdo" na medida em que a "análise narrativa" pode ser também tão variada quanto a anterior e ser estudada sob várias perspectivas comunicativas e disciplinares. A diferença essencial consiste no fato de a análise de conteúdo ter nascido de um campo objetivista com foco nas significações documentadas e socialmente compartilhadas dos termos. Historicamente, migrou para abordagens apresentando uma associação integrativa com a perspectiva subjetivista (portanto, um campo epistemológico interacionista). A análise narrativa, no entanto, é mais claramente subjetivista e foca nas interpretações que os sujeitos atribuem aos conteúdos entendidos como expressões de interpretações de vividos. Apesar de ter uma história jovem como método (para um sobrevoo, consultar Fina e Georgakopoulou, 2015, e Herman e Vervaeck, 2019), é usada, no Brasil e no mundo, em distintas disciplinas das humanidades, frequentemente no campo da psicologia (Lima; Ristum, 2025).

Examinando como histórias humanas são construídas através de narrativas de toda sorte (de filmes, livros, instituições, religiões



etc.), essas análises buscam reproduzir percepções que emergiram das trocas entre as pessoas que pesquisam e as que participam dos processos estudados por elas. Quando, na televisão, jornalistas falam da "narrativa" de um sujeito ou de um órgão público ou privado qualquer, estão dizendo que a história que essa pessoa conta corresponde à sua "verdade" e não está, necessariamente, submetida à verificação dos fatos. A narrativa é sempre uma interpretação pessoal apresentada sob a forma de contagem de estórias (*story telling*), não submetida ao exame dos fatos. Ela não funciona como dado, mas como emergência subjetiva de protofatos, como se infere dos trabalhos de pessoas autoras de orientação fenomenológica e filosófica pós-estruturalista que contribuíram para a construção dessa abordagem metodológica na pesquisa qualitativa. Riessman (2005) alerta que há várias linhas e tipologias de análise narrativa, ressaltando que as mais utilizadas passam por um procedimento de estudo temático, estrutural, interacional ou performativo.

A análise narrativa é prima da autobiografia. O método da autobiografia, que Riessman (2005) também chama de autoetnografia, expressa narrações de sujeitos a partir de suas próprias experiências, vivências e memórias e que produzem sentidos nos processos de ressignificação dos vividos (Santos; Torga, 2020). Abrahão (2012) ressalta o papel da memória e atenta para a confusão corrente entre os termos "histórias de vida" (que são produtos e não processos), "narrativas de vida" (que são construções, em que não interessa à pessoa pesquisadora se os relatos correspondem ou não aos fatos) e a "autobiografia" propriamente dita. Segundo a autora (p. 40), esta última seria uma narrativa tríplice entendida "como FENÔMENO (a estória, o evento), como MÉTODO (pesquisa) e como PROCESSO (significação da experiência para ambos: o narrador e a pessoa pesquisadora)".[58] Explorado mais extensamente a partir da perspectiva

58 [*as PHENOMENON (the story, the event), as METHOD (research) and as PROCESS (the signification of the experience for both: the narrator and the researcher)*]. Nossa tradução do inglês para o português.



microsociológica de Fritz Schütze (2016), encontrou abrigo fértil nas formulações pós-estruturalistas (Schep, 2020).

Cartografia

Todo mundo já ouviu falar de cartografia. A cartografia tradicional é um método quantitativo de mapeamento geomorfológico. Não o mencionamos na parte quantitativa porque, ainda que apresente diferentes abordagens (Fish *et al.*, 2025) não tem uso nas humanidades. Nessa grande área, a cartografia é conhecida, no Brasil, como um "método deleuziano". A filosofia de Gilles Deleuze não apresenta a cartografia como um procedimento metodológico científico, mas um conceito filosófico. Esse conceito foi adaptado posteriormente à ciência qualitativa por outras pessoas pesquisadoras. O leitor atento pode mesmo duvidar que "método" seja um procedimento que sua filosofia possa acolher, pois Deleuze rejeita a existência de "representações", o que é incoerente com os procedimentos usuais das ciências, que as adotam. Toda metodologia, enquanto projeto, implica em uma representação da ação futura do pesquisador. Tomemos, por exemplo, a matemática ou a linguagem como formas de representação. A cartografia tradicional, por exemplo, constrói mapas onde representa realidades consideradas existentes (como os continentes e os oceanos). Na medida em que se projeta um problema relacionado a uma questão de pesquisa e se estrutura uma maneira de se buscar uma resposta a ela, de um ponto de vista da filosofia deleuziana a pessoa que pesquisa se encerraria em uma "representação" desse problema. Em trabalhos de Deleuze e Guattari, ambos autores se opõem à ideia de representação. Sua filosofia entende que a dimensão linguageira humana é uma extensão material de corpos desejantes e, portanto, são imanências que não se podem fazer "representar". A noção de representação seria, portanto, incompatível com a natureza do fluir da vida se utilizada como explicação do emergir permanente da subjetividade. Os autores sugerem que a ação de "cartografar" pode ser expressa por



diagramas, entendidos como devires manifestados por meio de espirais, flechas e outros artifícios (Deleuze; Guattari, 1980). Substituem, assim a ideia de "representação" de um desenho, pela forma verbal "traçando". O gerúndio expressaria o movimento emergente da subjetividade na ação de cartografar territórios dinâmicos entendidos como existência em permanente devir.

Pesquisadores brasileiros se apropriaram do conceito de cartografia e o propuseram como método processual aplicável à ciência qualitativa com o objetivo de "intervenção" para expressar o devir na ação de pesquisar, mas que seria sua inversão. Ou seja, não seria um método, tampouco ciência qualitativa, mas apenas intervenção no mundo: em vez de um caminho com objetivo, um objetivo de caminhar (Passos; Kastrup; Escóssia, 2009). O "método" da cartografia trataria de "mapear" processos subjetivos problematizados no contexto de territórios, entendidos como abstração corporificada.[59] A pessoa que pesquisa, na perspectiva cartográfica, tal como traduzida em "método" que não é, faz uma imersão em vividos e, nas relações com os outros (nos encontros), vai "traçando", cartografando a produção de subjetividades. Nessa perspectiva, a cartografia é um "caminhar que traça, no percurso, suas metas" (Passos; Barros, 2009, p. 17).

Fenomenologia

A fenomenologia é uma abordagem filosófica que pode, em certos casos, partir de análises do discurso expressando fenômenos abrangendo várias configurações, como relatos de sujeitos, grupos e comunidades. Um fenômeno, simplificadamente explicado, constitui-se naquilo que é apreendido pelos sentidos e que produz uma experiência. As abordagens fenomenológicas são essencialmente subjetivistas e se ancoram na tradição filosófica que vai

59 Dada a complexidade da filosofia, assinalamos entender que esses territórios emergem das conexões psíquicas ocorrentes em encontros, em constante devir, no campo coberto pelo conceito de "corpo sem orgãos".



da formulação de Edmund Husserl à revisão de Martin Heidegger, que a reconfigura de maneira substantiva.

A fenomenologia consiste na apreensão dos fenômenos tais como aparecem no espírito do sujeito. Essencialmente, as análises baseadas nessa perspectiva buscam compreender os fenômenos da vida por meio de se fazer emergir os vividos, de trazê-los à consciência e, assim, de se buscar explicar as maneiras pelas quais as estruturas sociais estão embutidas nas experiências subjetivas como resultado intencional de nossas ações no mundo. As pesquisas podem tanto focar na subjetividade individual, como se ampliar para a compreensão de como a subjetividade expressa o meio cultural, político etc. Os trabalhos célebres de Maurice Merleau-Ponty e Hannah Arendt são exemplos conhecidos desta tradição, ainda que bem diferentes. Atualmente, certas tendências fenomenológicas inspiram trabalhos relacionados com emergências relacionadas com o corpo próprio em termos de raça, gênero e outras manifestações identitárias. Muitas vezes, inspira trabalhos de análise narrativa e/ou autobiografia. Nessa medida, ainda que não se confunda com as abordagens pós-estruturalistas, é próxima delas.

Outras abordagens filosóficas: Confluências

Dentro das novas orientações filosóficas com incidência nas humanidades, diversas pessoas autoras questionam as teorias ditas "clássicas", propondo caminhos diferentes, notadamente em relação às questões identitárias. Nelas, é frequente a associação à fenomenologia, de um lado, e às postulações estruturalistas como as provenientes de Marx e Freud, de outro. Isso, sem esquecer a influência exercida pelos filósofos pós-estruturalistas contemporâneos. O fundo das composições entre essas abordagens epistemológicas é muito complexo para ser tratado aqui. Muitas teorias filosóficas contemporâneas, que delas emergem, integram contribuições provindas da psicanálise e do marxismo, problematizando conceitos



que se refletem tanto nas construções sociopolíticas que incidem sobre as interações humanas, como na produção das subjetividades. Pessoas autoras variadas que as promovem, por conta dos paradigmas que consolidaram, foram marcadas por uma diversidade de ideias e construíram propostas singulares. Como há uma infinidade de posturas, não cabe explorá-las em um livro sobre como bolar projetos. Ressaltamos, no entanto, expoentes contemporâneos dessas confluências a título de exemplo: a feminista pós-estruturalista norte-americana Judith Butler e a filósofa brasileira Marilena Chauí, figura incontornável no Brasil.

PESQUISA HÍBRIDA

Uma pesquisa é híbrida quando integra dimensões quantitativas e qualitativas de conhecimentos. Há inúmeras possibilidades de articulação de métodos quantitativos e qualitativos, tanto documentais quanto relacionadas a sujeitos, grupos e comunidades. Ainda que conhecida popularmente como "pesquisa quali-quanti", defendemos aqui que essa terminologia é somente parcialmente correta. Em processos de pesquisa, há etapas a serem realizadas. Ainda que se possa articular o quantitativo e o qualitativo ao mesmo tempo em casos específicos, como em certos estudos de caso, o correto é estabelecer uma ordem, aplicando sempre um depois do outro. Assim, é necessário distinguir duas modalidades de pesquisa híbrida: a quali-quanti e a quanti-quali. Ou seja, ou se começa pelo quantitativo e depois se faz o qualitativo, ou se começa pelo qualitativo e depois se faz o quantitativo.

Definir se uma pesquisa deve ser quali-quanti ou quanti-quali depende, geralmente (mas não necessariamente), da questão de pesquisa. Na pesquisa (1) *quali→quanti*, parte-se de uma questão de pesquisa exigindo um desenho fundamentalmente qualitativo



que, uma vez explorada, passa a uma etapa quantitativa para verificar se as descobertas qualitativas se sustentam quando submetidas à quantificação. Esse tipo de pesquisa é geralmente limitado na medida em que as quantificações que vêm depois da etapa qualitativa dificilmente teriam valor estatístico. Nesse sentido, ao se responder uma questão de pesquisa qualitativa (que sempre aborda diversos caminhos, no mais das vezes vagos), a quantificação serve para ajudar a pessoa que pesquisa a escolher, dentre as pistas levantadas, aquelas que supostamente seriam as mais pertinentes.

Na pesquisa (2) *quanti→quali*, parte-se de uma questão de pesquisa exigindo um desenho fundamentalmente quantitativo que, uma vez respondida, passa a uma etapa qualitativa com o objetivo de buscar aprofundar aspectos que não puderam ser integralmente respondidos pela quantificação. Em geral, questões de pesquisa que orientam processos quantitativos precisam ser precisas porque devem chegar, nos resultados, a medidas minimamente sólidas. Ainda que medidas no campo linguageiro sejam sempre problemáticas no que tange à tentativa de se obter "provas", respostas a questões de pesquisas quantitativas precisam ser razoavelmente claras. A adoção de um processo qualitativo complementar, portanto, serve apenas para fazer explorações em torno dos resultados, de modo a compreendê-los melhor.



10

TÉCNICAS DE AMOSTRAGEM



Amostras são porções de uma totalidade. O conceito vem das ciências exatas e biológicas, que consagraram os mecanismos tradicionais da pesquisa ao longo da história das ciências. Um geólogo, para buscar ouro em uma montanha e estudar as características gerais de suas rochas, precisa estabelecer um procedimento de coleta para retirar uma pequena porção delas, para ver se há indícios de jazidas do metal que sejam economicamente viáveis para exploração. Um biólogo, com o objetivo de compreender a razão pela qual certas pessoas apresentam uma determinada patologia, extrai, da quantidade total de sangue de um corpo acometido pelos sintomas, pequenas porções de sangue para verificar se há algum agente etiológico que está causando a doença. Ou seja, para se estudar o todo, colhem-se suas partes: colhem-se amostras.

Processos de amostragem são mecanismos essenciais para a organização de um trabalho de investigação científica. Esses processos podem ser *probabilísticos* ou *não probabilísticos*. A *amostragem probabilística* é aquela em que se escolhe uma parte representativa de um todo através de um procedimento *aleatório*. Nele, o resultado apresenta uma sólida probabilidade de representar com fidelidade o todo. Exemplos de procedimentos aleatórios são o sorteio e suas variações, estatísticas ou não: eles impedem que o sujeito possa escolher arbitrariamente documentos e/ou pessoas para participar de uma pesquisa. Ou seja, nesse caso os documentos ou os sujeitos, grupos e comunidades amostrados são sempre desconhecidos de antemão. Essa forma de amostragem tende, epistemologicamente, para o objetivismo. Já a *amostragem não probabilística* é aquela em que a parte representativa de um todo que queremos estudar é escolhida através de um procedimento *não aleatório, intencional*. Ou seja, os documentos ou os sujeitos, grupos e comunidades amostrados, se não são conhecidos de antemão, são buscados e escolhidos discricionariamente pela pessoa que pesquisa. Ou seja, na amostragem não probabilística, os elementos não têm a mesma possibilidade de serem escolhidos, como no caso da amostragem probabilística.



Um exemplo de procedimento não aleatório é aquele em que um estudo com o objetivo de compreender estereótipos de pessoas moradoras de rua, define arbitrariamente documentos com comentários publicados a respeito delas (como artigos de um blog virtual, por exemplo). Um exemplo nesse mesmo tema, relativo a sujeitos, grupos e comunidades, seria um estudo sobre o comportamento de pessoas que moram na Cracolândia paulistana, onde quem pesquisa escolhe as que julgar apropriadas para participar, de acordo com critérios arbitrários como uso de crack, apelo à violência e pertencimento a uma faixa de juventude qualquer. Essa forma de amostragem se situa em um *continuum* que pode partir de um objetivismo fraco, estar no campo do interacionismo epistemológico ou ir até o subjetivismo.

Processos de amostragem, sejam eles probabilísticos ou não probabilísticos, são essenciais para o design de processos de pesquisa capazes de obter respostas seguras às questões de pesquisa. Além disso, é importante salientar que têm sido sistematicamente explorados, juntamente com métodos e processos de análise em estudos qualitativos, em inúmeras obras, das quais sugerimos para consultas iniciais exploratórias os textos de Miles e Huberman (1994), Patton (2001), Creswell (2013) e, no contexto mais específico da Internet, Mann e Stewart (2000).

AMOSTRAGEM QUANTITATIVA

Na pesquisa em humanidades, quando nos referimos a dados, diferentemente das exatas e biológicas que apresentam, geralmente, características materiais claras (objetos da natureza, elementos biológicos etc.), pensamos em produtos de linguagens. Nela, a quantificação é realizada sobre dados que ou proveem de documentos onde inscrições multilinguageiras se tornam temas de estudo ou de suas expressões mediadas através de manifestações



de sujeitos, grupos e comunidades. Raramente se amostra no caso de sujeitos, grupos e comunidades, seus corpos tidos como matéria física ou biológica, mas apenas suas manifestações simbólicas.

A amostragem por excelência, na pesquisa quantitativa, é a probabilística (aleatória), pois permite que os dados tenham a mesma possibilidade de emergir e, depois, de serem *medidos* de maneira mais sólida. Nesse tipo de pesquisa, portanto, a escolha da documentação e/ou de dados de sujeitos, grupos e comunidades segue parâmetros de aleatoriedade, garantindo que as unidades selecionadas tenham tido a mesma oportunidade de serem escolhidas que todas as outras concorrentes. A opção por um processo aleatório é considerada cientificamente melhor, ainda que se possa conceber estudos quantitativos onde se amostrem os dados de maneira não aleatória, feitos geralmente por meio de cálculos de frequência meramente ilustrativos, mas sem valor estatístico, fundados em populações bem delineadas e estabelecidas.

Além disso, cabe ressaltar que, nas humanidades, os dados podem provir também de processos de amostragem híbridos. Por exemplo, quando uma pesquisa tem uma dimensão documental e outra relacionada a sujeitos, pode-se escolher um tipo de amostragem para documentos que seja diferente daquele aplicado para os sujeitos. Ou seja, um processo de amostragem *híbrido*.[60]

Finalmente, como no caso qualitativo que veremos mais adiante, há técnicas de amostragem quantitativas mais adaptadas à redução de dados, tanto provindos de documentos quanto de sujeitos, grupos e comunidades. Na lista que se segue, apresentamos algumas dessas técnicas que servem a essas duas dimensões. Cabe à pessoa que pesquisa julgar quais são as técnicas mais ou menos pertinentes aos estudos documentais ou de sujeitos.

60 Há, ainda, outro nível de hibridação: o relacionado à integração de práticas metodológicas de pesquisa das humanidades com outras grandes áreas como as exatas e biológicas.



TÉCNICAS DE AMOSTRAGEM NA PESQUISA QUANTITATIVA

AMOSTRAGEM PROBABILÍSTICA (ALEATÓRIA)

Aleatória simples

Neste caso, adotam-se técnicas que produzam a garantia de que todos os indivíduos da população tenham a mesma chance de serem selecionados. Trata-se de um processo de seleção ao acaso. Exemplos dessas técnicas são os sorteios, escolhas jogando-se dados etc.

Aleatória sistemática

Aqui, a seleção se dá a partir de um critério fixo previamente determinado. Escolhe-se uma população qualquer e adota-se um processo de seleção aleatória onde se escolhem documentos e/ou sujeitos para a pesquisa obedecendo critérios de alternância. Por exemplo, ao se obter uma lista aleatória de uma centena de telefones de possíveis pessoas para se entrevistar, gerada por computador a partir de uma base de dados, inicia-se a contagem dos nomes, selecionando-se cada décimo indivíduo. Ao fim do processo, teremos 10 escolhidos.

Aleatória estratificada

A partir da composição aleatória de um grupo de documentos e/ou pessoas, aplica-se um critério de estratificação relacionado



com a questão da pesquisa. Por exemplo, divide-se a amostra em subgrupos estratificados de acordo com características específicas do grupo amplo como idade, gênero, ideologia, localização geográfica etc. Nesses casos, é importante garantir representatividade proporcional dos subgrupos relativamente ao grupo amplo como, por exemplo, escolher uma quantidade de seus participantes aleatoriamente em função do registro populacional, ou seja, de dados do recenseamento nacional.

Aleatória por grupos

Trata-se de uma variação da técnica de amostragem anterior, onde selecionam-se grupos aleatórios amplos, como toda a população de um bairro ou distrito, ou de uma comunidade. Uma vez escolhidos os grupos aleatoriamente, faz-se o mesmo com seus potenciais participantes. Por exemplo, escolhe-se um município, a partir do qual unidades grupais são escolhidas aleatoriamente com a inclusão de todos os seus membros na amostra.

Amostragem não probabilística (intencional)

Dentro do campo não probabilístico, inúmeras técnicas de amostragem que descrevem abordagens qualitativas (que não são mensuráveis), como as que apresentamos abaixo na seção seguinte, podem ser utilizadas no campo quantitativo, com as devidas adaptações. Ou seja, é possível construir uma amostragem quantitativa que não seja aleatória, mas organizada em função de categorias intencionais. Nestes casos, os resultados das pesquisas indicariam pertinência e plausibilidade, tendendo mais para os campos epistemológicos interacionistas e subjetivistas, mas não provas estatisticamente seguras que seriam aquelas tendendo mais para o objetivismo.



AMOSTRAGEM QUALITATIVA

Na pesquisa qualitativa pode-se utilizar tanto procedimentos aleatórios como não aleatórios. Cabe ressaltar, no entanto, que a aleatoriedade, ainda que seja considerada mais adequada para procedimentos científicos, não é preponderante nos estudos qualitativos. Muito pelo contrário. A maioria deles sequer tem a pretensão de obter resultados necessários e/ou universais, onde seja segura a probabilidade de que o resultado reflita o geral. Muitas abordagens filosóficas que passaram a tomar conta da academia em humanidades, desde os anos de 1950 (mas em germe desde o século XIX), defendem frequentemente que estas são, essencialmente, um campo de estudos contingentes e particulares.

Algumas técnicas qualitativas de amostragem, no entanto, em busca de maior solidez, partem da utilização de mecanismos aleatórios parciais (como é o caso da bola de neve e da amostragem aleatória intencional, que exploraremos mais adiante). Ao contrário da pesquisa quantitativa, que busca *medir* resultados, a qualitativa busca apenas *sugerir* respostas possíveis e/ou plausíveis, o que pode ser assegurado por mecanismos de amostragem escolhidos com base em critérios não aleatórios, majoritariamente intencionais. As práticas vão, no mais das vezes, na direção de escolhas que buscam possibilidade e/ou plausibilidade nas explicações. Exemplos: coletar alguns artigos representativos sobre uma catástrofe (mas não todos) publicados em um jornal impresso para estudar se a cobertura jornalística *sugere* ser isenta ou não; escolher algumas pessoas trans representativas (mas não todas) para buscar compreender o que suas experiências *sugerem* a respeito de como são tratadas na cidade de Belo Horizonte etc. Na medida em que é impossível se estudar *tudo* e que se julga inadequado matematizar resultados, as técnicas não aleatórias nas pesquisas qualitativas são suficientes para *sugerir* respostas exploratórias à maioria das questões



de pesquisa. Assim, essas práticas de investigação agem por meio de procedimentos de coleta de amostras que permitem a construção de conhecimentos a respeito das situações problemáticas escolhidas de acordo com nosso interesse.

TÉCNICAS DE AMOSTRAGEM NA PESQUISA QUALITATIVA

Há inúmeras técnicas qualitativas de amostragem, que, além do número expressivo de variedades que cobrem dos processos presenciais aos em rede (Mann; Stewart, 2000), abrem, inclusive, portas para a criação. É possível alterar pouco ou muito as técnicas existentes e até desenvolver novas, em função dos critérios relacionados com as questões de pesquisa. Algumas delas são parentes diretas de estratégias quantitativas de amostragem apresentadas na seção anterior. Como já ressaltamos antes, na busca de mecanismos de representação do conjunto através da escolha de elementos específicos, emerge um processo controlado de diminuição da quantidade de dados. O processo de amostragem, portanto, produz a redução dos dados, criando assim uma *amostra* capaz de oferecer viabilidade aos estudos, em contraste com a investigação do conjunto total de dados de um fenômeno que é, geralmente, muito difícil ou simplesmente impossível de realizar. Como no caso quantitativo, na pesquisa qualitativa a amostragem pode ser documental ou relacionada a dados de sujeitos, grupos e comunidades.

Na medida em que a maioria das técnicas de amostragem qualitativas podem se aplicar tanto a documentos quanto a sujeitos, grupos e comunidades, apresentamos ambas, conjuntamente, cabendo à pessoa pesquisadora avaliar qual ou quais utilizar em um caso e/ou no outro. Importa ressaltar novamente que o processo



de amostragem é fundamental para determinar o que se vai efetivamente estudar. Técnicas de amostragem são ferramentas que tornam possível a realização de pesquisas factíveis e viáveis, capazes de gerar resultados seguros e sólidos, ainda que dentro do contexto da possibilidade e plausibilidade próprios à pesquisa qualitativa (Creswell, 2013).

A maioria das técnicas qualitativas de amostragem é estabelecida por meio de critérios relacionados com as questões de pesquisa. Destas técnicas emergem processos controlados de diminuição da quantidade de dados – documentais e de pessoas participantes. Algumas delas podem também ser aplicadas para situações específicas *pré-pesquisa*, ou seja, a amostragem do que se quer estudar antes que os dados sejam coletados. Nessa categoria de pré-pesquisa, ou de *primeira onda* de uma pesquisa dada, podemos citar dificuldades de escolha do tema de um estudo que pode ser realizado a partir de vários métodos. Por exemplo, quando o interesse da pessoa pesquisadora for o de estudar a violência contra mulheres, tratar-se-ia de escolher, na primeira onda, quais subtemas seriam os mais adequados (estupro, assédio, misoginia etc.) *antes* de se fazer a pesquisa. Outro exemplo de pré-pesquisa seria a escolha de uma situação, pessoa, instituição específica etc., quando se prevê a aplicação do método de estudo de caso. Podem-se amostrar vários casos passíveis de serem estudados quantitativamente, qualitativamente ou de modo híbrido. Devem ser entendidos como expressões de coletivos, de modo a se escolher um ou alguns. Exemplos: o "caso" dos editores independentes de tal jornal (dentro dos casos possíveis envolvendo jornalistas), o "caso" dos atores desempregados de tal emissora (dentro dos casos possíveis envolvendo artistas) e assim por diante.

As técnicas de amostragem mais conhecidas, que são apresentadas abaixo, foram desenvolvidas para propiciar a escolha de documentos e/ou sujeitos independentemente dos métodos



de pesquisa. Lembramos as pessoas leitoras que as possibilidades não se esgotam nelas. De um lado porque, como apontamos, podemos criar outras, novas e, de outro, porque é possível que existam outras já inventadas em contextos específicos de pesquisas que sequer conhecemos!

TIPOS BÁSICOS DE AMOSTRAGEM

Amostragem por saturação

A saturação é uma técnica de amostragem aplicada em diversas situações, como as relacionadas à seleção dos dados gerais (caso, entre outros, da pré-pesquisa), à amostragem específica (se teórica ou temática) ou à análise discursiva por codificação (Saunders *et al.,* 2017). Neste último caso, ela se refere a contextos que dizem respeito à quarta fase da metodologia (Análise de dados e/ou interpretação dos resultados). De uma maneira geral, a amostragem por saturação é empregada em situações de pesquisa onde há uma quantidade excessiva de dados disponíveis, tornando inviável, à pessoa que pesquisa, estudá-los por completo. Esses dados são, normalmente, provenientes de discursos linguageiros (uni ou multimidiáticos). Ainda assim, os resultados dessa técnica, muitas vezes, precisam ser novamente submetidos a outras técnicas de amostragem, porque podem ainda ser muito amplos.

Essa técnica prevê que a amostragem seja feita ao longo de um processo por etapas de leitura e/ou visualização cuidadosa dos dados, onde as redundâncias são identificadas, as passagens irrelevantes descartadas e os trechos mais importantes, capazes de responder à questão da pesquisa, selecionados. Para se escolher amostras de um todo, portanto, os dados passam por um tratamento visando a diminuir sua quantidade de maneira significativa.

Deve-se interromper o processo de escolha quando as informações necessárias para se responder à questão de pesquisa são obtidas. Nesse tipo de pesquisa, os dados podem provir de documentos ou, mais frequentemente, de sujeitos, grupos e comunidades através, por exemplo, de transcrições de falas de pessoas entrevistadas, de indivíduos que participaram de grupos focais ou rodas de conversa, de textos interativos provindos de mídias sociais etc.

A amostragem qualitativa não probabilística por saturação é amplamente difundida em processos que aplicam métodos de codificação e análise temática, para além dos concebidos por Glaser e Strauss (1967). Lembramos que sua proposta de teoria fundamentada (*grounded theory*), tornou-se um marco no estabelecimento da cientificidade da pesquisa qualitativa, antes relegada à condição de fraude ou à de práticas de estudos discursivos estritamente filosóficos ou enviesados ideologicamente. A obra desses autores, assim como o livro clássico de Creswell (2013) sobre pesquisa qualitativa, são duas fontes importantes sobre essa técnica de amostragem, refinada ao longo dos anos (Saunders *et al.,* 2017).

Amostragem intencional

A amostragem intencional (ou proposital) envolve a seleção arbitrária de documentos e/ou sujeitos, grupos e comunidades. É baseada nos mais diversos critérios, que podem incluir a relevância histórica, a representatividade de diferentes perspectivas ou a presença de características específicas que sejam cruciais para a pesquisa. Muitos deles já foram consagrados na literatura da pesquisa qualitativa. São nomeados assim mesmo: "por critério de". Outros critérios são apresentados com um nome específico, ainda que, em última análise, sejam também critérios. Um exemplo (apresentado mais adiante) é a amostragem intencional por caso típico. Como as questões de pesquisa qualitativa podem se desdobrar indefinidamente,



é possível se criar variantes de critérios – ou seja, novos critérios – com base nas necessidades do processo de investigação. Esta abordagem de amostragem parte, portanto, de critérios arbitrariamente escolhidos pela pessoa que pesquisa. Por isso, podem ser tão variados como os temas, geografias, políticas, teorias etc. Ou seja, uma vez selecionado um ou alguns critérios específicos relevantes para a pesquisa, determina-se, com base neles, a seleção de documentos e/ou de sujeitos, grupos e comunidades. Há inúmeras possibilidades de uso de critérios de seleção dentro do campo da pesquisa qualitativa que incidem nos processos de análise que se seguem à coleta de dados (Miles; Huberman, 1994).

A amostragem intencional, de uma maneira geral, busca garantir que a seleção contenha informações que permitam compreender o fenômeno em estudo, de modo que a questão de pesquisa possa ser respondida. Permite também deixar clara a decisão que motiva a adoção de um critério. Utilizamos aqui, para fins de organização, uma hibridação entre a lista exaustiva de técnicas de amostragem intencional proposta por Suri (2011) e a estruturação de Palinkas e colegas (2015),[61] que as dividem, para escolha de documentos e/ou sujeitos e casos, em três categorias de ênfase: similaridade, variação, e não especificada. Adaptamos, abaixo, a classificação a que chegaram essas pessoas autoras, trazendo outras contribuições provindas de nossa experiência metodológica, notadamente para sua aplicação também a documentos.

61 Apesar de o artigo produzido por Palinkas e colegas (2015) ser organizado por pessoas pesquisadoras da área da saúde social, a apresentação de técnicas de amostragem feita pelas autoras é excelente e pode servir de ponto de partida para quem prepara um projeto, explorando as mais pertinentes por meio de uma busca bibliográfica adicional competente. A categorização de Suri (2011) é igualmente excelente, e recomendamos os dois artigos para pessoas que estão principiando no caminho da pesquisa.



TÉCNICAS INTENCIONAIS COM ÊNFASE NA SIMILARIDADE

Amostragem por critério de importância

A amostragem por critério de importância envolve a escolha de documentos e/ou participantes com base na visibilidade e aspectos que saltam aos olhos, que sejam de relevância para o estudo. Esta abordagem permite que a pessoa pesquisadora concentre sua atenção em documentos e/ou participantes que possam contribuir com informações relevantes ou representar um problema ou uma questão, relativos ao fenômeno em investigação, em termos de *importância*. A determinação do que é importante diz respeito à avaliação da pessoa pesquisadora. Por exemplo, porque julgamos que a Estação Primeira de Mangueira é uma das escolas mais importantes do Rio de Janeiro e merece destaque especial, do ponto de vista de documentos, escolher as matérias publicadas em dois jornais da cidade sobre a cobertura jornalística dos melhores e piores desfiles da escola. Em outro exemplo, em uma pesquisa sobre as diferenças da incidência da avaliação acadêmica no desempenho profissional médico na capital do Tocantins, do ponto de vista de sujeitos se poderia escolher, de um lado, as pessoas estudantes de medicina que obtiveram as melhores notas em uma faculdade de Palmas e por isso foram aceitas para estágios profissionais e, de outro, as pessoas já formadas mais bem sucedidas que não necessariamente obtiveram notas boas quando frequentavam a universidade.

Amostragem por critério específico

A amostragem por critério específico envolve a escolha de documentos e/ou participantes com base na seleção de pessoas que se adequam ou não se adequam a uma situação dada. Nesse caso, seleciona-se uma amostra com o objetivo de se formar ou um conjunto documental ou um grupo de pessoas que compartilhe certas



características, *em termos específicos*. No caso documental, poderíamos ter uma situação em que, em uma pesquisa sobre telenovelas, utilizemos o critério específico de buscar aquelas que tenham cenas que se passaram em Goiânia, para compreender as representações que são construídas sobre a vida das pessoas na capital goiana. Por exemplo, em uma pesquisa sobre o sistema de saúde da sergipana Aracajú, escolher mães com problemas de aleitamento que não estão sendo atendidas adequadamente em postos e hospitais (ou seja, estão tendo seus direitos desrespeitados).

Amostragem por caso típico

A amostragem por caso típico tem o objetivo de selecionar documentos ou pessoas participantes consideradas, dentro de um contexto dado, como *representantes típicos*. No contexto documental, pesquisar documentos considerados típicos como, por exemplo, publicações de cordel cujos versos exaltem as lutas locais durante a revolta da Cabanagem, encontradas em Belém do Pará. Por exemplo, escolher pessoas gestoras de agências de publicidade da capital sul-mato-grossense de Campo Grande organizando campanhas orientadas para compreender os hábitos de consumo da população, por serem exemplos típicos de profissionais da área. Outro exemplo: buscar pessoas estudantes que tenham saúde mental "típica" (ou seja, "normais": não sofrem de depressão, excesso de ansiedade etc.).

Amostragem por critério de homogeneidade

A amostragem por homogeneidade busca selecionar documentos e/ou pessoas que compartilhem os mesmos valores, para que se possa compreender realidades específicas de modo a que os dados permitam facilitar o processo de análise subsequente. Busca-se, assim, documentos e/ou pessoas *homogêneas*. Por exemplo, estudar roteiros de missas e cultos de igrejas de diferentes denominações do bairro de paranaense de Cidade Industrial, em Curitiba,



para se avaliar se eles se atêm a questões religiosas ou se incluem pautas políticas. Nesse caso, os roteiros têm função homogênea. Outro exemplo seria o de se escolher pessoas carnavalescas de diferentes escolas de samba de São Luís do Maranhão para estudar os princípios que estabelecem para a concepção de desfiles para suas agremiações de modo a satisfazer suas comunidades. Ou seja, pessoas que atuam em funções homogêneas.

Amostragem por casos desviados ou extremos

A amostragem por casos extremos ou desviados utiliza, como critério de seleção, pessoas com comportamentos derivados de contextos pouco usuais, atípicos ou extremos, com o objetivo de avaliar suas características. Casos extremos ou desviados são geralmente os que *causam profundo espanto* e podem indicar comportamentos que manifestam *patologias graves*. Essa técnica pode contribuir com informações importantes sobre esses tipos. No contexto documental, estudar panfletos eventualmente redigidos por organizações que promovam o ódio, incluindo o assassinato de pessoas, como a Ku Klux Klan, a Máfia italiana e organizações ligadas ao tráfico de armas e drogas. Outro exemplo seria o de se estudar homens assassinos em série de mulheres presos na Penitenciária Estadual de Alcaçuz, na Grande Natal, que mataram depois de cometer estupro, no Rio Grande do Norte.

Amostragem por bola de neve (snowball)

A amostragem em bola de neve é uma técnica em que se criam bolhas de pessoas compartilhando as mesmas características e interesses. Trata-se de uma técnica intencional que parte de uma função não probabilística para uma função semialeatória. Ou seja, tem um caráter probabilístico relativo. Em tal aplicação, cria-se uma rede a partir de uma primeira camada de pessoas escolhidas arbitrariamente por quem pesquisa. Em seguida, solicita-se que elas convidem um certo número de indivíduos, desconhecidos da pessoa



pesquisadora, para participar de uma segunda camada (semialeatoriamente). Depois, que as pessoas da segunda camada façam o mesmo, formando uma terceira, e assim por diante. Podem-se organizar de duas a muitas camadas, configurando a ideia de uma *bola de neve*, que vai crescendo à medida em que novas camadas são acrescentadas. Por exemplo, três participantes iniciais convidam, cada um, mais três. Temos então nove, que convidam mais três, resultando em 27 indivíduos nessa camada. A técnica exige que as pessoas iniciantes sejam eliminadas para se manter o princípio de semialeatoriedade, entendido aqui como um processo que escapa, *até certo ponto*, do controle intencional da pessoa pesquisadora. Nessa rede teríamos então (3 – 3) + (9 + 27) = 36 pessoas.

Esta técnica é útil para acessar pessoas com as quais dificilmente teríamos contato. Como as que participam em cada camada da rede provavelmente se conhecem ou são pessoas próximas de nosso círculo de relações, a seleção pode resultar em grupos de pessoas com ideias semelhantes às das iniciantes, ou seja, homogêneos. Um uso criativo da amostragem em bola de neve pode ser o de se lançar diferentes redes a partir de pessoas com características diversas para se obter grupos variados, heterogêneos, nos resultados. Por exemplo, lançar várias bolas de neve com pessoas de direita, centro e esquerda que moram em Cuiabá, para conhecer melhor os ideais políticos de cada grupo mato-grossense. Tal amostragem pode permitir comparações não somente entre ideologias, mas outros aspectos também.

TÉCNICAS INTENCIONAIS COM ÊNFASE NA VARIAÇÃO

Amostragem por critério de intensidade

A amostragem por intensidade opera da mesma maneira que a amostragem por casos extremos ou desviados que acabamos



de apresentar mais acima, sem dar tanta ênfase aos polos extremos. Nesse caso, escolhe-se participantes apresentando "intensidades" variadas, de modo a se poder estabelecer um quadro razoavelmente consistente de um determinado contexto. Por exemplo, para compreender as diferentes maneiras como as ideologias religiosas se manifestam em documentos, escolher jornais, seções e artigos publicados no Espírito Santo que manifestem essas diferenças. Com essa mesma preocupação, outro exemplo seria, em uma comunidade capixaba, se escolher pessoas que provenham de diferentes classes sociais, formação educacional, tipo de emprego etc. que frequentam e que não frequentam manifestações e encontros religiosos chamados por denominações diferentes (católica, candomblé, neopentecostal, presbiteriana, judaica, muçulmana etc.) para se estudar as variadas manifestações das ideologias. Assim, se pode tentar compreender *a intensidade* de seus comportamentos em um dado espectro.

Amostragem por critério de variação máxima

A amostragem por variação máxima busca, junto às pessoas participantes, capturar variações polarizadas dentro de contextos específicos. Podem-se escolher *variações máximas* relacionadas com condições diferentes como a região, o clima, a situação, a população, a religião ou outros aspectos do fenômeno relacionado com a questão de pesquisa. No caso documental, por exemplo, investigar a produção de notícias a respeito de um tema tratado, de um lado, com um máximo de isenção e, de outro, totalmente fundado em *fake news*. No caso de sujeitos, estudar personalidades que, sem um tostão, "bombaram" na Internet e subitamente enriqueceram, comparadas a outras que, buscando o mesmo prestígio, nada conseguiram; estudos sobre comportamentos de moradores de rua em situações de frio ou calor extremo etc. É importante que se escolha pelo máximo encontrado em uma dada variação.



Amostragem por caso crítico

Na amostragem por caso crítico escolhem-se documentos e/ou pessoas participantes que são exemplos de situações que dificilmente podem ser encontradas: incomuns ou muito raras. São, portanto, *situações críticas*. Essa técnica de amostragem busca fazer inferências a partir de situações excepcionais em que os documentos ou pessoas expressam uma situação limite. O que é difícil aqui é determinar o que seria "crítico", que deve ser instrumentalmente definido pela pessoa que pesquisa. No caso de documentos, arquivos secretos que são encontrados podem revelar circunstâncias excepcionalmente críticas, ocultadas por muitos anos, como o assassinato pela ditadura militar brasileira do jornalista Wladimir Herzog na capital paulista em 1975. No caso de sujeitos poderíamos, por exemplo, considerar crítica a situação de mães cujas filhas e filhos morreram por bala perdida em Madureira, no Rio de Janeiro, em uma pesquisa sobre as dores dessas pessoas; ou querer estudar uma pessoa discente da Universidade Federal de Pernambuco que tenha elefantíase e que esteja sendo "cancelada" presencialmente e nas redes sociais.

Amostragem teórica

A amostragem teórica envolve a seleção de documentos e/ou pessoas com base em teorias e/ou conceitos de modo a se fazer um exame aprofundado das consequências de seu uso, adoção ou instrumentalização. Nesse caso, são as *teorias e/ou conceitos que* orientam os critérios de escolha. Por exemplo, pode-se amostrar, a partir de conceitos de classe de uma teoria política como a marxista, em função de ações pró-proletariado, pró-burguesia e/ou pró-lumpemproletariado, documentos jornalísticos sobre manifestações de pessoas moradoras de Fortaleza, no Ceará. Na perspectiva de sujeitos, grupos e/ou comunidades, podemos tomar o caso de técnicos de futebol que defendem a ideia (a teoria) de que se trata de um



esporte que demanda mais treinamento, técnica e estratégia do que talento, e de outros que pensam o contrário. Pode-se assim estudar suas ações concretas e determinar as consequências de cada visão em um campeonato, com base nesses conceitos opostos.

Amostragem por confirmação

A amostragem por confirmação opera em situações em que escolhemos documentos e/ou sujeitos envolvidos em uma atividade qualquer que desenvolveram padrões em suas ações que mostram resultados positivos ou negativos. Nessa abordagem de processos de seleção, o objetivo é *confirmar, ou não, estratégias* que emergem de documentos e/ou que são desenvolvidas por pessoas, de modo a ver se funcionam ou não, se se aplicam ou não. Aqui, tanto a confirmação como a não confirmação têm valor científico *qualitativo*. Por exemplo, uma pesquisa híbrida documental pode estudar campanhas publicitárias do governo de Santa Catarina que utilizam sempre uma mesma estratégia, buscando verificar até que ponto, junto às pessoas, são eficazes (se se confirmam os padrões), ou não eficazes (se não se confirmam os padrões).

Amostragem por estratificação

A amostragem por estratificação intencional consiste em se "estratificar", ou seja, dividir um determinado grupo em porções. Nesses casos, o foco é partir de estratos pré-definidos de modo a se construir um entendimento de um grupo mais geral representando as compreensões particulares de cada um deles. Aqui, os *estratos* exemplificam características do geral. Por exemplo, se estudamos mídias alternativas ativas no estado da Bahia, podemos estratificá-las em mídias alternativas impressas, via Internet; ou por região, ideologia etc. Em uma perspectiva de sujeitos, se partimos do exemplo anteriormente dado pensando nas pessoas jornalistas de mídias alternativas, o estudo de seus comportamentos profissionais por



estratos pode contribuir para o esclarecimento do comportamento geral, e assim por diante.

Amostragem por cota

A amostragem por cota prevê a determinação prévia do tamanho da amostra com base em dados estatísticos ou outros critérios quantitativos estabelecidos por instituições de pesquisa. O objetivo desta técnica é o de buscar amostras representativas das características de certos conjuntos de documentos ou de grupos e populações. Aqui, *o geral orienta o conhecimento das características das cotas*. Através dele, a pessoa que pesquisa pode determinar cotas com base em variáveis de vários tipos, como as demográficas por idade, gênero ou localização geográfica. Um estudo constitucional pode necessitar conhecimento de algum assunto específico em função de um subtipo de documento legal (como portarias, resoluções, instruções normativas). Ou ainda, no caso de sujeitos, para se descobrir algum aspecto relacionado ao pertencimento racial e/ou religioso da população de Brasília, no Distrito Federal, estudar as proporções encontradas no último recenseamento da população para compor um grupo de pessoas crível e menos enviesado (a cota). Num estudo desse tipo se representa, no grupo específico, as mesmas proporções da população geral. Nesse caso, as estatísticas oficiais provindas de recenseamentos são a principal ferramenta para se construir cotas representativas, qualitativamente falando, da população geral.

Amostragem aleatória intencional (semialeatória)

Em geral, a amostragem aleatória intencional, nas pesquisas qualitativas, reflete apenas uma semialeatoriedade, sendo comum em processos híbridos (como a técnica da bola de neve, já descrita). Ainda que, em muitos casos, não sejam adequados como amostragem qualitativa, explicamos que os critérios considerados científicos ganham em processos que envolvem escolhas feitas



a partir de procedimentos aleatórios. Assim, pode-se aplicar critérios qualitativos aleatórios sobre um conjunto de documentos e/ou uma população conhecida ou, após se estabelecer um critério qualitativo inicial para se estudar certas pessoas, aplicar uma técnica aleatória para a escolha final, como o sorteio. A amostragem aleatória intencional tem como objetivo incrementar a credibilidade do estudo. No caso documental de um exemplo de estudo de cenas de violência em novelas, pode-se, se estas tiverem sido indexadas em uma base de dados, escolher aleatoriamente algumas para serem estudadas. Nas pesquisas sobre sujeitos, envolvendo *podcasters* de Maceió, em Alagoas, pode-se obter uma lista o mais completa possível de todos esses profissionais atuando na cidade para, em seguida, através de um sorteio, escolher os que comporão o grupo que será estudado.

TÉCNICAS INTENCIONAIS COM ÊNFASE NÃO ESPECÍFICA

Amostragem por critério de oportunidade

A amostragem emergente ou por critério de oportunidade viabiliza a escolha de documentos e/ou de sujeitos em circunstâncias excepcionais e só deve, por essa razão, ser adotada nessas situações. No contexto documental, a amostragem torna-se *emergente* quando, por exemplo, por uma questão de sorte, a pessoa que pesquisa se depara com um arquivo perdido sobre um assunto muito importante. Por exemplo, encontrar em Manaus documentos que oferecem a possibilidade de abrir todo um campo de investigação sobre a pandemia de gripe espanhola no início do século XX. Ela pode também ser *emergente* quando aplicada em contextos de pesquisa que utilizam métodos de ação – como o etnográfico, quando não se tem ainda uma ideia precisa do que buscar junto a um grupo cultural dado como, por exemplo, um quilombo em Macapá, no Amapá – mas que vão produzindo conhecimentos à medida que a intervenção avança.



Ela pode nascer igualmente em função do aparecimento de uma *oportunidade*, que revele situações fora do comum que suscitam questões à pessoa que pesquisa. Ou seja, aproveita-se a oportunidade! Por exemplo, uma pesquisa documental sobre a incidência de suicídios pode se converter em uma oportunidade se, em função de uma crise social imprevista, tais casos aumentam exponencialmente em Rio Branco, no Acre. Em uma perspectiva sobre sujeitos, uma pessoa pesquisadora que estivesse estudando a convivialidade entre mães de uma associação na favela da Vila Divinéia em Porto Alegre, pode ter uma oportunidade única se há uma invasão súbita pela polícia militar que leve a confrontos e mortes dessas mulheres. Em ambos os casos, o que se queria fazer era diferente do que se resolveu fazer em função da oportunidade. Ou seja, a pesquisa inicial é abandonada em função da emergência ou da oportunidade.

Amostragem conveniente

A amostragem conveniente é uma técnica onde os documentos ou as pessoas participantes são escolhidos *em função da facilidade de se acessá-los*. A técnica é utilizada, mais frequentemente, de duas maneiras (podendo também ocorrer em outras circunstâncias). A primeira é quando se apresentam oportunidades de realização únicas em função do envolvimento próximo com o contexto, a situação, a instituição, as pessoas etc. A segunda é quando a pessoa que pesquisa não tem muito tempo e/ou recursos para realizar sua investigação e se aproveita de seu envolvimento próximo com um contexto, situação, instituição, pessoas etc., para desenvolver seu trabalho de investigação. Pode também integrar essas duas dimensões ao mesmo tempo. A amostragem conveniente é considerada problemática, no geral, porque pode levar a conflitos de interesse. No entanto, é uma técnica válida que, se conduzida com apoio das teorias adequadas, pode proporcionar conhecimentos únicos e pertinentes. No caso documental, poderíamos dar o exemplo de um estudo sobre processos de preparação de uma campanha política



dentro de um partido na Paraíba, e a pessoa que pesquisa foi contratada para nela exercer alguma função, tendo acesso a relatórios, pesquisas de opinião etc. No que diz respeito a sujeitos, pessoas discentes fazendo um estágio profissional em Boa Vista, Roraima, podem usar a proximidade com a instituição e seus trabalhadores para estudar algum processo específico ao qual jamais ou dificilmente teriam acesso sem participação direta.

Amostragens inventadas e híbridas

Como afirmamos no início dessa seção, se olharmos a partir da perspectiva de um cientista quantitativo, todas as técnicas de amostragem acima descritas compõem aquilo que chamamos de "ciência fluida" (*weak science*), ou seja, aquela que nunca pode demostrar com precisão absolutamente nada. O ponto central aqui é compreender que as humanidades, por conta da complexidade da linguagem (e das multilinguagens), não se prestam à determinação de medidas matemáticas, ainda que sejam utilizadas em alguns contextos específicos, que não deixam de proporcionar resultados vagos ou suspeitos.

Nesse sentido, as humanidades, que tendem ao campo interacionista ou subjetivista por definição, *assumem* que sua busca científica é de outra natureza e que perseguem apenas compreensão e explicação genérica de fenômenos, dado que nunca podem estabelecê-los com exatidão matemática, nem mesmo nas abordagens quantitativas, por conta da ambiguidade da linguagem. Todas as estratégias qualitativas de amostragem refletem, portanto, uma natureza pouco sólida se comparadas às quantitativas. Algumas são menos fluidas (como a amostragem intencional aleatória) e outras mais (como a amostragem conveniente, que pode introduzir vieses incontornáveis). No final das contas, o que importa ter claro é que seu objetivo, no mais das vezes, não é o de *medir*, mas o de *permitir o estudo de processos intersubjetivos e/ou subjetivos*, em contextos em



que a questão de pesquisa demanda olhares epistemologicamente mais interacionistas e/ou subjetivistas que ofereçam sugestões pertinentes, plausíveis. Estão, portanto, completamente fora do campo epistemológico puro da objetividade (aliás, impossível de ser alcançado nas humanidades, mesmo com pesquisas quantitativas).

Em função do que acabamos de expor, há possibilidades de invenção e de hibridação. Além das técnicas já mencionadas, ressaltamos que (a) abordagens de amostragem qualitativa completamente novas podem ser inventadas desde que bem definidas, e (b) adaptações e transformações a partir das existentes podem ser experimentadas. Tanto em (a) como em (b), ir para além do conhecimento acumulado pelos pares demanda a devida cautela. Deve-se sempre ter em mente a questão de pesquisa que orienta a investigação para selecionar uma amostra que seja eficaz, ou seja, que se preste a respondê-la.

Além dessas possibilidades, as estratégias de amostragem podem ser (c) intrinsecamente híbridas ou (d) extrinsecamente híbridas. Em (c) temos o caso da associação, ou seja, integração, de mais de uma estratégia de amostragem em um único estudo. Uma pesquisa pode, por exemplo, partir de uma amostragem de sujeitos por cota e, uma vez identificados os grupos e a quantidade de seus participantes, aplicar a amostra por estratificação. No exemplo de uma amostra de 70% de pessoas com nível básico de estudos (ensino fundamental) em Teresina, Piauí, pode-se nessa faixa, em seguida, proceder a uma estratificação por bairro, crença política ou situação econômica. Várias possibilidades de "mistura" de técnicas de amostragem híbrida de tipo (c) são possíveis. Na amostragem extrinsecamente híbrida (d), temos a possibilidade de integrar técnicas qualitativas com técnicas quantitativas. Por exemplo, escolhem-se pessoas por amostragem conveniente e, depois, monta-se uma quase-experiência científica (quantitativa) com grupos experimentais e de controle.



11

INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS



SOBREVOO DE POSSIBILIDADES

No Capítulo 7 (Introdução à metodologia) explicamos que, para podermos fazer um estudo empírico, precisamos de instrumentos para coletar dados. Trata-se de ferramentas que pessoas pesquisadoras empregam para sair a campo e buscar as informações necessárias para desenvolver seus estudos. A decisão sobre quais instrumentos empregar é a terceira etapa da metodologia. Ela decorre das primeiras duas etapas: a escolha do método e a adoção de uma ou mais técnicas de amostragem de documentos e/ou sujeitos. Dependendo da configuração do processo de pesquisa, as ferramentas podem variar. De uma maneira geral, há configurações que demandam a adoção de instrumentos de coleta de dados quantitativos (que possibilitam *medir* elementos capazes de responder questões e têm, portanto, uma natureza *fechada*), qualitativos (que orientam o processo de *sugerir* respostas plausíveis, mais *abertos*) ou híbridos (que integram tanto a *medida* como a *sugestão*). Em qualquer caso, protocolos sólidos devem ser adotados para garantir que os resultados possam ser organizados e cruzados, especialmente quando se aplicam diversos instrumentos produzindo uma diversidade de dados (Creswell; Creswell, 2018).

Neste capítulo, sobrevoaremos as possibilidades de utilização de vários instrumentos de coleta de dados, de acordo com a orientação geral adotada, notadamente a partir da questão da pesquisa e das duas primeiras etapas da metodologia. Abaixo, sintetizamos os instrumentos quantitativos e qualitativos mais frequentemente utilizados.



INSTRUMENTOS QUANTITATIVOS DE COLETA DE DADOS

INSTRUMENTOS QUANTITATIVOS DE COLETA DE DADOS DOCUMENTAIS

O campo quantitativo documental dispõe tanto de instrumentos específicos como de outros comuns aos que apresentaremos abaixo na seção correspondente aos instrumentos qualitativos. De uma maneira geral, seu objetivo é o de sistematizar informações matemáticas de modo a que se possa, a partir dos dados, identificar padrões e estabelecer relações que tornem possível compreender o campo estudado.

Instrumentos digitais variados de coleta e análise quantitativa

Os instrumentos contemporâneos de coleta de dados são, em sua maioria, digitais. Podem servir como apoio à observação sistemática ou na coleta de dados de diferentes naturezas. Oferecidos sob várias configurações de softwares, atendem diferentes necessidades e têm inundado o mercado com milhares de produtos. Um exemplo banal de instrumento quantitativo documental são os buscadores (ou navegadores web) que permitem que se possa ir atrás de documentos múltiplos, sejam textuais ou multilinguagem (áudios, vídeos etc.) para serem analisados e, em seguida, medidos com o uso de softwares de análise. Existem, portanto, ferramentas de análise de navegação web integradas às mais variadas plataformas que podem servir como instrumento de pesquisa analítica quantitativa. Há, ainda, ferramentas de análise de processos linguageiros, tanto quantitativas como qualitativas (podendo também viabilizar estudos híbridos). Entre as quantitativas, há instrumentos para análise



de conteúdo e outras formas de análise matemática, como os softwares de estatísticas. Há ainda softwares para análises qualitativas de textos e imagens e, finalmente, softwares híbridos que associam a qualidade com a quantidade como, por exemplo, os de geração de nuvens de palavras.[62]

Observação sistemática analógica

Envolve a observação direta, não mediada, de comportamentos e/ou eventos presenciais ou online, com registros estruturados por meio da utilização de protocolos suficientemente detalhados que assegurem consistência e que permitam processos de codificação quantificáveis. A observação sistemática ocorre quando, ao invés de utilizarmos softwares de coleta e tratamento de dados, como os mencionados na subseção anterior, fazemos registros por meios mais diretos. Observações verbais e não verbais registradas manualmente podem ser codificadas. Por exemplo, no campo não verbal, pode-se categorizar e estabelecer a frequência de gestos, expressões faciais, posturas publicadas em sites de relacionamento etc.

INSTRUMENTOS QUANTITATIVOS DE COLETA DE DADOS DE SUJEITOS

Questionários (entrevistas estruturadas)

Mais conhecidos como *survey*, os questionários ou entrevistas estruturadas são instrumentos de coleta de dados sistematizados

62 Evitamos recomendar softwares para não fazer propaganda de produtos vendidos por empresas com finalidade de lucro. No entanto, buscas simples na Internet permitem descobrir centenas de ferramentas dessa natureza, desde as que oferecem versões gratuitas às pagas, mais completas. Essa observação vale para as próximas referências que faremos sobre ferramentas que podem ser buscadas na Internet.

com questões e alternativas como respostas, entre as quais as pessoas respondentes devem fazer escolhas. Preparadas previamente, as respostas servem para coletar dados de sujeitos de maneira padronizada (Beck; Bryman; Liao, 2004). Cabe ressaltar que, além de ser um instrumento, dependendo da questão de pesquisa, a *survey* pode também ser considerada como um *método em si*. Os questionários ou entrevistas estruturadas, amplamente utilizados em pesquisa quantitativa, facilitam a análise quando associados a ferramentas adequadas de tratamento de dados. A febre de pesquisas por formulários na Internet, infelizmente, banalizou os questionários, produzindo estudos de qualidade extremamente duvidosa. Esse fenômeno acabou levando à crença generalizada de que é fácil preparar questionários quantitativos. Longe, mas muito longe disso! Devem ser cuidadosamente preparados, desenvolvidos, testados e validados junto à população que se quer estudar, antes de lançá-los para coleta de dados (Peterson, 2000).

A construção de questionários eficazes envolve a definição clara dos enunciados para a tomada de decisão da pessoa respondente, sejam os utilizados para testes de múltipla escolha, sejam para as escalas. Há escalas com muitas variações, associadas a *surveys*, onde lacunas devem ser preenchidas. Há também as escalas gráficas como as semânticas (por exemplo, categorias de frio a quente), as de Likert (categorias de juízo, relativos a enunciados declarativos onde, por exemplo, 1 é discordo totalmente e 5 é concordo totalmente) e as de Stapel (que medem juízos de +5 a -5). Combinar questões utilizando várias escalas diferentes é um trabalho árduo, delicado e, em certa medida, engenhoso. Peterson (2000) destaca que "a construção de escalas com múltiplos elementos ainda demanda considerável criatividade" (p. 80).[63]

63 [*for constructing multi-item scales, considerable creativity is still required*]. Nossa tradução do inglês para o português.



Questionários podem ser preparados direta ou indiretamente. No preenchimento direto, são administrados por pessoas que solicitam respostas presencialmente, por telefone ou videoconferência. No preenchimento indireto, são enviados pelo correio, disponibilizados na Internet em websites, redes sociais, e-mails etc. Cabe ressaltar que o autopreenchimento de questionários enviados ou solicitados indiretamente por e-mail ou redes sociais frequentemente obtém um número muito baixo de respostas, fato que é documentado na literatura e demanda o estudo de estratégias que possam produzir retornos significativos (Wu; Zhao; Fils-Aime, 2022).

Uma outra razão do extremo cuidado que se deve ter na preparação de questionários reside no fato de que se medem, com eles, conteúdos linguageiros sujeitos a múltiplas interpretações. Mesmo com cuidado, a própria natureza da linguagem enfraquece de maneira significativa qualquer pesquisa quantitativa nas humanidades, por promover ambiguidade e multiplicidade de interpretações. Quem já não se deparou com uma questão onde nenhuma das alternativas permite uma escolha (sem nem ter a famosa alternativa "nenhuma das anteriores")? Ou com um ordenamento de questões permitindo que, a partir de uma questão anterior, se infira logicamente a resposta da posterior? Ou ainda pesquisas de intenção de voto que erram as previsões a poucos dias da eleição (Gelman, 2021)? Ou seja, ou a resposta não se dá pela análise do que está sendo comunicado ou ocorre em função da estrutura e não do conteúdo, ou ainda não tem como, de fato, antecipar resultados, ainda que estatísticos. Estes não são problemas menores e podem invalidar completamente uma pesquisa quantitativa.

Estruturas de redes

Como vimos na parte de métodos de análise de estruturas de rede, é possível quantificar dados através do estudo das estruturas das relações entre usuários (por exemplo, conversas) e suas

manifestações (por exemplo, "likes") nas redes sociais. Estruturas de rede podem ser simples ou complexas e podem ser "baixadas" através do uso de softwares específicos. No caso de manifestações nas redes sociais, pode-se mapear dados vetoriais das interações. Por exemplo: "Paulo escreve para Maria que escreve para João, Rosa e Mateus, que respondem uns aos outros". Temos aqui um vetor comunicativo direcional de Paulo na direção de Maria; de Maria para João, Rosa e Mateus; de Maria para cada um de seus destinatários etc. Estas manifestações vetoriais podem ser quantificadas fazendo uso de diferentes estratégias. Há inúmeros softwares desenvolvidos com capacidades diferentes e possibilidades de aplicação variadas como, por exemplo, as de visualização de dados. Dados, usualmente disponibilizados em tabelas, podem ser tratados por plataformas diferentes e, dependendo de sua constituição e das particularidades das redes, serem apresentados diferentemente. Essas ferramentas são conhecidas como softwares de visualização de redes. Elas expressam as relações por meio de gráficos tradicionais (de colunas, de bolhas, de áreas, "pizza", densidade, 3D etc.) e mapeamentos de outra natureza (de nuvens de palavras, de calor, diagramas de rede etc.). O mapeamento permite que os dados sejam visualizados de diferentes maneiras, tornando visíveis eventos, tráfico Internet, *logs* (inscrições e informações temporais delas) e outras informações. Para além da pesquisa, são frequentemente usados no monitoramento de atividades online. Essas ferramentas são, em sua maioria, pagas, mas algumas apresentam versões gratuitas.[64]

64 Com simples buscas na Internet pode-se encontrar ferramentas quantitativas dessa natureza, assim como explicações detalhadas sobre cada tipo, seus usos e aplicações.



INSTRUMENTOS QUALITATIVOS DE COLETA DE DADOS

INSTRUMENTOS QUALITATIVOS DE COLETA DE DADOS DOCUMENTAIS

É fundamental ressaltar, de início, que há instrumentos qualitativos que são aplicáveis, igualmente, tanto a documentos quanto a sujeitos, grupos e comunidades. No caso desses últimos (como veremos na subseção seguinte), podem ser aplicados em situações individuais ou coletivas, assim como em contextos distanciados ou próximos que demandem alguma forma de participação de pessoas.

No que diz respeito aos instrumentos disponíveis para a coleta de dados qualitativos documentais, eles podem ser encontrados sob a forma de softwares de tratamento de discursos importados de interações, de anotações de campo e de arquivos variados. Servem para fazer transcrições (de dados provenientes de sujeitos, como entrevistas), para a organização qualitativa do discurso (de dados importados para codificação e posterior análise) etc. Como no caso dos instrumentos quantitativos, a escolha de quais utilizar vai depender do conjunto do projeto: problematização, teoria, questão de pesquisa e, mais particularmente, do método e das técnicas de amostragem escolhidas. Seu uso, diferentemente do caso das pesquisas quantitativas, é mais flexível e adaptável.

Cabe destacar que inúmeras ferramentas de pesquisa qualitativa contemporânea, relacionadas ao advento das tecnologias da informação e da comunicação, têm sido cada vez mais utilizadas. Muitas delas vão para além do texto, se estendendo à dimensão audiovisual. Capturam dados que enriquecem análises de contextos multilinguagem. Ou seja, incluem outras dimensões linguageiras, para além do texto linguístico, tradicional. Exemplos são ferramentas que permitem o estudo de contextos multilinguagem em redes

sociais. Dependendo das plataformas, são possíveis diferentes estudos de interações, incluindo a influência não somente de códigos de formatação das plataformas (bases lógicas de hardware e software), mas também de códigos de aprendizagem e de manipulação de comportamentos (como no caso dos algoritmos de IA – inteligência artificial).[65]

INSTRUMENTOS QUALITATIVOS DE COLETA DE DADOS DE SUJEITOS

Entrevistas

A entrevista é a ferramenta clássica de coleta de dados qualitativos de pessoas. Pode ser utilizada em contextos multilinguagem variados (presencialmente e/ou pela Internet, uso exclusivo da linguagem linguística e/ou de linguagens audiovisuais estáticas e/ou em movimento) e seus registros podem ser obtidos de várias maneiras. Por exemplo, por meio de gravação direta em áudio e/ou vídeo, de uso de plataformas digitais disponibilizadas em arquivos de instituições etc. Ao longo da história de uso dessa ferramenta para fins científicos, foram desenvolvidos três tipos principais e um adicional (que, na verdade, é um tipo híbrido), além de uma entrevista exclusivamente utilizada em estudos sobre o desenvolvimento cognitivo e ético-moral infantil. Começamos com essa.

ENTREVISTA CLÍNICA

A entrevista clínica, amplamente utilizada na área da saúde, foi desenvolvida por Jean Piaget (1937; 1976; 1977), com um olhar específico, em seus estudos sobre o desenvolvimento infantil.

65 Com simples buscas na Internet pode-se encontrar centenas de ferramentas qualitativas dessa natureza.



O biólogo, epistemólogo e psicólogo suíço desenvolveu o instrumento partindo da hipótese de que, por conta do desenvolvimento progressivo do cérebro da pequena infância até a sua maturidade na adolescência e juventude, se poderia identificar etapas de construção. Daí o atributo de "construtivismo" à sua teoria. Apesar de a palavra sugerir "etapismo", na concepção de Piaget o desenvolvimento deve ser entendido como um *continuum*, ainda que certas características próprias a certas idades possam ser identificadas em momentos específicos do crescimento infantil e adolescente-juvenil. Essas caraterísticas seriam identificadas através do uso de operações lógico-matemáticas, de modo que uma criança de 2 anos de idade apresentaria limitações no raciocínio que seriam diferentes das de um adolescente de 12 anos.

A entrevista clínica tem por objetivo, através de conversas sobre a vivência cotidiana das crianças, adolescentes e jovens, identificar as operações lógico-matemáticas subjacentes aos processos comunicativos de troca argumentativa. Com isso, a pessoa pesquisadora buscar identificar quais dessas operações já estão incorporadas à linguagem e pensamento dessas pessoas. Ao identificá-las, é possível compreender melhor o processo de aprendizagem. Exemplos clássicos tirados da teoria piagetiana do desenvolvimento infantil ressaltam, por exemplo, que em um teste operatório relacionado com a percepção de conservação de líquidos, uma criança na fase pré-operatória (que usualmente vai até os 6, 7 anos), ao ser apresentada a dois recipientes de forma diferente preenchidos com a mesma quantidade de água diante dela, dirá que um conterá mais líquido que o outro (porque os níveis visualmente observados são diferentes). Uma criança mais velha na fase operatória (usualmente a partir dos 9, 10 anos), compreenderá que mesmo visualmente o nível sendo diferente, ambos recipientes contém a mesma quantidade de água. As pesquisas mostram, ainda, que essas diferenças no desenvolvimento do raciocínio influem também no juízo afetivo-moral (Piaget, 2000).



ENTREVISTAS ESTRUTURADAS

As entrevistas estruturadas, usualmente utilizadas em pesquisas quantitativas, podem ser também aplicadas nas qualitativas. Esses instrumentos são preparados segundo um modelo fixo e perguntas diretas, como no questionário quantitativo, com o objetivo de buscar informações que possam responder à questão de pesquisa. São uma contrapartida mais aberta às entrevistas quantitativas onde pessoas participantes precisam escolher uma resposta (ou algumas alternativas entre as oferecidas). As entrevistas estruturadas qualitativas apresentam questões abertas cujas respostas devem ser redigidas e/ou oralmente apresentadas aos respondentes. Para que o instrumento tenha validade, é preciso que a pessoa que pesquisa já tenha uma ideia sobre o assunto. A entrevista serve, portanto, apenas para deixar mais claro aquilo que já está inferido e preparado no roteiro de perguntas. Nesse tipo de entrevista não há abertura para assuntos diferentes daqueles que estão sendo perguntados. Ou seja, em uma entrevista estruturada não é usual que se saia do roteiro. Na versão qualitativa, as questões demandam respostas discursivas fechadas que devem ser respondidas, no mais das vezes, por escrito (ainda que menos frequentemente possam ocorrer em um contexto em que a pessoa que entrevista grava as respostas, sem fazer qualquer intervenção). Como no caso quantitativo, sua estrutura é, portanto, padronizada. Além disso, se opõe às modalidades qualitativas das entrevistas semiestruturadas e não estruturadas (Beck; Bryman; Liao, 2004), ou seja, entrevistas em profundidade.

ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

As entrevistas semiestruturadas são preparadas da mesma maneira que as estruturadas, mas com flexibilidade (Triviños, 2009). A pessoa que pesquisa pode explorar, no desenrolar da entrevista semiestruturada, aspectos não cobertos pelas questões previamente preparadas, não diretamente relacionados com o que gostaria



de investigar. Warren (2001) chama esse processo de conversa orientada. É preciso deixar a pessoa entrevistada à vontade e deixá-la explorar elementos que lhe pareçam interessantes de modo que, ainda que sejam encaminhados em outras direções, possam levar a uma melhor compreensão do processo. Ou seja, combinam a rigidez da estrutura com a flexibilidade da conversa para evitar perda de foco. Dessa maneira, ainda que as respostas não tenham o mesmo alinhamento pergunta-resposta de uma entrevista estruturada, possibilitam uma exploração mais detalhada dos contextos com uma certa maleabilidade.

ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

O objetivo das entrevistas em profundidade, enquanto instrumento de pesquisa qualitativa, é o de fazer emergir informações que tornem possível uma maior compreensão a respeito de eventos vividos. Dessa maneira, em vez de conduzir, a pessoa que entrevista deve fazer com que as entrevistadas expressem e interpretem seu mundo não coercitivamente, à sua maneira (Knott *et al.*, 2022), de modo profundo. Johnson (2001) afirma que a busca de profundidade não é óbvia, pois há diversos entendimentos de seu sentido. É necessário, segundo o pesquisador, que a pessoa que entrevista se torne aluna da entrevistada. Além disso, é importante que esse processo de coexistência dê lugar a um entendimento sensível das experiências intersubjetivas. Um outro aspecto é permitir que se possa problematizar as percepções sobre as questões discutidas, pois a articulação de olhares múltiplos pode trazer entendimentos sobre os processos que emergem do senso comum.

As entrevistas em profundidade são, de certa maneira, o oposto das formas que se fundam em estruturas, na medida em que se constituem como conversas para fins de conhecimento mútuo que vão se estabelecendo ao longo de vários encontros. O uso correto desse instrumento depende de várias etapas. Primeiro, deve-se



buscar conhecer bem a pessoa que se quer entrevistar até obter sua confiança. Só depois as conversas podem começar. Outro aspecto é que não devem ser realizadas uma única vez, mas várias vezes (que podem até tomar longos períodos). Essa característica é fundamental para que se possa compreender as experiências e vividos das pessoas pesquisadas em função de suas percepções, cognições e sentimentos afetivos e ético-morais. É essencial também saber que a pessoa que entrevista também precisa se abrir e estabelecer trocas honestas e autênticas com a entrevistada. Por exemplo, no caso da *survey* quantitativa (que pode ocorrer tanto como instrumento de pesquisa ou como método), a entrevista em profundidade é um instrumento de orientação subjetivista que, quando utilizado sozinho, pode ser considerado, em si mesmo, um método de pesquisa qualitativa específico e independente (entrevista em profundidade como instrumento de pesquisa ou entrevista em profundidade como método). Ou seja, dependendo do caso, a entrevista em profundidade pode ser método, instrumento de pesquisa, ou os dois ao mesmo tempo. É ideal para buscar compreender questões complexas e subjetivas.

ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS EM PROFUNDIDADE

Mais recentemente, na história do desenvolvimento do instrumento de pesquisa "entrevista", investigadores amalgamaram as vantagens da entrevista semiestruturada com as da entrevista em profundidade. Essa novidade nasce no contexto de uso cada vez maior das tecnologias de videoconferência e trocas pela Internet. Isso é realizado de maneira a que seu encaminhamento possa ser realizado como a entrevista semiestruturada, mas indo um pouco mais longe. Ou seja, levantar informações capazes de promover respostas a perguntas pré-estruturadas, mas com flexibilidade e tolerância maiores para desvios e digressões, sem a necessidade de se estabelecer relações intersubjetivas que demandem muito empenho e tempo para serem estabelecidas. Na entrevista semiestruturada em profundidade, a pessoa que entrevista busca as respostas para



as questões de pesquisa, admitindo enriquecê-las com as digressões das pessoas entrevistadas (Morris, 2015). Admite-se, nela, a possibilidade de se desenvolver entrevistas com apenas um encontro, em vez de vários. O objetivo é, portanto, ir além dos resultados que normalmente são obtidos com entrevistas semiestruturadas, buscando ir mais fundo nas questões.

ENTREVISTAS PELA INTERNET

Todas as modalidades de entrevista (estruturada, semiestruturada, em profundidade e semiestruturada em profundidade) podem ser realizadas com instrumentos de mediação pela Internet. No entanto, a perda do contato físico, a impossibilidade de se perceber a linguagem corporal, a dificuldade de se construir intimidade, além dos problemas inevitáveis de conexão (Zeeland; Broeck; Tintel, 2021), podem incidir negativamente sobre o que se pode obter nessas entrevistas. Esses problemas são marcadamente mais graves nos casos em que se busca ir mais longe, podendo, sobretudo, inviabilizar a modalidade da pesquisa em profundidade.

A literatura sobre os usos da Internet para a realização de entrevistas de pesquisa é vasta. Cobre desde o período pré-pandemia, como durante e pós-pandemia, quando foram mais utilizadas. Explora não somente os tipos, mas a adoção de diferentes interfaces e possibilidades: das redes sociais às várias formas de videoconferência[66].

66 Pesquisas ilustrativas de aplicação podem ser buscadas durante uma revisão da literatura. São hoje milhares. Alguns exemplos limitados a artigos da época quando pesquisas dessa natureza se consolidaram podem ser encontrados em Deakin e Wakefield (2014), Janghorban, Roudsari e Taghipour (2014), Kohl e Gotzerbrucker (2014), Lara e Campos (2016) e Mann e Stewart (2001). Como exemplos pontuais mais recentes, temos Ronfini e Campos (2020), Heiselberg e Stępińska (2023), e Campos e Carvalho (2024)



Grupo focal

A técnica do grupo focal corresponde a uma discussão coletiva que pode ser muito ou pouco estruturada, onde se busca conhecer as ideias, fundadas em percepções, cognições e/ou sentimentos afetivos e ético-morais das pessoas que participam da pesquisa, em função de um objetivo claramente determinado. Para alcançá-lo, os grupos focais precisam ser organizados em ambientes acolhedores, e competentemente planejados, organizados e gerenciados (Krueger; Casey, 2014). Com o passar do tempo, as técnicas dos grupos focais começaram a receber modificações em função das necessidades de pesquisa. Atualmente, exibem configurações variadas, aparentadas àquelas encontradas nas entrevistas. Por isso, grupos focais são muitas vezes chamados de "entrevistas coletivas", apesar de este termo não ser universalmente adotado.

Na medida em que os grupos focais possuem um elemento de liderança, com uma ou mais pessoas responsáveis pela orientação das interações, habitualmente apresentam duas formas de condução. A pessoa que lidera pode agir como *moderadora* do tema em discussão. A noção de moderação está relacionada a uma condução bem estruturada das trocas e, portanto, pode ser entendida como uma entrevista coletiva estruturada. Diferentemente, a pessoa que lidera pode atuar como *facilitadora*. A noção de facilitação está relacionada a uma condução flexível das trocas. Ou seja, pode ser entendida como uma entrevista coletiva semiestruturada. Essas duas formas gerais podem ser realizadas de diferentes maneiras: com foco na pessoa que modera ou facilita, ou com foco nas interações entre as pessoas. O design depende dos objetivos. Independentemente da maneira como são geridos, os grupos focais devem sempre ser conduzidos com objetivos claros, apresentados, compactuados e validados antes do início das conversas. Devem também buscar respostas a questões de modo a que se chegue a alguma conclusão. Nesse sentido, os objetivos definidos devem ser cumpridos e o processo



deve convergir na direção de serem satisfeitos. Existem algumas configurações básicas de grupos focais, que apresentamos a seguir.

GRUPO FOCAL TRADICIONAL

Os grupos focais tradicionais são formados por coletivos de tamanho médio, normalmente entre 8 e 12 participantes (Frey; Fontana, 2019; Grudens-Schuck; Allen; Larson, 2004), mas podem chegar a bem mais. São, em geral, moderados, ou seja, a pessoa responsável pela condução das interações guia as discussões com base em um roteiro fixo e bem estruturado. Quanto maior o grupo, mais forte deve ser a estruturação para que as conversas não desandem por divergências conflituosas e para garantir que os objetivos sejam alcançados. A vantagem do grupo focal é a de poder fazer emergir diferenças e semelhanças entre pontos de vista, que podem ser organizados de diferentes maneiras. Se moderados adequadamente, possibilitam que as pessoas que participam apresentem argumentos baseados em premissas e conclusões que a pessoa que modera deve procurar colocar à prova no grupo com possibilidade de réplicas e tréplicas, evitando confrontos onde o diálogo seja rompido. Este formato é útil para capturar uma variedade de opiniões e gerar discussões ricas. Ainda que haja pontos negativos quando realizados online, são benéficos para abrir espaço junto a populações vulneráveis como a LGBTQIA+, entre outras (Adler; Salanterä; Zumstein-Shaha, 2019).

MINIGRUPO FOCAL

Ainda que o termo "minigrupo focal" não seja bem estabelecido, indica, como diz o nome, que é pequeno em termos de composição. Kitzinger (1994) validou o caráter desses grupos focais como instrumento adequado para explorar olhares e experiências por meio das interações, organizando, em suas pesquisas, vários grupos com seis participantes em média. Este número corresponde ao que hoje



se convencionou chamar de "minigrupos focais". Neste formato, as pessoas que participam acabam ficando mais expostas, o que permite discussões mais significativas. Ao promover interações mais próximas, mais profundidade é obtida. Esta técnica é, geralmente, apropriada para o debate de questões sensíveis que, em um grupo amplo, poderiam degenerar em confrontos difíceis de serem gerenciados. A técnica de gestão de grupo mais adequada a ser adotada no caso dos minigrupos é a facilitação, com abertura para conversa entre as pessoas que participam. Os minigrupos podem também ser organizados pela Internet (como no caso das entrevistas), com o inconveniente de não terem a mesma flexibilidade dos grupos focais tradicionais.

Roda de conversa

Presentes na tradição crítica inaugurada por Paulo Freire na obra "Pedagogia da autonomia" de 1996, as conversas – entendidas como construção crítica na relação de docentes que não podem existir sem discentes – tomaram rumo diverso na pesquisa social brasileira recente sob a denominação "rodas de conversa". Na literatura internacional o termo mais próximo é *round table* (mesa redonda), usado como modalidade de sessão de troca científica em congressos e não como instrumento de pesquisa. No Brasil, a roda de conversa apareceu há cerca de pouco mais de uma década, quando começou a ser utilizada em pesquisas qualitativas. Rodas de conversa são encontros informais onde as pessoas que delas participam conversam livremente sobre um assunto qualquer, sem qualquer estrutura e sem hierarquia entre participantes, em um contexto de diálogo, escuta e reflexão (Moura; Lima, 2014). Surgem na época dos movimentos altermundialistas de juventudes, convocados pela Internet. Nas ações realizadas nesses movimentos, as pessoas jovens tomam espaços públicos coletivamente, mas sem comando, de modo que as intervenções se caracterizam pela recusa de liderança centralizada.



No máximo, há lideranças naturais ou pessoas que se manifestam mais, nessas rodas, por conta de suas personalidades.

Nas universidades, ainda que pessoas pesquisadoras possam tomar a iniciativa de chamar as rodas de conversa, ao longo dos encontros não há liderança. Seu modelo é, portanto, mais flexível do que o da facilitação de grupos focais. As pessoas que organizam as rodas de conversa poderiam ser chamadas de *condutoras-seguidoras* (em vez de moderadoras ou facilitadoras) porque apanham um fio de conversa e o devolvem buscando não manter em suas mãos controle algum, mas motivar as pessoas a se manifestar e se expressar. Não há "resultados" na aplicação desse instrumento (não é seu objetivo), a não ser fazer emergir o que cada um percebe subjetivamente daquilo que é conversado e compartilhado no grupo. As trocas podem ser documentadas concorrentemente (enquanto rola a conversa) ou retrospectivamente (depois de rolar a conversa), por meio de anotações e/ou gravações e filmagens ("narrativas").

Registros de observações – Tomada de notas

Os registros de observação são anotações que a pessoa que pesquisa vai registrando e acumulando ao longo do processo de estudo, de modo a descrever detalhadamente contextos, ambientes, comportamentos e outras manifestações humanas de grupos culturais específicos. Usualmente, tais processos ocorrem em contextos inspirados pelo método etnográfico. Emerson, Fretz e Shaw (1995) exploram as dificuldades de se intervir em um contexto cultural diferente do da pessoa que pesquisa e, ao mesmo tempo, ter de tomar notas, trabalho que consideram integrado e complexo. De acordo com o olhar, os resultados são diferentes. É certo que não há distanciamento absoluto possível e que, mesmo diante de olhares epistemológicos diferentes, as tomadas de nota podem variar muito em função das perspectivas das pessoas que pesquisam. Quando



a pessoa pesquisadora tem olhar epistemológico mais objetivista, mais distanciado, escreve descrições, relatos, do que supõe ver e ouvir. Quando admite as interações e os efeitos de sua participação no contexto das trocas, tece na escritura as relações intersubjetivas assumindo a intervenção da própria subjetividade na construção negociada dos sentidos. Quando o olhar epistemológico somente admite as impressões das próprias percepções, cognições e sentimentos, ou seja, emergências subjetivas ancoradas em protofatos, a redação torna-se uma autonarrativa daquilo que a pessoa julga ser "sua verdade". De qualquer maneira, a tomada de notas de observação é um instrumento clássico na pesquisa etnográfica e muito utilizado nas humanidades.

É importante lembrar que o conjunto de anotações da pessoa que pesquisa, na medida em que os trabalhos se desenrolam ao longo do tempo, geralmente dá lugar ao que chamamos de "diário de campo" ou "diário de bordo" que, além dos textos redigidos, podem também ser acompanhados de captura de sons e imagens. Na medida em que os registros vão depender da orientação epistemológica da pessoa que pesquisa, poderíamos categorizar grosseiramente aqueles que são *bem estruturados* com identificação de data, hora, local e outros dados sobre o contexto, que deve ser meticulosamente descrito; os *medianamente estruturados*, que coletam dados estruturados e não estruturados no vai e vem das interações; e os *sem estrutura*, que registram as narrativas das pessoas envolvidas através do filtro interpretativo subjetivo da pessoa que pesquisa.



12

ANÁLISE DE DADOS E INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS



Dentro das perspectivas das humanidades, o processo de pesquisa pode ser feito de muitas maneiras e inúmeros caminhos podem ser percorridos. Quando chega a hora de comunicar a pesquisa realizada, os processos e resultados, tomados juntos ou separadamente, precisam se configurar como relatos da pessoa pesquisadora que os analisou e/ou interpretou. Os textos de metodologia trazem muitas vezes as palavras "análise" e "interpretação" como termos ora distintos ora sinônimos, o que não ajuda em nada as pessoas jovens que querem trilhar caminhos de investigação a esclarecê-los, seja na preparação de projetos de pesquisa de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, seja de investigações para instituições públicas ou privadas que operam com objetivos não acadêmicos.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO SEGUNDO A EPISTEMOLOGIA

Antes de apresentar parâmetros gerais de análise e/ou de interpretação, esclarecemos, de um lado, as dificuldades inerentes aos processos de pesquisa quantitativa e qualitativa nas humanidades e, de outro, as maneiras prevalentes de se definir os termos "análise" e "interpretação". No que tange à compreensão do que seja uma pesquisa nessas grandes áreas, é preciso reconhecer que o uso dos métodos quantitativos é bem mais restrito do que os dos qualitativos e os híbridos (que fazem ambos convergir). É por essa razão que, nesse livro, não nos concentramos tanto nos detalhes das diversas possibilidades de *medidas*, assim como das múltiplas possibilidades de se chegar a *sugestões*. Apresentamos orientações gerais, que devem ser aprofundadas pelas pessoas discentes interessadas em bolar e preparar projetos de pesquisa. No caso da perspectiva quantitativa, por exemplo, as que se embrenharem nessa direção deverão buscar uma formação específica em matemática e, sobretudo, no subcampo da estatística. No que tange à formação



qualitativa, as pessoas discentes precisam compreender as fontes epistemológico-teóricas que orientam as diversas abordagens, para serem capazes de preparar projetos coerentes, tendo consciência de se são científicos (empiricamente fundamentados) ou crítico-filosóficos (teoricamente ancorados).

No Capítulo 5 (Já ouviu falar de epistemologia?), onde discorremos sobre as bases epistemológicas dos conhecimentos, explicamos que a maneira de se compreendê-las depende de identificar se a perspectiva do fazer científico está mais ligada ao objeto (objetivismo), ao sujeito (subjetivismo) ou em algum ponto do *continuum* entre esses polos (diferentes abordagens epistemológicas interacionistas). No primeiro caso, o sujeito **S** acredita que, para conhecer o mundo **O**, tem de ultrapassar o campo de seu corpo próprio para estabelecer maneiras de garantir que o que conhece fora dele está realmente fora, é dele separado e autônomo. No objetivismo puro, não se deve somente medir, mas, através da medida, apresentar necessidade e universalidade. Ou seja, não há como negar o conhecimento obtido (necessidade), e duvidar de sua validade para todas as pessoas (universalidade). No segundo caso, o sujeito **S** acredita que só pode conhecer o que lhe é dado pelo corpo próprio, de modo que a existência do mundo **O** é apreendida unicamente como percepção. O conhecimento, nesse caso um "saber", emerge das percepções de cada momento: é contingente e particular. Ou seja, se submete às insígnias do momento (contingência) e é válido somente para o sujeito (particularidade). Nos casos híbridos, há um vai e vem entre o sujeito **S** e objeto **O**, de modo que, a partir de diferentes possibilidades de relações entre um e outro, leva-se ambos em consideração para compreender a si e ao mundo. Neste caso, há admissão de um mundo fora do sujeito apenas na medida do acordo social que lhe confere existência. Nesses casos, há um sem-número de possibilidades. Há ainda situações mais extremas que poderiam ser tratadas como dissolução ou colapso da diferença entre sujeito e objeto em uma totalidade onde ambos são indistinguíveis (fenomenologia).



Wells e Giacco (2024) apresentam uma classificação semelhante à que mostramos acima, tratando das perspectivas qualitativas que atravessam várias disciplinas que delas fazem uso. Os autores chamam o campo do objeto **O** de "positivismo", que precisa ser altamente estruturado e aplica-se mais às abordagens quantitativas. Quando aplicado às qualitativas, ignoram as influências individuais e focam em padrões coletivamente compartilhados, sem obter universalidade. No campo do sujeito **S**, que chamam de "interpretivismo", é considerada somente a experiência individual. Concentra-se em amostras pequenas e entende-se o conhecimento como uma produção essencialmente subjetiva ("saber"). O campo epistemológico interacionista é chamado pelos autores de "realismo crítico", pois adota uma postura flexível no trato das questões, tece o objetivo **O** com o subjetivo **S** e busca explicar os conhecimentos adquiridos articulando a capacidade de apreender, por meio da relação entre as percepções, a realidade negociada dos fatos.

Fazemos essa digressão toda para discutir o que é, afinal, uma "análise" e uma "interpretação". O uso que fazemos dessas palavras depende do olhar epistemológico. Toda análise é um processo de sistematização. Se acreditamos que colhemos "dados" e que estes podem ser sistematizados, estruturados e codificados, então uma análise pode desembocar em duas possibilidades: (a) na qual os resultados *não são* passíveis de interpretação, porque falam por si (caso das abordagens estritamente objetivistas, "positivistas"); (b) na qual os resultados *são* passíveis de interpretação, porque *não* falam por si e dependem de conceitos teóricos que os enquadrem em um campo explicativo mais amplo (caso das abordagens epistemológicas interacionistas, "realistas críticas"). No entanto, se não entendemos a pesquisa como um processo sistemático de "coleta de dados", mas de uma vivência impossível de ser transferida, na medida em que não se buscam dados, mas apenas a emergência das percepções, ideias, sentimentos e juízos do sujeito, então temos somente a "interpretação" (que é o relato narrativo do que a pessoa que faz



a pesquisa subjetivista ou "interpretiva" acha de si e dos encontros com as pessoas com as quais conviveu durante o processo).

Essa maneira de se categorizar pode levar a críticas de que muito do que se faz nas humanidades, não tem o menor valor científico. Willig (2017), por exemplo, explica que o processo de "análise" (no lugar do da "interpretação") tem sido adotado para evitar que os estudos sejam considerados da ordem da criatividade e da imaginação. Ou seja, a abordagem "positivista" seria considerada a única capaz de resultar em ciência (o que é, no mínimo, contencioso e controverso hoje em dia, dada a história de três quartos de século dos estudos qualitativos e, em muitos casos, de sua integração com filosofias). Apesar dessas querelas, podemos chegar a um acordo sobre a organização dos diferentes olhares epistemológicos, dentro de um espírito de abertura e aceitação da diferença nas humanidades. Ou seja, um *continuum* com quatro momentos bem-marcados. (1) Se a pessoa que pesquisa é objetivista "sólida", só há análise de dados e resultados, ainda que se possa, na perspectiva "fluida", agregar uma interpretação empirista que busque confirmar seus dados quantitativos. (2) Se é subjetivista, só há interpretação do processo, na medida em que a palavra "dado" não se coaduna com a perspectiva da subjetividade. (3) Se a pessoa que pesquisa adota uma postura epistemológica interacionista, temos aí análise de dados e interpretação dos resultados. Ou seja, nesse caso há coleta de dados que são não somente analisados, mas interpretados temática e/ou teoricamente. Finalmente, (4) temos a perspectiva onde há dissolução do sujeito e do objeto em uma única entidade, caminho das perspectivas holísticas, fundadas, principalmente, na interpretação. Isso posto, temos um *continuum* epistemológico que pode determinar se o projeto de pesquisa terá um capítulo de "Análise de dados e resultados", de "Interpretação do processo" ou ainda de "Análise de dados e interpretação dos resultados".



ESTRATÉGIAS:
ANÁLISES E INTERPRETAÇÕES

Como vimos, as estratégias de análise de dados e de interpretação dos resultados, dentro do leque de práticas das pesquisas humanas e sociais, podem ter diferentes orientações. De um ponto de vista geral, provêm das tradições científicas que configuraram o campo desde o século XIX, e foram delineadas em função dos processos inicialmente estabelecidos pelas áreas das exatas e biológicas. Tais processos envolvem a coleta de dados e resultados, e a análise empírica e/ou interpretativa com vistas a responder às questões de pesquisa. A maneira de se estruturar análises e interpretações pode variar muito dependendo da tradição teórico-conceitual, e cada tradição específica trabalha com uma abordagem metodológica diferente. É importante ressaltar novamente que, diferentemente de processos em que se realiza apenas análise de dados, feita *estritamente sobre os resultados* (ou seja, empiricamente "pura"), no caso de processos em que além de se analisar os dados *também se os interpreta* (ou seja, temática e/ou teoricamente), as categorias interpretativas são *concomitantes ou precedem os resultados* e os configuram (pois a análise é "lida" dentro de um pré-contexto temático e/ou teorizado).

Cabe sublinhar aqui que entre as possibilidades epistemológicas *gerais* apresentadas abaixo, há sempre que se escolher uma vertente *específica*, usualmente relacionada com autores originais e "escolas" acadêmicas. Ou seja, há várias formas de objetivismo, de interacionismo epistemológico, de subjetivismo e de abordagens fenomenológicas que se constituem a partir das abordagens teórico-filosóficas de pessoas autoras específicas.



ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE DE DADOS (OBJETIVISMO)

As estratégias de análise de dados e resultados ditos "objetivos" vêm, historicamente, das linhas quantitativas. Quando adotamos uma perspectiva qualitativa objetivista, adequam-se os procedimentos já desenvolvidos no campo quantitativo, sem a possibilidade de se obter necessidade e universalidade. Nesta seção tratamos principalmente da abordagem quantitativa, mas a pessoa pesquisadora deve ter em mente que esta perspectiva pode se estender à abordagem qualitativa sempre que isso for possível (na maioria dos casos levando a abordagens híbridas).

Para pessoas que pesquisam com o objetivo de obter resultados mais distanciados dos fenômenos, por ter a crença epistemológica de que essa abordagem permite verificabilidade, a abordagem quantitativa é a indicada para a coleta e análise de dados empíricos no campo das humanidades. Esse olhar tem incidência sobre a metodologia porque parte de uma base supostamente menos subjetiva para a formulação de hipóteses e o levantamento de questões. Dizemos aqui "menos subjetiva" porque, ainda que expliquemos o objetivismo aqui, não acreditamos que se sustente no campo humano e social da mesma maneira que nos campos exatos e biológicos. Ainda que o objetivismo possa ser abordado quantitativamente nas humanidades, nunca pode se desfazer totalmente da qualidade porque as pesquisas são sempre empregadas na medição de discursos que são, essencialmente, manifestações linguageiras embebidas de subjetividade. Por exemplo, os questionários, para serem aplicados "objetivamente", são preparados com sentenças e declarações linguageiras "subjetivamente" construídas. A associação ao objetivismo aqui reside na consideração do mundo das ideias como materialidade empiricamente acessível por meio das palavras.

A utilização de métodos, estratégias de amostragem, instrumentos de coleta de dados e estratégias de análise quantitativa



permite estudos detalhados e precisos. Como vimos em capítulos anteriores, exemplos podem ser encontrados nas análises de conteúdo, nas pesquisas de opinião, nos estudos de audiência ou em experimentos controlados. Além disso, como já ressaltado, a dimensão quantitativa pode tanto permitir apenas a análise de dados e resultados numéricos (quando são apresentados por frequências e medidas estatísticas) quanto ser abordada qualitativamente por meio de dados discursivos. Exemplo desses últimos pode vir da primeira onda da teoria fundamentada, que tem bases empíricas sólidas fundadas na categorização e quantificação de temas dos discursos analisados (Glaser; Strauss, 1967). Pode, ainda, ser integrada à qualitativa em abordagens híbridas, processo que tem se intensificado porque, como explica Irwin (2008, p. 435) "ligar métodos é visto, cada vez mais, como uma maneira de avançar explicações sociais."[67]

De uma maneira geral, os dados recolhidos através dos instrumentos quantitativos prestam-se a dois tipos de análise. O primeiro, descritivo, trata de descrever sistematicamente os resultados. O segundo, inferencial, trata de fazer inferências a partir dos resultados e tirar conclusões. O uso isolado do primeiro, ou do primeiro complementado pelo segundo, depende da questão de pesquisa. Se a questão de pesquisa demanda apenas uma descrição dos fatos em estudo, basta o primeiro tipo de análise. No entanto, se se quiser testar uma hipótese e estabelecer generalizações, é preciso agregar à análise descritiva, uma análise inferencial, que leva à confirmação ou negação de uma teoria existente, ou à produção de uma nova teoria. Retomando o que já foi explicado anteriormente, uma *hipótese* é uma afirmação provisória que é colocada à prova para ser confirmada ou não. Uma *generalização* é o processo de antecipar possíveis resultados em outros contextos semelhantes, em função da pertinência da hipótese.

67 [*linking methods is increasingly seen as a way forward in advancing social explanation*]. Nossa tradução do inglês para o português.



Em quaisquer trabalhos quantitativos é necessário se estabelecer um procedimento passo a passo. O trabalho de amostragem mostra-se, aqui, essencial para se proceder à quantificação, após a codificação que leva à análise. Como já explanamos, no campo quantitativo, a "codificação" é aplicada a quaisquer processos que demandem análises cujas unidades serão transformadas em entidades matemáticas (números, porcentagens, médias, variações etc.). Lembramos também que para se estudar dados e resultados, o procedimento deve sempre começar pela definição da *unidade de análise*. A estrutura de codificação é essencial porque dela parte toda a sistematização dos dados. Só assim a pessoa pesquisadora poderá, de acordo com as fontes de conteúdo (arquivos, jornais, websites etc.), quantificá-las a partir da unidade de pesquisa que escolheu e, depois, selecionar o que será estudado por meio da adoção de técnicas de amostragem.

Com resultados nas mãos, o que fazer com os dados? Na tradição científica, principalmente na quantitativa, adotam-se processos de visualização para apresentá-los, normalmente através de tabelas e gráficos de vários tipos. Ainda que não sejam obrigatórios, ferramentas de visualização ajudam muito a organizar a seção de análise de dados. Ao se colocar dados em representações visuais, pessoas cientistas facilitam a comunicação dos resultados de suas pesquisas, permitindo melhor compreensão de conteúdos dos mais simples aos mais complexos. As mais conhecidas são as *tabelas* que apresentam informações lineares (somente linhas) e as *matrizes*, que cruzam informações dispostas em linhas cruzadas com colunas. Outras representações podem ser feitas com diversas figuras geométricas capazes de representar resultados mais complexos (triângulos, polígonos de várias conformações etc.). Tabelas podem ser transformadas em *gráficos*. Gráficos podem espelhar tabelas e serem construídos de outras formas. Atualmente, representações dinâmicas digitais em 2D e 3D podem ser criadas para representar informações de modo mais complexo do que as estáticas. A pessoa



que aprende a fazer pesquisa, para comunicá-la, precisa ter em mente que a apresentação visual das informações deve, obrigatoriamente, ser acompanhada de explicações textuais que orientem as pessoas leitoras a compreender o processo de análise.

Não há regras específicas para se explicar como, a partir de uma análise, se chega a uma conclusão, além das regras lógicas e argumentativas de redação. Quando as conclusões dependerem de vários conjuntos de informações provindos de diferentes instrumentos de coleta de dados (ou seja, várias subconclusões), devem passar pelo mecanismo da *triangulação* que introduzimos ao explicar o método do estudo de caso no Capítulo 9 (Métodos qualitativos). Uma vez analisados os dados sistematicamente organizados e triangulados (cruzando as subconclusões), a pessoa pesquisadora pode, então, elencar suas conclusões finais. Ou seja, a análise de dados é realizada *somente após os resultados serem conhecidos*, diferentemente dos outros casos que veremos mais adiante.

ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO (SUBJETIVISMO)

No caso da perspectiva subjetivista,[68] como nela não se acredita que o mundo exista em si, mas somente a partir dos processos subjetivos que percebem a existência própria, seria incoerente a pretensão de se fazer uma análise de "dados". Nesse caso, somente há interpretação da documentação dos processos perceptivos que podem envolver diferentes dimensões do viver, dependendo da questão da pesquisa. Não há, portanto, "resultados". Podem ser percepções da atividade cognitiva, dos afetos, dos juízos etc. Do ponto de vista epistemológico, há um sem-número de formulações filosóficas que fundam o que chamo aqui de "subjetivismo" e que atravessa, notadamente, as críticas produzidas pela fenomenologia, pelo pós-modernismo e pelo pós-estruturalismo.

68 Subseção preparada majoritariamente com base em informações de Smith (2018) e Aylesworth (2015).



Comecemos pelas contribuições da abordagem fenomenológica que rejeita o empirismo na descrição dos fenômenos, orientando-se na direção de como estes se revelam à consciência. Desde o século XIX, quando apareceu, tem influenciado as humanidades. A fenomenologia nasce com as contribuições de Franz Brentano e Edmund Husserl, que propõem uma abordagem ancorada na experiência e no fenômeno da intencionalidade para fundar uma ciência. No século XX, Martin Heidegger a reconfigura, passando a se concentrar no que chamou de *Dasein* (ser no mundo), ideia que se refere à dinâmica permanente do existir em contextos histórico-culturais onde atuamos de modo interpretativo. Essa vertente acaba por influenciar um novo movimento de reflexão filosófica cujos expoentes são o existencialismo de Jean-Paul Sartre, a filosofia da percepção de Maurice Merleau-Ponty e a fenomenologia feminista de Simone de Beauvoir. Outras contribuições foram desenvolvidas a partir de um ponto de vista interpretativo, cujos principais autores são Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur, entre outros.

Paralelamente ao desenvolvimento ulterior da fenomenologia, apareceram os filósofos pós-modernistas (colocando em questão a "verdade") e, depois, em continuação, os pós-estruturalistas (ressaltando a problemática discursiva nas construções sobre a "verdade"). Esse movimento dual, mas confluindo unitariamente em seus fundamentos, questiona a tradição iluminista no que tange à importância que dá à ciência o atributo de buscar verdades objetivas, à problemática da identidade e aos discursos históricos estabelecidos. Propõe, em seu lugar, o conhecimento contextual e a ambiguidade, a multiplicidade e a diferença contrapondo-se à ideia de que a identidade é dada. Avança, ainda, as ideias de desconstrução e de colocação em questão dos discursos histórico-culturais. Ainda que interrelacionados, os principais expoentes do pós-modernismo, são Jean-François Lyotard, que deu nome ao movimento, e Jean Baudrillard. No campo pós-estruturalista, temos Michel Foucault, que reinaugurou a genealogia nietzscheana para buscar as origens dos discursos sobre poder em sua relação com o conhecimento, Jacques



Derrida, que colocou em questão a estabilidade da linguagem, e Gilles Deleuze e Félix Guattari, que propõem a filosofia da diferença. Todos buscam demolir as estruturas do pensamento contemporâneo tais como foram dadas historicamente, propondo um *além*.

Há que se considerar que a fenomenologia e a tradição pós-modernista/pós-estruturalista compartilham um certo número de posições. Entre as questões que são comuns temos a problemática do corpo próprio (como fundamento material do sujeito), particularmente trabalhada por Judith Butler em seus estudos sobre gênero, e da linguagem como expressão e do poder (que se insere pelo discurso e conforma as práticas do corpo no mundo da atuação política).

As pessoas que querem adotar a perspectiva subjetivista, na medida em que é essencialmente interpretativa e não é fundada em análises de dados, não tem outra saída que a de mergulhar na filosofia específica da pessoa pensadora que julgarem mais apropriada para o estudo que querem empreender. Há que se considerar aqui que a questão de pesquisa, nesse caso, é uma estratégia de questionamento da questão inicialmente colocada, em busca das respostas que outras questões buscaram, ou seja, um processo de *problematização a respeito daquilo que se supõe saber*. Cabe deixar bem claro que o subjetivismo leva a uma abordagem qualitativa específica que demanda grande conhecimento da filosofia que se adota, de modo que, para se preparar um projeto de pesquisa dessa natureza, uma metodologia filosoficamente coerente e específica deve ser desenvolvida. Não se trata, portanto, de metodologia "científica" ancorada na obtenção de dados empíricos, mas de uma metodologia "filosófica".

ESTRATÉGIA DE ANÁLISE DE DADOS (FATOS) E INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS (INTERACIONISMO EPISTEMOLÓGICO)

As estratégias de análise de dados e interpretação dos resultados que chamamos de "epistemologicamente interacionistas"

(que consideram as interrelações entre o sujeito e o objeto e entre os sujeitos – intersubjetividade), podem ser consideradas como "padrão oficial" das pesquisas qualitativas acadêmicas. Seguem, assim, processos mais ou menos bem estabelecidos que envolvem, no campo de admissão de *uma certa objetividade*, (a) os dados coletados enquanto *fatos*[69] e (b) a *crença* de que se possa fazer uma análise sistemática desses fatos. A esta se integra a admissão de *uma certa subjetividade*, que envolve (c) a construção de categorias temáticas a partir do entendimento próprio e/ou a aplicação de conceitos teóricos sobre *fatos*, tal como apreendidos pelo sujeito, que servirão de ferramentas de análise, e (d) a interpretação *quase subjetiva* dos resultados dessa análise com vistas a responder às questões de pesquisa.

A maneira de se estruturar análises de dados pode variar muito dependendo da tradição teórico-conceitual pois, dependendo da perspectiva interacionista adotada, decorrem abordagens metodológicas diferentes. É importante ressaltar que, diferentemente dos processos em que se realizam apenas análises de dados, feitas *sobre os resultados* (como na perspectiva objetivista), na abordagem em que se adotam estratégias de análise de dados *e de* interpretação dos resultados, as categorias interpretativas são *concomitantes ou precedem os resultados* e os configuram. Ou seja, nas abordagens epistemológicas interacionistas, interpreta-se ao mesmo tempo em que se constrói a análise.

Dois eminentes pesquisadores qualitativos, Miles e Huberman (1994), destacam que essa etapa conclusiva é um processo de vai-e-vem que desemboca na atividade de análise final de verificação da plausibilidade do problema de pesquisa embutido

69 Cabe explicitar aqui que o conceito de "fato" também pode ser pensado a partir de um ponto de vista objetivista, como discute Habermas (1976) na crítica que faz das abordagens empiristas dos filósofos Charles Sanders Peirce (semiótica) e Wilhelm Dilthey (hermenêutica). Seu estatuto é, portanto, complexo, e precisa ser definido a partir de um entendimento das relações entre sujeito e objeto em cada abordagem específica.



na questão, que demanda a aplicação de conceitos teóricos. Como explicado na subseção de análise dos dados e/ou interpretação dos resultados, a *análise* envolve a organização e sistematização das informações. No caso específico das abordagens epistemológicas interacionistas, esse processo envolve a construção de categorias temáticas emergentes (a pessoa que pesquisa "faz emergir" temas que lhe parecem saltar à vista), ou a aplicação de categorias teóricas previamente escolhidas. Já a *interpretação*, vai além da descrição dos dados enquanto *fatos* sistematicamente organizados e categorizados temática ou teoricamente. Ela reflete a busca de se responder à questão da pesquisa através da compreensão do significado global dos dados coligidos e das implicações conceituais do que se descobriu na pesquisa (Patton, 2001). Isso significa que, na abordagem interacionista epistemológica, ainda que classifiquemos categorias (temáticas, conceituais etc.) fazemos isso somente inicialmente, pois sempre será necessário articulá-las teoricamente.

O referencial teórico é, dentro de um processo argumentativo, o conjunto de conceitos de uma teoria dada, que pode ou não ser apresentado enquanto um modelo (gráfico, por exemplo) que *orienta a análise e a interpretação*. Na *análise*, a pessoa que pesquisa toma os dados obtidos e os filtra de modo a organizá-los e sistematizá-los em categorias. Na *interpretação*, a pessoa que pesquisa explica a ocorrência desses dados a partir das definições dos conceitos escolhidos e apresentados no capítulo de "Teoria" do projeto. Lembramos que a teoria é o que explica um fenômeno em sua generalidade e que, ao ser aplicada em contextos específicos de ocorrência dos fenômenos estudados pela pessoa que pesquisa, é capaz de os explicar. Assim, os conceitos da teoria escolhida precisam ser pertinentes e adequados para que possam explicar o fenômeno estudado, relacionado com a questão que se busca responder (Creswell, 2013).

O que é importante, é estabelecer procedimentos para se iniciar a análise, de modo que se possa, em seguida, interpretar os resultados desse processo. Em primeiro lugar, precisamos nos



relembrar que, no Capítulo 6 (Argumentar e teorizar), explicamos que a questão de pesquisa pode ser *ateórica*, ou seja, não se refere especificamente a qualquer teoria, mas está ancorada exclusivamente em lacunas encontradas na revisão da literatura; ou *teorizada*, ou seja, integra em sua pergunta conceitos provindos de uma teoria. Cada uma leva a construções diferentes no processo de análise de dados e de interpretação dos resultados.

Como ficou aparente, não há receita pronta nem para se escolher a teoria nem os conceitos que precisam ser mobilizados em análises e interpretações dos contextos relacionados com as questões de pesquisa. Estas são diversas e, muitas vezes, levam a estudos que necessitam, inclusive, de olhares completamente novos. Na crença da pertinência da consideração de ambos os polos do sujeito e do objeto e das conexões entre eles, a abordagem epistemológica interacionista (ou realista crítica) entende que o mundo está fora de nós na medida em que outras pessoas, além de nós, o percebem a partir de suas subjetividades e, intersubjetivamente, se reconhecem a si mesmas nesse mundo e o validam entre si. Ou seja, variadas possibilidades de relações em que tanto sujeitos quanto objetos estão implicados (ou desintegrados, como no caso da fenomenologia).

COMO ESCOLHER?

Os quatro processos que podemos identificar no *continuum* envolvendo a análise de dados e/ou a interpretação de resultados qualitativos dependem pois, como vimos, da adoção de uma perspectiva epistemológica que esteja espelhada na teoria e/ou na filosofia que adotamos para responder à questão de pesquisa. Devemos nos perguntar: com que tipo de abordagem me sinto confortável? (1) Acreditando que posso estar em um mundo que está fora de mim abstraindo minha existência e a das outras pessoas? ("objetivismo");



(2) acreditando que o mundo só existe por conta da minha existência e, portanto, o mundo e as outras pessoas só existem por meio de como afetam meu processo subjetivo? ("subjetivismo"); (3) acreditando que a existência do mundo se dá por um acordo social mediado por linguagens onde admito a minha existência e a do mundo na medida em que outras pessoas covalidem suas existências? (interacionismo epistemológico); (4) ou supondo que mundo e sujeito são uma mesma e única realidade (abordagens fenomenológicas)?

Em geral, a própria questão de pesquisa já é pré-indicativa do olhar epistemológico e, quando se a escolhe, já revelamos um viés. Quando deixa margem a dúvidas, a questão – seja obtida por verificação de lacunas empíricas na literatura, seja por processo genealógico reverso – acaba por clarificar esse olhar. Finalmente, é importante ressaltar que todas essas questões epistemológicas passam também pelas soluções híbridas de pesquisa (quali→quanti ou quanti→quali). É necessário que tenhamos clareza de que a postura epistemológica adotada e a abordagem quantitativa, qualitativa ou híbrida, são nossos guias na determinação e escolha de processos de análise de dados e resultados, de interpretação, ou de análise de dados (fatos) e interpretação de resultados.



13

DO PROJETO AO TRABALHO FINAL



Como vimos ao longo desse livro, um trabalho científico de qualidade demanda sistematização do processo: da escolha do tema à sua justificação individual e social; da revisão da literatura e adoção teórica à formulação da questão de pesquisa; da organização metodológica da escolha do método aos procedimentos de amostragem, adoção de instrumentos de coleta e estratégias de análise de dados e/ou interpretação dos resultados. O processo de redação reflete esse trabalho de sistematização, que demanda organização do pensamento para que a pessoa que pesquisa possa estruturar o texto, dividindo-o em seções claras e ordenadas. A meta da redação de um projeto de pesquisa é permitir que a pessoa leitora compreenda sua relevância, fundamentos, conceitos, questionamentos e objetivos, além dos mecanismos empregados para alcançá-los. Este capítulo tem como objetivo principal, portanto, apresentar a (1) estrutura de um *projeto de pesquisa* e sua variante de *projeto de produção ou prática*. Além disso, apresentamos indicativamente (2) o que vem depois deles, ou seja, o que deve ser executado após a organização do projeto de pesquisa ou produção por meio de modelos de estrutura do *trabalho final*. Finalmente, discutimos (3) questões éticas que devem ser levadas em consideração em ambos os casos.

ESTRUTURA DE PROJETO DE PESQUISA

Antes de apresentar uma sugestão de estrutura de projeto de pesquisa e de produção e/ou prática, gostaríamos de fazer algumas considerações. A primeira diz respeito ao fato de que não há uma norma absoluta para isso. Dependendo da formação da pessoa pesquisadora e de sua perspectiva epistemológica, ou de quem se propõe a produzir algo, outras estruturas (ou até a recusa de estruturar) podem ser propostas. Estruturar implica organizar e ordenar sistematicamente dados, embutindo-os no argumento científico ou de produção para justificar o projeto que se quer realizar. Dentro



do campo científico, há normas internacionais a seguir, herdeiras da tradição, que se refletem na maneira como as comissões de avaliação acadêmicas e, consequentemente, as editoras científicas determinam o que uma pesquisa deve incluir (na apresentação de um trabalho de conclusão, relatório ou artigo para ser publicado). Dentro do campo de produção, as práticas também já levaram a maneiras mais ou menos estabelecidas de se apresentar projetos para serem desenvolvidos e que as pessoas profissionais costumam seguir em cada campo de ação profissional.

A segunda consideração diz respeito a como redigir os títulos das diversas seções e subseções em que um projeto pode ser organizado. A nossa recomendação é que, no *projeto*, seja de pesquisa ou de produção, se adotem títulos e subtítulos técnicos, que reflitam o procedimento adotado. Isso é importante por duas razões: para que quem redige não misture alhos com bugalhos e para que quem lê possa saber exatamente o que pretende a pessoa redatora. Na fase de comunicação da pesquisa ou produção realizada, no *trabalho final*, pode-se ser mais heterodoxo e substituir os títulos e subtítulos técnicos por títulos e subtítulos fantasia, mais próximos dos conteúdos e expressos de maneira criativa, metafórica, variada. Nessa fase, supõe-se que já esteja claro para a pessoa que redige o que cada seção e subseção representa *tecnicamente*, podendo-se adotar caminhos mais "leves" sem o risco de misturar os mencionados alhos e bugalhos.

A terceira consideração é, na verdade, uma advertência. Preste atenção galera! A literatura em metodologia é vasta e os olhares que informam os trabalhos muito diversos. Isso implica que as "receitas de como fazer" podem ser muito diferentes e, não raro, confusas e contraditórias umas com as outras. Outro aspecto da vastidão da literatura em metodologia consiste em que, frequentemente, é produzida por acadêmicos de áreas diversas, com tradições metodológicas específicas que não se transferem facilmente. Assim, um livro de metodologia escrito por um engenheiro dificilmente poderá



se adaptar à organização da pesquisa de um linguista. No campo das humanidades há também tradições diferentes: umas mais objetivistas, outras mais subjetivistas, com incidência nos livros de metodologia que delas saem. O risco de quem quer ir pelo caminho mais fácil é o malfadado "copiar e colar" receitas de livros de metodologia mal escolhidos, levando o projeto a descarrilhar na parte mais sensível da pesquisa ou da produção. Por isso, todo cuidado é pouco!

Finalmente, em último lugar, no que diz respeito especificamente a esse livro, é importante frisar que nosso trabalho integra várias tradições acadêmicas: anglo-saxã, lusófona e francófona, com peso à primeira por ser a que rege as normas científicas do que se convencionou chamar de "as melhores universidades e revistas científicas internacionais". Ele busca também respeitar as várias orientações epistemológicas dentro do contexto da normatização internacional. Resultado: as dicas de como bolar e organizar um projeto de pesquisa não é neutra, como nada é neutro! Estão embebidas, como informamos no início do livro, da história acadêmico-profissional nacional e internacional em que coligimos as práticas metodológicas que são mais usualmente adotadas. O objetivo desse livro é servir as pessoas que querem organizar projetos, mostrando que o caminho metodológico segue escolhas que devem ser respeitadas.

Apresentamos abaixo uma sugestão de estrutura de um projeto de pesquisa e, em seguida, um detalhamento explicativo do que cada uma de suas seções deve conter (já apresentadas e explicadas de modo mais extenso nos capítulos precedentes). Cabe esclarecer que essa proposta serve tanto para trabalhos empíricos e práticos de pesquisa científica como trabalhos especulativos filosóficos. Pode também ser utilizada por pessoas de quaisquer crenças epistemológicas, que podem adaptar a estrutura refletiva nos títulos e subtítulos desde que se mantenha a clareza sobre o caminho de reflexão. No caso de investigações filosóficas especulativas, a seção que apresentaria maiores modificações seria a de "Metodologia".



MODELO DE PROJETO DE PESQUISA CIENTÍFICA

1. *Introdução*

2. *Problematização*

2a. Contexto da pesquisa (com justificativa individual e social)

2b. Revisão da literatura

3. *Quadro teórico-conceitual*

4. *Questões e objetivos da pesquisa*

5. *Metodologia**

5a. Método

5b. Técnicas de amostragem de documentos e/ou sujeitos

5c. Instrumentos de coleta de dados

5d. Estratégias de análise de dados e/ou interpretação de resultados

6. *Cronograma*

7. *Lista de referências bibliográficas*

Anexos e/ou Apêndice

***** O capítulo 5, de Metodologia, não apresenta, nos trabalhos teóricos (ensaios, resenhas críticas etc.), as subseções acima arroladas. É essencial, nesses casos, indicar pelo menos o método de inquérito filosófico adotado.



INTRODUÇÃO

A introdução deve apresentar o tema geral escolhido, destacando o recorte adotado para o trabalho de pesquisa. Em seguida, apresenta, em parágrafos curtos, o que a pessoa leitora encontrará em cada um dos capítulos do trabalho: a problematização, a abordagem teórica (indicando qual), a ou as questões de pesquisa e objetivos, a metodologia (indicando método, amostragem, instrumentos de coleta e estratégia de análise de dados e/ou interpretação de resultados escolhidos), o cronograma, a lista de referências bibliográficas e os anexos e/ou apêndices.

PROBLEMATIZAÇÃO

Esse capítulo pode ser também chamado de "Colocação do problema". Trata-se de uma parte muito importante porque apresenta, além os fundamentos da relevância da pesquisa, o "estado da arte"[70] do campo problemático. Para efeito de clareza, recomenda-se fortemente que esta parte seja dividida em contexto (com justificativa individual e social) e revisão da literatura. Muitas vezes, no entanto, essa parte é apresentada em textos acadêmicos como "Introdução", unindo o que entendemos por Introdução, já explicado, e incluindo a primeira parte da Problematização (Contexto e justificativa pessoal e social).

Contexto da pesquisa

Nessa subseção, é importante apresentar o contexto geral da pesquisa, explicando qual é o tema e porque ele é, por si só, importante, pertinente e apropriado. Aqui, justifica-se a relevância

70 Lembramos novamente que "estado da arte" remete ao desenvolvimento recente de um campo de pesquisa, com resultados de ponta.



do estudo, com destaque para a pertinência de se investigar o problema proposto. A justificativa deve sempre partir das razões que levaram a pessoa que pesquisa a se devotar ao campo de investigação escolhido, na medida em que há sempre motivos pessoais que levam cientistas a explorar um campo e não outro. Depois que essas razões são apresentadas, amplia-se a justificativa do campo pessoal ao social.

É então necessário construir um argumento sólido que explique as razões pelas quais a pesquisa tem o potencial de avançar a ciência e, mais importante, aportar contribuições para a sociedade. A parte social da justificativa deve ser fundamentada em informações que sustentem a necessidade da pesquisa. Dados estatísticos, fatos históricos ou acontecimentos recentes são exemplos de assuntos que podem auxiliar a justificação de se explorar um campo problemático. Antecipar as contribuições sociais, políticas, econômicas, culturais ou científicas, dependendo do tema em foco, deve encerrar a seção de "Contexto da pesquisa", ressaltando-se como os resultados esperados podem avançar os conhecimentos.

Revisão da literatura

O recenseamento de investigações, como vimos no Capítulo 4 (Revisão da literatura), é um processo de busca, coleta e análise de estudos realizados sobre o tema da pesquisa que se quer realizar, relacionado com o foco escolhido para ser explorado. A revisão da literatura deve ser extensa e abrangente, e apresentar, majoritariamente, fontes múltiplas que podem tanto incluir artigos, livros e outros documentos científicos avaliados por pares, quanto, com menor peso, outros tipos de documentos multilinguageiros não avaliados por pares que contribuam para a compreensão do que já se sabe sobre o tema que se quer estudar (como sites, vídeos e filmes, jornais, jogos etc.).

A revisão da literatura deve ser empreendida criticamente, de acordo com a postura epistemológica da pessoa que pesquisa. Há três caminhos principais: (a) o de se buscar *identificar lacunas*, ou seja, aspectos do tema que foram abandonados, ignorados ou esquecidos, ou que são controversos, ambíguos ou paradoxais; (b) o de se adotar uma empreitada de *problematização pós-estruturalista* (que rejeita o procedimento por lacunas) onde a pessoa que pesquisa se questiona sobre como foram produzidas suas próprias questões, seguindo um caminho genealógico com o objetivo de compreender os contextos que as originaram; (c) o da *problematização crítica* (que adota o procedimento por lacunas) que se apresenta de diferentes maneiras de acordo com o quadro teórico adotado, mas sempre constituindo suas premissas a partir de críticas dos conceitos construídos pelas pessoas autoras no que têm de apropriado e não apropriado para a discussão em pauta, levando, na conclusão, à elaboração de um novo olhar. Sandberg e Alvesson (2011) distinguem, dentro desse último campo, o confronto crítico, as novas ideias e a quase-problematização, meios que permitem "incentivar abordagens que desafiem mais pressupostos" (p. 38),[71] ou seja, ideias pré-concebidas. Em quase todos os casos, a revisão da literatura é o melhor caminho para mapear os temas das pesquisas, as teorias e/ou conceitos que informam as análises e revelam as posições epistemológicas das pessoas que pesquisam, as metodologias adotadas, além de resultados e conclusões.

QUADRO TEÓRICO-CONCEITUAL

Como vimos no Capítulo 6 (Argumentar e teorizar), uma teoria reflete o que se acredita ser a explicação de uma crença, um fenômeno, um fato, uma ocorrência etc. Esta parte do projeto deve expor as teorias (explicações), eventuais modelos que as

71 [*to encourage more assumption-challenging approaches*]. Nossa tradução do inglês para o português.



representam (estruturas, gráficos etc.) e os conceitos (ou aspectos teóricos) que serão mobilizados para analisar o problema de pesquisa. Além da apresentação geral do referencial teórico e das pessoas autoras que o formularam, é importante mostrar como a teoria se aplica ao estudo e de que forma auxiliará na interpretação dos dados (última parte da metodologia). Teorias filosóficas, diferentemente, sustentam suas explicações em interpretações: são, portanto, especulativas. Podem, a um dado momento, levar pessoas pesquisadoras a bolar um projeto de pesquisa empírico baseado em dados, com o objetivo de verificar se alguns de seus aspectos são empiricamente aceitáveis.

QUESTÃO E OBJETIVOS DA PESQUISA

Como já foi amplamente discutido em vários capítulos, a definição da questão de pesquisa e dos objetivos do estudo é fundamental para orientar o desenvolvimento do projeto. A questão de pesquisa principal deve ser formulada de maneira clara, concisa e específica, e a busca de sua futura resposta deverá refletir esse foco. As secundárias seguem a mesma orientação, mas dizem respeito a aspectos relacionados à questão geral.

O objetivo geral define o propósito principal embutido na questão da pesquisa principal enquanto os objetivos específicos detalham os passos necessários, relacionados com as questões secundárias, para se alcançar o objetivo geral. O objetivo geral é uma formulação inversa da questão principal, na medida em que o que ela busca é colocado de maneira propositiva (mostrar, buscar, compreender, empreender etc.). Os objetivos específicos representam as etapas do estudo e devem, cada um, representar uma subquestão secundária subordinada à questão principal. Ou seja, o objetivo geral pode ser fracionado em subobjetivos específicos.



METODOLOGIA

A metodologia é um capítulo que descreve, no projeto, o que será feito para realizar a pesquisa. Trata-se de um conjunto de procedimentos que garantem a solidez e o rigor por meio dos quais a pessoa que pesquisa encaminhará seu estudo, na busca de resposta à sua questão.

No caso de investigações filosóficas, *a metodologia não precisa estar dividida em subseções*. A metodologia filosófica é, essencialmente, lógico-argumentativa, na medida em que, através do recurso retórico da redação com o objetivo de persuadir outrem da pertinência das reflexões apresentadas, constrói um arcabouço lógico que mira aceitabilidade. Nesse caso, a metodologia costuma refletir a estrutura de um argumento. Ainda que possa ser apresentada sem subdivisões, deve indicar claramente o método (por exemplo: lógico-argumentativo, crítico, genealógico, retórico, lógico-natural etc.) e como os conceitos teóricos apresentados no capítulo anterior serão articulados metodologicamente.

A metodologia, como vimos no Capítulo 7 (Introdução à Metodologia), é dividida em quatro partes: método, técnicas de amostragem, instrumentos de coleta de dados, análise e/ou interpretação de resultados.

Método

O método é o procedimento específico que deve ser adotado para permitir que a questão da pesquisa seja respondida. A escolha do método deve, portanto, estar ancorada na natureza do problema e nos objetivos da pesquisa. Dependendo da questão, o método a escolher varia. Pode ser qualitativo, quantitativo ou uma combinação de ambos (híbrido). Seja qual for o método escolhido, precisa ser definido com a ajuda de referências bibliográficas apropriadas.



Os métodos quantitativos (Capítulo 8) buscam resultados que possam ser apresentados como medidas exatas e, geralmente, seguem probabilidades (abordagem probabilística). Nesses casos, testam hipóteses. No entanto, nas humanidades, pode-se adotar um método quantitativo não probabilístico, menos capaz de testar hipóteses com rigor.

Os métodos qualitativos (Capítulo 9) buscam explorar fenômenos complexos em contextos bem específicos, onde não se busca medir nada para responder uma questão, mas apenas fazer emergir possibilidades de explicação do fenômeno em estudo. Ou seja, trabalham sempre a partir de uma abordagem não probabilística, ainda que possam utilizar elementos probabilísticos específicos em certas etapas do processo de pesquisa.

Em alguns casos, a combinação de métodos qualitativos e quantitativos pode ser a abordagem mais adequada, permitindo processos mais abrangentes e robustos que garantam soluções sólidas às questões de pesquisa. Independentemente do método, é importante ressaltar que sua escolha deve ser seguida do detalhamento dos procedimentos de amostragem para escolha de sujeitos e documentos, dos instrumentos que permitam uma coleta de dados rigorosa, e da adoção de estratégias sólidas de análise e/ou interpretação de resultados.

Técnicas de amostragem

Amostrar significa recolher, do todo, partes que o representem. Como explicado no Capítulo 10 (Técnicas de amostragem), em uma pesquisa isso significa escolher, de acordo com a natureza dos dados (se resultantes de documentos ou de sujeitos, ou de ambos), aqueles que possam representar o conjunto dos documentos, o conjunto dos sujeitos ou o conjunto de sujeitos e documentos. Essa etapa é fundamental para garantir que o projeto seja realizável



dentro do tempo e recursos disponíveis. As técnicas de amostragem precisam ser definidas com base em referências bibliográficas adequadas, além de explicações sobre seu propósito, estrutura e procedimentos de aplicação.

DOCUMENTOS

A amostragem de documentos refere-se à seleção de dados que não sejam diretamente oriundos de pessoas, para inclusão na pesquisa. Nesta seção do trabalho deve-se informar qual técnica de amostragem de documentos foi escolhida e descrever como será desenvolvida (critérios a respeito de como os documentos serão identificados, coletados e selecionados).

SUJEITOS

A amostragem de sujeitos refere-se à seleção das pessoas participantes que serão incluídas na pesquisa. Nesta seção do trabalho deve-se informar qual técnica de amostragem de sujeitos foi escolhida e descrever como será desenvolvida (critérios para a inclusão e exclusão de sujeitos, mecanismos de seleção das pessoas participantes e tamanho da amostra).

HÍBRIDA

A amostragem híbrida integra processos de seleção específicos tanto de documentos quanto de sujeitos. Quando, para se responder à questão da pesquisa, os dados necessários precisam provir de ambos os campos, adota-se essa modalidade de amostragem.

Instrumentos de coleta de dados

Os instrumentos são as ferramentas materiais (por exemplo, um software) e práticas (por exemplo, uma entrevista), utilizados para



se coletar os dados para se responder a uma questão de pesquisa. Apresentados no Capítulo 11 (Instrumentos de coleta de dados), a sua escolha deve ser baseada nos objetivos do estudo e na natureza dos dados que serão coletados (se empiricamente materiais ou factuais). Para dados que se prestam à quantificação, adotam-se instrumentos de coleta de dados quantitativos. Quando se prestam ao exame da qualidade, dos conteúdos, adotam-se instrumentos de coleta de dados qualitativos. Nos casos híbridos, reúnem-se instrumentos provindos de ambos os campos. Os instrumentos de coleta de dados devem ser definidos e descritos detalhadamente com apoio de referências bibliográficas adequadas, além de explicações sobre seu propósito, estrutura e procedimentos de aplicação.

Análise de dados e/ou interpretação de resultados

A análise e/ou interpretação deve ser organizada de acordo com o olhar epistemológico adotado. Vimos no Capítulo 12 (Análise de dados e/ou interpretação de resultados) que, na abordagem *objetivista*, especialmente quantitativa, pode haver só análise, sem interpretação. Nas humanidades, por conta da linguagem, essa abordagem desliza quase sempre para situações mais fluidas, requerendo que a análise de dados seja acompanhada da interpretação dos resultados. Na abordagem *subjetivista*, há somente interpretação na medida em que "dados" não fazem nela sentido, ainda que se possa mencionar falas, narrativas e histórias de outrem. Na grande maioria dos casos nas humanidades, as pesquisas adotam uma abordagem epistemológica *interacionista*. Nela, os dados (enquanto fatos negociados intersubjetivamente) são analisados e interpretados conceitualmente, de modo a responder à questão de pesquisa. Já nos casos em que há dissolução do sujeito e do objeto, como nas abordagens *fenomenológicas*, o olhar tende a ser marcadamente subjetivista.

Nos casos de apresentação de pesquisas que exijam análise de dados e interpretação de resultados, que são a maioria, na etapa



de análise deve-se apresentar como serão sistematizados os dados a serem examinados. Em seguida, explica-se detalhadamente como a sistematização será realizada e como a interpretação será encaminhada (pode ser feita separada ou conjuntamente com a análise, dependendo da escolha da pessoa pesquisadora). Como em projetos não há resultados, mas somente previsão de como será realizada a pesquisa no futuro, conclusões não podem ser tiradas. Resultados e conclusões, só na realização da pesquisa, não do *projeto*.

CRONOGRAMA

O cronograma é uma ferramenta de planejamento e de organização futura da pesquisa. Nele, devem ser detalhadas as atividades que serão realizadas ao longo da investigação, antecipando quanto tempo cada etapa futura tomará e prazos finais para sua execução. O cronograma deve ser realista e levar em consideração o tempo que será necessário para a realização de cada atividade. Por isso, todo projeto deve ser circunscrito ao tempo disponível. Este tempo varia de acordo com a questão de pesquisa, as etapas necessárias para respondê-la e, também, as condições concretas de vida da pessoa pesquisadora. As etapas que devem ser previstas são as que constituem as partes posteriores da pesquisa (pós-projeto), explicadas na última parte desse capítulo.

LISTA DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A lista de referências bibliográficas deve ser completa, mas somente incluir os trabalhos referenciados ao longo do projeto. Não se incluem na lista trabalhos não mencionados no corpo do texto. No Brasil, a formatação e a forma de apresentação da lista de referências bibliográficas seguem as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Dependendo da disciplina e da tradição específica



da unidade ou da universidade em que a lista está sendo apresentada, outros modelos podem ser adotados (como APA, Vancouver, Chicago etc.). Editoras, muitas vezes, criam seus próprios sistemas de referenciamento bibliográfico. É importante que as referências bibliográficas sejam apresentadas de modo completo para que as pessoas leitoras possam se dirigir às fontes e consultá-las, assegurando assim a integridade acadêmica do trabalho.

ANEXOS E/OU APÊNDICES

Sem constituir um capítulo do projeto, muitas vezes cabe incluir peças adicionais que possam esclarecê-lo. Apêndices são peças produzidas pela pessoa autora do projeto. Exemplo de apêndice: uma observação de próprio punho. Já anexos são peças de fontes outras que as da pessoa autora do projeto. Exemplo de anexo: tabelas tiradas de livros e/ou artigos, formulário de consentimento ético.

MODELO DE PROJETO DE PRODUÇÃO E/OU PRÁTICA[72]

---

1. *Introdução*

2. *Proposta de produção*

2a. Contexto (com justificativa individual e social)

2b. Revisão da literatura prática, artística, cultural etc.

3. *Quadro conceitual*

72 As explicações sobre esse modelo seguem o anterior e, portanto, são repetitivas em inúmeras passagens. Preferimos fazer dessa maneira para que as pessoas que desejem preparar projetos de produção e/ou práticas possam consultar diretamente essa parte. Ainda assim, cabe ressaltar que o foco do livro não é a orientação desse tipo de projeto, mas de projetos de pesquisas científicas e/ou filosóficas.



4. *Objetivos da produção ou práticas e público-alvo*

5. *Metodologia de produção*

5a. Planejamento do produto ou da prática

5b. Desenvolvimento do conteúdo ou da prática

5c. Implementação técnica

5d. Avaliação e retorno (feedback)

5e. Apresentação e disseminação

6. *Cronograma*

7. *Lista de referências bibliográficas*

Anexos e/ou Apêndice

INTRODUÇÃO

A introdução deve apresentar qual produção será realizada ou qual prática será desenvolvida. Em seguida, em parágrafos curtos, o que a pessoa leitora encontrará em cada um dos capítulos do trabalho: a proposta de produção e/ou prática, o quadro conceitual, os objetivos, a metodologia de produção e/ou da prática (indicando planejamento, desenvolvimento do conteúdo, implementação técnica, avaliação e retorno, apresentação e disseminação), o cronograma, a lista de referências bibliográficas e os anexos e/ou apêndices.

PROPOSTA DE PRODUÇÃO

Esse capítulo deve apresentar, além da relevância da produção, o "estado da arte" nesse campo. Para efeito de clareza,



recomenda-se fortemente que esta parte seja dividida em "Contexto da produção e/ou da prática", apoiado por justificativa individual e social, e "Revisão da literatura".

Contexto da produção e/ou prática

Nessa subseção, é importante justificar a relevância da produção que se quer realizar e/ou da prática que se quer desenvolver, inserindo-a nos contextos históricos onde ocorreram outras produções ou práticas similares. A justificativa deve sempre partir das razões que levaram a pessoa proponente a escolher a produção e/ou prática indicada: há sempre motivos pessoais que levam as pessoas a escolher um determinado tipo. Depois que essas razões são apresentadas, amplia-se a justificativa do campo pessoal ao social.

É então necessário construir um argumento sólido que explique as razões pelas quais o projeto tem o potencial de trazer algo novo e aportar contribuições para a sociedade. A parte social da justificativa deve ser fundamentada em informações que sustentem a sua necessidade. Dados estatísticos, fatos históricos ou acontecimentos recentes são exemplos de assuntos que podem auxiliar sua justificação. Antecipar as contribuições sociais, políticas e culturais deve encerrar essa parte.

Revisão da literatura

O recenseamento de contribuições, como explicado no Capítulo 4 (Revisão da literatura), é um processo de busca, coleta e análise de estudos realizados não somente sobre o tema da produção que se quer realizar e/ou prática que se quer desenvolver, mas também de relatos de experiências. Ela deve ser extensa, abrangente e cobrir, principalmente, tipos variados de documentos multilinguageiros não avaliados por pares que contribuam para se ter uma ideia de outras experiências similares. Sempre que possível, documentos



científicos avaliados por pares devem fazer parte da literatura a ser revisada, mas com menos ênfase do que nos projetos de pesquisa.

Essa tarefa deve ser empreendida criticamente, de acordo com a postura epistemológica da pessoa que pesquisa. Os caminhos para a revisão da literatura de produção ou prática segue a mesma lógica dos apontados para a preparação de projetos científicos: (a) de se buscar *identificar lacunas* na produção ou prática específica que se quer desenvolver; (b) de *problematizar à maneira pós-estruturalista* como a obra que se quer produzir e/ou prática que se quer desenvolver reflete a emergência de subjetividades; (c) *problematizar criticamente* como a obra que se quer produzir e/ou prática que se quer desenvolver reflete debates contemporâneos de um ponto de vista epistemológico interacionista. Seja qual for a escolha, a revisão da literatura é fundamental para justificar os objetivos da produção e/ou prática, de acordo com a posição epistemológica das pessoas que querem desenvolvê-la.

QUADRO CONCEITUAL

As teorias apresentam explicações a respeito de crenças, fenômenos, fatos, ocorrências etc. No campo das produções e/ou práticas é preciso apresentar e explicar os conceitos teóricos que as fundamentarão, conforme explicamos no Capítulo 6 (Argumentar e teorizar). É a partir de conceitos que se poderá pensá-las, criá-las e desenvolvê-las. Note-se que tanto os projetos de produção como o de desenvolvimento de práticas precisam, na universidade e instituições de pesquisa, refletir teoricamente sobre conceitos. Por exemplo: para um projeto de produção de uma instalação artística, conceitos relacionados com arte e cultura que a informam devem ser mobilizados. No caso do desenvolvimento de uma prática de preparação de interventores sociais, conceitos da sua área de proveniência e ação devem ser pesquisados e discutidos.



OBJETIVOS DE PRODUÇÃO E/OU PRÁTICAS E PÚBLICO-ALVO

Todas as produções como todas as práticas devem focar em objetivos que têm, como meta, a apreciação do público. O objetivo geral define o propósito principal enquanto os objetivos específicos detalham os passos necessários para se alcançar o objetivo geral. Os objetivos específicos representam as etapas da produção e/ou de desenvolvimento de práticas. O objetivo geral pode ser fracionado em subobjetivos específicos.

METODOLOGIA

A metodologia é um capítulo que descreve, em um projeto de produção e/ou prática, as suas etapas de realização. Trata-se de um conjunto de procedimentos capazes de garantir que a produção seja realizada com sucesso e/ou que a prática seja desenvolvida e bem-sucedida. A metodologia é dividida em cinco etapas: planejamento do produto ou prática, desenvolvimento do conteúdo, implementação técnica, avaliação e retorno, apresentação e disseminação. As explicações sobre essas etapas, apresentadas no Capítulo 7 (Introdução à metodologia), são suficientes para se preparar o projeto.

CRONOGRAMA

O cronograma é uma ferramenta de planejamento e de organização futura da produção. Nele, devem ser detalhadas as atividades que serão realizadas ao longo da produção, antecipando quanto tempo cada etapa futura tomará e prazos finais para sua execução. O cronograma deve ser realista e levar em consideração o tempo que será necessário para a realização de cada atividade. Por isso, todo projeto deve ser circunscrito ao tempo disponível. Este tempo varia de acordo com o objetivo da produção e/ou prática, as etapas



necessárias para realizá-las e, também, as condições concretas de vida da pessoa pesquisadora. As etapas que devem ser previstas são as que constituem as partes posteriores de desenvolvimento e da realização (pós-projeto).

LISTA DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A lista de referências bibliográficas deve ser completa, mas somente incluir os trabalhos referenciados ao longo do projeto. Não se incluem na lista trabalhos não mencionados no corpo do texto. No Brasil, a formatação e a forma de apresentação da lista de referências bibliográficas seguem as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Dependendo da disciplina e da tradição específica da unidade ou da universidade em que a lista está sendo apresentada, outros modelos podem ser adotados (como APA, Vancouver, Chicago etc.). Editoras, muitas vezes, criam seus próprios sistemas de referenciamento bibliográfico. É importante que as referências bibliográficas sejam apresentadas de modo completo para que as pessoas leitoras possam se dirigir às fontes e consultá-las, assegurando assim a integridade acadêmica do trabalho.

ANEXOS E/OU APÊNDICES

Sem constituir um capítulo do projeto, muitas vezes cabe incluir peças adicionais que possam esclarecê-lo. Apêndices são peças produzidas pela pessoa autora do projeto. Nas produções e práticas, há um apêndice essencial que é o acesso à própria produção e/ou prática. Exemplos de outros apêndices são links para páginas com produtos ou vídeos desenvolvidos que apresentem como certas práticas estão sendo utilizadas. Já anexos são peças de fontes outras que as da pessoa autora do projeto. Exemplos de anexos: links para páginas com produtos ou vídeos que apresentem como certas práticas estão sendo utilizadas.



DIFERENÇAS ENTRE PESQUISA, PRÁTICAS E PRODUÇÃO

Relativamente às diferenças entre projetos, é preciso ressaltar que o trabalho acadêmico de pesquisa desemboca em um trabalho final textual, enquanto o de produção e/ou prática em um trabalho final textual *acompanhado* seja da produção realizada e/ou da prática desenvolvida. Lembremos que uma pesquisa acadêmica pode também ser desenvolvida a partir de práticas, mas em um sentido diferente da prática que é desenvolvida como uma forma de produção! Por exemplo, uma pesquisa-ação em educação implica práticas de intervenção pedagógica (pesquisa científica). Uma pesquisa de desenvolvimento de uma prática pedagógica pode necessitar de um quadro bem mais focado e menos "intelectualizado" que no caso de um projeto de pesquisa acadêmica (pesquisa de prática profissional).

Que não se enganem os pretendentes a realizar uma produção e/ou desenvolver uma prática no meio acadêmico! Não é necessariamente mais fácil do que fazer uma pesquisa! Muitas vezes, na realização do projeto final, o trabalho necessário para a realização de uma produção e/ou desenvolvimento de uma prática ultrapassa o de uma pesquisa científica, fazendo emergir problemas que não temos com a atividade de investigação científica. Muitas vezes a pessoa que segue essa via se esquece que vai depender de outras pessoas (às vezes precisando até compor equipes). Além disso, produções e práticas têm custos e podem incorrer em despesas que necessitem financiamento externo. Outro aspecto é que um trabalho de realização de uma produção e/ou desenvolvimento de uma prática não deve, em princípio, ser simplesmente uma *simulação*, mas sim *construir realidades* amparadas nas práticas profissionais das humanidades, o que nem sempre é possível. Ou seja, a produção e/ou a prática tem de ser *real*, de nível profissional, a exemplo do que ocorre na área de atuação (o famigerado "mercado" ou uma instituição pública).



ESTRUTURA DE TRABALHO FINAL

Para começo de conversa, cabe lembrar uma coisa e explicar outra. Em primeiro lugar, lembramos que o livro tem o objetivo de orientar pessoas na preparação de um *projeto*. Projetos levam ao desenvolvimento e realização de *trabalhos finais*. Em segundo lugar, no Capítulo 1 (O que é um projeto de pesquisa?) explicamos que projetos são necessários em vários contextos como em disciplinas, exames de seleção para a pós-graduação, demandas de financiamento de pesquisas, ações de extensão, intervenções variadas etc. Dependendo do *projeto*, o *trabalho final* será outro. Se utilizarmos os exemplos que acabamos de dar, um projeto a ser realizado em uma disciplina pode dar lugar a um trabalho para obter nota de passagem. Projetos de seleção para a pós-graduação desembocam tanto em projetos mais avançados de qualificação de mestrado e doutorado, quanto em trabalhos finais de dissertação ou tese. Projetos variados apresentados para pedir financiamento (extensão, pesquisa, pós-doutorado etc.), ao serem realizados, precisam ser reportados em relatórios.

Apresentamos, abaixo, a estrutura sumarizada de um trabalho de conclusão que, como a pessoa leitora constatará, inclui quase todas as seções do projeto, agregando algumas outras. Cabe avançar que as seções do projeto que permanecem no trabalho final devem ser completamente revisadas e atualizadas. Uma das atualizações mais óbvias, que muitas pessoas costumam deixar passar, é a dos tempos verbais. Por exemplo, nas seções de metodologia de um projeto apresentamos o que *pretendemos fazer* e, por conta disso, seu texto emprega, usualmente, *tempos gramaticais futuros*. Um trabalho final que *já ocorreu* emprega *tempos gramaticais passados*. Ao incorporar um projeto no trabalho final, aquilo que foi previsto para ser feito no futuro já ocorreu, seja em uma pesquisa científica, realização de uma produção e/ou desenvolvimento de uma prática.



Logo, o texto do projeto, para integrar o trabalho final, tem de passar por um pente fino onde sejam feitas correções temporais, ajustes em procedimentos, alterações etc.

Esse trabalho de revisão deve ser feito concomitantemente à redação da segunda parte (a nova) com a primeira (a já desenvolvida e apresentada no projeto), em um processo de vai e vem. A redação da nova parte que, junto com a desenvolvida no projeto, leva ao trabalho final, inclui capítulos suplementares. Esses novos capítulos devem ser incluídos no corpo do texto final. Em projetos de pesquisa científica ou filosófica, o texto do trabalho final é mais longo. No de produção e/ou prática, o texto é mais sucinto pois deve ser acompanhado de documentação da realização da produção e/ou do desenvolvimento da prática (que, hoje em dia, é geralmente disponibilizada por meio de produtos digitais como um filme, um site etc.). No entanto, prestem atenção novamente: não estamos falando aqui do *projeto*, mas do *trabalho final futuro* que é consequência dele.

Em suma, no *trabalho final*, além das seções presentes no projeto de pesquisa (que permanecerão, atualizadas, na versão final), outras seções devem ser agregadas. Pode-se dizer que as partes do *projeto* correspondem, mais ou menos, à metade do trabalho final da pesquisa científica ou filosófica. No caso do trabalho acadêmico de produção e/ou prática, o mesmo não ocorre. Por conta da necessidade de se realizar uma produção e/ou desenvolver uma prática, o *trabalho final* escrito será mais curto. Isso porque a primeira parte, com todas as seções do *projeto* permanecerá, atualizada. No entanto, a segunda parte, que completará o *trabalho final* é a própria produção ou a própria prática, que deve ser documentada (em vídeo, áudio ou outra modalidade multilinguageira), acompanhada de um capítulo que aja como relato circunstanciado dos eventos relacionados com ela, e de uma conclusão.

Apresentamos abaixo modelos de estrutura de trabalhos finais de pesquisa científica, de realização de produção e/ou

desenvolvimento de prática, indicando apenas os capítulos essenciais, com os do trabalho final em negrito. Mais adiante, apresentamos explicações relativas a esses capítulos. Quem avisa amigo é: essas estruturas são indicativas e devem ser adaptadas de acordo com as exigências específicas de cada instituição e as normas bibliográficas adotadas.

MODELO DE TRABALHO FINAL DE PESQUISA

Título

(outras seções: ver ABNT e manuais universitários)

Sumário

Resumos em português e inglês

1. *Introdução*

2. *Problematização*

2a. Contexto da pesquisa (com justificativa individual e social)

2b. Revisão da literatura

3. *Quadro teórico-conceitual*

4. *Questões e objetivos da pesquisa*

5. *Metodologia**

5a. Método

5b. Técnicas de amostragem de documentos e/ou sujeitos

5c. Instrumentos de coleta de dados

5d. Estratégias de análise de dados e/ou interpretação dos resultados

6. ***Análise dos dados e/ou interpretação dos resultados***

7. ***Discussão***

8. ***Conclusão***

9. *Lista de referências bibliográficas*

Anexos e/ou Apêndice

***** O capítulo 5, de Metodologia, não apresenta, nos trabalhos teóricos (ensaios, resenhas críticas etc.), as subseções acima arroladas. É essencial, nesses casos, indicar pelo menos o método de inquérito filosófico adotado.

CAPÍTULOS ADICIONAIS DOS TRABALHOS FINAIS DE PESQUISA

Análise de dados e/ou interpretação de resultados

Dependendo da posição epistemológica, o capítulo de "Análise de dados e/ou interpretação de resultados" do projeto final, que vem depois do capítulo de "Metodologia" do trabalho, pode ser apenas de (1) Análise dos dados (objetivismo quantitativo estrito), de (2) Análise de dados e interpretação dos resultados (objetivismo qualitativo e interacionismo epistemológico) ou de (3) Interpretação dos resultados (abordagens subjetivistas e fenomenológicas). Seja qual for o processo, é nesse capítulo que se responde à questão de pesquisa.

A análise de dados é a primeira etapa do processo de se responder à questão de pesquisa, mas pode ser a primeira e última no caso do objetivismo quantitativo estrito, ou estar simplesmente ausente no caso das abordagens subjetivistas e fenomenológicas. Exemplo do primeiro caso seria uma *survey* quantitativa onde os resultados não precisam ser objeto de interpretação (porque "os números falam por si"); do último caso seria um relato autobiográfico a respeito de um contexto único vivido pela pessoa pesquisadora,



que não admite análise (porque "trata-se da sua verdade"). Nos casos de objetivismo qualitativo e/ou interacionismo epistemológico, a análise dos dados é a primeira etapa, à qual se segue a de interpretação dos resultados. Independentemente da posição epistemológica, sugerimos que este capítulo do projeto final apresente os resultados segundo as disposições apresentadas no Capítulo 12 (Análise de dados e/ou interpretação de resultados).

Nos processos mais frequentes nas humanidades, relacionados com o interacionismo epistemológico, começa-se por sistematizar e organizar os dados coletados de modo a permitir que um processo estruturado e progressivo de análise seja realizado. Como existem inúmeras maneiras de se fazer isso, assinalamos aqui apenas a necessidade de que a análise seja completa e cubra todos os dados amostrados e colhidos pela pessoa que pesquisa. O trabalho analítico, que envolve a aplicação de conceitos, categorias ou outra forma de estruturação da codificação, deve agregar tudo o que for necessário para viabilizar uma resposta à questão da pesquisa.

Teoricamente, a etapa de interpretação vem depois da análise. Não obstante, a pessoa que pesquisa também pode analisar e interpretar ao mesmo tempo, ou seja, ir interpretando conforme analisa. De todo modo, a partir da análise, *a interpretação constrói a resposta à questão da pesquisa*. Em geral, a resposta é progressiva e vai sendo construída conforme a vamos identificando nos dados, nas premissas. Nesse processo de redação argumentativa, a conclusão do pensamento (com base nas premissas) é a resposta à questão de pesquisa. Uma vez realizada, o coração do trabalho está finalizado. Nas humanidades a interpretação precisa ser conduzida crítica e reflexivamente, e sua conclusão precisa apresentar resultados plausíveis.

Como explicitado, a redação dessas duas etapas (Análise / Interpretação) em subseções separadas depende do estilo intelectual da pessoa que pesquisa e das especificidades do projeto. Muitas



pessoas pesquisadoras preferem costurar análise e interpretação conforme avançam no exame dos dados. Ou seja, ambas podem ser integradas concomitantemente em um mesmo processo.

Discussão

A "Discussão" é o capítulo por excelência do trabalho final. Nele, a pessoa pesquisadora apresenta a conclusão do argumento global, que reflete a resposta à questão de pesquisa. Ou seja, nesse capítulo fazemos a *defesa* da tese do trabalho final. Para tanto, a pessoa que pesquisa deve retomar os resultados apresentados no capítulo anterior ("Análise de dados e/ou interpretação dos resultados") e valorizá-los, situando-os no contexto do "estado de arte" da literatura acadêmica apresentada principalmente na revisão da literatura (mas também em outros capítulos). A pessoa que redige deve comparar os seus resultados com os registrados na literatura de modo a indicar quando eles ultrapassam ou ficam aquém das pesquisas já realizadas, ou quando complementam ou confrontam estudos prévios, ainda que parcialmente. É o capítulo onde a pessoa que pesquisa se torna autora consciente de seu valor e entra para o rol daqueles que produzem conhecimentos na área à qual se dedicou. Não há receita para se fazer essa defesa, mas a leitura intensiva de artigos científicos pode ser de grande ajuda para a redação desse capítulo.

A discussão pode começar com uma retomada dos principais aspectos da resposta à questão da pesquisa, determinando em que medida os objetivos foram total ou parcialmente alcançados. Em seguida, a pessoa pesquisadora pode comparar seus resultados com aqueles encontrados na literatura revisada, levantando pontos importantes para discussão. Mais adiante, pode-se discutir as implicações desses resultados, diante do conjunto dos trabalhos da área, de modo a identificar contribuições teóricas e/ou metodológicas e/ou práticas. É importante que o trabalho final *inteiro* seja construído como um argumento (cada capítulo operando como uma premissa

até chegar à conclusão, embutindo uma matriosca dentro da outra) e seja também muito bem redigido. A discussão deve ser apresentada e estruturada como o argumento de um debate, em que premissas claramente delineadas levam inexoravelmente a uma conclusão crítica e abrangente, de modo que o trabalho se torne uma contribuição relevante para o conjunto da literatura sobre o tema.

Conclusão

A "Conclusão" é o capítulo que encerra o trabalho de pesquisa. Ela deve retomar sumariamente a história da pesquisa (representada pelos seus capítulos), com destaque para as conclusões finais que revelam a resposta à questão da pesquisa e suas implicações para o conjunto da literatura científica da área. Ou seja, apresenta, de maneira breve, o que encontrou em cada um dos capítulos do trabalho. Ao final, deve discorrer sobre os limites da pesquisa, de modo que sirvam de base para se apontar caminhos para futuros trabalhos de investigação que integrem o trabalho no rol do seu "estado da arte". Sugerir caminhos de pesquisa é outro elemento importante da conclusão, na medida em que futuras pessoas pesquisadoras poderão ser inspiradas por eles.

MODELO DE TRABALHO FINAL DE PRODUÇÃO E/OU PRÁTICA

Título

(outras seções: ver ABNT e manuais universitários)

Sumário

Resumos em português e inglês

1. *Introdução*



2. *Proposta de produção*
   - 2a. Contexto (com justificativa individual e social)
   - 2b. Revisão da literatura prática, artística, cultural etc.
3. *Quadro conceitual*
4. *Objetivos da produção ou práticas e público-alvo*
5. *Metodologia de produção*
   - 5a. Planejamento do produto ou da prática
   - 5b. Desenvolvimento do conteúdo ou da prática
   - 5c. Implementação técnica
   - 5d. Avaliação e retorno (feedback)
   - 5e. Apresentação e disseminação
6. ***Relatório de produção ou prática***
7. ***Conclusão***
8. *Lista de referências bibliográficas*

Anexos e/ou Apêndice

CAPÍTULOS ADICIONAIS DOS TRABALHOS FINAIS DE PRODUÇÃO E/OU PRÁTICA

Relatório de produção e/ou prática

O capítulo do "Relatório de produção e/ou prática" deve apresentar um relato circunstanciado e detalhado de todo o processo de realização da produção ou desenvolvimento da prática.



Deve indicar, portanto, como a produção foi sendo paulatinamente preparada e realizada, apresentando não somente os acertos – que devem ser ressaltados – mas principalmente as dificuldades, erros e medidas tomadas para enfrentá-los. Faz-se o mesmo quando se tratar do desenvolvimento de uma prática profissional. Relatórios dessa natureza devem contribuir para outras iniciativas de produção e/ou prática. As soluções alcançadas para os problemas e as lições aprendidas devem ser compartilhadas. Finalmente, é importante indicar como a pessoa leitora pode ter acesso à produção realizada e/ou à prática desenvolvida. Tanto em um caso como no outro, o mecanismo contemporâneo é o de arquivar digitalmente as produções e práticas. No caso de documentos audiovisuais, por exemplo, basta fazer indicação de links onde a pessoa poderá buscá-las. Em situações em que a produção e/ou prática é única e temporalmente localizada (como, por exemplo, um evento, uma instalação artística, uma encenação teatral etc.; um modelo de prática de atendimento socioambiental, de ensino de ofícios como a marcenaria etc.), deve-se tentar encontrar uma maneira de fazer registros virtuais que, mesmo parciais, possam ser guardados em nuvens digitais e disponibilizados por meio de links.

Conclusão

Como no caso dos trabalhos de pesquisa, o capítulo de "Conclusão" encerra o documento do trabalho final de produção e/ou prática. Ele deve retomar a história da empreitada, resumir os capítulos com foco na produção realizada e ressaltar sua importância no rol de outras produções assemelhadas. Deve ainda apresentar os lados positivos e negativos da experiência de modo a compartilhá-la com outras pessoas. É importante apresentar novas propostas de produção e/ou prática na área, de modo que outras pessoas interessadas pelo mesmo tipo de trabalho possam aprender com a experiência relatada.



ÉTICA NA PESQUISA E NA PRODUÇÃO E/OU PRÁTICA

A problemática ética incide em todos os contextos de pesquisa acadêmica, envolvendo ou não produções e práticas, e é usualmente institucionalizada por meio de setores que se ocupam da produção acadêmica, seja ela científica, filosófica, artística, cultural etc. A ética envolve tanto a preparação de projetos acadêmicos, sejam de pesquisa e/ou produção, assim como essas realizações serão encaminhadas.

Em primeiro lugar, preparar um projeto, ou seja, fazer uma investigação ou realizar um trabalho de produção e/ou prática, envolve outras pessoas. Salvo em casos extremos em que pessoas fazem autoinvestigações de si mesmas (algo autorizado por epistemologias subjetivistas estritas), estamos sempre nos relacionando com outras pessoas nos processos de pesquisa e de produção e/ou prática. As universidades são foco de muitos desses processos e as instituições apontam a necessidade de se pensar sobre ética e estabelecer caminhos que não criem dificuldades ou conflitos com outras pessoas. Ou seja, é preciso que demos atenção à dimensão ética das nossas ações e comportamentos. A ética é um arcabouço de normas estabelecidas para ordenar, regular e tornar segura a pesquisa e as produções e/ou práticas. Sendo assim, a ética é um conjunto de valores que orienta a definição de regras e deveres em respeito aos direitos das pessoas envolvidas.

No Brasil, os procedimentos éticos universitários são regidos por diversas leis federais, começando pela Constituição de 1988, que teve como derivação diversas normas legais relacionadas ao comportamento em sociedade. Entre as várias normas existentes, há aquelas que incidem sobre a produção de conhecimentos na grande área que chamamos de humanidades. Toda pessoa que



queira fazer uma pesquisa, realizar uma produção ou desenvolver uma prática, deve respeitar os parâmetros de comportamento habitualmente regidos pelos Comitês de Ética das universidades e outras instituições de pesquisa.

Na prática, a ética acadêmica é um processo vivo de análise reflexiva e contínua a respeito de valores de respeito e gratidão que promovem a valorização das pessoas, cujos inversos são o desrespeito e a ingratidão que desvalorizam o outro. Em pesquisas e produções acadêmicas, as normas legais buscam estabelecer compromissos que reflitam suas finalidades, métodos e consequências potenciais, de maneira a respeitar e valorizar as pessoas e a não ferir ninguém. Esses princípios ético-morais se fundam no respeito à dignidade humana, à integridade e à autonomia, e devem ser buscados junto a quem estiver envolvido nas pesquisas e produções.

A operacionalização desses princípios éticos se traduz pelo comportamento de quem faz uma opção entre respeito ou desrespeito. Uma das manifestações no comportamento ético-moral de quem pesquisa ou produz algo é o de informar e solicitar consentimento das pessoas com as quais vai trabalhar. Consentimentos têm várias dimensões: o assentimento (concordância) e o consentimento informais para participação, e o consentimento formal para uso de dados, imagens, vozes e tudo o que pertencer ao outro que seja objeto de interesse da pessoa que pesquisa ou produz. O desrespeito a essa atitude, requerida pela lei, implica comportamentos que podem, em casos extremos, serem tipificados criminalmente. Um outro nível ético nos processos de pesquisa e produção, que também podem envolver querelas legais e cometimento de crimes, diz respeito ao referenciamento bibliográfico. As normas da ABNT e de outros sistemas foram concebidas, entre outras coisas, para resguardar os direitos de autoria de ideias, conceitos, teorias, metodologias, modos de fazer etc. Qualquer trabalho acadêmico deve, portanto, seguir estritamente as regras de referenciamento



bibliográfico, na medida em que elas são expressão de respeito da pessoa que pesquisa ou produz.

Na academia, pesquisar e produzir expressam processos de criação importantes para a ciência e as artes, e devem ser encorajados pois fazem crescer as pessoas e enriquecem culturalmente o país. Agir eticamente, portanto, é essencial.



CONCLUINDO?

Pois é. Para quem chegou até aqui, parabéns! Esperamos que tenhamos ajudado pessoas que buscam conhecimentos e saberes a avançar a partir das lições que ensinamos por meio dos capítulos desse livro, sobre como desenvolver um projeto de pesquisa. No entanto, mesmo sabendo que "a bom entendedor meia palavra basta", não custa nada dar um empurrãozinho extra para repetir essa meia palavra, dizendo o seguinte: o que mostramos aqui trata apenas de como preparar a *prévia* do trabalho. Não é a realização da pesquisa ou o desenvolvimento de produções e/ou práticas! É por isso que não se pode concluir nada aqui.

O processo de conclusão é lento e precisa ser progressivo e disciplinado para que se obtenha sucesso na empreitada. Promover essa conclusão tem, a nosso ver, três etapas. A primeira é a de, a partir desse livro, estudá-lo, checar as referências dadas para compreender melhor o que se tentou comunicar. "Checar" aqui, quer dizer *ler* e *estudar*. Nossa orientadora de doutorado costumava dizer a suas pessoas orientadas que discentes precisam ler, sim, mas que ler não é suficiente. É preciso ler e *estudar*.[73] Estudar é buscar compreender, até compreender mesmo! O segundo passo é mãos à obra para lançar o processo, ou seja, começar a preparar o projeto. Ou seja, construir uma questão de pesquisa ou os objetivos de desenvolvimento de produções e/ou práticas a partir da revisão da literatura, explorar teorias e metodologias pertinentes, e chegar a uma realização sólida (o *projeto*). Só depois vem a conclusão de verdade, com o desenvolvimento da pesquisa, produção e/ou prática, objeto do projeto, de modo a se chegar a algo palpável (o *trabalho final*).

73 Professora emérita do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Zelia Ramozzi-Chiarottino.



Ou seja, ao ler esse livro, a pessoa que quer pesquisar já deu um grande passo! Agora, é hora de percorrer a senda, a trilha, o caminho. É hora de estudar e produzir o projeto. Esse *methodos* vai envolvê-la por muitos e muitos meses e, em certos casos, anos e anos. De nossa parte, acreditamos ter comunicado nossa meia palavra. Agora, é com você a tarefa de completá-la!



REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, M. H. M. B. Autobiographical research: Memory, time and narratives in first person. **European for Research in Education and Learning of Adults**, v. 3, n. 1, p. 29-41, 2012. https://doi.org/10.3384/rela.2000-7426.rela0051.

ABREU, M. C. **Da senzala ao palco**. Canções escravas e racismo nas Américas, 1870-1930. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 2005.

ADLER, K.; SALANTERÄ, S.; ZUMSTEIN-SHAHA, M. Focus group in child, youth, and parent research: An integrative literature review. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 18, p. 1-15, 2019. https://doi.org/10.1177/1609406919887274.

AMADOR, F. S.; LAZZAROTTO, G. D. R.; SANTOS, N. I. S. Pesquisar-agir, pesquisar-intervir, pesquisar-interferir. **Polis e Psique**, v. 5, n. 2, p. 228-248, 2015. https://doi.org/10.22456/2238-152X.58180.

ANDERSON, J. A. **Communication research**. Issues and methods. New York: McGraw-Hill, 1987.

ANTONINI, M. **Jean Piaget sur la pédagogie et l'éducation**. YouTube, 26 mar. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zdSB5vG0NZA. Acesso em: 26 fev. 2026.

ARISTÓTELES. **Organon**. I Catégories II Interprétation. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1983a.

ARISTÓTELES. **Organon**. III Premiers analytiques. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1983b.

ARISTÓTELES. **Rhétorique**. Paris: Gallimard, 1991.

ATKIN, A. Peirce's Theory of Signs. In: ZALTA, E. N.; NODELMAN, U. (ed.). **Stanford Encyclopedia of Philosophy Archives**. Stanford: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2023. Disponível em: https://plato.stanford.edu/archives/spr2023/entries/peirce-semiotics/. Acesso em: 1 abr. 2025.

AZEREDO, V. D. A interpretação em Nietzsche: Perspectivas instintuais. **Cadernos Nietzsche**, v. 12, 2002. Disponível em: https://gen-grupodeestudosnietzsche.net/wp-content/uploads/2018/05/CN012.71-89.pdf. Acesso em: 25 abr. 2026.

AYLESWORTH, G. Postmodernism. *In:* ZALTA, E. N. (ed.). **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2015. Disponível em: https://plato.stanford.edu/entries/postmodernism/. Acesso em: 23 fev. 2026.

BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECK, M. S. L.; BRYMAN, A.; LIAO, T. F. Structured interview. *In:* BECK, M. S. L.; BRYMAN, A.; LIAO, T. F. **The SAGE Encyclopedia of social science research methods**. Thousand Oaks: Sage, 2004. p. 1095-1096. https://doi.org/10.4135/9781412950589.n982.

BERGER, A. A. **Media and communication research methods**. An introduction to qualitative and quantitative approaches. Thousand Oaks: Sage, 2000.

BERRY, V. Ethnographie sur Internet: Rendre compte du "virtuel". **Les Sciences de l'Éducation – Pour l'Ère Nouvelle**, v. 45, n. 4, p. 35-58, 2012. Disponível em: https://shs.cairn.info/revue-les-sciences-de-l-education-pour-l-ere-nouvelle-2012-4-page-35?lang=fr. Acesso em: 23 fev. 2026.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Qualitative research for education:** An introduction to theories and methods. Miami: Laureate Education Inc, 2007.

BORGATTI, S. P.; MEHRA, A.; BRASS, D. J.; LABIANCA, G. Network analysis in the social sciences. **Science**, v. 323, p. 892-895, 2009. https://doi.org/10.1126/science.1165821.

BRETON, P. **L'argumentation dans la communication**. Paris: La Découverte & Syros, 2001.

CAMPBELL, D. T.; STANLEY, J. C. **Experimental and quasi-experimental designs for research**. Boston: Houghton Mifflin, 1963.

CAMPOS, M. N. La schématisation dans des contextes en réseau. *In:* MIÉVILLE, D. (ed.). **La logique naturelle.** Enjeux et perspectives. Travaux du Centre de recherches sémiologiques. Neuchâtel: Centre de recherches sémiologiques da Université de Neuchâtel, 2010, v. 68. p. 215-258.

CAMPOS, M. N. **Navegar é preciso**. Comunicar é impreciso. São Paulo: Edusp, 2017.

CAMPOS, M. N. Comunidades da liberdade: Uma ética ecológica dos sentidos. *In:* ÁLVAREZ, I. M.; CAMPOS, M. N. (ed.). **Práticas comunitárias***:* Resistências e empoderamento. Porto Alegre: Letra1, 2025.

CAMPOS, M. N.; CARVALHO, R. (org.). **Violações Bárbaras**. Olhares Jovens. Curitiba: Appris, 2024.

CASTRO, M. R. **Retóricas de rua:** Educador, criança e diálos. Rio de Janeiro: USU Editora e Amais Livraria e Editora, 1997.

CASTRO, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação**. Nova Iguaçu: Marsupial, 2013.

CASTRO, M. R.; FRANT, J. B. **Modelo da estratégia argumentativa**. Análise da fala e de outros registros em contextos interativos de aprendizagem. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

CESARINO, L. Antropologia digital não é etnografia: Explicação cibernética e transdisciplinaridade. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 2, p. 304-315. 2021. https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.39872.

CHARMAZ, K. **Constructing grounded theory**. A practical guide through qualitative analysis. Thousand Oaks: Sage, 2006.

CHIBOIS, J. L'identité numérique de l'ethnographe. Analyse reflexive et stratégies d'enquête dans les terrains multiplexes. **Terminal Technologie de l'Information, Culture & Société**, v. 129, 2021. https://doi.org/10.4000/terminal.6883.

CHRISTENSEN, L. B. **Experimental methodology**. Boston: Allyn and Bacon, 2001.

COLEMAN, E. G. Ethnografic approaches to digital media. **Annual Review of Anthropology**, v. 39, 2010, p. 487-505. https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.012809.104945.

COSTA, N. C. A da. On the theory of inconsistent formal systems. **Notre Dame Journal of Formal Logic**, v. 15, n. 4, p. 497–510, 1974. https://doi.org/10.1305/ndjfl/1093891487.

CRESWELL, J. W. **Qualitative inquiry and research design:** Choosing among five approaches. Thousand Oaks: Sage, 2013.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Research design:** Qualitative, quantitative, and mixed-mode approaches. Thousand Oaks: Sage, 2018.

DEAKIN, H.; WAKEFIELD, K. Skype interviewing: Reflections of two PhD researchers. **Qualitative Research**, v. 14, n. 5, p. 603–616, 2014. https://doi.org/10.1177/1468794113488126.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mille plateaux**: Capitalisme et schizophrénie 2. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

DURKHEIM, É. **Le suicide**. Paris: Félix Alcan, 1897.

EMERSON, R. M.; FRETZ, R. I.; SHAW, L. L. **Writing ethnographic fieldnotes**. Chicago: The Chicago University Press, 1995.

ESPINOSA, B. Ética. Demonstrada à Maneira dos Geômetras. *In:* CHAUI, M. S. (ed.). **Espinosa***:* Pensamentos Metafísicos, Tratado da Correção do Intelecto, Tratado Político, Correspondência. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 69-299.

EVARISTO, C. **Literatura Negra:** Uma poética de nossa afro-brasilidade. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

FERRAZ, C. P. A etnografia digital e os fundamentos da antropologia para estudos qualitativos em mídias online. **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**, v. 12, n. 35, p. 46-69, 2019. https://doi.org/10.23925/v12n35_artigo3.

FINA, A, D.; GEORGAKOPOULOU, A. (ed.) **The handbook of narrative analysis**. Hoboken: Wiley, 2015.

FISH, C. S.; ROTH, R. E.; RAPOSO, P.; GUIDERO, E. M.; SUI, Z. Why conduct cartographic research contributions in four International Cartographic Association (ICA) affiliated journals. **International Journal of Cartography**, v. 11, n. 2, 120-215, 2025. https://doi.org/10.1080/23729333.2025.2475411.

FOUCAULT, M. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia***:* Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREY, J. H.; FONTANA, A. The group interview in social research. **The Social Science Journal,** v. 28, n. 2, 175-187, 2019. https://doi.org/10.1016/0362-3319(91)90003-M.

GELMAN, A. Failure and success in political polling and election forecasting. **Statistics and Public Policy**, v. 8, n. 1, p. 67–72, 2021. https://doi.org/10.1080/2330443X.2021.1971126.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: Atlas, 1987.

GIL, A. C. **Estudo de caso***:* Fundamentação científica, subsídios para coleta e análise de dados e como redigir um relatório. Rio de Janeiro: Atlas, 2009.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. **The discovery of grounded theory**: Strategies for qualitative research. Chicago: Aldine, 1967.

GLYNOS, J.; HOWARTH, D.; NORVAL, A.; SPEED, E. **Discourse analysis***:* Varieties and methods. Essex: ESRC National Centre for Research Methods, August 2009.

GRANGER, G.-G. **La vérification**. Paris: Éditions Odile Jacob, 1992.

GRIZE, J.-B. **De la logique à l'argumentation**. Genebra: Droz, 1982.

GRIZE, J.-B. **Logique naturelle & communications**. Paris: PUF, 1996.

GRUDENS-SCHUCK, N; ALLEN, B. L.; LARSON, K. Can you call it a focus group? **Methodology Brief**. Ames: Iowa State University, University Extension, 2004.

HABERMAS, J. **Connaissance et intérêt**. Paris: Gallimard, 1976.

HABERMAS, J. **Moral consciousness and communicative action***.* Cambridge: MIT Press, 1990.

HABERMAS, J. **Truth and justification**. Cambridge: MIT Press, 2003.

HAKKEN, D. **Cyborgs@Cyberspace***:* An ethnographer looks to the future. New York: Routledge, 1999.

HEGENBERG, L. **Argumentar***.* São Paulo: E-Papers, 2009.

HEISELBERG, L.; STĘPIŃSKA, A. Transforming qualitative interviewing techniques for video conferencing platforms. **Digital Journalism**, v. 11, n. 7, 2023. https://doi.org/10.1080/21670811.2022.2047083.

HERITAGE, J. Conversation analysis as social theory. *In:* TURNER, B. S. (ed.). **The new Blackwell companion of social theory**. Malden: Blackwell Publishers, 2008, p. 300-320.

HERMAN, L.; VERVAECK, B. (ed.). **Handbook of Narrative Analysis**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2019.

HOX, J. J.; BOEIJE, H. R. Data collection, primary vs. secondary. *In:* KEMPF-LEONARD, K. (ed.). **Encyclopedia of Social Measurement**. Amsterdam: Elsevier, 2005. p. 593-599. https://doi.org/10.1016/B0-12-369398-5/00041-4.

INCIDENTE DE VARGINHA. *In:* **Wikipédia**: A enciclopédia livre. São Francisco: Fundação Wikimedia, 2026. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Incidente_de_Varginha. Acesso em: 23 fev. 2026.

IRWIN, S. Data analysis and interpretation: Emergent issues in linking qualitative and quantitative evidence. *In:* HESSE-BIBER, S.; LEAVY, P. (ed.). **Handbook of emergent methods in social research**. New York: The Guilford Press, 2008. p. 415-436.

ITURMENDI, D. M. La historia oral como método de investigación histórica. **Revista Gerónimo de Uztariz**, n. 23-24, p. 227-233, 2008.

JANGHORBAN, R.; ROUDSARI, R. L.; TAGHIPOUR, A. Skype interviewing: The new generation of online synchronous interview in qualitative research. **International Journal of Qualitative Studies on Health and Well-Being**, v. 9, n. 1, 24152, 2014. https://doi.org/10.3402/qhw.v9.24152.

JENSEN, K. B. (ed.) **A handbook of media and communication research**. Qualitative and quantitative methodologies. London: Routledge, 2002.

JOHNSON, J. M. In-depth interviewing. In J. R. GUBRIUM; J. A. HOLSTEIN (ed.). **Handbook of interview research**. Context & Method. Thousand Oaks: Sage, 2001. p. 103-119.

KENNEDY, J. Kurt Gödel. *In:* ZALTA, E. N. (ed.) Stanford Encyclopedia of Philosophy Archive. Winter 2020. Stanford: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2020. Disponível em: https://plato.stanford.edu/archives/win2020/entries/goedel/. Acesso em: 23 fev. 2026.

KIRK, G. S.; RAVEN, J. E. **Os filósofos pré-socráticos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

KITZINGER, J. The methodology of Focus Groups: The importance of interaction between research participants. **Sociology of Health & Illness**, v. 16, n. 1, p. 103-121, 1994. https://doi.org/10.1111/1467-9566.ep11347023.

KNOTT, E.; RAO, A. H.; SUMMERS, K.; TEEGER, C. Interviews in the social sciences. **Nature Reviews Methods Primers**, v. 2, n. 1, p. 73, 2022. https://doi.org/10.1038/s43586-022-00150-6.

KOHL, M. M.; GOTZENBRUCKER, G. Networked technologies as emotional resources? Exploring emerging emotional cultures on social network sites such as Facebook and Hi5: a trans-cultural study. **Media, Culture & Society,** v. 36, n. 4, p. 508–525, 2014. https://doi.org/10.1177/0163443714523813.

KRUEGER, R.; CASEY, M. A. **Focus groups**: A practical guide for applied research. Thousand Oaks: Sage, 2014.

LARA, M. G. J.; CAMPOS, M. N. Les amitiés brisées, Facebook et les élections brésiliennes 2014. **TrajEthos**, v. 11, n. 55, p. 105–146, 2016. Disponível em: https://trajethos.ca/wp-content/uploads/2025/12/LARA_CAMPOS_TrajEthos_51.pdf. Acesso em: 23 fev. 2026.

LEITE, L. C. **Les enfants de rue du Brésil**. Paris: L'Harmattan, 1996.

LEONE, M. Post/structuralist semiotics. *In:* PELKIN, J. (ed.). **Bloomsbury semiotics.** Volume 1: History and semiosis, New York: Bloomsbury Academic, 2023. p. 109-128.

LEWIN, K. Action research and minority problems. **Journal of Social Issues**, v. 2, n. 4, p. 34-46, 1946. https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1946.tb02295.x.

LIBER, E.; YOGARAJAH, Y.; LOCKE, A. (ed.) Special issue: The TikTok of teaching and research: The pedagogical possibilities of collaborative digital ethnography. **Teaching Anthropology,** v. 12, n. 1, 2023. https://doi.org/10.22582/ta.v12i1.

LICKLIDER, J. C. R. Man-computer symbiosis. IRE Transactions on Human Factors in Electronics, v. HFE-1, n. 1, p. 4–11, 1960. https://doi.org/10.1109/THFE2.1960.4503259.

LIMA, L. S.; RISTUM, M. Narrative analysis: Contributions to qualitative research in developmental psychology. **Trends in Psychology**, 2025. https://doi.org/10.1007/s43076-025-00442-2.

LINS, R. C. O Modelo teórico dos campos semânticos: Uma análise epistemológica da álgebra e do pensamento algébrico. **Dynamis**, v. I, n. 7, p. 29-39, 1994. Disponível em: http://sigma-t.org/permanente/1994a.pdf. Acesso em: 22 abr. 2026.

LOCKE, K.; GOLDEN-BIDDLE, K. Constructing opportunities for contribution: structuring intertextual coherence and "problematizing" in Organizational Studies. **The Academy of Management Journal**, v. 40, n. 5, p. 1023-1062, 1997. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/256926. Acesso em: 26 fev. 2026.

LUNE, H.; BERG, B. L. **Qualitative research methods for the social sciences**. Essex: Pearson Education Limited, 2017.

MACHADO, M. O conceito de antropologia digital. *In:* MACHADO, M.; MARQUES, R. (ed.). **Antropologia digital, humanidades e produção de subjetividades**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022, p. 14-34.

MALINOWSKY, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril, 1984.

MANN, C.; STEWART, F. **Internet communication and qualitative research**. Thousand Oaks: Sage, 2000.

MIÉVILLE, D. **Introduction à l'œuvre de S. Leśniewski**. L'ontologie. Neuchâtel: Centre de recherches sémiologiques de l'Université de Neuchâtel, 2004. (Travaux de logique. Fascicule II).

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. Michael. **Qualitative data analysis***:* An expanded sourcebook. Thousand Oaks: Sage, 1994.

MILLER, D. Some kind of truth about the digital anthropology. *In:* PODJED, D; MONTERO, C. G. **Why the world needs anthropologists**. Routledge, 2025, Chapter 11. https://doi.org/10.4324/9781032672410-11.

MORAES, M. V. M. Genealogia - Michel Foucault. *In:* **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2018. Disponível em: http://ea.fflch.usp.br/conceito/genealogia-michel-foucault. Acesso em: 23 fev. 2026.

MORRIS, A. **A practical introduction to in-depth interviewing**. Londres: Sage, 2015.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A reinvenção da roda. Roda de conversa: Um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, v. 23, n. 1, p. 98-106, 2014. Disponível em: https://periodicosonline.uems.br/interfaces/article/view/448. Acesso em: 23 fev. 2026.

MUCHIELLI, R. **L'analyse de contenu**. Des documents et des communications. Issy-les-Moulineaux: ESF Éditeur, 2006.

NIETZSCHE, F. **La genealogía de la moral**. Un escrito polémico. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

NOVAK, J. D. Concept maps and Vee diagrams: Two metacognitive tools to facilitate meaningful learning. **Instructional Science**, v. 19, p. 29–52, 1990. https://doi.org/10.1007/BF00377984.

NOVAK, J. D.; GOWIN, B. Learning about learning. *In:* NOVAK, J. D.; GOWIN, B. (ed.). **Learning how to learn**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p. 15-54. https://doi.org/10.1017/CBO9781139173469.

PALINKAS, L. A.; HORWITZ, S. M.; GREEN, C. A.; WISDOM, J. P.; DUAN, N.; HOAGWOOD, K. Purposeful sampling for qualitative data collection and analysis in mixed method implementation research. **Administration and Policy in Mental Health**, v. 42, n. 5, p. 533-544, 2015. https://doi.org/10.1007/s10488-013-0528-y.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. *In:* PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (orgs.) **Pistas do método da cartografia**. Pesquisa intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 17-31.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (orgs.) **Pistas do método da cartografia**. Pesquisa intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PARREIRAS, C.; PAVESI, P. Fórum antropologia digital e imaginários etnográficos: Experimentações, dilemas e possibilidades. **Novos Debates**, v. 10, n. 1, 2024. https://doi.org/10.48006/2358-0097/V10N1.E101013.

PATTON, M. Q. **Qualitative evaluation and research methods**. Thousand Oaks: Sage, 2001.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Coleção Estudos, 46).

PEMBERTON, S. A brief history of human-computer interaction technology. **Interactions**, v. 5, n. 2, p. 44-54, 1998. https://doi.org/10.1145/274430.274436.

PEREIRA NETO, A. F.; MACHADO, B. A.; MONTENEGRO, A. T. História oral no Brasil: Uma análise da produção recente (1998/2008). **História Oral**, v. 10, n. 2, p. 113-126, 2009. Disponível em: https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/219/223. Acesso em: 21 mai. 2026.

PERELMAN, C. P.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Traité de l'argumentation**. La nouvelle rhétorique. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 2008.

PETERSON, R. A. **Constructing effective questionnaires**. Thousand Oaks: Sage, 2000.

PIAGET, J. **La construction du réel chez l'enfant**. Neuchâtel-Paris: Delachaux et Niestlé, 1937.

PIAGET, J. **Sagesse et illusions de la philosophie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1969.

PIAGET, J. **Le langage et la pensée chez l'enfant**. Neuchâtel-Paris : Delachaux et Niestlé, 1976.

PIAGET, J. **La naissance de l'intelligence chez l'enfant.** Neuchâtel-Paris : Delachaux et Niestlé, 1977.

PIAGET, J. **Le jugement moral chez l'enfant.** Paris : Presses universitaires de France, 2000.

RIESSMAN, C. K. Narrative analysis. In KELLY, N.; HORROCKS, C.; MILNES, K.; ROBERTS, B.; ROBINSON, D. (ed.). **Narrative, memory & everyday life**. Huddersfield: University of Huddersfield, 2005, p. 1-7.

RIFIOTIS, T.; MÁXIMO, M. E.; SEGATA, J. Etnografias do digital: Um futuro mal distribuído na antropologia. **Horizontes Antropológicos**, v. 30, n. 68, e680201, 2024. https://doi.org/10.1590/1806-9983e680201.

ROBINSON, J. D.; CLIFT, R.; KENDRICK, K. H.; RAYMOND, C. W. (ed.). **The Cambridge handbook of methods in conversation analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2024.

ROMAN, D. J.; OSINSKI, M.; ERDMANN, R. H. The construction process of Grounded Theory in administration. **Contaduría y Administración,** v. 62, n. 3, p. 985-1000, 2017. https://doi.org/10.1016/j.cya.2016.06.012.

RONFINI, N.; CAMPOS, M. N. Entre o agendamento da mídia e o desinteresse: Meio ambiente nas comunidades em rede de jovens. **Diversitas**, v. 16, n. 1, p. 37-53, 2020. https://doi.org/10.15332/22563067.4846.

SANDBERG, J.; ALVESSON, M. Ways of constructing research questions: gap-spotting or problematization? **Organization**, v. 18, n. 1, p. 23-44, 2011. https://doi.org/10.1177/1350508410372151.

SANTAELLA BRAGA, M. L. **O que é semiótica?** São Paulo: Brasiliense, 2017.

SANTOS, Y. A. B.; TORGA, V. L. M. Autobiografia e (res)significação. *Bakhtiniana.* **Revista de Estudos do Discurso**, v. 15, n. 2, p. 119-144, 2020. https://doi.org/10.1590/2176-457342467.

SAUNDERS, B.; SIM, J.; KINGSTONE, T.; BAKER, S.; WATERFIELD, J.; BARTLAM, B.; BURROUGHS, H.; JINKS, C. Saturation in qualitative research: Exploring its conceptualization and operationalization. **Quality and Quantity**, v. 52, n. 4, p. 1983-1907, 2017. https://10.1007/s11135-017-0574-8.

SCHEP, D. **The autobiography effect**. Writing the self in post-structuralist theory. New York: Routledge, 2020.

SCHIFFRIN, D.; TANNEN, D.; HAMILTON, H. E. (ed.). **The handbook of discourse analysis**. Malden: Blackwell Publishers, 2001.

SCHMIDT, F. L.; HUNTER, J. E. Meta-analysis. *In:* ANDERSON, N.; ONES, D. S.; SINANGIL, H. K.; VISWESVARAN, C. (ed.), **Handbook of industrial, work and organizational psychology**, v. 1. Personnel psychology. Thousand Oaks: Sage, 2002. p. 51–70.

SCHÜTZE, F. Biography analysis on the empirical base of autobiographical narratives: how to Analyse autobiographical narrative interviews. *In*: FIEDLER, W.; KRÜGER, H.-H. **Sozialwissenschaftliche Prozessanalyse:** Grundlagen der qualitativen Sozialforschung. Opladen: Verlag Barbara Budrich, 2016.

SMITH, D. W. Phenomenology. *In:* ZALTA, E. N. (ed.). **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2018. Disponível em: https://plato.stanford.edu/entries/phenomenology/. Acesso em: 23 fev. 2026.

STRAUSS, A. L.; CORBIN, J. **Basics of qualitative research:** Grounded theory procedures and techniques. Thousand Oaks: Sage, 1990.

STRAUSS, A. L.; CORBIN, J. M. **Grounded theory**: Methodology and techniques. Thousand Oaks: Sage, 1998.

SURI, H. Purposeful sampling in qualitative research synthesis. **Qualitative Research Journal**, v. 11, n. 2, p. 63-75, 2011. https://doi.org/10.3316/QRJ1102063.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2025.

THOMPSON, P. **The voice of the past***:* Oral history. Oxford: Oxford University Press, 2000.

TOULMIN, S. E. **The uses of argument**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.

UNITEVÊ – TV UNIVERSITÁRIA DA UFF. **Aula Magna Conceição Evaristo**. Youtube, 13 abr. 2026. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TXmv_KGV-cQ. Acesso em: 19 abr. 2026.

WARREN, C. A. B. Qualitative interviewing. *In:* GUBRIUM, J. R.; HOLSTEIN, J. A. (ed.). **Handbook of interview research**. Context & Method. Thousand Oaks: Sage, 2001. p. 83-101.

WELLS, I.; GIACCO, D. Theoretical frameworks used to inform qualitative mental health research: a focus on positivism, interpretivism and critical realism. **BJPsych Advances**, p. 1-9, 2024. https://doi.org/10.1192/bja.2024.66.

WHITE, S. J. Conversation analysis: An introduction to methodology, data collection, and analysis. *In:* LIAMPUTTONG, P. (ed.). **Handbook of research methods in health social sciences**. Singapore: Springer, 2019. https://doi.org/10.1007/978-981-10-5251-4_107.

WILLIG, C. Interpretation in qualitative research. *In:* WILLIG, C.; ROGERS, W. (ed.). **The SAGE handbook of qualitative research in psychology**. London: Sage, 2017. p. 274-288. https://doi.org/10.4135/9781526405555.

WODAK, R.; MEYER, M**. Methods of critical discourse analysis**. Thousand Oaks: Sage, 2011.

WU, M-J.; ZHAO, K.; FILS-AIME, F. Response rates of online surveys in published research: A meta-analysis. **Computers in Human Behavior Reports**, v. 7, 100206, 2022. https://doi.org/10.1016/j.chbr.2022.100206.

YEOMANS, M.; BOLAND, F. K.; BROOKS, A. W. A practical guide to conversation research: How to study what people say to each other. **Advances in Methods and Practices in Psychological Science**, v. 6, n. 4, 2023. https://doi.org/10.1177/25152459231183919.

YIN, R. K. **Case study research and applications***:* Design and methods. Los Angeles: Sage, 2018.

ZEELAND, I. V.; BROECK, W. V.; TINTEL, S. Effects of digital mediation and familiarity in online video interviews between peers. **Methodological Innovations**, v. 14, n. 3, 2021. https://doi.org/10.1177/20597991211060743.



SOBRE O AUTOR

Milton N. Campos é livre-docente em Comunicação, Doutor em Psicologia Social, Mestre em Comunicação e Graduado em Jornalismo. Obteve seus títulos na Escola de Comunicações e Artes e no Instituto de Psicologia da USP - Universidade de São Paulo. Fez carreira na *Université de Montréal*, Canadá, onde é professor honorário. Atualmente é professor da Escola de Comunicação e do Programa de Pós-graduação em Psicossociologia da UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desenvolveu a abordagem teórica crítico-construtivista da Ecologia dos Sentidos, no campo da comunicação, e contribuiu com a perspectiva metodológica lógico-argumentativa natural, desenvolvida pela escola de Neuchâtel, na Suíça. Seus trabalhos empíricos orbitam em torno de processos comunicativos comunitários, tanto presenciais como em rede, com foco em processos de colaboração e aprendizagem.

Lattes: https://lattes.cnpq.br/0260771591072423

ORCID: 0000-0003-3051-3985

Email: milton.campos@umontreal.ca

ÍNDICE REMISSIVO

A

Argumentação 129
- Conhecimento 129
- Conhecimento empírico e prático
  - Ciência fluida 133
  - Conteúdo puro 133
  - Indução 132
  - Plausibilidade 132
  - Qualitativo 133
- Conhecimento linguageiro
  - Contingência 130
  - Sugestão 130
- Conhecimento lógico-matemático 129, 131
  - Dedução 130
  - Demonstração 129
  - Falsidade 130
  - Falsidade provisória 130
  - Forma pura 133
  - Necessidade 130
  - Quantitativo 131
  - Verdade 130
  - Verdade provisória 130
- Construção de teorias
  - Conhecimento 135
  - Saber 135
- Integração de conhecimentos
  - Abordagem híbrida 134
- Método científico 134
- Persuasão 135
- Processo 133
- Saber 129
- Tese 134

B

Bibliografia 83

C

Conhecimento 60
- Ciência 62, 63
- Crença
  - Subjetividade 66, 68
- Dado
  - Objetividade 66
- Evidência
  - Ancoragem objetiva 68
- Fato 69
  - Ancoragem intersubjetiva 69
  - Intersubjetividade 67
- Narrativa
  - Subjetividade 68
- Percepção
  - Subjetividade 66
- Plausibilidade 70
- Possibilidade 70
- Probabilidade 70
- Sentimento
  - Subjetividade 66
- Verdade empírica 70
  - Ancoragem intersubjetiva 71, 72
- Verdade lógico-abstrata 71
  - Ancoragem objetiva 72
- Verossimilhança 70

E

Epistemologia 109, 121
- Abordagem 108, 126
  - Metodologia 125

- Pessoa verbal 125
- Teoria 125
- Complexidade 122
- Conhecer 111
- Conhecimento 110, 114, 115, 118, 120
  - Empírico 113
  - Intencionalidade 112
  - Lógico-matemático 113
  - Prático 113
- Episteme 110, 119
- Epistemologia genética 110
- Fenomenologia
  - Dissolução 122
- Fundamento biológico-cultural 110
- Humanidades
  - Interacionismo epistemológico 124
  - Objetivismo 124
  - Subjetivismo 124
- Interacionismo epistemológico 122
- Objeto 121, 122, 165
- Olhares 120
- Paradoxo
  - Crença científica 116
- Posicionamento 108
- Processo 112
- Relações entre sujeito e objeto 122
- Saber 114, 115, 118, 120
  - Crença 115, 117
  - Vivido cotidiano 113
- Simulacro 117
  - Subepistemologias 121
- Sujeito 121, 123, 165
- Teoria do conhecimento 119

Ética 330
- Constituição de 1988 330
- Normas 330
- Referenciamento bibliográfico 331
- Respeito 331

L

Linguagens 180, 182
- Multilinguagens 180

Lista de referências bibliográficas 83

Lógica
- Aristóteles 50
  - Ciência empírica 50
- Inferência lógica 49
- Sócrates 49
- Teoria do silogismo 50, 132, 211

M

Metodologia 153, 169
- Abordagem metodológica híbrida 239
  - Quali→quanti 239, 299
  - Quanti→quali 240, 299
- Amostragem
  - Amostra 242, 248
  - Pré-pesquisa 249
- Amostragem híbrida 244
- Amostragem não probabilística
  - Intencional 242
- Amostragem não-probabilística
  - Quantitativa 244
- Amostragem não probabilística qualitativa
  - Intencional 247, 251
    - Critério de caso típico 254
    - Critério de homogeneidade 254
    - Critério de importância 253
    - Critério específico 253
  - Saturação 250, 251
- Amostragem não probabilística quantitativa
  - Intencional 246
- Amostragem probabilística

- Aleatória 242
- Quantitativa 244

Amostragem probabilística qualitativa
- Intencional
  - Cota 260
  - Critério de confirmação 259
  - Critério de conveniência 262
  - Critério de intensidade 256
  - Critério de variação máxima 257
  - Critério por caso crítico 258
  - Critério por casos extremos ou desviados 255
  - Emergente ou por critério de oportunidade 261
  - Estratificação 259
  - Híbrida 264
  - Inventada 264
  - Teórica 258

Amostragem probabilística qualitativa parcial 247
- Intencional
  - Bola de neve 255

Amostragem probabilística qualitativa semialeatória
- Intencional 260

Amostragem probabilística quantitativa
- Aleatória estratificada 246
- Aleatória por grupos 246
- Aleatória simples 245
- Aleatória sistemática 245

Análise de dados
- Interpretável teoricamente 287
- Não interpretável 287

Análise de dados e interpretação de resultados
- Inferencial 291
- Interacionismo epistemológico 286, 288, 296
- Objetivismo 290

Análise de dados e/ou interpretação de resultados 285

Análise de dados e resultados
- Descritiva 291
- Objetivismo 286, 288
- Visualização por meio de gráficos 292
- Visualização por meio de matrizes 292
- Visualização por meio de tabelas 292

Estratégia de análise de dados e/ou interpretação de resultados 169, 173, 180

Instrumento de coleta de dados 169, 180, 266

Instrumento qualitativo de coleta de dados 272
- Entrevista 273
- Entrevista clínica 273
- Entrevista em profundidade 276
- Entrevista estruturada 275
- Entrevista pela internet 278
- Entrevista semiestruturada 275
- Entrevista semiestruturada em profundidade 277
- Ferramentas digitais 272
- Grupo focal 279
- Grupo focal tradicional 280
- Mini grupo focal 280
- Registro de observações - anotações 282
- Roda de conversa 281

Instrumento quantitativo de coleta de dados 267
- Análise de estruturas de redes 270
- Digital 267
- Entrevista estruturada 275
- Observação sistemática 268
- Survey 268

Interpretação 287
- Subjetivismo 286, 288, 293
- Subjetivismo fenomenológico 294
- Subjetivismo pós-estruturalista 294
- Subjetivismo pós-modernista 294

Methodos 153, 163

Método 169, 171, 180
- Dados primários 185
- Dados secundários 186

Dialética platônica 50
Método empírico 53
Metodologia de produção e/ou prática 175
Apresentação e disseminação 175
Avaliação e retorno 175, 177
Desenvolvimento de conteúdo 175, 176
Implementação técnica 175, 177
Planejamento 175
Metodologia de produção ou prática
Apresentação e disseminação 178
Método lógico-argumentativo 52
Método prático 54
Método qualitativo
Análise de conteúdo 210
Análise do discurso 228
Análise lógico-argumentativa e retórica 211
Análise narrativa 234
Análise temática 209
Arqueologia do saber 232
Autobiografia 235
Discurso, codificação e análise 207
Estudo de caso 216, 249, 251
Etnografia 218
Fenomenologia 237
Genealogia 233
História oral 222
Escrevivência 222
Netnografia 219
Pesquisa-ação 220
Semiótica 213
Teoria crítica 229
Teoria fundamentada 210, 223
Primeira onda 223
Segunda onda 225
Terceira onda 226
Método quantitativo
Análise de conteúdo 188
Análise de conversas e interações 187
Análise de dados secundários 186
Análise de estruturas de redes 190, 191
Avaliação de usabilidade 191
Estudo de caso 249
Experimental 192, 195
Confiabilidade 194
Desenho 193
Validade 194
Variáveis 192, 193
Variável dependente 193
Variável independente 193
Meta-análise 186
Quase-experimental 195
Survey 189
Método socrático 49
Pesquisa documental 166
Fontes primárias 166
Fontes secundárias 166
Pesquisa sobre sujeitos 167
Comunidades 168
Grupos 167
Pesquisa de campo 168
Pessoas 167
Projeto 153
Qualitativa 202
Quantitativa 181
Documentos 184
Unidade de análise 182
Técnica de amostragem 169, 170, 180
Documentos 171
Sujeitos 170
Sujeitos - Nível específico 171
Sujeitos - Nível geral 171



P

Pesquisa
- Ética 301
- Processo de comunicação 58
- Questão 55
  - Clareza e delimitação 56
  - Como? 56
  - Definição 52, 60
  - Hipótese 65
  - Onde? 56
  - O quê? 56
  - Originalidade 56
  - Por quê? 57
  - Problematização 67, 73
  - Quando? 56
  - Quem? 56
  - Relevância 56
  - Viabilidade 56

Projeto
- Pesquisa
  - Modelo 304
- Produção e/ou prática
  - Modelo 314

Projeto de pesquisa 35
- Conceitos teóricos 160
- Cronograma 164
- Estágio de pós-doutorado 37
- Estrutura 301, 305, 320
- Graduação
  - TCC 36, 39
  - TCC's na África e Ásia 42
  - TCC's na América Latina 42
  - TCC's na Europa 41
  - TCC's no Brasil 42
  - TCC's no mundo anglo-saxão 41
- Introdução 156
- Lista de referências bibliográficas 164
- Metodologia 163
- Objetivos de produção 162
- Objetivos e questão de pesquisa 162
- Pós-graduação 43
  - Agências de fomento 36
  - Dissertação 36, 44
  - Lato sensu 43
  - Qualificação 36
  - Seleção 36
  - Stricto sensu 43
  - Tese 36, 44
- Problematização 158
  - Contexto da pesquisa 158
  - Revisão da literatura 159
- Qualitativo e/ou híbrido
  - Definição 46
- Teoria 160

Projeto de produção e/ou prática
- Estrutura 301, 315, 322

Q

Questão de pesquisa
- Identificar lacunas 73, 75, 76
  - Aplicação 75
  - Confusão 75
  - Intertextualização 74
  - Negligência 75
- Problematizar 73, 74, 76

R

Revisão da literatura 83
- Analógica 88
- Avaliação de pares 94, 95
- Campo da pesquisa 86
- Digital 88, 89



Estratégia analógica 88
Estratégia digital 89
Ferramenta 99
Generativa 102, 103
Navegadores 99, 100
Plataformas acadêmicas 100
Referenciamento bibliográfico 101
Lógica 97, 105
Metodologia 83, 96, 98
Práticas 83
Processo crítico 90
Técnica do sinal 91, 93, 159
Amarelo 92
Verde 92
Vermelho 92
Tema 83, 95, 98
Teoria 83, 96, 98

S

Saber 61
Narrativa
Ancoragem subjetiva 69, 71, 72
Senso comum 61, 62, 63

T

Teoria 135
Conhecimento 128
Ciência 128
Definição 137
Humanidades 138
Conceitos 139
Metodologias 140
Lógico-matemática 138
Perspectivas críticas 144
Perspectivas existencialistas 147
Perspectivas pós-estruturalistas 147, 148, 149
Problematização 140
Processo de construção 136
Questão de pesquisa
Ateórica 142, 144, 160, 161
Teorizada 161
Saber 128
Senso comum 128
Trabalho final
Estrutura 301, 321
Pesquisa
Modelo 323
Produção e/ou prática
Modelo 327



www.PIMENTACULTURAL.www

PEGA a VISÃO!

Bolando projetos de pesquisa nas humanidades

pimenta cultural